

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

REGINALDO CERQUEIRA SOUSA

**REPÚBLICA DAS MULHERES DE VIRTUDE: UM ESTUDO SOBRE AS BASES
SOCIAIS DE APOIO AO GOVERNO DOS MILITARES (1964-1985).**

CURITIBA
2016

REGINALDO CERQUEIRA SOUSA

**REPÚBLICA DAS MULHERES DE VIRTUDE: UM ESTUDO SOBRE AS BASES
SOCIAIS DE APOIO AO GOVERNO DOS MILITARES (1964-1985).**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Professora Doutora Marion Brepohl de Magalhães

CURITIBA
2016

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Sousa, Reginaldo Cerqueira

República das mulheres de virtude: um estudo sobre as bases sociais de apoio ao Governo dos Militares (1964-1985) / Reginaldo Cerqueira Sousa – Curitiba, 2016.

219 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marion Brepohl de Magalhães
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Brasil – Política e governo – 1964-1985. 2. Mulheres na política - História. 3. Civismo. 4. Governo Militar – Brasil. 5. União Cívica Feminina Paranaense – História. I. Título.

CDD 981.063



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

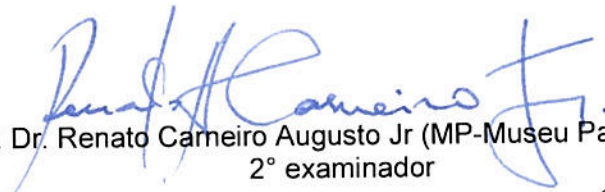
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

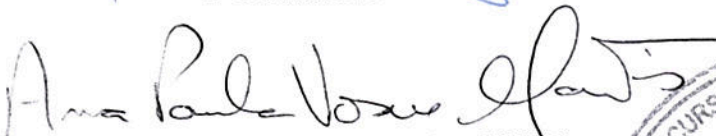
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **REGINALDO CERQUEIRA SOUSA** intitulada: **REPÚBLICA DAS MULHERES DE VIRTUDE: UM ESTUDO SOBRE AS BASES SOCIAIS DE APOIO AO GOVERNO DOS MILITARES (1964-1985)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação* completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

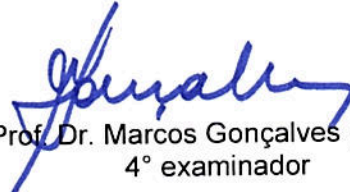
Curitiba dois de setembro de dois mil e dezesseis.


Prof. Dra. Marionilde Brepohl Magalhães (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora


Prof. Dra. Etelvina Maria de Castro Trindade (UTP)
1º examinador


Prof. Dr. Renato Carneiro Augusto Jr (MP-Museu Paranaense)
2º examinador


Prof. Dra. Ana Paula Vosne Martins (UFPR)
3º examinador


Prof. Dr. Marcos Gonçalves (UFPR)
4º examinador



À minha família.

Aos meus amigos e amigas de hoje e de sempre.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar os agradecimentos fazendo menção a Michel Foucault, para quem “escrever é, pois ‘mostrar-se’, dar-se a ver, fazer aparecer o rosto próprio junto ao outro.” Escrever, na concepção do filósofo francês, é um ato de saída de si ao mesmo tempo em que marca o encontro de si consigo mesmo, pois, ao fazê-lo, ao relatar a si mesmo, o faz num ato de expressão cuja motivação é o exercício contínuo da reflexão. Essa reflexão pressupõe o olhar para o interior de si e das verdades que compartilha no mundo. Ela, a reflexão, só tem sentido na medida em que é capaz de transformar aquele que escreve e a realidade que o cerca. Por isso, escrever é uma forma de apresentar-se ao mundo. Exige a presença de outro. Aponta para uma realidade externa, numa ação de encontro com o outro, aquele a quem também se atribui, na relação contínua, a formação de nossa subjetividade. Por ter esse caráter, escrever não deixa de ser um ato político. Acredito que o mesmo ocorre com o trabalho de pesquisa e de escrita de uma tese.

A tese que apresento agora não fugiu desse propósito. Ao longo de sua produção até à materialização, na forma de texto, muitas mãos a tocaram. Ela foi o resultado de uma trajetória, não sem dificuldades, iniciada na Graduação (2007), estendendo-se com o Mestrado (2010) e, agora, chegando ao fim com a conclusão de mais uma etapa de formação acadêmica, o Doutorado. Um outro começo que se abre às experiências que virão daqui para adiante. Nessa trajetória, eu colhi boas amizades, tive encaminhamentos importantes para a pesquisa, indicações excelentes de leituras e de autores, noites regadas à cerveja, bons debates teóricos, políticos e muita solidariedade por parte dos amigos. Um bom pesquisador não deve jamais ignorar esses momentos. Uma boa pesquisa é sempre feita com os respingos que saem de nossa alma.

Por esse motivo, agradeço a todos que participaram desse longo e árduo processo. Em primeiro lugar, agradeço aos meus familiares pelo apoio, pela confiança em mim depositada e pela paciência comigo. Agradeço imensamente aos meus amigos. Amigos de copo e de livro sempre presentes nos bons e maus momentos: Allen e Camila, pelo auxílio nos assuntos de informática, Osni e Blandina, Cleverson e Sílvia, Priscila e Ernesto, Everton e Pâmela, Sereza e Liz, Patrícia e Rafael, Bruna

e Fabiana, Ozias e Jorge, Cidão e Noemi, Clara e Hector, Artur e Rosane, Clóvis e Simone, Thiago, Naymme, Marilane, Neli, Sabrina, Matheus, Viviane Zeni, Sarado, André, Zélia, Gustavo Oliveira, Jones, pela revisão do texto, Ir. Valéria pelas orações em minha intenção, e tantos outros amigos que colaboraram comigo nesta caminhada. Agradeço também aos amigos de trabalho que tantas vezes apoiaram minhas saídas: Heloísa, Cris Basso, Edmilson e Luiz, Ana Júlia, agradeço pela tradução do resumo para o inglês; Ísis, Andreia e todos do Colégio Santa Rosa.

Agradeço aos professores da Pós-Graduação em História da UFPR, em especial aos da Linha de Pesquisa Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimentos na História: Ana Paula Vosne Martins, Euclides Marchi, Marcos Gonçalves, Renata Senna Garraffoni e Roseli Boschilia e à Secretária da Pós-Graduação, Maria Cristina, pela dedicação. Agradeço à professora Judite Trindade que me orientou no mestrado e me incentivou a continuar a pesquisar no Doutorado.

Essa pesquisa foi possível graças ao acesso à documentação. Por isso, agradeço aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná, do Arquivo Público do Paraná pelo acesso e pelo envio de documentos da DOPS, da Casa da Memória de Curitiba e do Círculo de Estudos Bandeirantes. Agradeço às meninas que trabalham no CPF e às senhoras da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba por me receberem e disponibilizarem o acesso a uma parte da documentação pesquisada nesta tese.

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudos que me possibilitou diminuir a carga horária de trabalho em sala de aula e a me dedicar mais à pesquisa.

Quero expressar meus agradecimentos à minha orientadora, a professora Dra. Marion Brepohl de Magalhães, por aceitar o desafio de me orientar, pelas leituras sugeridas e pela paciência comigo. Durante esses mais de quatro anos cresci como pesquisador e aprendi muito com as conversas que tivemos sobre a pesquisa e sobre o tema deste trabalho.

Quero agradecer à banca examinadora, formada pelas professoras Etelvina Maria de Castro Trindade e Ana Paula Vosne Martins, pelo professor Marcos Gonçalves e pelo diretor do Museu Paranaense, Renato Augusto Carneiro Junior, o tempo

disponibilizado para a leitura do texto e por compartilharem as suas reflexões sobre a pesquisa.

Agraço ao meu terapeuta, Caetano, por me ajudar a equilibrar minhas emoções, especialmente no momento crítico da escrita. Por fim, agradeço à presença dos meus cachorros, Kyara e Saymon, pela companhia nas longas e frias noites de escrita e pela distração que me possibilitaram nos momentos de desgaste mental e físico.

A todos que fizeram parte desse processo e que, de alguma maneira, deixaram suas digitais nesta pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

Toda organização autoritária envolve uma restrição da liberdade e, dessa forma, também, a diminuição da esfera política. Ocorre que esse tipo de restrição é consentido, e ele possibilita que os indivíduos vivam as suas vidas no domínio privado, no qual ficam protegidos das pressões políticas. Nesse caso, a experiência da liberdade perde sua dimensão pública e passa a ser vivida à margem da política.

Hannah Arendt (A duas vozes: Hannah Arendt e Octávio Paz, Eduardo Jardim).

A direção das almas poderá se tornar tanto mais alusiva, por conseguinte tanto mais silenciosa, quanto mais vigoroso o policiamento do corpo.

Michel Foucault (Os anormais).

O Golpe não teve apenas consequências públicas, como bem analisaram, por esses dias, nossos melhores ensaístas em artigos e livros. Ele mudou a vida de cada um de nós e a percepção que tínhamos dela. Nunca mais fomos os mesmos.

Carlos Diegues (Tempos difíceis).

RESUMO

A presente tese tem como propósito analisar as bases sociais de apoio à Ditadura Militar no Brasil (1964-1985). Para isso, partiu da hipótese de que a Ditadura foi possível porque encontrou grupos e indivíduos dispostos a colaborar com o poder estabelecido a partir de 1964. Por vezes, quem se dispôs a esse tipo de atividade, assumiu uma posição de ausência de reflexão diante do arbítrio. O tema do apoio político à Ditadura vem sendo revisitado pelos pesquisadores no intuito de viabilizar outras abordagens sobre o período, para além dos estudos majoritários baseados na perspectiva da resistência que surgiram durante o processo de redemocratização do Brasil, para responder às circunstâncias históricas da necessidade de construção da nova democracia. Este estudo, noutro enfoque, analisa a participação política das mulheres organizadas em associações femininas de caráter religioso, cultural e cívico, bem como a colaboração de indivíduos comuns que forneceram informações de suspeitos para os órgãos de repressão. A pesquisa analisou a documentação sobre as atividades das associações femininas, os documentos oficiais produzidos pelos órgãos de repressão e vigilância, além de documentos da imprensa. Procurou-se identificar o entusiasmo que envolvia a organização de atividades cívicas ligadas ao apoio ao Golpe de 1964, manifestas em mobilizações públicas que ocuparam as ruas com protestos e orações contra João Goulart e o comunismo. O anticomunismo fora a arma utilizada para defender os interesses daquelas associações e estimular inúmeras senhoras na defesa da família, da Pátria e da Nação. Importante atuação foi a da União Cívica Feminina Paranaense na preparação e articulação das mulheres a favor da intervenção das Forças Armadas. Realizaram atividades cívicas com o objetivo de fortalecer a ideia da presença dos militares como necessária para a manutenção da ordem e da preservação dos valores que acreditavam serem importantes para a sociedade. Num segundo momento, para concluir, priorizou-se o estudo da relação destas associações com o quadro político da base de apoio do governo militar. Tais mulheres tiveram acesso a recursos públicos para a manutenção de atividades de filantropia viabilizadas por aqueles parlamentares. A pesquisa procura enriquecer as discussões acerca do período ditatorial evidenciando que a participação das associações cívicas femininas não se restringiu somente aos anos iniciais do Regime Militar, elas foram atuantes no próprio processo de consolidação do governo militar.

Palavras-chaves: Associações Femininas; Ditadura Militar; Apoio político; Civismo.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the social bases that supported the military dictatorship in Brazil (1964-1985). This thesis, believe on the hypothesis that the dictatorship was only possible to be stated because it had found groups and individuals that were willing to cooperate with the established dictatorial power since 1964. And also, the ones who helped with the political system have done it without any consideration about the free will. The theme of political support to Dictatorship has been revisited by researchers in order to allow other approaches to the period beyond the majoritarian studies based on the perspective of resistance that emerged during the democratization process in Brazil, to respond to the historical circumstances and the needs to construction of the new democracy. This study, in another approach, analyzes the political participation of women who were organized in women's religious character entities, cultural and civic as well as the collaboration of ordinary individuals who provided suspect information to enforcement agencies. This research analyzed the documents related with the activities developed in women's organizations, also analyzed the official documents produced by the repression and surveillance agencies, and the press documents were analyzed too. This thesis shought to identify the enthusiasm that involved the organization of the civic activities that were supporting the military government in 1964, and the public demonstrations that took the streets with protests and prayers against João Goulart, the current president from Brazil, and against communism too. Anti-communism was the weapon used to defend the interests of those entities and encourage numerous ladies in defense of the family, the country and the nation. In this way, the União Civica Paranaense had an important performance in the preparation and coordination of women who were in favor of the armed forces intervention. They held civic activities in order to strengthen the idea of the presence of the military as something necessary to maintain the order and preserve the values they believed that were important to the Brazilian society in that time. In another moment, to close this research, the study of the relationship between these entities and the politic framework which supported the military government base were stated as an important issue to analyze. Such women had access to public resources to maintaining the philanthropic activities which only were possible because it were supported by those parliamentarians. This research seeks to enrich the discussions about the dictatorial period showing that the participation of women's civic entities was not restricted only to the early years of the military regime, they were acting also during the military government consolidation.

Keywords: Women Entities; Military Dictatorship; Political Support; Civility.

LISTA DE SIGLAS

5ª RM/DI	- Região Militar – 5ª Divisão de Infantaria
ACOPA	- Associação Comercial do Paraná
ADFG	- Ação Democrática Feminina do Rio Grande do Sul
AI	- Ato Institucional
AI-5	- Ato Institucional Número Cinco
ALEP	- Assembleia Legislativa Estadual do Paraná
ALN	- Ação Libertadora Nacional
APAE	- Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
ASI	- Assessorias de Segurança e Informações
CAMDE	- Campanha da Mulher pela Democracia
CCC	- Comando de Caça aos Comunistas
CDF	- Cruzada Democrática Feminina
CDN	- Conselho de Defesa Nacional
CEP	- Centro de Estudos e Pessoal do Exército
CIE	- Centro de Informações do Exército
CNBB	- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNMC	- Comissão Nacional de Moral e Civismo
COMOCI	- Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná
CPC	- Centros Popular de Cultura
CPC/PR	- Centros Popular de Cultura do Paraná
CPFC	- Centro Paranaense Feminino de Cultura
CSN	- Conselho de Segurança Nacional
DEOPS	- Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI-CODI	- Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	- Delegacia de Ordem Política e Social
DSI	- Divisões de Segurança e Informações
DSN	- Doutrina de Segurança Nacional
EMC	- Educação Moral e Cívica
ESG	- Escola Superior de Guerra
ESNI	- Escola Nacional de Informações

EUA	- Estados Unidos da América
FBPF	- Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino
FET-JONS	- Falange Espanho Tradicoinalista e Junta Ostensiva Nacional-Socialista
GEP	- Grupo de Estudos e Planejamento
GOE	- Grupos de Operações Especiais
IBAD	- Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
LBA	- Legião Brasileira de Assistência
LIMDE	- Liga da Mulher Democrática
LSC	- Liga das Senhoras Católicas
MAF	- Movimento de Arregimentação Feminina
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MFPA	- Movimento Feminino Pela Anistia
OAB	- Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PDC	- Partido Democrático Cristão
PSD	- Partido Social Democrático
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	- Partido Trabalhista Nacional
SAP	- Sociedade de Arte Popular
SEI	- Sociedade de Estudos Interamericanos
SFICI	- Serviço Federal de Informações e Contrainformações
SNI	- Serviço Nacional de Informação
STM	- Supremo Tribunal Militar
UCF-PR	- União Cívica Feminina Paranaense
UCF-SP	- União Cívica Feminina Paulista
UDN	- União Democrática Nacional
UNE	- União Nacional dos Estudantes
USP	- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	DAS MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA E DO OBJETO DE ESTUDO	17
1.2	DAS FONTES E DA ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA	20
2	CONCEPÇÃO DE APOIO E DE CONSENTIMENTO NA POLÍTICA	26
2.1	VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DA DITADURA MILITAR	27
2.2	CONSERVADORISMO E ATITUDE DE DIREITA	38
2.3	OBEDIÊNCIA E AUTORIDADE	43
3	A REAÇÃO POLÍTICO-CONSERVADORA E A INSTITUIÇÃO DO GOLPE MILITAR	53
3.1	A EFERVESCÊNCIA POLÍTICO-CULTURAL E A PROPOSTA DAS REFORMAS BASE	54
3.2	O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA E DAS ASSOCIAÇÕES FEMININAS NO GOLPE MILITAR	63
3.3	OS MILITARES NO PODER	73
4	O APARELHAMENTO DO SISTEMA REPRESSIVO E A FABRICAÇÃO DO INFORMANTE	83
4.1	A “GUERRA PSICOLÓGICA” E A CONSTITUIÇÃO DO INIMIGO INTERNO	85
4.2	A ESTRUTURA DE VIGILÂNCIA E A FORMAÇÃO DOS AGENTES DE INFORMAÇÃO	98
4.2.1	O formulário	102
4.2.2	O Informante	111
5	A FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES FEMININAS EM CURITIBA E SUA ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA	118
5.1	O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA (CPFC) E A LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE CURITIBA	123
5.1.1	As associações femininas e suas principais ideias	132
5.2	A UNIÃO CÍVICA FEMININA PARANAENSE (UCF-PR) E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES	140
5.2.1	Mulheres nas ruas: a Marcha a Favor do Ensino Livre em Curitiba	146

5.2.2	A União Cívica Feminina Paranaense e o apoio ao Governo dos militares	152
6	A INTERLOCUÇÃO ENTRE O GOVERNO MILITAR E AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS	157
6.1	AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS E A PROMOÇÃO DO CIVISMO	158
6.2	AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS E O QUADRO POLÍTICO DE APOIO AO GOVERNO DOS MILITARES	168
6.2.1	O CPFC e os parlamentares da Arena	172
6.2.2	A UCF-PR e o processo de distensão política	180
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
8	FONTES	205
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211

1 INTRODUÇÃO

O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido.
*Walter Benjamin*¹

Os cinquenta anos do Golpe Militar, lembrado em 2014, colocou na ordem do dia os debates sobre a Ditadura Militar no Brasil. A produção editorial sobre o tema cresceu sobremaneira para atender ao público interessado no conteúdo da Ditadura. Nas estantes das livrarias, por exemplo, as reedições de clássicos sobre o período dividiram o espaço com uma nova e expressiva literatura acerca do autoritarismo implantando a partir de 1964.² Nas bancas de jornal, revistas especializadas abordaram o assunto com ênfase nos aspectos econômico, político, social e cultural da época.³ O mesmo ocorreu nas universidades públicas e privadas através da realização de eventos e de semanas acadêmicas para refletir sobre o tema. Os dossiês das revistas científicas apresentavam outras abordagens acerca

¹ BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.

² Cf. Professores indicam dez livros para entender o golpe de 1964 e a ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/professores-indicam-dez-livros-para-entender-o-golpe-de-1964-e-ditadura.html> Acesso em: 10/03/2016.

³ Cf. 50 anos do golpe militar de 1964. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/> Acesso em: 10/03/2016.

da intervenção das Forças Armadas na vida política do país e da violência que se instaurou com o estado de exceção, a partir da ascensão dos militares ao poder.⁴

Na mesma dinâmica, os especialistas em Regime Militar, de modo particular os historiadores e os cientistas políticos, nunca foram tão requisitados para explicar o significado do período ditatorial brasileiro para as novas gerações. Filmes e documentários foram exibidos em canais de televisão e salas de cinema para o público em geral, mas com foco em especial nos estudantes de instituições públicas e privadas. Nessa miríade de eventos, as interpretações referentes ao período, bem como as orientações ideológicas e as atrocidades praticadas na época deram o tom das reflexões e das discussões levantadas.

Momentos de rememoração como este, põem em relevo o tema da memória. No seu entorno, lutas e embates políticos inscrevem um modo de ler e de relacionar-se com o passado.⁵ Para tanto, recomenda-se o cuidado de evitar confundir rememorar com comemoração. Na primeira, a ação é coletiva e política. Sua intenção não é um retorno ao passado, mas romper as barreiras que a impedem de ser dizível, o que inviabilizaria uma reflexão crítica do presente. Na segunda, os eventos são lembrados como fatos de um passado glorioso.⁶ Ter em mente essa diferença instiga a retomar marcos para se pensar os interesses e os motivos pelos quais se definiram os temas que orientaram pesquisas acadêmicas e mesmo concepções sobre o período da Ditadura. São ocasiões para se empreender balanços do que se produziu, ou deixou-se de produzir, a respeito da época, dos seus personagens e dos seus acontecimentos.⁷

No Brasil, outra questão se coloca. Trata-se da visão que entende o ato de lembrar como irrelevante, uma vez que nada, na estrutura da sociedade, de fato muda. Arraigada na imagem do Brasil “o país do futuro”, apontou para a necessidade de um futuro onde as marcas agonizantes de uma terra maculada pela

⁴ Cf. Dossiê 1964-2014, 50 anos depois: a cultura autoritária em questão. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/dossie-1964-2014-50-anos-depois-cultura-autoritaria-em-questao>
Acesso em 10/01/2016.

⁵ SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, 2004, p. 37-58.

⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração**: ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 260.

⁷ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p. 37-70.

colonização e pela escravidão importavam menos diante da brilhante história a ser construída sobre os brasileiros. A imagem da inventividade e da criatividade do brasileiro, em particular a de sua juventude, lançava os olhos para o futuro promissor e inevitável. Herança da ideologia da cordialidade que tanto contribuiu para encobrir a corrupção das elites políticas e econômicas e, do mesmo modo, garantir a subserviência da população.⁸

O interesse em manter tal ordem representa uma estratégia de fuga socialmente valorizada. Para tanto, criava-se uma memória na qual os eventos eram selecionados, provocando um afastamento dos conflitos atuais em relação ao seu passado. Uma das críticas benjaminiana da história burguesa ilumina a compreensão de tal ideia,⁹ situando-se num ponto importante que é o de questionar uma história como inventário do passado, pois deixa em “ponto cego” os elementos que se chocam e põem em risco a visão dominante: os excluídos, os vencidos, também o estranho e o que não encontrava representatividade nesta “história signo de verdade”. Como salientou Jeanne Marie Gagnebin, “Walter Benjamin denunciou,” muito antes de Michel Foucault e dos historiadores da descontinuidade, “as construções historiográficas habituais que cuidavam em apagar as dúvidas na transmissão da história e de silenciar os abismos irreduzíveis do acontecido.”¹⁰

A historiografia crítica de Walter Benjamin, a sua história a contrapelo, procurou entender, e tornar latente, como certas experiências do passado eram, ainda que presentes, marcadas por uma ausência e, em outros casos, por um silêncio gerenciado politicamente que delimitou o que deveria ou não ser lembrado.¹¹ Crítica semelhante se encontra em Hannah Arendt. Em *Historia e inmortalidad*, a filósofa demonstrou como a história na Modernidade não atentou para a complexidade da ação humana.¹² A visão de progresso e a crença no futuro, dadas segundo uma previsibilidade, apresentam-se como uma das principais características daquele modelo de história. Alicerçada na racionalidade positivista do tempo retilíneo, forçou um olhar para o passado de forma romantizada e idealizada.

⁸ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

⁹ BENJAMIN. Op cit. 1994, p. 222-232.

¹⁰ GAGNEBIN. Op cit. 2014, p. 203.

¹¹ BENJAMIN. Op cit. 1994, p. 225.

¹² ARENDT, Hannah. **De la historia a la acción**. Buenos Aires: Paidós, 2005, p. 47-73.

A verdade que esse modelo impôs residiu no processo temporal uniforme. A visão geral da ação humana nascida dessa perspectiva de história impediu a presença de um pensamento mais preocupado com as experiências distintas no tempo. A fuga da história para esse “todo” foi o que deixou escapar o particular, em outras palavras, as singularidades e a pluralidade das ações humanas. O propósito de tais ações é a fundação da comunidade política, o espaço onde a liberdade é possível. Hannah Arendt chamava atenção para a necessidade de se pensar tempos distintos, pois eles possibilitariam arrancar do esquecimento experiências do passado que foram silenciadas.

1.1 DAS MOTIVAÇÕES PARA A ESCOLHA DO TEMA E DO OBJETO DE ESTUDO

Estas reflexões remetem ao eixo do tema desta pesquisa, que é a Ditadura Militar. Por vezes, a memória do período foram expressões ideológicas e políticas que impuseram uma leitura sobre seu passado. A Ditadura, como todos os Regimes políticos baseados na violência, procurou justificar suas ações pregressas ao constituir uma memória enquanto elo com a sociedade. Precisou explicar a ruptura e, portanto, recorreu ao passado para fundamentar as bases pelas quais pretendiam construir a nova sociedade.

Do ponto de vista econômico, os militares que ascenderam ao poder em 1964 foram uma mescla confusa de conservadorismo e visão modernizadora. Eram antirreformistas, principalmente contra as reformas propostas pela esquerda, mas citavam reformas modernizantes como garantia do crescimento capitalista; consideravam-se revolucionários, mas desejavam manter a ordem social vigente, as hierarquias e as instituições tradicionais. Prevaleceu, então, o viés conservador e anticomunista. Foi o cimento da coalização golpista fazendo convergir posicionamentos políticos variados, entre os quais se destacaram os liberais, os anticomunistas, os antipopulistas, os empresários, os latifundiários e a grande imprensa, que caracterizaram o desafio, naquele primeiro momento, de se construir uma memória oficial para o Golpe Militar.¹³

Com o fim do governo de João Goulart, gradativamente ocorreu o processo de centralização e militarização das instituições do Estado, demarcando o

¹³ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 313-315.

fechamento da cena política e a transformação interna do Regime, o que resultou no aprofundamento da Ditadura, principalmente a partir de 1968, quando o Regime se se transformou em ditatorial-militar.¹⁴ Com a promulgação do AI-5, em dezembro daquele mesmo ano, os intelectuais liberais e a grande imprensa, que de início haviam demonstrado entusiasmo com a destituição do Presidente da República, passaram a criticar a repressão, a censura, a violência e a falta de liberdade de expressão. Do mesmo modo, setores da economia, com a crise da primeira metade da década de 1970, engrossaram o coro dos descontentes com os militares por conta da perda de seus lucros.¹⁵ Neste contexto, um conjunto de mecanismos foi mobilizado para garantir aos militares o gerenciamento do sistema político, como a propaganda sobre o desenvolvimentismo brasileiro e a ampliação da repressão.

Na década de 1970, com a política de distensão, a partir da crítica dos liberais dissidentes e dos comunistas, nasceu uma memória hegemônica sobre a Ditadura, agora, em torno do questionamento do radicalismo militar e da preservação da instabilidade institucional. E a esquerda, derrotada politicamente, conseguiu se afirmar nos produtos culturais com apoio da imprensa e o crescimento da indústria cultural, consagrando-se numa visão heroica da memória social sobre a Ditadura Militar. Também se referindo ao período, diversos autores mostraram que a multiplicidade de movimentos sociais, de natureza política, colocaram em xeque as noções comuns da ação política daquela época.¹⁶

Os referenciais de análise até então utilizados não davam conta da compreensão dessa visão polissêmica da sociedade civil. Tais questões se inscreveram no processo de democratização do país, o que levou à utilização de termos necessários para classificar essa novidade. Foi nesse solo que o termo resistência adquiriu importância e passou a significar aqueles que se impuseram contra grupos dominantes, ligados agora a um ponto comum: a construção da democracia. A perspectiva, com base na dicotomia de análises do tipo opressor e oprimido, explorador e explorados, reforçou o papel das forças coercitivas, por parte do Estado, para obtenção do controle social.

¹⁴ CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004.

¹⁵ VIANNA, Luiz Werneck. **A transição: da Constituinte à sucessão presidencial**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989, p. 91-102.

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 17, p. 161-165, 1996.

Nesse processo, o binômio dominação/resistência ofereceu uma chave de leitura sobre o período que muito pouco se preocupou com os segmentos da sociedade que, direta ou indiretamente, e por meio de diferentes práticas sociais, colaboraram com o poder constituído. Uma de suas consequências se observa no silêncio em torno das vítimas da violência política, sobretudo da tortura.¹⁷ A soma destes fatores e a maneira como adentraram no tecido social, podem explicar a violência das instituições do Estado contra a sociedade.

A sensação de impunidade resultou, por exemplo, na permanência da violência e, neste caso, da violência policial. Os seus trágicos efeitos podem ser observados nas ruas das grandes e pequenas cidades do país, nos porões das delegacias, nas cadeias, nos presídios e nas periferias de todo o Brasil.¹⁸ A violência, nesse sentido, constitui um campo amplo e complexo de estudo. Por isso a importância de se compreender como foi instituída em cada momento histórico a relação da sociedade com a violência, como se fabricou um homem violento ou dócil e como o discurso sobre a violência produziu indivíduos resistentes.¹⁹

O processo de Redemocratização e a Política de Anistia projetaram no horizonte do país um modelo de sociedade democrática baseado na hegemonia do discurso coletivo e do consenso social. Na historiografia brasileira, por exemplo, prevaleceu o modelo de história de matriz marxista cujos estudos e pesquisas partiram da temática da “revolução” e “revolta”, fomentando uma literatura, a partir da década de 1970, centrada nos sistemas repressivos e nas resistências.²⁰ Em relação à transição consensual, destaca-se outro efeito na política brasileira: atenuou a participação e a colaboração dos segmentos sociais e dos indivíduos em relação ao governo dos militares.

Tendo em visto tal perspectiva, o presente estudo insere-se num campo temático que discute as bases sociais de apoio à Ditadura Militar. Parte da seguinte hipótese: o Regime Militar, entre os anos de 1964 a 1985, foi possível também porque encontrou grupos e indivíduos dispostos a colaborar com o poder constituído

¹⁷ KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123-132.

¹⁸ HUGGINS, Martha Knisely. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, Set./Dez. 2010.

¹⁹ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. São Paulo: Autêntica, 2011, p. 28.

²⁰ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e de metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

pelos militares. Por vezes, os grupos e indivíduos que se dispuseram a esse tipo de atividade, assumiram uma posição de servilismo apático e de uma ausência de reflexão diante do arbítrio.

O presente estudo é desenvolvido com base nas concepções formuladas pela história política, pela filosofia política e pela ciência política, que permitiram fazer uma leitura e análise acerca da Ditadura Militar como evento político-social arraigado numa visão autoritária de mundo. Conservadorismo, direita, autoridade, obediência, consenso e consentimento são tomados como referências para análise do que se propõe esta tese, ou seja, o de pensar as bases sociais de apoio à Ditadura Militar no Brasil. Texto importante para a reflexão fora *Responsabilidade pessoal sob a ditadura*, de Hannah Arendt.²¹ Nele, a filósofa convida-nos à reflexão das razões que levam indivíduos a apoiarem politicamente os governos cuja violência substitui a ação política.

O exame dessas discussões, na tentativa de entender o período de autoritarismo no Brasil, aponta para novos desafios. Um deles é o de provocar fissuras no modo pelo qual o passado da Ditadura foi compreendido. Outro é o de pensá-lo criticamente no sentido de abrir caminhos para outras possibilidades de análises e de leituras capazes de vencer as diferentes formas de dominação, a repressão e a violência.

1.2 DAS FONTES E DA ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Nos últimos anos diferentes tipos de fontes e documentos fizeram parte do campo de pesquisa do historiador, o que permitiu outras abordagens sobre a história, enriquecendo o discurso histórico ampliando a análise sobre o passado. Entende-se, pois, que o documento é um fragmento de um tempo, de um espaço e da sociedade que o produziu, e, portanto, o caráter de acontecimento que lhe é próprio, é dotado de singularidade, cabendo ao historiador efetivar as perguntas e efetuar as críticas de acordo com a pertinência do seu tempo e do momento em que o pesquisador se encontra. Certamente, os fragmentos não abarcam a totalidade da

²¹ ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 79-111.

realidade social, são sinais de um passado, de um contexto que é ressignificado de acordo com as relações de forças existentes em um dado momento histórico.²²

Compartilhando dessa concepção, a presente pesquisa focou no seguinte *corpus* documental: uma documentação sobre as atividades das associações femininas, os documentos oficiais produzidos pelos órgãos de repressão e vigilância e, por fim, a documentação oriunda da imprensa, particularmente os periódicos como os jornais e revistas.²³ Quanto ao primeiro grupo, foram pesquisados os Estatutos da Liga das Senhoras Católicas e da União Cívica Feminina Paranaense, cartas, relatórios de atividade e ofícios destas associações e do Centro Paranaense Feminino de Cultura. Desta documentação, merece destaque as revistas do CPFC onde foi possível perceber as visões que as participantes daquela associação tinham a respeito do que era ser mulher, mãe e esposa. Explorando os seus escritos, a análise pontuou as reflexões sobre civismo, o matrimônio e o que elas compreendiam sobre cultura, democracia e patriotismo.

As revistas geralmente eram publicadas a cada ano, embora outros textos em formato de periódico tenham sido produzidos para narrar a história do Centro Feminino. A Revista do CPFC era o espaço para a divulgação da produção intelectual das centristas, termo utilizado para identificar as mulheres que integravam o CPFC, que se destacaram nas áreas das Letras, especialmente na poesia. As publicações pesquisadas datam de 1967, ano da primeira publicação da revista, e se estende até 1983, ano da comemoração dos 50 anos do CPFC, ocasião em que fora publicada uma revista especial com discursos e relatos sobre as atividades da organização. Chama atenção, nos relatos, a quantidade de atividades realizadas pelo Centro e como elas envolveram figuras do cenário político e intelectual de Curitiba. As homenagens a personalidades públicas, geralmente membros da elite curitibana que se destacavam no cenário político, eram algo recorrente para sublinhar modelos ideais de “mãe” ou do que era ser um bom gestor público.

Outra questão que merece destaque é a quantidade de textos e poesias que tratam de atitudes morais, do comportamento a ser assumido pelas centristas e colaboradores, da exaltação de Curitiba e da valorização da família, que compõem, de modo geral, o tema que permeia todas as publicações da revista. A

²² JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 53-78.

²³ Na documentação analisada, o termo utilizado para nomear a organização das mulheres é “entidade”. Nesta pesquisa será usada a nomenclatura “associação” ao invés de “entidade”.

documentação encontra-se arquivada na Casa da Memória de Curitiba, na Biblioteca Pública do Paraná e na própria sede do CPFC, na capital paranaense.

Uma documentação importante foi o Livro de Ouro.²⁴ Um compêndio organizado em três grandes volumes feito a partir de recortes de jornais e revistas, fotografias e relatos das atividades das mulheres no âmbito da cultura e da filantropia, datado entre os anos de 1959 a 1991. São breves relatos e notícias, entrevistas e textos elogiosos sobre as fundadoras do CPFC e sua inserção na vida pública. O livro inclui-se dentro do desejo de se criar um passado coeso, uniforme e positivo da entidade e se refere ao modo pelo qual as mulheres enxergam a si próprias e a maneira como se relacionavam com a sociedade da qual eram parte.²⁵

Além disso, é interessante perceber que a maioria das atividades envolviam mulheres de outras associações femininas, mas que, em grande parte, tinham no Centro Feminino um ponto de intersecção. Por isso, é muito comum encontrar dados da UCF-PR nos relatos e na documentação do CPFC, tais como relatórios, ações em conjunto e participação em eventos políticos e beneficentes. Outra questão que pode explicar essa relação tem a ver com o fato de a UCF-PR ter sido criada pelas principais líderes do CPFC e terem dividido, até os anos 1980, aproximadamente, a mesma sede.²⁶

Soma-se a essa documentação os Jornais Gazeta do Povo, Diário do Paraná, Tribuna do Paraná, Voz do Paraná e a Revista Panorama. Os jornais com uma tiragem diária, exceto o jornal católico a Voz do Paraná, com tiragem semanal, e a revista, com tiragem mensal, publicavam matérias que tratavam das ações de grupos políticos e das associações femininas atuantes no período pesquisado e abordavam aspectos morais e políticos das atividades daqueles grupos. Os periódicos eram o caminho mais usado pelos setores mais conservadores para fazer

²⁴ C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1959-1963). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p; C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p; C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1968-1991). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

²⁵ SEIXAS, Larissa Selhorst. **“O feminismo no bom sentido”**: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). 141p. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

²⁶ Na documentação analisada era comum encontrar o termo “senhoras” para designar as mulheres das classes mais abastadas que participavam do CPFC, da Liga das Senhoras Católicas, da União Cívica Feminina Paranaense, entre outras. Já o termo “mulheres” fazia referência às mulheres pobres atendidas por aquelas associações, em suas atividades de filantropia. Nesta pesquisa será utilizada a categoria mulheres para se referir não somente às damas das associações femininas, mas também às mulheres que participavam da vida pública e das atividades de filantropia.

críticas ao governo, como ocorreu com o governo de João Goulart, denunciar expressões artísticas classificadas como imoral ou pornográfica. As mulheres fizeram uso desse recurso midiático para disseminar suas ideias e para pressionar as autoridades quando em jogo estavam interesses tocantes à família.

Outro *corpus* documental pesquisado foi produzido pelas instituições do Estado, entre os quais a DOPS e o Serviço Nacional de Informação, hoje parte do acervo do Arquivo Público do Paraná. São dossiês sobre atividades subversivas, fichas individuais de membros ligados a grupos de esquerda e de suspeitos de atividade comunista ou terrorista, na visão do Estado. A documentação resultou da investigação do SNI, órgão responsável pela coordenação da ação repressiva durante a vigência do Regime que articulava os diversos aparelhos da Ditadura incumbidos da vigilância e do controle social. Era composto por uma rede de informantes inseridos no meio social, ou seja, pessoas responsáveis pela identificação de potenciais inimigos da Nação.²⁷

O combate à subversão foi uma das atividades mais importantes dos órgãos de vigilância e repressão. Deu-se, inclusive, com base na ideia de “guerra psicológica”. Por meio dela a sociedade ficava em constante alerta. Os cidadãos eram vistos como possíveis ameaças. Vigiá-los de forma eficaz era um dos objetivos dos militares. A formação dos agentes da repressão pelos órgãos especializados levou também à fabricação do informante, figura recorrente entre os agentes do Estado. Os informantes foram utilizados para descobrir e dismantelar focos de oposição e identificar indivíduos considerados subversivos pelo Estado. Inseridos na sociedade, instituições públicas e privadas, como as escolas e os espaços públicos, os informantes, imbuídos de valores morais e de caráter tradicional, acreditavam serem eles mesmos os responsáveis pela defesa da Nação e, em nome dela, agiriam conforme as exigências dos militares.

Feita essa reflexão para analisar o papel das bases sociais em diferentes aspectos do apoio à intervenção das Forças Armadas na política brasileira, entre 1964 e 1985, a tese foi organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, o foco é a discussão historiográfica a partir da análise da literatura sobre a Ditadura. Nesta reflexão há um destaque para as explicações do período ditatorial, são elas: a

²⁷ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22/05/2008.

vertente militar, a ideológica, a anistia extorquida e a vertente social, sendo esta a que aborda os grupos sociais e indivíduos que se opuseram à intervenção das Forças Armadas e aqueles dispostos a apoiar os militares.

No mesmo capítulo se discutirá conceitos que explicam as formas de apoio político a Regimes de exceção ou a governos autoritários por diferentes prismas. Conceitos como autoridade, consenso, consentimento, obediência, entre outros, iluminam as motivações que levam as pessoas a compactuarem com formas de comando, em muitos casos, constituídas por meio da violência.

O segundo capítulo discute as forças políticas e sociais atuantes nos anos que antecederam o Golpe. Será feito por meio da análise da participação política dos movimentos sociais e culturais que constituíram o que ficou conhecido como “efervescência política”. Do mesmo modo, há um estudo sobre os grupos que reagiram às reformas de bases, propostas por João Goulart, e aos setores que almejavam maior participação política e acesso a direitos sociais. O terceiro capítulo, por sua vez, analisa o aprimoramento do aparelho repressivo, sua ramificação na sociedade e o papel do informante e do colaborador na tarefa de denúncia e de identificação de subversivos.

Nos capítulos quatro e cinco o foco da análise serão as associações femininas de caráter religioso, cultural e cívico. Procurou-se identificar o entusiasmo de atividades ligadas ao apoio ao Golpe de 1964, manifesta em mobilizações públicas que ocuparam as ruas com protestos e orações contra João Goulart e o comunismo, conhecidas como as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Nessa configuração, o anticomunismo fora a arma utilizada para defender os interesses daquelas associações e estimular inúmeras mulheres na defesa da família, da Pátria e da Nação.

Nestes capítulos também se discute o lugar reservado à mulher na política. Atribuía-lhes o papel de coadjuvantes, em particular aquele reservado à filantropia. No entanto, era o espaço de participação política destas mulheres e o lugar onde manifestavam visões de mundo e conquistavam prestígio político. Há uma reflexão sobre suas ideias e práticas, identificando-se os principais valores defendidos por aquelas mulheres nos espaços de atuação pública. No processo, a família assumiu lugar de destaque e transformou-se no ambiente privilegiado da preservação dos valores morais e cristãos. E a tarefa de protegê-los reservou-se às mulheres.

No último capítulo, mais especificamente, há uma análise da relação das associações femininas com o quadro político de apoio aos militares, bem como a atuação das associações, em especial da UCF-PR, na realização de atividades cívicas no intuito de fortalecer a ideia da presença dos militares como necessária para a manutenção da ordem e da preservação dos valores que as associações femininas acreditavam serem importantes para suas famílias, filhos e, mais ainda, para a sociedade.

Dito isso, a pesquisa procura enriquecer as discussões acerca da Ditadura Militar no Brasil. Soma-se aos recentes estudos preocupados em entender as bases sociais de apoio ao Regime ditatorial. É preciso, portanto, lançar luzes a essa zona obscura, deixar suas fraturas expostas. Assim, com os ouvidos atentos e sensíveis a este passado, que as suas falas possam deixar rasgar o silêncio que ainda perdura na sociedade.

2 CONCEPÇÃO DE APOIO E DE CONSENTIMENTO NA POLÍTICA

Dissidência implica em consentimento e é a marca
do governo livre; quem sabe que pode divergir
sabe também que de certo modo está consentindo
quando não diverge.
*Hannah Arendt*²⁸

A proposta do presente capítulo é a de apresentar uma análise teórica em dois momentos: um sobre o estado da arte e outro acerca dos conceitos que explicam o apoio na política. O primeiro faz uma reflexão, a partir da literatura sobre a Ditadura Militar, a respeito das formas pelas quais este período da história brasileira tem sido compreendido pelos pesquisadores das Ciências Humanas. Tendo em vista a enorme produção sobre o tema, tanto acadêmica quanto de outras expressões do conhecimento, tais como a arte e a cultura, por exemplo, priorizou-se as variantes explicativas que estabeleceram uma relação com o tema da pesquisa, que são as bases sociais de apoio à Ditadura. Foi uma reflexão motivada pelo contato, dentre as várias obras publicadas, com a literatura sobre o período ditatorial.

Para tanto, dividiu-se a primeira parte em quatro importantes eixos, a saber: a *variável militar*, a *variável ideológica*, ou o *anticomunismo*, a *reconciliação extorquida* e a *variável social*. A relevância da divisão consiste no fato de lançar *feixes de luz* para a compreensão do Regime Militar, levando em conta, entre outros fatores, a sua complexidade e os seus campos de tensão, sejam na política, na área social ou mesmo nos modos de interpretação do período. Estas explicações não podem ser vistas como um dado fechado ou engessado em si, uma vez que seus limites são flexíveis e articulam conceitos e agentes sociais partindo de referenciais teóricos e de matrizes teóricas distintas, como a filosofia política e as ciências políticas.

²⁸ ARENDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 79.

O reconhecimento da pluralidade de abordagens sobre a Ditadura soma-se à reflexão acerca dos conceitos que orientam à compreensão dos modos de apoio na política. No quadro, as concepções de conservadorismo, direita, autoridade, obediência, consenso, consentimento são tomados como uma “caixa de ferramentas”, ou seja, como uma maneira de auxiliar a compreensão sobre o tema e de fazer pensar as modalidades de apoio político em Regimes de exceção. Foram aqui tomados de empréstimos dos estudos de Richard Sennett, Hannah Arendt e Pierre Ansart, entre outros, para orientar a análise quanto às condições política, psicológica e sensível das pessoas que se dispuseram a apoiar o Regime Militar.

2.1 VARIÁVEIS EXPLICATIVAS DA DITADURA MILITAR

Parece consenso, entre os historiadores, considerar a década de 1970 como marco da transformação, quer no aspecto teórico, quer no aspecto metodológico, da própria historiografia.²⁹ Tais mudanças, em muitos casos, vieram atreladas à expressão “nova história”;³⁰ uma expressão problemática pela ideia de ruptura que ela evoca, sugerindo também a desqualificação do que foi produzido anteriormente.³¹ Ressalta-se, entretanto, que a história, desde sua configuração como área do conhecimento das atividades humanas no tempo, não deixou de ser alvo de críticas e de questionamentos, tampouco de responder a interesses distintos.³²

As transformações na historiografia foram o resultado das críticas à visão de progresso, à perspectiva cientificista e ao racionalismo de caráter positivista, ainda na primeira metade do século XX. Durante o período, as interpretações marxistas ganharam prestígio como campo de investigação nas ciências humanas. No final da década de 1960, sob o impacto do movimento de maio de 1968, outras concepções

²⁹ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1987; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

³⁰ A expressão “nova história” é muito conhecida na França por causa do título de uma coleção de ensaios, organizados em três volumes, pelo historiador, Jacques Le Goff: “novos problemas”, “novas abordagens”, “novos objetos”. BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 9.

³¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Mudanças históricas e revisões historiográficas. In: PASSETTI, Edson. *et al.* **Modernidade: globalização e exclusão**. São Paulo: Editora Imaginário, 1996, p. 16.

³² JENKINS. Op cit. 2007, p. 53-88.

de poder e, conseqüentemente, de política ocuparam espaço no trabalho dos historiadores.

No Brasil, refreados por causa da Ditadura Militar, estes debates chegaram tardiamente. Após 1964, a versão da história do Brasil passou a contar com o apoio ostensivo dos aparelhos do Estado. Até a década de 1970, por exemplo, para o ensino de história, um dos modelos privilegiados era o da história factual, com a predominância da historiografia política. Esta era constituída, em sua quase totalidade, pela história política chamada de tradicional.³³ Com a sinalização de abertura política e a queda sucessiva da censura, cresceu o interesse pelo movimento de 1964, ganhando espaço, na história, o pensamento de matriz marxista.³⁴ Os anos de 1980 e 1990, entretanto, suscitaram a ampliação do debate sobre as questões de natureza política, possibilitando outras análises do poder, incluindo aí o simbólico e o imaginário. Permitiu-se uma pluralidade de estudos, no que concerne à Ditadura, que possibilitaram diferentes modos de interpretar o período ditatorial.

Um grupo de estudos tem como ponto de partida a análise da categoria militar como uma variável explicativa. Evidencia a presença, no interior das Forças Armadas, de posições políticas e ideológicas antagônicas motivadas, entre outros fatores, pelas disputas de poder interno, pelo receio do esfacelamento da hierarquia militar, em razão da inserção de células comunistas nos quartéis, e, após o Golpe, pelas divergências em torno do modelo adequado de Regime político para a condução do país.³⁵ Assim se explica os diferentes momentos de repressão, de liberalização e, do mesmo modo, da gradativa militarização dos aparelhos do Estado, durante o período em que os militares permaneceram no controle do país.³⁶

Sobre os militares, algumas concepções, por exemplo, defendiam a ideia de que havia uma coesão na corporação. Essa coesão, embora relativa na visão de Wanderley Guilherme dos Santos, uma vez que os militares procuravam manter a

³³ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1987, p. 81.

³⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. **R., Bras., Hist.**, São Paulo, 2 (4): 153-172, set. 1982.

³⁵ Do período que vai da posse de Costa e Silva, em março de 1967, até a eclosão da crise política, em abril de 1968, o aparelho militar estava dividido em quatro correntes políticas: castelistas, alburquerqueístas, linha dura, palacianos.

³⁶ CODATO. Op cit. 2004, p. 11-36.

unidade institucional, permitiu a unidade de orientação da corporação; pré-requisito para o sucesso na condução do Golpe e, em seguida, para a constituição de um governo forte capaz de impor, à revelia das forças partidárias e grupos sociais, os interesses referentes à segurança nacional.³⁷ Os autores que discordaram dessa visão, como Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares, Celso Castro,³⁸ João Quartim de Moraes, Wilma Peres Costa e Eliézer Rizzo de Oliveira,³⁹ levaram em consideração as circunstâncias históricas no que tange às intervenções militares no processo político brasileiro, ao conjunto de tensões na área militar e, do mesmo modo, às alianças entre alguns segmentos militares e civis para a obtenção de apoio político e social.⁴⁰

Para estes autores, os militares também ocuparam na produção teórica do país um lugar modesto, sendo, muitas vezes, um assunto tabu entre os pesquisadores, configurando-se como um objeto de estudo delicado, dado o contraste entre a forte presença dos militares na política e sua fraca presença na teoria política.⁴¹ Contudo, em fins da década de 1960, os militares passaram a ser foco de estudos com as pesquisas baseadas na ótica da intervenção. Buscava-se, com isso, explicar as razões da intervenção militar, de modo particular a do Exército, na política brasileira. Sobre o tema, é conhecido o trabalho de Alfred Stepan.⁴² Nele o cientista político abordou a mudança na relação entre os militares e a sociedade a

³⁷ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Quem dará o Golpe no Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror**. A implantação: 1964. São Paulo: Vértice, 1988, p. 95-145.

³⁸ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

³⁹ MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, 1987; MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: MONTEIRO, João Paulo; MORAES, João Quartim de; SCHARF, Kurt; FORTES, Roberto Salinas; ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Paulo Eduardo; RIBEIRO, Renato Janine. **Filosofia Política**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

⁴⁰ Exemplifica uma dessas tensões os protestos de militares do alto escalão como o Manifesto dos Coronéis, em 1954, que apresentava as condições em que se encontravam as Forças Armadas, exigiam aumento de salário e alertava, segundo os coronéis, as tentativas de subversão de militares inspirados pelas ideias comunistas.

⁴¹ MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: MORAES, João Quartim de; SCHARF, Kurt; FORTES, Roberto Salinas; ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Paulo Eduardo; RIBEIRO, Renato Janine. **Filosofia Política**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985, p. 163.

⁴² STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

partir de 1964.⁴³ Segundo o autor, os militares deixaram o chamado padrão moderador e, no exercício do poder político, passaram a gerenciar os negócios do Estado. No entanto, desde a Primeira República, alguns estudiosos, como Moraes, salientam que havia interferência direta dos militares na vida política brasileira.⁴⁴ Também esteve sob a tutela militar, na maior parte do tempo, a frente dos órgãos de vigilância política para gerenciar, controlar e investigar os cidadãos considerados ameaça pelo Estado.⁴⁵

No que se refere aos estudos sobre a categoria militar, dados analisados sobre a literatura referente à Ditadura revelaram que o número de teses, dissertações, livros e mesmo artigos sobre o tema, feitos durante os anos 1970 e início dos anos de 1980, é superior quando comparados aos estudos dos anos de 1990.⁴⁶ Explica-se o fato pelo aumento, nesta década, da literatura sobre as áreas da arte e da cultura, consequência do olhar dos pesquisadores à inserção da cultura de esquerda na indústria cultural durante a Ditadura, principalmente no final dos anos de 1960. Outro fator que corresponde ao parco interesse dos estudiosos tem a ver com a tradição sociológica do Brasil, de matriz europeia. Não se deu atenção aos grupos que não se enquadravam na herança teórica dos estudos sobre os atores políticos clássicos: proletariado, burguesia.

No interior desse quadro, ressalta-se outra questão: o processo de abertura política, a partir da segunda metade da década de 1970, que direcionou o olhar dos pesquisadores para a Nova República em construção. A necessidade de se pensar a conjuntura política daquele momento redobrou os apelos aos estudiosos em torno da construção de um consenso social com o objetivo de constituir a nova democracia, agora sobre os escombros de uma sociedade ferida pela arbitrariedade do Estado. Como resultado, tem-se o número de estudos sobre os militares reduzidos de forma considerável.⁴⁷

⁴³ Os militares eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo políticos civis.

⁴⁴ MORAES. Op cit. 1985, p. 167-180.

⁴⁵ FICO, Carlo. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.31.

⁴⁶ SOUZA, Amaury de. Março ou abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror**. A implantação: 1964. São Paulo: Vértice, 1988, p. 193-212; FICO. Op cit. 2004, p. 169-177.

⁴⁷ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe**: 12 depoimentos de oficiais que articularam o Golpe militar de 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p.9.

Mesmo diante dessa realidade, algumas abordagens sinalizaram mudanças em relação ao tema, ainda na década de 1990, com o surgimento de novas pesquisas acadêmicas sobre a temática militar nas áreas da ciência política e da antropologia. Enquadra-se, nessa perspectiva, a tese de João Roberto Martins acerca das tensões e crises políticas entre os militares, anos de 1964 a 1969, momento de reconfiguração e de recrudescimento do Regime.⁴⁸ Na área da antropologia, merece destaque o estudo de Leirner sobre a hierarquia militar.⁴⁹ O pesquisador abordou a relação entre o mundo militar e o mundo civil, tentando compreender como se deu a socialização entre os dois universos. Ele investigou a constituição de uma identidade militar e a interferência da instituição militar na dinâmica política da sociedade. A importância destes estudos reside no fato de chamar atenção para a complexidade da categoria militar ao criticar a ideia dos militares como uma instituição autônoma do Estado, à parte da sociedade, agindo enquanto poder hegemônico.

Da mesma forma em que a categoria militar compõe um modo de compreender a Ditadura, outras análises enxergaram no anticomunismo uma variável explicativa do período.⁵⁰ Procurou-se, por meio dela, entender o enfrentamento do comunismo e o medo de sua inserção no cenário brasileiro como motivação ou justificativa política para a tomada do poder pelos militares e a progressiva centralização política do Regime. Nessa época, o anticomunismo foi um discurso recorrente nos aparelhos midiáticos para dar suporte aos movimentos insurgentes no governo de João Goulart. Em muitos aspectos, o combate ao comunismo se deu em nome da crença no crescimento econômico do país e da proteção da moralidade cristã das famílias católicas. O contexto era o da Guerra Fria, período em que os blocos capitalista e comunista disputavam zonas de influência econômica e política no mundo, em especial na América Latina.⁵¹

⁴⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura Militar (1964-1969). 239p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

⁴⁹ LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

⁵⁰ CODATO. Op cit. 2004, p. 11-36.

⁵¹ MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O século sombrio**: uma história geral do século XX, 2004, p. 261-281.

Sobre o anticomunismo no Brasil, o historiador, Rodrigo Patto Sá Motta, identificou três matrizes que fundamentaram a doutrina anticomunista, a saber: o Catolicismo, o Nacionalismo e o Liberalismo. Para o autor, o anticomunismo esteve presente no colapso institucional da democracia brasileira de Getúlio Vargas até o Golpe de 1964. Atuante em momentos de crise, ele se manifestou por meio de um conjunto de simbolizações, ideário, imaginário e iconografia, configurando-se uma espécie de união contra o inimigo comum.⁵² Na perspectiva do Catolicismo, em geral, o Comunismo era uma ameaça, pois ele possuía um sistema filosófico que questionava e negava a existência de Deus e professava uma espécie de materialismo ateu. Além disso, eram acusados pela Igreja Católica de pretender substituir a moralidade cristã e destruir a instituição familiar, a hierarquia e a ordem. Para combatê-lo, era preciso unir o mundo católico. Um momento forte dessa reação ocorreu na primeira metade da década de 1960 quando a propaganda anticomunista, inspirada nas encíclicas papais e nas cartas pastorais dos bispos, instigou os fiéis católicos a repudiarem a violência e o mal que os Regimes comunistas causavam aos religiosos.

Se a noção de mal comunista estava presente no Catolicismo, na perspectiva do Nacionalismo não era diferente. É preciso lembrar que o Nacionalismo reivindicado era inspirado no romantismo alemão, para quem a Nação compreendia um conjunto orgânico superior aos conflitos sociais. A defesa da ordem, da tradição e da centralização era uma máxima nessa visão. Por isso, os comunistas eram uma ameaça, visto que instigavam a divisão social e a destruição do corpo nacional, insuflando o ódio de classe. Já para o Liberalismo, o Comunismo era acusado de sufocar as liberdades individuais ao praticar o autoritarismo político. Temia-se a destituição do direito à propriedade privada por meio da estatização dos bens e da economia. No Brasil, o ponto forte do anticomunismo se deu pela luta contra o intervencionismo estatal. Para enfrentá-lo, mobilizou-se a grande imprensa no intuito de criar, de forma intensa e ostensiva, uma imagem negativa do Comunismo e chamar atenção aos possíveis danos causados à sociedade, caso tal ideologia predominasse no Brasil.⁵³

⁵² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 18-46.

⁵³ SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, 2008. 154f.

À visão das matrizes do anticomunismo, outra perspectiva somou-se ao entendimento da Ditadura, mais especificamente a partir do processo de consolidação do Regime Militar. Baseou-se na concepção de “guerra psicológica” por entender, entre outros fatores, que ela abarca questões permeadas pela política e pela moralidade.⁵⁴ Caracterizou-se pela mudança no conceito de inimigo, visto agora não mais exterior às fronteiras territoriais, mas pela sua capacidade de inserção no corpo social. Para enfrentá-lo, os militares recorreram à concepção psicossocial do comportamento humano no intuito de estimular e de criar formas de sentir e de agir nos indivíduos na sociedade.⁵⁵ Tal concepção, via propaganda, criou uma sensação de insegurança, de tensão e de medo social, tornando o cidadão, qualquer cidadão em potencial, uma possível ameaça.

Evidenciava-se pela ideia de subversão, fosse ela encarnada no comunista ou na imagem do comportamento desviante, em outros termos, aquele indivíduo capaz de degenerar os valores morais da sociedade. Para combatê-lo, o aparato repressivo se aprimorou e a propaganda inspirada na DSN, forjada pela ESG, disseminou a imagem do subversivo como o grande mal em diferentes instâncias da sociedade. Observa-se isso, por exemplo, na censura. Ao proibir as expressões de conotação sexual, ao se referir à infecção, termo que lembra doença, ao falar de infiltração ou sabotagem, expressões de uma Nação que precisava ser imunizada dos causadores de patologias sociais, como a desordem e a corrupção da juventude, o dispositivo psicológico do medo era ativado. Para garantir uma sociedade “saudável”, os militares promulgaram leis arbitrárias para combater a subversão e garantir a segurança, constituindo um Estado de exceção no Brasil.

Isso leva a outro tema também complexo, o da violência na Ditadura Militar. A análise do papel da violência em sua centralidade, praticada durante o período, constitui um importante campo de estudo.⁵⁶ São conhecidas as abordagens de Elio Gaspari, sobre a repressão e a violência praticadas pelo Estado, as de Lucas

⁵⁴ NODARI, Alexandre. **Censura**: ensaio sobre a “servidão imaginária”. 252 p. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis-SC, 2012, p. 173.

⁵⁵ RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985). Londrina: UEL, 2001.

⁵⁶ Cf. GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014; FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Editora Record, 2005; GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar Brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

Figueiredo, acerca da constituição do sistema de vigilância, e as de Martha Huggins, uma das primeiras análises sobre o aprimoramento das forças policiais no combate à subversão.⁵⁷ A autora pesquisou a sistematização das atividades de órgãos especializados no controle e na execução das medidas de repressão contra grupos considerados inimigos do governo. Órgãos organizados para reprimir os movimentos de resistência, para combater a luta armada e a guerrilha urbana no intuito de destruí-las e neutralizá-las. Recentemente, destaca-se a pesquisa de Mariana Joffily, sobre a formação de um dos mais terríveis órgãos de repressão e de tortura e sua violência praticada contra os prisioneiros pela Ditadura, o sistema DOI-CODI.⁵⁸

Estes estudos chamaram a atenção para o funcionamento da máquina repressiva estatal demarcando um tipo de violência, a violência política, entendendo-se aqui aquela praticada nos Regime de caráter autoritário em que se observa a violência como uma experiência-limite, caso da tortura aos presos políticos nos órgãos da Ditadura. Tal violência é sempre exercida contra outro considerado como opositor.⁵⁹ Esta característica das ditaduras, como salientou Hannah Arendt, põe fim à liberdade política, embora a vida privada e a atividade política não sejam necessariamente afetadas. No entanto, perseguem os opositores políticos com crueldade e sua violência volta-se contra os inimigos declarados do Regime no poder.⁶⁰

A violência, aqui descrita, deixou cicatrizes na sociedade. Difíceis de serem mensuradas, elas continuam desafiando a compreensão dos pesquisadores ao ponto de alguns a compreenderem como traumas. Estes quando não significados ou simbolizados, têm como consequência a repetição em forma de sintoma. Compreender tal processo tem sido o esforço de pesquisadores nos últimos anos. O objetivo é o de refletir e o de enfrentar questões perturbadoras sobre as consequências da violência política nas sociedades marcadas por Regimes autoritários. No Brasil, o marco para esse campo de estudo tem sido o período de transição política, com o fim da Ditadura.

⁵⁷ HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998, p. 165-186.

⁵⁸ JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. São Paulo: Edusp, 2013.

⁵⁹ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. História e violência: contribuição ao estudo das paixões na política. **História-Unissinos**, número especial, jul./dez., 2001, p. 149-160.

⁶⁰ ARENDT, Op cit. 2004, p. 95.

A política de Anistia, tal como foi praticada no período de transição do Regime, resultou na política do silêncio e do esquecimento em relação aos crimes praticados na Ditadura. Ao dialogar com a psicanálise, os estudiosos procuraram entender os motivos do silêncio em relação à violência e suas consequências na sociedade.⁶¹ A anistia, na tentativa de superar o drama vivido diante da violência contra os perseguidos políticos, não criou um espaço apropriado para a abordagem do passado violento. Ao invés de trazer essas vozes, tornou-se o espaço da mudez. Do mesmo modo, o caráter elitista e excludente da política de transição promoveu uma reconciliação extorquida causando a não punição e o perdão sem reparação, dos perpetradores da violência contra a sociedade.

Maria Rita Kehl acredita que o silêncio existente em relação à tortura é um dos fatores que podem explicar a repetição, em outras formas, da violência policial e das instituições do Estado.⁶² A sensação de impunidade e o medo imperam e impedem que atitudes e denúncias contra esse tipo de prática sejam realizadas. O processo de transição, além de desviar a atenção da violência praticada no período, também se manifestou na tímida preocupação e na falta de interesse em relação à abertura dos arquivos da Ditadura Militar.

A política do silenciamento empurrou para fora da simbolização um tipo de violência, aquele praticado contra os corpos dos perseguidos políticos. Seu enfrentamento passa pela significação das experiências-limites, como a tortura, o que a autora demarca como trauma. Dizer o que não quer ser dito, permite maior compreensão por parte da sociedade e de seu passado. Não refletir sobre o que ficou recalcado faz com que a violência, inclusive a policial, seja aceita com naturalidade e vista, inclusive, como um mal necessário.

A manipulação política da memória coletiva se agrava mais ainda ao negar informações às famílias de mortos e desaparecidos políticos, impedindo-as do trabalho de luto, uma vez que não cuidar dos mortos, no processo de luto constante,

⁶¹ Cf. SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009 (Volumes I e II); TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010; KHEL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014 (Cap. 4 – Ressentimento na política); ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013 (Cap. II – A tortura no Brasil durante a Ditadura Civil-Militar); GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34 (Parte 3 – Rememoração).

⁶² KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 124-128.

inviabiliza espantar os traumas do passado. Por isso, a anistia não somente criou um sentimento de indiferença em relação à violência, deixou também uma ideia de que era possível viver o passado como se ele não tivesse acontecido, como ocorreu ao se negar a existência da tortura praticada pelos agentes de repressão do Estado. Esquecer, no caso, serviu para manter uma ordem estabelecida e normatizar as relações na sociedade. Expressou a incapacidade de se lidar com o passado, sinal do caráter deteriorado da democracia que surgiu Pós-Ditadura Militar.

Outro aspecto relevante para a compreensão da Ditadura repousa na literatura que tratou das lutas sociais como variável explicativa. Priorizou-se a dinâmica dos grupos sociais e o comportamento dos indivíduos no momento anterior em que se deflagrou o Golpe e durante a consolidação do Regime Militar.⁶³ Sobre o tema existe uma vasta bibliografia, com destaque para os estudos sobre as esquerdas. Em maior escala, nestas abordagens, encontraram-se as análises sobre a resistência na cultura, sobre o movimento estudantil e sobre aqueles que eram contrários ao arbítrio estabelecido pelos militares no intuito de reconstruir o espaço público esgarçado da política.⁶⁴ No entanto, as recentes pesquisas sobre o período de 1964 a 1985 têm realçado a presença dos grupos civis, ou setores de direita, na construção do Estado ditatorial brasileiro.⁶⁵ Amparados em Pierre Laborie, para quem a atitude e o comportamento de indivíduos e grupos são marcados por ações ambivalentes e por situações simultâneas de proximidade e distanciamento de acordo com as circunstâncias históricas do momento, configurando-se como uma “zona cinzenta” ou o pensar-duplo, os estudos sobre as lutas sociais buscaram

⁶³ CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.

⁶⁴ Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; HAGEMAYER, Rafael Rosa. **Movimento estudantil 68: imagens da paixão**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997; NAPOLITANO, Marcos. O “tesouro perdido”: a resistência no campo da cultura (Brasil 1969/1976). In: DUARTE, André. **A banalização da violência: atualização do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

⁶⁵ ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1985**. Londrina: Ed. UEL, 2001.

entender as atitudes de personagens situados nestes espaços nebulosos de apoio aos Regimes autoritários.⁶⁶

Seria enganoso, entretanto, pensar que esta área de estudo, que vem crescendo nos últimos anos e importante na medida em que se associa à categoria que pensa a complexa relação entre Ditadura e a sociedade, entre civis e militares, constitui uma novidade. Autores, entre eles René Dreyfuss, já haviam estudado a participação de civis na preparação e, inclusive, na execução do Golpe.⁶⁷ Seu trabalho, referência para a historiografia do período, priorizou as elites sociais e políticas. Outro trabalho na área se refere à pesquisa de Solange de Deus Simões, no que diz respeito às associações femininas. Ela abordou o papel das mulheres na formação dos movimentos cívicos e na organização das marchas em favor da família, na primeira metade da década de 1960.⁶⁸ Estas associações despontaram nos principais centros políticos e econômicos do país e foram importantes movimentos de apoio político à intervenção militar e de oposição ao Presidente João Goulart.

Nessas reflexões, não se deve perder de vista que a Ditadura, embora discricionária e arbitrária, contou com o apoio e o consentimento de setores da sociedade. Os estudos no campo das ciências e filosofia política têm nos alertado para o fato de que os governos, em algum nível, encontraram o apoio político de sua população. Mesmo os de caráter autoritário, que além do apoio de civis, apoderaram-se do controle da educação, dos meios de comunicação e das instituições econômicas para assim engrenar toda a sociedade e a vida privada do cidadão ao sistema de dominação política.⁶⁹

Numa visão de conjunto, percebe-se que a produção historiográfica brasileira tem se esforçado, por meio de vieses teóricos distintos, para descortinar cada vez mais o passado recente da história do Brasil. A adoção das variáveis explicativas tem esse propósito: almeja a compreensão das tramas políticas

⁶⁶ LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX.** Europa, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 31-40.

⁶⁷ DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes, 1981.

⁶⁸ SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964.** Petrópolis: Vozes, 1985, p. 27- 28.

⁶⁹ NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 258-260.

construídas na Ditadura Militar. Por serem variáveis, as suas fronteiras são flutuantes ao mesmo tempo em que tentam colocar a percepção do poder não reduzido ao Estado ou à sociedade global. Para tanto, justifica-se a importância de se abordar conceitos que orientam esta análise como o conservadorismo, direita, consenso e apoio na política.

2.2 CONSERVADORISMO E ATITUDE DE DIREITA

No *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, o conservadorismo se apresenta como uma variedade de significados, o que dificulta determinar a natureza de seus fins. De maneira geral, o termo designa ideias e atitudes cuja função visa à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras. Opõe-se ao progressismo, olhar otimista em relação ao aperfeiçoamento humano, e defende a ideia de que a vida não se resolve numa visão prática racional, uma vez que o homem não é totalmente autônomo, já que sua vontade se liga a uma realidade sobre-humana conectada a valores transcendentos.⁷⁰

O conservadorismo nega a autonomia da história como um processo aberto e ascendente, baseado numa perspectiva revolucionária cujo indivíduo é um núcleo ativo capaz de se tornar melhor e cada vez mais racional.⁷¹ Ainda, sendo o homem passivo de limites, no aspecto político, o conservadorismo acredita no poder coercitivo como regulador da convivência social e defende a limitação da participação política, donde o seu despreço pelo sistema democrático porque entende que o sufrágio universal ameaça a ordem. Por isso, o conservador é contra a mudança social, pois argumenta que as reformas sociais representam um risco e um perigo à ordem estabelecida. Abomina a justiça social porque enxerga nela um modo de eliminar a motivação individual, que é a de proceder a seu desenvolvimento próprio. Já no século XX, com o surgimento da chamada sociedade de massa, outra ideia adentra na perspectiva do conservadorismo, o individualismo. Ele passou a ser defendido como alternativa à despersonalização, característica daquele modelo de sociedade.

⁷⁰ BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986, p. 242-246.

⁷¹ *Ibid.*, p. 243.

Para Mannheim, o conservadorismo se desenvolveu em condições sociais e históricas particulares durante a primeira metade do século XIX.⁷² Constituiu-se, primeiramente, como uma reação ao racionalismo e em oposição aos ideais revolucionários do período. Gradativamente, consolidou-se como forma de pensamento em dinâmicas sociais singulares, acompanhando e apropriando-se de concepções ideológicas próprias da época. Organizado em uma estrutura objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida, o pensamento conservador desenvolveu um tipo de comportamento, consciente e reflexivo, que tendeu a contestar as mudanças, a conceber uma forma de relação com o tempo no qual os modelos do passado, que é compreendido na sua inclusão no presente, são carregados de valores positivos.

Por isso, o conservadorismo se opõe à concepção de igualdade entre os homens. Equacionou o conceito a partir da visão de Nação como uma unidade ampla e orgânica na qual os indivíduos possuem algum tipo de utilidade, donde decorreu o apego à família, à ordem e à valorização da terra. Esta, outrora signo de honra e personalização, passou a ser concebida como forma de diferenciação social. O que orienta a convivência social é a preservação dos valores tradicionais oriundos dos princípios religiosos, ensejando um duplo esforço: o de preservar o passado e o de se inserir na racionalidade capitalista, desde que não se coloque em risco os modos de vida responsáveis pela coesão social e permanência do *status quo*.

Nisbet, por sua vez, pontuou que o conservadorismo, na Europa e nos Estados Unidos, fora caracterizado pelo apeço aos objetos religiosos e morais. Nesta lógica, as palavras autoridade, ordem civil, tradição e contrato social foram evidentes nos discursos político e em trabalhos acadêmicos de intelectuais.⁷³ Conservava nítido apoio aos símbolos místicos da família, comunidade, paróquia, vizinhança e grupos de auxílio mútuo como resposta à centralização e nacionalização do Estado e da economia. O apoio conservador à religião baseava-se na crença bem fundamentada de que os seres humanos, uma vez que se libertem da ortodoxia, estão sujeitos a sofrer certa perturbação, uma perda de equilíbrio.

⁷² MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hicitec, 1986, p. 77-131.

⁷³ NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987, p. 115-125.

Para os adeptos do conservadorismo era necessário o ser humano ter um baluarte da fé. A importância atribuída à igreja e à moralidade cristã partia da crença de que a religião era a pedra angular do Estado e da sociedade. Estes elementos exerceram atração sobre as elites políticas e tradicionais, caracterizando um comportamento político mais de direita, que cultivava, portanto, certa antipatia pelas esquerdas e pelo avanço, especialmente na América Latina, de suas ideias em diferentes esferas da vida social.

Os autores aqui mencionados têm em comum, na abordagem sobre o conservadorismo, a ideia de reação às mudanças capazes de afetar a estrutura e a ordem social estabelecida. Do mesmo modo, eles enfatizam os valores, imbuídos de uma esfera transcendental e mística, da família, da religião e da tradição como elementos estruturantes e indispensáveis da vida social. Outro fator a ser destacado se refere à presença de um tipo de pensamento que faz alusão a uma aversão à participação da maioria da população na vida política, donde a desconfiança com relação à democracia. É uma concepção arriscada e, até certo ponto, perigosa, uma vez que pode abrir caminhos, ou criar as possibilidades, para as formas de governo de caráter mais autoritário.

Embora o conservadorismo extrapole os limites partidários e suas atitudes estejam presentes em diferentes áreas da vida social, no Brasil, algumas de suas características podem ser observadas em comportamentos considerados de direita. Levando-se em conta a Ditadura como referência temporal, embora não seja exclusividade do período a presença de tais práticas, observam-se atitudes de caráter conservador na dinâmica social e política de alguns segmentos sociais da época. Antes, é preciso mencionar, que, direita e o seu oposto, esquerda, parecem não encontrar ecos no âmbito das discussões políticas.⁷⁴ No plano teórico e metodológico, devem ser consideradas as contradições e as apropriações desta dualidade política em solo brasileiro, que não ocorreu igualmente em outros países. Lembra-se, por exemplo, que a esquerda, na década de 1950, tinha uma postura nacionalista, desenvolvimentista e protecionista e, na década de 1970, a direita militar, noutro contexto, adquiriu características semelhantes àquelas defendidas na década de 1950.

⁷⁴ ANDERSON, Perry. O sentido da esquerda. In: BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significações de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2001 (2° ed. revista e ampliada), p.159-174.

Ainda, no Brasil, é problemática a definição de direita somente pela menção partidária em razão da fragmentação e da fluidez dos partidos, que denotam inconstância nos ideais e uma ausência de fidelidade partidária, o que se constata no jogo de interesses particularizados. Existe ainda um ofuscamento ideológico da direita que a fez não se considerar como tal.⁷⁵ O fato decorreu da repulsa à identificação com a Ditadura, perceptível nos discursos políticos do final dos anos de 1970, mas em virtude da grande presença da produção de esquerda no plano intelectual, na arte e na cultura.⁷⁶ A reflexão sobre essas questões implica na percepção da política como prática social não linear.⁷⁷ Por orientar as atividades sociais, ela se faz por meio de rupturas, de acordos e de tensões. Dá-se na esfera das relações de poder, não o poder entendido como bloco monolítico exercido unicamente pelo Estado, mas, como pontuou Michel Foucault, o poder constituído na sua dimensão capilar.⁷⁸ Ali as fronteiras das relações de poder não são fixas, a sua geometria é variável e percorrem espaços sociais nos quais as regras e as configurações são definidas a partir das ações que neles estabelecem os indivíduos.

Como a política interfere na vida das pessoas, a maneira pela qual os grupos e os indivíduos se organizam na sociedade é administrada a partir de um conjunto de sentimentos e de formas de perceber o mundo, de alinhamentos de comportamentos e das negociações construídas nos espaços sociais. Nesse sentido, o sentimento coletivo se expressa e se exprime sempre em função de uma escala de interesses e de uma ordem de prioridades, o que faz do espaço da política uma arena conflituosa.⁷⁹ Por essa razão, os grupos e as instituições sociais não são dados neutros. Eles assumem posicionamentos na esfera social com o objetivo de garantir a permanência, o controle social, a influência política e a hegemonia. Por essa razão, é importante compreender as forças que motivam os atos políticos e a carga de valores, elementos fundamentais para a existência de um grupo social.

Direita e esquerda não são eventos novos na política. Foram associadas ao universo político no período da Revolução Francesa, cujo movimento operou como

⁷⁵ POWER, T. J. A direita política: discurso e comportamento, 1987-1990. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6. n. 9, 1990, p. 99-114.

⁷⁶ SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁷⁷ RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 441-450.

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 179-191.

⁷⁹ RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 51-60.

agente catalisador de diferentes tipos de ação política e, desde então, tem marcado a polarização do pensamento político, constituindo-se, dinamicamente, em modos de ser na política. Norberto Bobbio procurou estabelecer critérios para justificar o uso do que ele chama *díade* nos assuntos políticos. Para ele, “esquerda” e “direita” indicam contrapontos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade. São, portanto, contrastes que existem em toda sociedade.⁸⁰

Relevante na análise foram os critérios de distinção entre direita e esquerda. Um deles fora demarcado pela atitude diante da igualdade. A esquerda acredita que a maior parte da desigualdade é social, portanto, eliminável. A direita considera natural a desigualdade, sendo indispensável na sociedade porque estimula os indivíduos a se desenvolverem. Importante ressaltar que o conceito de igualdade é relativo, e não deve se desprender de uma aplicação criteriosa: igualdade entre quem, em relação a que e com base em quais critérios. Para a esquerda, a desigualdade se mantém via hierarquia social, sustentada pelas diferenças econômicas. Para a direita, é através da desigualdade que os homens sentem-se estimulados a lutarem pelo melhoramento e desenvolvimento da sociedade; ao passo que para a esquerda, a sensibilidade para diminuição das desigualdades sociais é fator demarcador de seu modo e de atuar na sociedade.

Acrescente-se também que direita e esquerda desejam a liberdade. Ambas querem a ordem social, a segurança, a estabilidade, a justiça, a equidade e a igualdade de oportunidades. Entretanto, a direita tem como um dos seus principais objetivos restaurar uma ordem que julgava perdida ou ameaçada. Quando isso vem acompanhado de mudanças ou reformas sociais, na medida em que avançam na conquista de direitos sociais afetando determinados privilégios políticos e econômicos, as reações de determinados grupos sociais se conflitam na sociedade.

Acredita-se ser possível observar tais elementos na conjuntura política que culminou no Golpe de 1964 e, em seguida, na configuração do Regime Militar. No quadro político da época havia uma linhagem de políticos arraigada numa tradição conservadora, excludente, elitista e avessa à participação da população na política. Grupo de origem oligárquica, que não se absteve de dificultar a aprovação das

⁸⁰ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significações de uma distinção política.** São Paulo: UNESP, 2001, p. 51.

medidas encaminhadas pelo poder Executivo para resolver os problemas econômicos e sociais enfrentados pela sociedade. Tais políticos diziam ser a favor da democracia, mas queriam que este fosse um Regime político apenas para poucos. Por isso, na medida em que a agenda reformista do governo fora assumida pelas esquerdas como um projeto político, aqueles segmentos não tardaram em reagir, ideologicamente e a partir de incentivos financeiros, às manifestações públicas por todo país.⁸¹

2.3 OBEDIÊNCIA E AUTORIDADE

O tema da obediência encontra-se, direta ou indiretamente, presente no pensamento político ocidental. Do pensamento clássico ao contemporâneo, diferentes vozes, em circunstâncias históricas distintas, abordaram-no a partir de perspectivas que transitaram nos campos da teologia, da filosofia e da política. Com o alvorecer do Estado Moderno, a partir do século XVI, a questão ganhou acentuada importância política. Ressalta-se, no momento, o surgimento de uma noção de governo e de Estado como gerenciador e administrador da vida dos indivíduos na sociedade.⁸²

No que se refere à obediência, no campo teológico, por exemplo, Tomás de Aquino, pensador cristão da Idade Média, concebeu a obediência, o ato de obedecer às leis, como um dos princípios do querer divino, manifesto na ordem. Segundo o teólogo, essa vontade regeria tanto a vida dos governantes quanto a vida dos governados, no ato de submissão a Deus, o criador e o regulador da ordem cósmica. No caso, a obediência, como reta razão, atenderia primordialmente aos propósitos divinos, ou seja, ao projeto cristão de salvação das almas.

Também tratando da obediência, em outro contexto histórico e sob a ótica política, o pensador inglês do século XVII, Thomas Hobbes, desenvolveu sua teoria do Estado a partir da situação histórica das guerras civis religiosas que, na época, atormentaram a Europa. Em meio às agitações e aos conflitos do período, Hobbes pensou o Estado capaz de garantir a paz e a segurança e, ao mesmo tempo, descortinar as causas do mal, fruto das paixões dos homens. Entre essas paixões, o

⁸¹ NAPOLITANO. Op cit. 2014, p. 17.

⁸² FOUCAULT. Op cit. 1979, p. 277-293.

medo é o sentimento que acompanha os homens ou aquilo que fazem para conservar a própria vida, quando estão fora do ordenamento político e mesmo no interior do Estado. Para o autor de *Leviatã*, a razão seria a resposta mais segura para o enfrentamento e o fim dos conflitos religiosos. Por meio dela, as condições necessárias à constituição da paz estariam, evidentemente, postas aos indivíduos. O Estado, segundo essa visão, só poderia cumprir tal tarefa na medida em que os homens transferissem seus direitos ao soberano e, na condição de súditos, se submetessem à Lei. A obediência e a ordem configuram-se como elementos chave do Estado porque garantiriam a permanência do corpo político, evitando a destruição dos homens entre si.

Destaca-se, sobre o tema, a leitura de Kosellek acerca do Estado hobbeseano.⁸³ Segundo Kosellek, na tentativa de sanar as tensões e os conflitos de sua época, Hobbes empurrou para o foro privado os princípios atrelados à convicção, ou seja, à religião. Isso colocou o soberano como advogado das causas públicas e permitiu, conseqüentemente, a separação entre consciência interior e ação exterior. Estas ações, sujeitas à Lei, constituem a razão de ser do Estado pela relação que se estabelece entre proteção e obediência. Os homens, submetidos à vontade do soberano (Lei), são levados a frear sua dimensão passional para que possam ter paz; e a tranquilidade acerca da relação que mantêm entre si possa ser garantida no presente e no futuro.

A ideia de Estado hobbeseano configurou-se, ao longo da tradição do pensamento político, numa concepção de corpo político centrado na relação entre governante e governado, em outras palavras, entre quem manda e quem obedece. Por isso a obediência enquanto garantia da convivência em sociedade, ocupou lugar importante no modelo de relação social. Como esclarece Norberto Bobbio, ela se baseia, enquanto critério fundamental, na recepção de uma ordem ou sinal emitido por alguém. Tem-se a presença de um sujeito passivo que pode corresponder a uma atitude daquele que exerce autoridade. Transmite-se a mensagem sem dar razões que justifiquem suas intenções e espera-se que seja aceita incondicionalmente.⁸⁴

Esta prática revela uma concepção de poder oposta à ideia de persuasão. A sua legitimidade, em virtude disso, fundamenta-se nos pressupostos da violência.

⁸³ KOSELLEK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999, p. 19-47.

⁸⁴ BOBBIO. Op cit. 1986, p. 88-94.

Nela o detentor do poder pretende obediência não somente por força da legitimidade de seu poder, mas com base na possibilidade de obrigar ou punir, aliviar ou premiar. Trata-se, no entanto, de uma crença na legitimidade do poder que possui uma concepção de autoridade que motiva a obediência e estabelece a relação entre dominador e dominado.⁸⁵

O tema da dominação ocupa lugar relevante na sociologia de Max Weber e é uma importante chave de leitura na compreensão de seu pensamento,⁸⁶ conceito indispensável, no campo das ciências sociais e das ciências políticas, para quem deseja estudá-lo. No cerne de sua preocupação se encontrava a questão do Estado nacional. O sociólogo alemão procurou entender a dimensão política da vida social fazendo uma abordagem sobre o poder e sua organização racional.⁸⁷

Richard Sennett notou, em *Autoridade*, que o pensamento weberiano, como parte do pensamento social moderno, consagrou uma visão de autoridade enquanto crença na legitimidade. Isso, por sua vez, conduzia à obediência voluntária e a uma perspectiva de poder baseado no controle.⁸⁸ No livro, que é uma série de ensaios sobre os vínculos emocionais na sociedade moderna, Sennett nos convida à reflexão sobre a autoridade, tendo em vista a sua dimensão psicológica. A questão que se coloca é um problema da sociedade moderna, ou seja, o de saber por que nos sentimos atraídos por figuras fortes que não acreditamos serem legítimas. Sennett nos mostra que o ato de rejeitar a autoridade é uma forma de sentir-se ligado a ela. Em seguida, explora os vínculos estabelecidos com a autoridade ilegítima a partir de duas imagens: a da autoridade que expressa um falso amor e a da que não se professa amor ou consideração alguma aos outros.

Na sua leitura, tais imagens são malignas porque são formas ilegítimas de controle social e constituem uma armadilha para quem a nega. A autoridade do falso amor é a autoridade do paternalismo. Destaca-se aqui a imagem do pai que, na

⁸⁵ Segundo Bobbio, a importância peculiar da crença na legitimidade, que transforma o poder em autoridade, consiste no fato de que esta tende a conferir ao poder eficácia e estabilidade. Isso pode ocorrer tanto do lado do comando quanto do lado da obediência.

⁸⁶ Cf. WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Unb; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999; WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

⁸⁷ COHN, Gabriel. Max Weber: muito além do Estado nacional. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (Orgs.). **O pensamento alemão do século XX**: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil, volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2013, p. 29-46.

⁸⁸ SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

sociedade industrial, é assumido pela figura do patrão. Ela só convém aos interesses daquele que manda. Ela opera como uma benevolência egoísta ampliada além do usual na vida familiar. Existe na medida em que os interesses são mantidos e o consentimento exigido dá-se pelo preço a ser pago pelo cuidado ou benefício recebido.

A autoridade sem amor é aquela que não demonstra nenhuma pretensão de cuidar. É a autoridade da autonomia pessoal. Ela se exerce pela vergonha que se impõe ao outro como forma de exibir sua diferença. A dominação se estabelece na medida em que se expõe o outro à humilhação, não somente de forma esporádica, mas num ato constante de desvalorização, pela indiferença, do outro e de sua competência produtiva. Essa nova ideologia do trabalho concentra-se no que o trabalhador sente e no que ele é capaz de fazer, tornando-se uma questão de desenvolvimento e disciplina internos.

A figura do patrão desaparece e o empregado é intensamente motivado a produzir e a se responsabilizar pelo seu rendimento. A meta do trabalho da autoridade é converter o poder em imagens de força. Ao executá-lo, diz ele, “é comum as pessoas buscarem imagens claras e simples”,⁸⁹ o que representa um perigo. Uma das crenças mais repressoras que o tirano desperta é a de que suas ações são claras e nítidas. Ao apelar às virtudes da simplicidade, os líderes autoritários tentam tirar o foco ou apagar a máquina de governo e passam a governar com base na força de sua personalidade.

Outra importante reflexão sobre a obediência, na política, encontra-se no pensamento de Hannah Arendt. Ela preocupou-se em compreender o lugar ocupado pela política na Modernidade, momento da história, para a filósofa alemã, marcado pelo esquecimento da política. Deflagrou o crescente emprego dos meios tecnológicos da violência, a ascensão do *homo laborans*, a transformação do espaço público em espaço de trocas, o uso da burocracia como forma de governo e a ascensão da sociedade de massas – promovendo a apatia à política e a atomização do indivíduo.

Em *Responsabilidade pessoal sob a ditadura*, ensaio presente no livro *Responsabilidade e Julgamento*, Hannah Arendt faz uma reflexão sobre o apoio

⁸⁹ SENNETT. Op cit. 2001, p.131-219.

dado por determinados indivíduos a poderes de comando.⁹⁰ Ela escreveu pensando noutra realidade, ou seja, nos fatos políticos que durante o século XX levaram ao colapso moral como padrões para julgar o que os homens eram capazes de fazer. É um livro composto pelas conferências, lições e ensaios proferidos por Hannah Arendt, publicados depois do processo de Eichmann.⁹¹ No julgamento do carrasco nazista, o que chamou a atenção de Arendt diz respeito à incapacidade de Eichmann de pensar. Um homem comum, sem problemas que afetassem suas faculdades mentais, foi incapaz de pensar o mal que causava por suas atitudes e decisões.⁹²

No texto, Hannah Arendt critica a falácia, presente no pensamento político, que igualou consentimento à obediência.⁹³ Para a filósofa alemã, não existe obediência em questões políticas e morais. A obediência, da esfera do privado, só é possível numa relação assimétrica, a exemplo da situação da creche em que a criança obedece ao adulto ou no domínio da religião, onde o fiel obedece aos designios divinos. Já o consentimento implica em apoio e adesão, o que exige decisão e escolha.

Para Hannah Arendt, o consentimento não é compreendido segundo a lógica de quem manda e de quem obedece. Pelo contrário, no seu entendimento o conceito deve ser percebido pelo apoio ativo dos indivíduos e da sua participação nos assuntos públicos. Por exemplo, o ato de obedecer às leis e às regras em acordo ou mesmo o de modificá-las por meio da ação coletiva. Por esse motivo, Arendt considera que só pode haver consenso se houver a possibilidade do dissenso, ou a capacidade de entrar em desacordo. Nesse sentido, a filósofa pensa a desobediência civil, pois esta corresponde à possibilidade de entrar em desacordo, em nome e para o bem de um grupo, com as leis e as autoridades estabelecidas quando estas se confrontam com os interesses coletivos e são arbitrárias. Com essa

⁹⁰ ARENDT. Op cit. 2004, p. 79-111.

⁹¹ Otto Adolf Eichmann, no regime nazista, foi responsável pela logística de extermínio de milhares de pessoas durante o final da Segunda Guerra Mundial, o que ficou conhecido como a Solução Final. Foi capturado em Buenos Aires, na Argentina, e levado para Jerusalém onde foi julgado pelos crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Hannah Arendt fez a cobertura do processo de Eichmann, 1961, para a revista *The New Yorker*. O relato resultou no livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*.

⁹² ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 32-47.

⁹³ ARENDT. Op cit. 2004, p. 109.

visão, Arendt chama atenção para a importância da resistência a governos autoritários e a Regimes políticos arbitrários onde a violência limita a ação política.⁹⁴

A obediência, louvada como virtude e, seu servilismo, como valor supostamente moral, nos Regimes políticos, para Arendt, significa apoio. Por isso, a pergunta direcionada àqueles que obedeceram deveria ser “Por que vocês apoiaram?”, o que leva em consideração pensar a responsabilidade na política.⁹⁵ Esse sistema dominado pela burocracia, na qual a responsabilidade parece estar ausente e o indivíduo é apenas uma peça na engrenagem, é o foco da crítica de Hannah Arendt. Ela chama atenção para o servilismo apático de Eichmann que, de forma irracional e incontestável, ofereceu apoio incondicional ao chefe.⁹⁶

Por essa razão, na filosofia política de Hannah Arendt se encontram questões atravessadas pela inquietude, que é a de descrever a maneira de vida das capacidades de pensar e de julgar. A ausência destas capacidades são fendas que permitem aos Regimes políticos constituírem formas de adesão social e as bases de apoio e colaboração. Isso nos alerta para fato de que a nossa capacidade de julgar deve duvidar dos padrões de comportamento, pois estes, diante de um Regime de exceção, tendem a diluir-se.

Ao fazer a reflexão sobre a tradição do pensamento político, Hannah Arendt observa que, de Platão à Modernidade, o pensamento político foi marcado pela dicotomização, por uma confusão entre a ação e pensamento. A ação, ao longo do período, foi interpretada fora do pensamento político e a liberdade política, separada da ação. A tradição do pensamento político rebaixou a ação para a categoria de meio-fins. Ou seja, a tradição do pensamento político, desde sua origem, baseou-se na identificação entre ação e violência. Arendt nos convida a pensar a partir de diferentes categorias, em outras palavras, pensar a partir de categorias que nos permitem barrar a presença do mal, de questionar até que ponto o apoio a uma força de comando podem, como consequência, permitir a presença da violência.

Outra forma de compreender e de analisar o consentimento nos é fornecida por Pierre Ansart.⁹⁷ Ao estudar a estrutura afetiva presente nas manifestações

⁹⁴ ARENDT. Op cit. 2010, p. 69-79.

⁹⁵ ARENDT. Op cit. 2004, p. 111.

⁹⁶ MAGALHÃES, Marion Brepohl (Org.). **Eichmann em Jerusalém: 50 anos depois**. Curitiba: UFPR, 2013.

⁹⁷ ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 129-155.

sociais que escapavam do pensamento organizado, o autor identificou três modalidades de consentimento presentes no trabalho ideológico, a saber: a ortodoxia apoiada, a ortodoxia consentida e a ortodoxia terrorista. A primeira é caracterizada pelo apoio manifestado por sinais espontâneos e pela interiorização das mensagens, vistas como não repressivas, e de sua reprodução não obrigatória. Para difundi-las não são necessários poderosos instrumentos de propaganda.

A ortodoxia consentida, que interessa aqui por fazer uso da propaganda ideológica e da educação com o intuito de disseminar valores para adquirir obediência, utiliza um sistema amplamente institucionalizado, rotinizado, onde as mensagens são aceitas e consideradas evidentes por uma grande maioria da população interessada, sem despertar o desencadeamento do entusiasmo nem a contestação. O poder político se apodera dos meios institucionais de influência, dentre eles a escola e os meios de propaganda, para disseminar sua ideologia. Na ortodoxia terrorista, por sua vez, a linguagem ideológica é vivida como a linguagem da verdade. O discurso racional é preenchido pelo mito com o objetivo de garantir a obediência total aos poderes oficiais. Os receptores das mensagens as têm como verdade absoluta e passam a defendê-las com fervor.

Um exemplo desse tipo de prática pode ser observado na Ditadura Militar quando o governo fez uso da propaganda restrita com o objetivo de recrutar indivíduos para atuarem junto aos órgãos de repressão. A estratégia foi decisiva para o processo de fabricação do medo, de que se valeu também o Regime Militar. Por meio dele, constituiu-se uma visão maniqueísta da população com os “bons cidadãos” de um lado e os subversivos, terroristas e marginais, de outro, delineando-se a parte desviante da população, aquela a ser tratada e combatida. De acordo com essa lógica, os funcionários da repressão e seus colaboradores, poderiam designar as possíveis ameaças, identificar o elemento perigoso, o que significava suspeitar de todo e qualquer cidadão, e colocar-se em constante vigilância.⁹⁸

Para Ansart, as formas de consentimento se manifestam, no campo simbólico, em linguagens e práticas sociais. Sua finalidade consiste na criação de novos códigos e na sua aplicação na sociedade. Por essa razão, não se pode deixar de identificar o poder produtivo, os aparelhos de produção, a situação dos receptores e o conteúdo das mensagens. Tais procedimentos revelam os agentes

⁹⁸ MAGALHÃES. Op cit.1997.

manipuladores dos discursos, o funcionamento dos mecanismos de difusão dos conteúdos ideológicos e a situação dos receptores, levados à glorificação das normas na sociedade.

O empreendimento, enormemente poderoso no que diz respeito à constituição de valores e de agregados emocionais, como os que orientaram para o sentimento de pertencimento e nacionalidade, deu-se também pelo empenho de um grupo especializado de funcionários. Intelectuais que se debruçam sobre o passado para nele encontrar os elementos capazes de justificar a dominação. Encarregaram-se de produzir as mensagens, de instalar os processos de doutrinação e de prever, inclusive, os mecanismos de sanção àquilo que se encontra na contramão da ordem estabelecida. É, sem dúvidas, um trabalho feito com cuidado e elevada atenção ao conteúdo das mensagens transmitidas aos indivíduos. A clareza do programa, a difusão das imagens, a sua repetição e rotinização remetem ao passado idealizado e glorioso, à grandeza da Nação no presente e à sabedoria dos chefes e dos governantes.⁹⁹

O apelo moral feito para realizar tarefas conforma-se com os ideais coletivos. Coloca-se, então, numa mesma linguagem o apelo ao amor e o apelo à obediência. A força disso reside no fato de o indivíduo sentir que no mesmo patamar encontra-se a sua própria felicidade e a felicidade da Nação por meio do vínculo estabelecido com a “comunidade dos escolhidos”. Na verdade, o vínculo permite criar comportamentos concordes com o poder estabelecido. Uma de suas marcas diz respeito à eliminação do comportamento destoante, ou seja, da desobediência, especificamente no que tange à imagem sacralizada do chefe. Sendo fiel aos princípios que lhes eram apresentados e às regras estabelecidas, o indivíduo estaria apto à participação da glória do líder.

Outra elaboração da questão, feita por Noam Chomsky, apresenta a obediência pelo viés do consentimento. Como uma prática das sociedades democráticas, o consentimento não é obtido pela força, mas sim pelo poder centrado naqueles que possuem o maior número de bens, entre estes, os detentores dos meios de comunicação e de propaganda. São instrumentos dotados de capacidade de manipulação da opinião pública e dispositivos de controle nas sociedades democráticas. Na propaganda, o que prevalece são as ideias daqueles que

⁹⁹ ANSART. Op cit. 1978, p. 144-150.

possuem os privilégios econômicos; e, o que está em jogo, é o mercado e a sua agenda comercial. Por esse motivo, Chomsky considera que quanto mais livre e popular seja um governo, mais se procura assegurar a submissão. No controle da opinião pública, o consentimento manipulado encontra a sua razão de ser.¹⁰⁰

Feita a análise, reforçar-se a ideia de que os conceitos abordados pelos autores mencionados ao longo do capítulo são importantes para a compreensão da ideia de apoio político. Respeitadas as circunstâncias históricas nas quais os autores elaboraram suas reflexões, os conceitos chamam atenção para a formação de um pensamento crítico acerca dos interesses, das motivações e dos afetos que permearam as atitudes políticas de adesão a determinados governos ou mesmo aos Regimes políticos arbitrários. A tarefa dos pesquisadores é a de compreender, de forma crítica, as tramas políticas, os acordos e as negociações bem como as tensões presente no tecido social.

Como fora mencionado, nenhum governo se estabelece sem que haja, por parte de sua população, alguma forma de consentimento ou de apoio. À luz desta reflexão, acredita-se que seja possível identificar, na Ditadura Militar, as bases de apoio social e a trama política que viabilizaram e sustentaram a constituição do Regime de exceção no Brasil.

Antes de finalizar o capítulo, é oportuno registrar a mudança introduzida pelas diferentes interpretações sobre o tema através de uma discussão, nos últimos anos, em torno da terminologia apropriada para designar este que foi um dos períodos mais sombrios da recente história brasileira. Golpe Militar, Golpe Civil-militar, Ditadura Militar, Ditadura Civil-militar, Regime Militar, Regime Civil-Militar estão no quadro das tipologias recorrentes entre os diversos pesquisadores da área.¹⁰¹

Estudos, como os de Daniel Aarão Reis, consideraram a presença de civis e o apoio destes aos militares quando do Golpe que derrubou o Presidente João

¹⁰⁰ CHOMSKY, Noam. Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. **Estudos Avançados** 11 (29), 1997.

¹⁰¹ Cf. AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente e pôs fim o regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014; NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

Goulart, donde a opção pelo termo Golpe Civil-Militar.¹⁰² Observa-se que a mudança das palavras, na medida em que se deslocam os seus sentidos, outros significados passam a tangenciar novas concepções, redimensionando a percepção política sobre os acontecimentos. Acredita-se que as mudanças não atenuam a responsabilidade militar na condução do Regime e tampouco dos crimes praticados contra a sociedade, pelo contrário, alerta-se quão perigoso é quando tais Regimes políticos encontram terreno no qual se torna possível perpetrar a violência contra os seus cidadãos.

Aqui a opção pela utilização do termo Ditadura Militar dá-se por se entender que as Forças Armadas estiveram no epicentro das decisões políticas do Estado, instrumentalizaram o governo a seu favor e, do mesmo modo, conduziram a máquina repressiva no combate às oposições, causando danos à sociedade. Isso não exclui, de maneira alguma, a análise acerca das bases sociais que deram apoio político ao poder estabelecido, seja ele adquirido de forma espontânea, seja pelos mecanismos de persuasão, como a propaganda, ou mesmo pelo uso da violência. Refletir sobre tal questão permite compreender que os governos encontram níveis diferentes de apoio entre seus governados.¹⁰³ Por essa razão, é preciso desnudar o período ditatorial no intuito de demonstrar as diferentes forças políticas nele atuantes, inclusive porque revela como se deu o apoio e a participação de setores da sociedade durante a Ditadura Militar, no período de 1964 a 1985.

¹⁰² AARÃO REIS. Op. cit. 2014.

¹⁰³ ARENDT. Op cit. 2009.

3 A REAÇÃO POLÍTICO-CONSERVADORA E A INSTITUIÇÃO DO GOLPE MILITAR

Minha geração viveu um interesse intenso e aparentemente profundo pela arte política, que se estendeu por toda a década de 60, pelo menos. Os termos “arte política” são, aqui, uma maneira de falar, para resumir. Na época preferíamos dizer arte empenhada, arte comprometida ou arte engagé.

Luiz Carlos Maciel¹⁰⁴

Tomando por base a afirmação de Heloisa Buarque de Hollanda, em *Cultura e participação nos anos 60*, para quem “em poucos momentos da nossa história o que poderíamos chamar de ‘forças progressistas’ tivessem se visto tão próximas do poder político”,¹⁰⁵ o presente capítulo analisa o período anterior ao Golpe de 1964, as forças políticas atuantes no período, as mobilizações na arte e na cultura, bem como os movimentos políticos e sociais que surgiram na cidade e no campo. Apresenta, ainda, uma análise dos movimentos sociais contrários às reformas de base, juntamente com uma reflexão sobre a conjuntura que culminou na ascensão dos militares ao poder e sobre o papel deles na dinâmica política da Ditadura.

Na medida em que a proposta das reformas avançava e os movimentos dos trabalhadores, rurais e urbanos, conquistavam espaço na sociedade reivindicando maior participação política e a ampliação dos direitos sociais e da cidadania, a reação dos segmentos de direita não tardou. Este setor era composto pelas elites econômicas e pela classe média tradicional, de orientação liberal e conservadora. Eram representados, na cena política, por empresários, líderes religiosos, políticos da UDN e movimentos femininos. Organizaram mobilizações populares, com forte

¹⁰⁴ MACIEL, Luiz Carlos. **Anos 60**. Porto Alegre: L&PM, 1987, p. 27.

¹⁰⁵ HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GOLÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11.

apelo anticomunista e em defesa da família e da Pátria, nas principais cidades do país. Além disso, contaram com o apoio de empresários e da grande imprensa, encarregada de difundir o medo do comunismo, associando a ele à figura de João Goulart.

As mobilizações podem ser lidas, naquele contexto de crise política e econômica, como o sinal que os militares precisavam para justificar a intervenção que pôs fim a um governo constitucionalmente eleito. Na visão de alguns autores, como Clóvis Brandão, a atitude das Forças Armadas significou a *reversão das expectativas* do projeto reformista e dos setores políticos que reclamavam maior participação no poder e da crença que havia, à época, do povo como agente modificador da sociedade.¹⁰⁶

Certamente, a ascensão dos militares ao poder fez a esquerda nacionalista, homogeneizada até 1964, em torno do PCB, diluir-se na derrocada da estratégia da “frente única”. Marcou profundo desânimo e, ao mesmo tempo, uma espécie de “exame de consciência” entre aqueles até então comprometidos com as mudanças estruturais da sociedade brasileira, levando-os a outras formas de resistência política. Com a ação dos militares e a implantação do Regime de exceção, a partir daquele momento, não somente as intenções da esquerda foram afetadas, como também a utopia conservadora de um país sem conflitos e espaço público sem “desordem”, que logo iriam mostrar-se impossíveis.

3.1 A EFERVESCÊNCIA POLÍTICO-CULTURAL E A PROPOSTA DAS REFORMAS BASE

A primeira metade da década de 1960 é considerada um período singular na história do Brasil. Caracterizou-se, entre outros fatores, por novas experimentações estético-culturais e por um clima de tensão política. No primeiro caso, as linguagens artísticas projetaram em seu horizonte de expectativa um projeto de cultura nacional e, no segundo, a renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, acirrou as disputas pelo poder há tempos desenhadas no cenário político brasileiro.

¹⁰⁶ BRANDÃO, Clóvis; COSTA, Fernando José Leite; CARVALHO, Nanci Valadares de. Historiografia de um golpe (1964-1972). In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror**. A implantação: 1964. São Paulo: Vértice, 1988, p. 155.

A crise de sucessão despertou nas elites conservadoras a preocupação, no campo eleitoral e político, com o avanço do PTB e sua aliança com os trabalhadores.

As referências ao período estão presentes na memória dos atores sociais que vivenciaram aqueles anos. Suas ideias foram posteriormente difundidas por uma ampla, complexa e profícua literatura que se declarou ter sido o momento mais produtivo e criativo na arte, na cultura e na política brasileiras. Afirmou-se, inclusive, que, entre 1960 e 1964, o Brasil estava “irreconhecivelmente inteligente”.¹⁰⁷ As palavras de Aldo Silva Arantes, presidente da UNE, entre 1961 e 1962, endossaram a leitura sobre aqueles anos. Para ele,

O início da década de 60 foi marcado por uma grande explosão de criatividade artística e cultural, pelo surgimento do movimento de cultura popular. Ele era a expressão, no plano da arte e da cultura, do amplo movimento de massas que estava em curso no país. [...] a elevação do nível de uma consciência das massas, para o desenvolvimento de uma consciência crítica, particularmente entre os estudantes, ao apontar os erros estruturais das universidades brasileiras, as graves condições de vida dos trabalhadores e a dependência econômica e política do país.¹⁰⁸

Tal leitura resultou no uso das expressões “efervescência cultural” e “efervescência política”. Elas podem ser lidas como o resultado do entusiasmo com a mobilização política e cultural do período, em grande medida, motivadas pelo processo de crescimento da sociedade urbana, pelo surgimento de um circuito massivo de divulgação e consumo de bens culturais, valorizando as artes de espetáculo (teatro, cinema, música popular); e pelo entrecruzamento de linguagens, expressões e tradições vanguardista, popular, entre outras.¹⁰⁹

No intuito de formar artistas comprometidos com a cultura nacional e com a transformação da realidade social brasileira, os intelectuais e os artistas de esquerda se empenharam na reflexão e na elaboração de suportes teóricos para orientar suas práticas na sociedade. Um exemplo destes trabalhos foi o artigo de Giafrancesco Guarnieri, *O teatro como expressão da realidade nacional*, apresentado e debatido nos seminários de dramaturgia, realizados entre 1958 e 1959. Para o dramaturgo:

¹⁰⁷ SCHWARZ. Op cit. 1978, p. 69.

¹⁰⁸ ARANTES, Aldo Silva. A UNE no período 61/62. **Cadernos de Opinião**. São Paulo, n. 12, p. 10-14, Paz e Terra, julho de 1979.

¹⁰⁹ NAPOLITANO, Marcos. Arte e política no Brasil: história e historiografia. In: EGG, André; FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane (Orgs.). **Arte e política no Brasil: modernidades**. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 19.

[...] autores jovens, determinados a criar uma “nova dramaturgia” popular, não podemos ficar a tecer considerações sobre os males de um teatro de público tão restrito. Devemos continuar em nossa obra a fazer um teatro de temas populares, contando as possibilidades, conquistas e lutas do nosso povo, impondo a cultura popular, demonstrando à minoria que vai ao teatro o que ela ignora, não perdendo a oportunidade de uma vez ou outra, realizarmos espetáculos para as grandes massas e na prática, através de uma luta política, batalharmos pelas reivindicações mais sentidas de nosso povo, colocando entre elas o teatro.¹¹⁰

Iluminados por estas reflexões, os artistas assumiriam o papel de agentes mobilizadores das transformações sociais e de mediadores do diálogo político na sociedade. A missão era elaborar uma estética capaz de representar os anseios, as angústias e os regozijos cotidianos das camadas populares. Guarnieri, ao fazer uso do termo “novo”, ao que tudo indica naquele contexto, deixa transparecer o desejo de obliterar algumas marcas do passado nacional arcaico e de superar as formas de dominação e de elitização da arte, que não permitiam o acesso das camadas populares.

Os temas da cultura popular e da identidade nacional foram fontes de debates e discussões suscitados entre os intelectuais e os artistas das primeiras décadas do século XX. Preocuparam-se em produzir uma cultura que fosse, ao mesmo tempo, universal e brasileira. Seu projeto político-cultural era o de construir no Brasil um idioma cultural moderno, nacional e popular capaz de colocar o país nos trilhos da modernização e sair da sombra de seu passado colonial.¹¹¹ Entre os anos de 1930 e 1950, a ideia veiculou-se a projetos de governo na educação, empenhados na construção de uma identidade nacional oficial.¹¹²

Na primeira metade da década de 1960, a temática foi o pano de fundo das discussões dos Centros Popular de Cultura. Em 1962, o manifesto, idealizado por um dos fundadores do CPC, Carlos Estevam Martins, lançava as diretrizes de seu projeto político-cultural:

Os artistas do CPC escolheram para si outro caminho, o da arte popular revolucionária. Para nós, tudo começa pela essência do povo e entendemos

¹¹⁰ GUARNIERI, Giafrancesco. O teatro como expressão da realidade nacional. **Arte em Revista**, São Paulo, ano 2, número 3, p. 7-8, março de 1980.

¹¹¹ NAPOLITANO. Op cit. 2014, p. 16.

¹¹² CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 221-261.

que esta essência só pode ser vivenciada pelo artista quando ele se defronta a fundo com o fato nu da posse do poder pela classe dirigente e a consequente privação de poder em que se encontra o povo enquanto massa dos governados pelos e para os outros. Se não se parte daí não se é nem revolucionária nem popular, porque revolucionar a sociedade é passar o poder ao povo.¹¹³

As categorias “popular” e “povo”, mencionadas no manifesto, resultaram da compreensão dos membros do CPC do conceito de nacional-popular, de Antônio Gramsci, para quem o ato de definir uma cultura nacional era importante como contrapartida ao fascismo na Itália. Sem excluir as tensões sociais, o nacional-popular se constituiria pela mediação, no plano cultural, das noções de “universal” e “local” em contraposição à cultura hegemônica. Nessa dinâmica, era preciso articular a cultura das camadas populares com o repertório dos intelectuais, de maneira que a sua síntese pudesse resultar no enfrentamento do capitalismo com vistas à emancipação das classes subalternas.

Para os membros do CPC, a arte como instrumento pedagógico responderia a tal propósito. O modelo, comum no século vinte, pressupunha a postura de denúncia dos estigmas da dominação e dos ícones reinantes do poder, com suas formas de opressão e exploração. No modelo mimético, a arte apresentar-se-ia como a lente pela qual os espectadores eram chamados a ver, na forma de ficção, os comportamentos sociais, os vícios e as formas de sofrimento humano, de modo que pudessem encontrar uma maneira de revertê-los. No âmago dessa visão, havia a pressuposição de um *continuum* sensível entre a produção de imagens que empenhasse pensamentos, sentimentos e ações dos espectadores. O fim último seria o de fazer ele, o espectador, quebrar as correntes que provocavam sua espoliação.¹¹⁴

Os movimentos políticos e culturais, aqui exemplificados, expressaram uma percepção de política baseada na relação de forças em que, em lados opostos, situavam-se dominantes e dominados. Procurou-se conscientizar politicamente os segmentos subalternos para enfrentar, por meio da luta política, os detentores do poder e transformar o quadro de subserviência social. O fato não pode obliterar a questão que se refere à compreensão dos anos iniciais da década de 1960: as

¹¹³ MARTINS, Carlos Estevam. Anteprojeto do manifesto do CPC. **Arte em Revista**, ano 1, n. 1, São Paulo, Kairós, p. 67-79, janeiro/março, 1979.

¹¹⁴ RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p. 51-81.

motivações que impulsionaram os artistas e intelectuais inseridos nas atividades político-culturais. Eles vislumbraram em seu horizonte de expectativa o desejo de uma sociedade diferente daquela que lhes apresentava até então. Acreditavam na força de suas ações e na capacidade de, em alguma instância da vida social, provocar nas pessoas o interesse nas transformações idealizadas nas performances criativas e nas reivindicações políticas.

Do mesmo modo, havia a confiança de que as mudanças dar-se-iam por outros caminhos, a começar pelas práticas cotidianas e pela ousadia na busca de outros experimentos políticos e estéticos. Ao se olhar os escritos sobre o período, percebe-se tal convicção. Em depoimento, José Celso Martinez pôs em relevo as impulsões que à época se experimentava na arte, na política e na filosofia. Algo semelhante se encontra em Luiz Carlos Maciel. Em 1987, em um de seus trabalhos, *Anos 60*, fez um balanço do período ao destacar a vocação política de sua geração.

Vento Forte era soltar as amarras, sair voando, ar, ar, a imaginação. Eu me lembro muito bem disso, tenho uma memória ótima. [...] Depois disso, tem a revolução cubana. Um punhado de caras chegam e pá! Tomam o poder e isso é mais um dado. Outro dado foi a vinda do Sartre ao Brasil. A questão do existencialismo. Eu lia os livros dele com uma força que até parecia ter tomado “bola”. Força e medo, porque também dava medo ler o Sartre. A transa de ter que decidir, ter que escolher, ter que fazer, ter que ser, poder ter vida revolucionária e fazer a revolução. [...] O teatro para mudar tem que sair do gueto, para ter uma outra dimensão. E o próprio fator dele sair de seu gueto, tomando contanto com o com um outro Brasil, com as classes oprimidas, tudo isso há de provocar uma nova transa, mil relações.¹¹⁵

[...] deve ser mencionada, em primeiro lugar, a vocação política da geração. Queríamos mudar o mundo, era nossa questão básica; mais: tínhamos a certeza de que isso ia acontecer – para melhor, bem entendido. Não nos passava pela cabeça que o ser humano pudesse passar seu tempo de vida sobre a Terra alheio aos problemas sociais e políticos; esta era, para nós, a pior alienação. Foi assim que, nos anos 60, produziu-se uma arte política, uma cultura voltada para a questão social.¹¹⁶

A perspectiva, orientada para um modelo de participação política, demonstrou uma crença que não compactuava com a ideia de uma sociedade vivendo sob a égide do autoritarismo. A aliança das esquerdas com grupos nacionalistas e progressistas, em torno do projeto nacional, e a ideia de uma revolução, mesmo no modelo pensado pela elite intelectual do PCB, se assim se

¹¹⁵ José Celso Martinez. Entrevista com José Arrabal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, número 20, volume III, n. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 189-215, 1979.

¹¹⁶ MACIEL. Op cit. 1987, p. 7-8.

pode afirmar, deixou nebulosa a capacidade de se pensar criticamente na possibilidade de uma sociedade em retrocesso na liberdade política e na cidadania.

O panorama não estaria, porém, completo caso não se lembrasse de referir também o quanto foi importante, no período, a presença de diferentes movimentos políticos nas áreas sindical, camponesa e estudantil. Um deles se refere às Ligas Camponesas, no Nordeste, organizadas pelos camponeses impulsionados pela necessidade de se pensar uma política voltada para a questão agrária e de se enfrentar a exploração na terra e a violência no campo. Nasceram da resistência de pequenos agricultores contra a expulsão das terras onde trabalhavam e foi um importante vetor na luta pela cidadania dos trabalhadores do campo porque contestavam a dominação política e econômica a que estavam submetidas as populações que viviam no campo. Entre 1959 e 1962 intensificaram suas atividades juntando-se a outras organizações políticas para propor, em todo o país, o debate sobre a reforma agrária.¹¹⁷

Importa ressaltar também que o clima político se agravou quando, em 1961, Jânio Quadros renunciou ao cargo de Presidente de República. Aos olhos do empresariado, dos setores conservadores de direita e dos militares, a renúncia colocou o Brasil diante da possibilidade de ser presidido por um político de esquerda e de inclinações comunistas, com fortes vínculos com o sindicalismo. O perigo era representado pelo Vice-Presidente, João Goulart, do PTB.¹¹⁸ Na ocasião, Goulart encontrava-se na China chefiando uma missão diplomática e comercial composta por empresários e políticos. A viagem representava uma importante iniciativa da política externa do Brasil que desejava uma posição de independência em relação aos Estados Unidos, particularmente nos assuntos comerciais, o que certamente desagradou empresários e incendiou as discussões políticas sobre a postura do Vice-Presidente.¹¹⁹

¹¹⁷ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº 47, p. 73-28, 2004.

¹¹⁸ Entre 1945 e 1964, o vice-presidente era igualmente eleito pelo voto popular, concorrendo de modo independente na chapa à presidência e podendo, inclusive ser reeleito. Jânio Quadros fora eleito para presidente, com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), mobilizando multidões com o discurso que prometia “limpar” a política. Ele usava uma vassoura como símbolo de campanha. João Goulart (PTB) chegou à vice-presidência com um número expressivo de votos dos trabalhadores.

¹¹⁹ A polêmica da política externa, conduzida pelo chanceler Afonso Arinos de Mello Franco (UDN), ocupava boa parte das páginas da imprensa. O discurso era o de que o vice-presidente compactuava com a orientação dos países do bloco comunista.

Por que João Goulart era a alternativa menos aceitável pelos grupos políticos e pela elite empresarial? Quais elementos fizeram de seu governo um caldeirão prestes a explodir? As respostas são inúmeras e não se esgotaram com a literatura que analisou o curto período em que Goulart esteve no governo.¹²⁰ Menos que fazer um balanço daquilo que explica a fragilidade de seu governo, uma vez que o objetivo proposto aqui é outro, interessa aqui fazer apontamentos sobre as razões da derrocada de um governo que fazia convergir, ao mesmo tempo, as correntes progressista e nacionalista.

Até a posse de João Goulart, em 07 de setembro de 1961, sob o sistema parlamentarista, o clima político fora tenso.¹²¹ Os ministros militares e alguns políticos da UDN, como Carlos Lacerda, não viam com bons olhos o então vice-presidente como chefe do Executivo.¹²² Contudo, a campanha pela legalidade democrática, liderada por Leonel Brizola e apoiada pelos militares nacionalistas, pelos setores da sociedade civil como a OAB, a CNBB, o movimento estudantil, liderados pela UNE, e pelas organizações sindicais, garantiu a manutenção da legalidade constitucional.

A posse caracterizou uma derrota para os militares contrários ao Presidente e um fracasso para quem desejava vê-lo fora do governo. O golpismo, ensaiado em 1961, frustrara-se. Não fora diferente, em 1954 e 1955, quando alguns segmentos da sociedade, políticos descontentes com a derrota nas urnas e militares avessos ao Comunismo haviam se articulado para conspirar um golpe de Estado. No contexto, a posse, embora garantida a legalidade constitucional e o retorno à ordem democrática, não significou tranquilidade ao governo de João Goulart.

¹²⁰ O recente trabalho de Ângelo de Castro Gomes e Jorge Ferreira é o exemplo do esforço da historiografia em compreender os momentos que antecederam o golpe de 1964. Antes, o livro “21 anos de regime militar: balanços e perspectivas”, organizados por Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D’Araújo, já havia sinalizado, em 1994, essa intenção. O conjunto de textos presentes no trabalho abordam aspectos do regime militar perpassando pelas versões explicativas sobre o golpe, pela situação dos trabalhadores, pelo papel dos empresários e pelas políticas sociais daquele momento. Cf. GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente e pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2014; SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

¹²¹ No dia 2 de setembro, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 4 que garantiu a posse de João Goulart, mas instituiu o regime parlamentarista. No dia 6 de janeiro de 1963, o eleitorado foi consultado, através de um plebiscito, sobre a manutenção do regime parlamentarista instaurado no país em setembro de 1961, garantindo, então, a vitória do sistema presidencialista.

¹²² Formavam a Junta Militar: o general Odílio Denis, da Guerra, o brigadeiro Gabriel Grün Moss, da Aeronáutica, e o almirante Silvio Heck, da Marinha.

Outra importante informação a respeito da crise foi assinalada pelo papel do trabalhismo petebista. A aliança com os trabalhadores garantiu uma base de representação e apoio legal ao partido. O PTB reunia as principais figuras a ser combatidas pelas forças políticas de oposição, sendo apontado como alvo recorrente da UDN e do movimento militar. O partido desagradou grandes proprietários de terras e representantes das multinacionais. Os primeiros por causa do medo da reforma agrária e os segundos porque se sentiam ameaçados pelo nacionalismo econômico das esquerdas trabalhistas e comunistas. O PTB estabeleceu alianças com os setores da esquerda civil, acusada de ser comunista e provocou a ira de setores das Forças Armadas ao manter um vínculo com os militares nacionalistas, o que garantiu a posse do Presidente, aumentando as dissidências internas na instituição e o medo do esfacelamento da hierarquia militar. Para se transformar num partido de toda a Nação, diluiu-se o seu caráter de classe e colocou-se numa postura de combate ao imperialismo, com fortes interesses na regulação do mercado nacional. No início dos anos de 1960, ficava mais evidente sua crescente postura de intervencionista estatal.¹²³

A respeito do quadro político que colocou João Goulart na galeria de inimigos da direita, merece destaque o papel desempenhado por ele quando, em 1952, foi nomeado Ministro do Trabalho durante o segundo governo de Getúlio Vargas. Para garantir a presença dos trabalhadores no governo, João Goulart procurou estreitar os laços com os sindicatos pela promessa de aumento salarial numa época marcada por fortes mobilizações e greves. Ficou pouco tempo no cargo, mas foi o suficiente para despertar a crítica dos setores empresariais e dos militares que, em 1954, lançaram o “Memorial dos Coronéis” apresentando a Getúlio Vargas a situação dos quartéis e a condição salarial dos militares.

No fundo, havia uma preocupação em relação à aproximação do getulismo com os sindicatos e operários. O quadro político ficou problemático mais ainda quando, em 1962, João Goulart apresentou seu projeto de reforma: agrária, bancária, eleitoral, tributária, educacional e do controle das remessas de lucros das empresas para o exterior. A rejeição do Congresso Nacional fora imediata. A alternativa, para pressionar a aprovação do projeto reformista, foi utilizar a

¹²³ D'ARAUJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994, p. 53-54.

mobilização popular e garantir o maior apoio político possível das diversas organizações sociais. Resultado: o Congresso tornava-se cada vez mais hostil a qualquer solicitação que viesse do Presidente da República.

Entre as propostas, aquela que causou uma das maiores polêmicas foi a da reforma agrária. Ela atingia diretamente as elites oligárquicas, os grandes proprietários de terras e colocava em xeque, segundo o discurso das elites, a propriedade privada, um direito garantido pela Constituição. Embora não fosse a intenção de João Goulart a abolição da propriedade privada, como anunciavam proprietários de terras, setores da Igreja Católica, da UDN e do PSD e o Congresso, composto na maioria por parlamentares avessos às reformas sociais, logo vetou qualquer tipo de reforma agrária e freou qualquer participação política dos trabalhadores.

Contra a impossibilidade de negociação das reformas no Congresso, o governo apostou na mobilização popular para pressionar politicamente deputados e senadores. Coube, então, aos sindicatos e movimentos sociais organizarem, em 13 de março de 1964, o comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Realizou-se, em frente ao prédio do Ministério da Guerra, o ato com a presença de 150 mil pessoas aproximadamente. Durante o evento, subiram ao palanque lideranças de esquerda que levantaram a bandeira das reformas e conclamavam a adesão popular, para se efetivar as mudanças propostas pelo governo e defender a liberdade democrática. No palanque, João Goulart chamou atenção para a necessidade de reformas estruturais, reforçando o papel do Congresso na incorporação e na aprovação destas mudanças.

O comício da Central do Brasil provocou a reação de políticos de oposição e de grupos de direita para iniciarem uma série de movimentos contra o que se chamava de esquerdização do Brasil. Munidos do discurso anticomunista, de defesa da Pátria e da democracia, e com forte oposição às políticas reformistas do governo, as mobilizações, conhecidas como as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, saíram às ruas com um número grande de pessoas, demonstrando um discurso favorável à ruptura institucional, com a saída do Presidente da República.

No dia 31 de março de 1964, já na madrugada do dia primeiro de abril, as tropas, sob o comando do general Olímpio Mourão Filho, partiram de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. Apoiados pelos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ademar de Barros, de São Paulo,

os militares avançaram sem, aparentemente, enfrentar qualquer tipo de reação. Estimulados pelo amplo apoio das mobilizações públicas, a intervenção militar derrubou o presidente democraticamente eleito e iniciou outro momento na história brasileira: a Ditadura Militar.

3.2 O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA E DAS ASSOCIAÇÕES FEMININAS NO GOLPE MILITAR

No dia dois de abril, de 1964, o *Diário do Paraná* publicou uma matéria em que o título revelava certo entusiasmo da população com o Golpe Militar: “Povo festejou na Guanabara vitória das forças democráticas”.¹²⁴ O jornal, da empresa *Diários Associados*, grupo de alcance nacional e com larga cadeia de jornais e emissoras de rádio, foi um dos porta-vozes, no Paraná, do movimento anti-Goulart e antirreformista.¹²⁵ O *Diários Associados*, as *Empresas Globo*, o *Jornal do Brasil*, o *Estado de São Paulo* formaram, em 1963, a *Rede da Democracia*. Arranjo midiático responsável pela criação de um consenso pró-golpe.¹²⁶

Por meio de transmissões radiofônicas, em cadeia nacional, e da imprensa escrita, a *Rede* combateu o discurso nacional-reformista, preparando o terreno para as oposições a João Goulart.¹²⁷ A sua aparente imparcialidade tinha como meta a defesa das instituições democráticas, da família e da moralidade cristã, mas encobria os interesses econômicos das elites que disputavam o poder político na época.¹²⁸

Na conjuntura política de 1961 a 1964, a grande imprensa pesou a sociedade em dois blocos. De um lado da balança, os aliados da democracia

¹²⁴ Povo festejou na Guanabara vitória das forças democráticas. **Diário do Paraná**. Curitiba, 02 de abril de 1964.

¹²⁵ O Jornal *Diários Associados* pertencia a Assis Chateaubriand, no período de 1920 a 1945. Na década de 1960 era um grupo com uma rede nacional, possuindo larga cadeia de jornais e emissoras de televisão.

¹²⁶ GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. **As representações anticomunistas na grande imprensa curitibana, 1961-1964**. Monografia (Bacharel em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999. 72f.

¹²⁷ A Rádio Globo, a Rádio JB e a Rádio Tupi estavam entre as emissoras ligas à Rede da Democracia. Em cadeia nacional, evocavam o patriotismo criando um clima de instabilidade e de insegurança política.

¹²⁸ SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, 2008. 154f.

composto pelas elites tradicionais, políticas e econômicas. O peso de seu discurso era o antirreformismo e anticomunismo. Do lado oposto encontravam-se os setores de esquerda: estudantes da UNE, Ligas Camponesas, organizações dos trabalhadores, João Goulart e seus partidários. No discurso da imprensa, estes segmentos representavam uma postura “antidemocrática” ao ameaçarem a liberdade individual, religiosa e a ordem social. Além disso, a proposta das esquerdas era abalar a estrutura agrária brasileira, descentralizando a posse da terra e retirando-a do controle dos grandes proprietários, o que gerou críticas por parte dos antirreformistas.

Do ponto de vista ideológico, deu-se relevo à elaboração e à difusão de uma visão catastrófica da sociedade. As matérias publicadas tinham como alvo a abordagem da instabilidade e da insegurança social. Ao se mirar nos aspectos políticos e econômicos da crise, pretendia-se alcançar a dimensão psíquica dos indivíduos para, assim, compor um quadro psicológico dos fatos. Um dos seus traços eram o pânico e o que ele despertava, ou seja, o medo: sentimento capaz de causar sensações de ameaça, de incertezas e de orientar práticas sociais e comportamentos na sociedade.

Quanto ao teor das mensagens, vale ressaltar alguns pontos. O primeiro deles tem a ver com os recursos utilizados pelos jornalistas e colunistas para causar na população um senso de compreensão da realidade: a metáfora. Mencionar termos como infecção, vírus, invasão ou infiltração, alguns lembrando doença, significava dizer que a sociedade e, na esfera privada, a família, corriam riscos que logo se associavam a um tipo de patologia. O recurso foi usado nos editoriais e nas matérias para tornar o comunismo inteligível, mas de uma maneira negativa, para a população. Em um dos editoriais, por exemplo, o comunismo foi comparado a um polvo gigante. Um monstro cujos tentáculos se estendiam a ponto de ser capaz de alcançar e capturar todas as instâncias da vida social.¹²⁹

Para que as imagens pudessem adquirir força e também significado, foi indispensável o investimento na criação, na repetição e na circulação das informações. Em muitos casos, as comparações com Regimes violentos vinham associados a Cuba, pois se achava que na ilha era proibida a religião católica e se puniam os cristãos, ou à União Soviética, que governava a população por meio da

¹²⁹ Comunistas na Petrobrás. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 31 de janeiro de 1964. 3a. p.

violência totalitária, segundo as notícias publicadas nos jornais. A questão que se coloca tem a ver com a filtragem das informações e o modo como elas chegavam à população.

Não se ignora, entretanto, que nos Regimes ditatoriais e autoritários, fosse de direita ou de esquerda, a violência era recorrente para combater as oposições e controlar a sociedade. Importa dizer, portanto, que a ideia que se pretendia passar para a população era a de que, sendo aqueles países comunistas, o risco de o Brasil se tornar um deles não era uma realidade distante. O risco era evidente porque no comando do Executivo Federal se achava um representante simpatizante do Comunismo e, inclusive, dizia-se que ele e os seus partidários não fariam outra coisa senão colocar o Brasil, país ordeiro e pacífico, nos caminhos de uma guerra civil.¹³⁰

Uma consequência da visão apocalíptica foi o esforço para a manipulação da opinião pública.¹³¹ As imagens compuseram o tripé “Deus, Pátria e Família”, algo significativo, pois, diante da anarquia e do perigo eminente que se anunciava no sistema midiático, recorrer aos símbolos caracterizados pela ordem criava uma sensação de segurança.

O discurso foi arquitetado em uma trama política nos bastidores do IPES. Fundado em 1962, teve como principal idealizador o general Golbery do Couto e Silva, reunindo empresários, militares, técnicos e intelectuais no intuito de propor, sob o prisma liberal, reformas políticas e econômicas para o país. No conjunto de suas atividades estava a publicações de livros e a organização de congressos em áreas diversas para promover atividades intelectuais.¹³² O IPES enquadrava-se como o representante orgânico do grande capital e o maior articulador da mobilização política e ideológica das classes médias. Com o IBAD, encarregou-se de fazer a propaganda antijanguista com a intenção de fragilizar as bases políticas de apoio ao governo e, com isso, fazer com que a sociedade se posicionasse contra as

¹³⁰ SOETHE, Adolfo. Editorial. Infiltração. **Panorama**, ano XIII, nº 131. Curitiba, abril de 1963.

¹³¹ Não ocorreu sucesso absoluto da grande imprensa, pois havia setores contrários à visão apocalíptica. Um dos poucos a marcar uma postura na contramão foi o jornal *Última Hora*. Presente em Curitiba e em mais outras capitais, como Porto Alegre, o periódico caracterizou-se pela defesa do nacional popular, objeto do descontentamento da imprensa local e das elites. Como consequência, o periódico viu suas vendas despencarem e seus leitores se esvaírem. Cf. HOHLFELDT, Antônio; BUCKUP, Carolina. *Última Hora: nacionalismo popular ou populismo nacionalista*. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). **Mídia imprensa e as novas tecnologias**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2002.

¹³² FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2005, p. 107.

propostas de reformas. Para alcançar os seus propósitos, o Instituto arregimentou políticos e contou com o apoio financeiro do empresariado brasileiro.

Outro aspecto importante a ser registrado é o de que a atuação do IPES/IBAD não se deu somente no âmbito da imprensa. A sua estreita relação com os movimentos femininos que atuaram no processo de radicalização anticomunista, no início dos anos de 1960, foi importante para a campanha de desestabilização do governo de João Goulart, sendo um dos idealizadores e colaboradores, por meio de financiamento e do uso da estrutura de propaganda, da divulgação das manifestações públicas anti-Goulart que ocorreram em diversas cidades do Brasil. Despontaram, primeiramente, nos principais centros políticos e econômicos do país, em particular nos estados onde a conspiração golpista foi mais expressiva, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.¹³³

O sucesso das mobilizações públicas deve-se a atuação das mulheres organizadas em grupos femininos. Na primeira metade da década de 1960, destacaram-se a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), da Guanabara; o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e a União Cívica Feminina (UFC/SP), ambos de São Paulo; a Liga da Mulher Democrata (LIMDE), de Minas Gerais; a Ação Democrática Feminina (ADFG), do Rio Grande do Sul; e a Cruzada Democrática (CDF), de Pernambuco. Mobilizavam-se em torno de um conceito comuns: a família, o lar e a Pátria.

A atuação de tais grupos desencadeou um conjunto de manifestações públicas, ocorridas em um curto espaço de tempo, aglutinando um número grande de pessoas em todo o país. As “Marchas” ocorreram entre março e junho de 1964. Durante o período, 69 manifestações aconteceram em diferentes cidades brasileiras: em São Paulo, participaram aproximadamente de 500 mil pessoas; em Santos, 80 mil; em Uberlândia, 200 mil; em Recife, 200 mil; no Rio de Janeiro, 1 milhão; e, em Florianópolis, 50 mil.¹³⁴

Um dos primeiros grupos a se organizar foi a CAMDE. Fundada em 12 de junho de 1962, no Rio de Janeiro, congregou mulheres pertencentes à elite e, muito

¹³³ SIMÕES. Op cit.1985, p. 27- 28.

¹³⁴ As datas e os locais das “Marchas” foram registrados no trabalho de Aline Presot. Cf. PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 84-86.

delas, esposas ou mães de políticos, empresários ou militares graduados. Uma de suas estratégias para protestar contra o governo era, primeiro, o de se dirigir aos jornais e estação de rádio para mobilizar a opinião pública e, depois, enviar cartas às mulheres alertando-as da ameaça comunista e, por fim, a produção de folhetos e outros instrumentos de propaganda para falar em defesa da família e criticar o governo.¹³⁵

Além dessas práticas, um dos primeiros atos da CAMDE, que se tornou o embrião das marchas, deu-se através da realização da *Concentração do rosário em família*, com o apoio de lideranças religiosas da Igreja Católica. O ato seria uma menção de repúdio ao que as mulheres consideraram um desagravo, por parte do Presidente João Goulart, ao símbolo católico, o rosário. Com o objetivo de difundir o rosário como instrumento de luta contra o comunismo, o movimento obteve grande adesão popular e o seu empreendimento serviu de motivação para outras mobilizações no restante do Brasil.

O jornal católico paranaense, *Voz do Paraná*, ironizou o evento realizado, no dia 13 de março, pelos segmentos sociais favoráveis às reformas de base. A matéria reforçou a união das famílias católicas em torno do símbolo do rosário, colocando-o como escudo contra aqueles considerados “inimigos da fé”. A matéria considerou uma:

A grande mentira, o grande insulto ao povo brasileiro, democrata e cristão, foi precisamente assumir que ele estivesse representando por uma minoria irresponsável e totalmente desqualificada. Faça-se o confronto entre a Concentração do rosário, com seu milhão e tanto de pessoas, e o comício Comuno-Brizolista de 13 de março, e constata-se em qual deles é que o povo estava realmente traduzia os anseios populares. Feito o confronto, os bons brasileiros – que são a maioria esmagadora – verão que não precisa deixar-se intimidar. Verão que, se o presidente e seus comparsas fizeram aquela acintosa alusão aos rosários da fé, é porque eles têm medo do rosário da fé. No dia em que esses rosários se levantarem fortes e unidos, porão em fuga os inimigos de Deus e da liberdade.¹³⁶

Certamente, a questão do rosário como símbolo capaz de produzir um efeito catalisador de um grande número de pessoas serviu para reforçar a fé no catolicismo e mobilizá-la para o anticomunismo e contra João Goulart. O rosário, como escudo para a defesa da fé, tem sido usado há séculos pelos cristãos

¹³⁵ PRESOT. Op cit. 2010, p. 84-86.

¹³⁶ Confrontando os dois comícios. **Voz do Paraná**. Ano IX – Curitiba, domingo, 29 de março de 1964.

católicos. No século XII, por exemplo, foi utilizado pelo fundador da Ordem dos Pregadores, dos frades dominicanos, Domingo de Gusmão, com o intuito de combater as heresias que questionavam a autoridade da Igreja Católica. Nos séculos XIX e XX, o rosário foi atrelado à devoção à Nossa Senhora de Fátima na luta contra as ideologias revolucionárias, e comunistas, que avançavam em solo europeu naquele período.

Nos Estados Unidos, em 1942, o símbolo católico adquiriu importância através da Cruzada do Rosário, ação organizada pelo padre Patrick Peyton. Difundida pelos meios de comunicação e propaganda, voltados para o grande público, a Cruzada obteve um alcance em escala nacional e serviu como instrumento de luta anticomunista, durante a chamada Guerra Fria. No Brasil, a primeira cruzada aconteceu em Recife, em 1962. Divulgado nas escolas católicas e nas igrejas espalhadas pelo país, o rosário agregou as famílias católicas contra os representantes políticos considerados inimigos da democracia.

Em São Paulo, ele foi símbolo importante em outra grande mobilização pública de grande impacto, a “Marcha” realizada em 19 de março de 1964. Organizada pela UCF-SP, foi aclamado por civis, militares e obteve, inclusive, apoio financeiro, logístico e ideológico de lideranças políticas e do setor empresarial.¹³⁷ A União Cívica paulista foi fundada em fevereiro de 1962. Nasceu de um conjunto de palestras, patrocinadas pela Sociedade de Estudos Interamericanos (SEI), vinculada ao IPES, direcionadas às esposas de alguns ipesianos, empresários e políticos paulistas. A SEI contava com o apoio de professores, líderes católicos e intelectuais, pessoas responsáveis pela elaboração de boletins de informação e formação sobre o perigo comunista. Já o conteúdo das palestras abordava uma suposta manobra comunista adotada no Brasil, arquitetada pelo governo janguista.

Outra tarefa desenvolvida, logo após o Golpe, foi a Campanha Ouro pelo Bem do Brasil, no intuito de colaborar com a reestruturação da economia do país. O ato foi organizado, primeiro, em São Paulo e, em seguida, na Guanabara, pelo grupo *Diários Associados*. A campanha obteve o apoio das associações femininas. Além do mais, fez uma referência à campanha de 1932, quando inúmeros paulistas, em especial as mulheres, doaram suas joias para custear as despesas da Revolução Constitucionalista. Na Guanabara, a campanha foi realizada com o apoio da CAMDE

¹³⁷ SIMÕES. Op cit. 1985, p. 27- 28.

e o objetivo era projetar a ação em todo território nacional. Foi o momento em que a Revolução de 1932 deixou de ser um símbolo regional e ganhou dimensões nacionais ao fazer alusão ao que acreditava ser o respeito à constitucionalidade e às liberdades democráticas.¹³⁸

Posteriormente a UCF-SP traçou um plano de expansão por meio de um planejado sistema de estudos e cursos de preparação política de lideranças femininas. Foram estas lideranças aquelas responsáveis pela criação de núcleos da UCF fora de São Paulo. A linha expansionista formou núcleos em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Fortaleza, entre outras cidades do interior do país. Em novembro de 1963, após uma série de reuniões preparatórias, fundou-se a UCF-PR, com sede em Curitiba e os núcleos em Ponta Grossa, Paranaguá e Londrina, estes criados, respectivamente, em março, maio e junho de 1964.

Não há dúvidas de que as marchas mobilizaram setores importantes da sociedade em torno do discurso antirreformista e da retórica anticomunista no intuito de desestabilizar o governo, aprofundando a crise política. Por isso, a propaganda organizada para o movimento almejava conquistar adesão social por meio de símbolos como o amor à Pátria ou a família. Com o terço nas mãos, as mulheres saíram às ruas para defender a propriedade, a democracia e os valores cristãos católicos. A referência à Revolução Constitucionalista de 1932, quando a elite paulista revoltou-se contra Getúlio Vargas, demonstrava o desejo desse segmento da sociedade em se apoderar do poder político. No fundo, escondia-se o medo do avanço das esquerdas. O símbolo religioso demonstrou ser uma importante ferramenta política, encarnado na oposição ao chamado comunismo totalitário.

As Marchas também foram a forma de dizer às Forças Armadas que era chegado o momento de intervir na política e restaurar, como se acreditava, a ordem social. O Golpe, então, foi recebido com entusiasmo pelos setores da sociedade que contestavam a atuação de João Goulart, conforme demonstra a mensagem enviada pelas associações femininas de Curitiba, ao Congresso:

[...] com o Congresso Nacional pela vitória das forças cívicas e democráticas nacionalidades, e, no momento em que todos os brasileiros dirigiam suas vistas para as duas Casas do Parlamento aguardando

¹³⁸ CORDEIRO, Janaina Martins. O “risco da incompreensão”: memória e identidade na autobiografia de uma ex-diretora da Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE). In: AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denise (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

medidas legislativas e políticas reclamadas pela consciência nacional, espera consolidação da ordem democrática com a eleição de presidente apertado que, interpretando o pensamento das gloriosas Forças Armadas, possa com a maioria dos partidos democráticos e da opinião pública salvar a nossa pátria do caos e da anarquia.¹³⁹

A ideia de que a intervenção das Forças Armadas restabeleceria a ordem e a normalidade institucional voltaria a reinar no país, encontrou eco em outros discursos. Em novembro de 1964, a revista *Seleções do Reader's Digest* publicou um artigo especial, de autoria de Clarence W. Hall, *A Nação que se salvou a si mesma*.¹⁴⁰ Antes é preciso fazer aqui algumas observações sobre a revista. O periódico surgiu nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX. De inspiração cristã, publicava matérias com temas sobre atitudes benevolentes, estimulava as emoções dos leitores através de textos com valores morais e cristãos, e condenava os comportamentos desviantes. De caráter conservador, a revista munia-se do discurso da democracia ao mesmo tempo em que combatia as reivindicações dos trabalhadores e organizações sociais.¹⁴¹

Uma das características da revista era a defesa do *american way of life*, o modo de vida americano, o estímulo à expansão do consumo capitalista e o anticomunismo. A publicação chegou ao Brasil na década de 1940, com o intuito de divulgar os valores políticos e ideológicos dos Estados Unidos, atrair a simpatia dos brasileiros para aquele país, conquistar um espaço de consumo e estreitar as relações com a América Latina por meio da política de boa vizinhança. Encontrou um público cativo de brasileiros identificados com as publicações que abordavam os temas da moralidade cristã e o apelo anticomunista.¹⁴²

Ficou evidente, no texto de Clarence W. Hall, a ideia de que o Brasil estava mergulhado no caos em virtude do avanço das esquerdas e da revolução comunista que fariam o país cair no domínio total dos amais anticristãos. Combater esse mal cabia às classes médias e altas, portadoras dos bons costumes e preservadoras da

¹³⁹ Entidades femininas congratulam-se com vitória do regime. 1964. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

¹⁴⁰ HALL, Clarence W. *A Nação que se salvou a si mesma*. **Seleções do Reader's Digest**. Novembro de 1964, p. 93-119.

¹⁴¹ BEGHETTO, Lorena. **O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: o anticomunismo nas revistas Seleções do Reader's Digest (1946-1960)**. 179p. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2004.

¹⁴² *Ibid.*, p. 37-44.

Lei e da ordem social. Em razão da infiltração comunista em setores da educação, política, meios de comunicação incitando à desordem, a tarefa de enfrentá-lo era advogado às mulheres, defensoras naturais da família.

A publicação procurou enfatizar o protagonismo da sociedade, em especial das mulheres, naquele processo histórico. Chamou a atenção pela mobilização pública das mulheres organizadas em grupos nas igrejas e paróquias, nas associações de mães e clubes de civismo. Em outro contexto, em 1978, a Biblioteca do Exército publicou, em forma de panfleto, o mesmo texto.¹⁴³ A edição apresentava um acréscimo na última parte do artigo. Com o subtítulo *Conquistas socioeconômicas da Revolução*, os militares mostravam em números e dados estatísticos, os avanços conquistados a partir de 1964, quando as Forças Armadas chegaram ao poder. Segundo o texto:

O movimento de 31 de março de 1964 trouxe em seu bojo o germe da reforma estrutural do Brasil e foi seu objetivo atualizar a organização político-administrativa, adaptando-a à realidade nacional e procurando escoimar os erros acumulados que vinham travando o desenvolvimento do país e provocando sucessivas crises políticas, as quais, cada vez mais faziam a Nação acercar-se do caos.¹⁴⁴

Observa-se aí uma autopromoção dos militares. Nesta lógica, o Golpe era imprescindível como o primeiro passo ao desenvolvimento do país. Em números, os militares demonstraram os avanços, segundo eles, na educação e cultura, na integração social, no índice de emprego, na indústria básica, na infraestrutura econômica e nas relações internacionais. Comum na estrutura dos movimentos ditatoriais, os militares também endossaram a concepção de ruptura com a velha tradição, apresentando-se como portadores da mudança no intuito de conquistar adesão popular. A Ditadura, no entanto, promoveu o cerceamento das liberdades políticas, a militarização dos aparelhos do Estado, a violência deste contra a sociedade, a censura política e moral, e a continuidade do processo de modernização, ampliando o fosso da desigualdade social no país.¹⁴⁵

¹⁴³ **A nação que se salvou a si mesma.** 31 de março de 1964 – 1978. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1978.

¹⁴⁴ Ibid., p. 43.

¹⁴⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 273-303.

Na segunda edição do texto, os militares pretendiam comemorar o 14º aniversário da “Revolução”. Com isso, afirmavam não terem sido as Forças Armadas os únicos protagonistas do movimento de 1964, uma vez que haviam segmentos da sociedade interessados em resguardar a democracia e proteger o país do Comunismo. É preciso lembrar que o período da publicação do artigo era também o contexto da distensão política, iniciada no governo do general Ernesto Geisel. Pretendia-se, portanto, consolidar o processo de abertura política e assegurar a posição das Forças Armadas como guardiãs da legalidade.¹⁴⁶

A observação é importante porque no contexto de transição democrática havia por parte das lideranças políticas, civis e militares, o desejo de criar uma espécie de consenso social, deslocando o olhar dos segmentos que apoiaram as Forças Armadas e formaram as bases sociais de apoio não somente no momento do Golpe, mas no processo de consolidação do Regime. No entanto, é preciso refletir sobre essa prática política e questionar até que ponto isso não significava também retirar o foco dos militares em relação à responsabilidade pelos crimes cometidos contra a sociedade. O silêncio sobre a atuação dos civis e militares trouxe a reboque o silêncio em relação à violência praticada pelo próprio Estado.

O texto é elucidativo em muitos aspectos. Um deles tem a ver com o fato de deixar exposta a reação político-conservadora dos segmentos sociais em relação ao projeto reformista. Relevante ainda é perceber que isso manifestou o desejo das elites em se manter intactos os privilégios que lhes asseguravam status social, consumo e acesso a bens culturais. Não por acaso, a reação veio do setor empresarial, de setores tradicionais da política e dos movimentos femininos, também representantes das classes médias urbanas. O discurso era o da defesa da democracia, entenda-se de uma democracia limitada, na medida em que delegava às elites o papel de condutoras das decisões políticas. Alegava a defesa dos valores cristãos, como parte constituinte do comportamento social, e como arma no combate aos chamados radicais de esquerda.

¹⁴⁶ CORDEIRO. Op cit. 2009, p. 28-29.

3.3 OS MILITARES NO PODER

Ao longo da história da República brasileira, as Forças Armadas exerceram influente papel político. A relação entre os militares, o Estado e os civis foi atravessada por momentos de tensão, de violência e de relativo alívio. Não faltaram tentativas de intervenção militar, fossem elas para garantir a legitimidade ou para derrubar um governo em contrassenso com os interesses de certos grupos políticos e econômicos. Em muitos casos, a cooptação dos militares pelas elites civis foi para proteger e garantir interesses políticos, conter os excessos do poder executivo, combater a subversão e garantir a ordem institucional.

Durante a crise de sucessão, o próprio João Goulart firmou compromisso com os militares para poder empossar-se Presidente da República. Assumiu o compromisso com a realização de um plebiscito para fazer a população decidir entre parlamentarismo ou presidencialismo. A votação, antecipada de 1965 para 1963, só ocorreu graças à pressão de generais que o Presidente havia indicado para posições-chaves, como a do general Jair Dantas Ribeiro, nomeado Ministro da Guerra. Mesmo com pressão de alguns militares contra o seu governo, João Goulart não cogitou a ideia de vê-los fora da política. Foram, inclusive, um de seus principais instrumentos políticos. No entanto, com a intervenção se rompeu o padrão tradicional de ação política das Forças Armadas e o país passou a ser comandado pelos representantes das três forças, com a hegemonia do Exército. Ficou institucionalizado o modelo de sucessão presidencial a partir da escolha, entre os pares do alto comando, do Chefe do Executivo, deixando transparecer uma aparência de democracia.¹⁴⁷

A prerrogativa dos militares e dos setores da sociedade que os apoiaram, era, até 1964, a do estabelecimento da ordem para, em seguida, restituir o poder aos civis. Consumado o fato, retornariam aos quartéis cômicos do cumprimento do dever patriótico. Segundo o depoimento do general Deoclécio Lima de Siqueira, era essa a intenção de Castello Branco: “passar o governo para um civil dentro de um tempo reduzido”.¹⁴⁸ Os militares, no entanto, assumiram o comando do país,

¹⁴⁷ GORENDER, Jacob. Era o Golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões do Golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 139.

¹⁴⁸ Deoclécio Lima de Siqueira. Depoimento concedido a Maria Celina D’Araújo e a Gláucio Ary Dillon Soares em junho de 1993. D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso

tornando-se condutores dos negócios do Estado e centralizando, como dirigentes hegemônicos, as decisões políticas, afastando os civis dos principais núcleos de decisão.¹⁴⁹

O que, porém, chama atenção é o fato de não ter havido, por parte dos militares legalistas, algum tipo de reação. Se João Goulart tinha a seu favor o chamado “dispositivo militar” e nele a estrutura de que precisava para atuar em situações como a que lhes impuseram, por que não o acionou e freou o avanço das tropas golpistas? Na verdade, militares leais ao presidente, como o general Ladário Teles, do III Exército, esperavam dele a ordem para conter aquelas forças. A recusa em deliberar as ordens que os generais esperavam partiu do próprio Presidente. Não se pode dizer que não houve nenhum tipo de resistência. No entanto, outra questão que se coloca tem a ver, não com o efetivo militar de que dispunha Goulart e do uso que se poderia fazer dele, mas a da proporcionalidade da força política.¹⁵⁰

No que tange à atmosfera de conspiração e golpismo, cabe aqui fazer um parêntese sobre o general Olímpio Mourão Filho, um dos articuladores do Golpe. Destacado como um dos organizadores da milícia integralista, ele foi um dos autores do Plano Cohen, na década de 1930.¹⁵¹ Sua trajetória de conspiração contra João Goulart se iniciou no Rio Grande do Sul, em 1961, quando aglutinou produtores rurais gaúchos para espalhar, conforme os princípios fascistas que aprendera no integralismo, o perigo da comunização. Ao assumir o comando na 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, em Juiz de Fora, Minas Gerais, deu continuidade a suas atividades conspiratórias se unindo a militares ex-integralistas. Deles partiu a primeira ação armada antijanguista.¹⁵²

(Orgs.). **Visões do Golpe**: 21 depoimentos de oficiais que articularam o Golpe Militar de 1964. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014, p. 212.

¹⁴⁹ BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (O Brasil republicano; v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 15.

¹⁵⁰ MORAES, João Quartim. O colapso da resistência militar ao Golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964**: visões do Golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p.157.

¹⁵¹ Plano Cohen foi um plano forjado sobre uma ameaça comunista para tomar de conta do país. Feito especialmente para alarmar a sociedade e acelerar a implantação do Golpe, em 1937, que instituiu a Ditadura do Estado Novo, por Getúlio Vargas. Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1994, p.48.

¹⁵² TRINDADE, Hélijo. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994, p. 127-128. P. 130-131.

A conspiração e o Golpe se deram segundo a prerrogativa da defesa da Nação, valor incorporado muito cedo pelo jovem militar em sua formação nas instituições militares. Consolidou-se uma cultura militar no Brasil que supervalorizou o papel das Forças Armadas como defensora legítima dos interesses nacionais. Tal concepção salvaguardou a legitimidade das intervenções quando, por parte da autoridade maior, fossem ultrapassados os limites da legalidade, abrindo brechas para golpes de estado.¹⁵³ A disciplina, o cumprimento das regras e das ordens e a posse do poder legal no uso da força, caracterizavam as Forças Armadas como instituição responsável pela manutenção do equilíbrio social e pelo combate à desordem interna.

Aqui irá ser apresentado um documento que pode ajudar a compreender como as pessoas na sociedade pensavam o papel das Forças Armadas. Geralmente, quando os poderes locais eram inoperantes em relação a demandas sociais, os militares eram apresentados como alternativa viável para a solução dos problemas. Esse fato pode ser demonstrado na carta encaminhada ao general Dario Coelho da 5ª RM/DI, uma unidade de comando subordinada ao III Exército Brasileiro, sediada em Curitiba.

O documento foi cuidadosamente datilografado por uma senhora que se apresentava como esposa e mãe de família, provavelmente de convicções católicas. Deixava transparecer uma preocupação em relação a um problema ainda não resolvido: os comunistas. Segundo seus relatos, eles continuavam com suas atividades subversivas, mesmo depois de os militares assumirem o controle do país. Vamos à carta, datada em 15 de maio de 1964:

[...] – Exmo. Sr General Dario Coelho – Sendo V Exa um dos valorosos generais que tomou parte ativa no último movimento revolucionário que, com sua vitória deu tranquilidade ao nosso povo lembrei-me de comunicar a v. Exa, o seguinte: como brasileira e mãe, estive sempre ao lado de outras patrícias, vigilantes, nos dias sombrios que nosso país atravessou, quando dirigido por irresponsáveis e apatriotas. Tivemos incontáveis noites insones preocupadas com o destino de nossa Pátria e de nossos filhos. Agora, que o Exército Brasileiro, acrescentou à nossa História mais uma brilhante página, estamos também interessadas em contribuir para “a consolidação e salvaguarda da Democracia”, e completa erradicação do comunismo. Sou dos que pensam que, para reiniciarmos a “boa sementeira” é necessário extirpar de vez a erva daninha. Assim que inúmeras vezes temos fornecido a várias autoridades de nossa cidade, uma lista de nomes de alguns comunistas, e, no entanto, esses indivíduos estão por aí, serenos e

¹⁵³ BORGES. Op cit. 2003, p.17.

despreocupados, pois, até agora já passados quase dois meses do movimento revolucionário, não foram molestados, e deduzindo-se que as autoridades a quem apelamos, não quiseram tomar conhecimento, o que muito nos tem intrigado assim como a várias outras pessoas. Em poucas linhas vou “retratar” um desses indivíduos denunciados: É um comerciante estrangeiro, que nos dias áureos para ele e o governo deposto, agia abertamente, vendendo ou presenteando a sua freguesia com um jornaleco “Novos Rumos”; quis organizar um sindicato comunista das empregadas domésticas em nossa Capital; conferenciou com Luiz Carlos Prestes, quando da última visita deste, a nossa cidade; mandou seu filho fazer uma prévia na sua classe, em um dos Grupos Escolares daqui, cujo resultado o menino deu ao pai dizendo que sua sala, dos 36 alunos, só 3 eram reacionários. Um amigo nosso telefonou à DOPS também denunciando este comunista, e a resposta daquele Departamento foi que não dispunha de condução para atender, naquela hora. Nosso amigo, então, pôs à disposição daquela Delegacia um dos seus veículos e nem assim foi tomada providência... É preciso não esquecermos que se o golpe viesse do lado de lá, talvez o “paredon” nos recebesse no dia seguinte [...].¹⁵⁴

O documento traz elementos que merecem considerações, pois contem características importantes para análise do contexto político dos anos de 1960. Um deles tem a ver com a postura da autora da carta ao considerar o movimento militar como revolucionário. A concepção foi amplamente difundida pelos militares, para quem o Golpe não passou de um contragolpe à tentativa da esquerda de impor no Brasil uma “república sindicalista” ou “popular”.¹⁵⁵ Referiam-se, sem dúvidas, à mobilização popular a favor das reformas e à crescente participação política de setores ligados aos trabalhadores do campo e da cidade.

Além desse aspecto, é possível perceber que a autora compartilhava de valores que ela mesma acreditava ser importantes para a sociedade: a família, a pátria, a nação, a religião (católica). A defesa deles pode ser lida como uma forma de diferenciação, por meio dos comportamentos e das práticas sociais, entre os “bons indivíduos”, cumpridores dos deveres pátrios, e entre aqueles considerados subversivos, pois se dizia que estes não respeitavam os bons costumes e desconsideravam a ordem na sociedade. A lógica era maniqueísta: a divisão da população com os “bons cidadãos” de um lado e os subversivos, terroristas e marginais, de outro.

Boa parte dos valores era de inspiração cristã católica. Segundo a tradição católica, a família era um bem sagrado e inviolável. Como se pensava, à época, que os comunistas não professavam uma convicção religiosa, logo a ideia de família era

¹⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes**, 1964-1977. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

¹⁵⁵ D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op cit. 2014, p. 13.

desconsiderada por seus adeptos. Isso explica o fato de a bandeira da família ter sido defendida não somente pela Igreja. Ela foi uma motivação política recorrente entre determinados segmentos sociais para qualificar a proteção e a defesa de interesses que se consideravam ameaçados. Em momentos de crise e de instabilidade política e econômica, era um valor realçado por lideranças políticas no intuito também de provocar certo apelo na população a favor de interesses de certos grupos.

Na carta existe outro ponto a se destacar, o da colaboração. Geralmente as pessoas que praticavam tal ato o faziam pela defesa de algo que julgava ameaçado. Acreditavam nessa crença talvez por uma dificuldade de enxergar em si mesmo algum nível de responsabilidade pela causa dos problemas na sociedade. Considerava que o outro, estranho, era a causa de todo o mal e, portanto, todo ato supostamente heroico no sentido de neutralizá-lo ou extirpá-lo da sociedade, era logo saudado como bravura ou honradez. O mal, nessa visão, deveria ser arrancado pela raiz, mesmo que, para isso, fosse feito uso da violência, como o aprisionamento ou a limitação da liberdade dos acusados, como sinaliza a expressão “para boa sementeira é necessário extirpar de vez a erva daninha”.

A concepção criou uma série de práticas que se destacaram pela eficácia em relação ao enfrentamento dos elementos indesejados. Dentro da própria trama: a vigilância, a denúncia e o apoio material compunham o esquema em que se articulavam os colaboradores. A vigilância cotidiana, a descrição das atividades e a informação acerca do círculo de sociabilidade serviram como um modo de identificar os indivíduos que poderiam representar ameaça. A denúncia, item relevante, instaurava-se num clima de incertezas e pleiteava, em nome da vontade suprema, a eliminação da vontade particular. Quem denunciava o fazia em nome de um suposto bem maior, e o fazia em várias frentes, inclusive com apoio material.

A carta chegou às mãos do general Dario Coelho, aproximadamente uns quarenta e cinco dias após o Golpe. No entanto, o seu percurso fora traçado, até sua materialidade, por meio de práticas sociais que denotaram consonância com a ideia de saneamento político e do comportamento forjado no interior das elites políticas. Significava, pois, que toda a ação deveria designar o “inimigo” da Pátria e sobre ele exercer as forças de destruição: fornecer informação sobre suspeitos de

subversão, – caso do comerciante estrangeiro denunciado –, aos órgãos do Estado, é um exemplo dentre as atitudes dos colaboracionistas.¹⁵⁶

Para compreender esse tipo de atividade, aqui mais uma carta enviada aos órgãos de polícia. Nela se pode observar, logo de partida, que a motivação também era o combate ao comunismo. Ele se constituiu como pano de fundo para identificar os indivíduos considerados indesejados. No caso, o outro, ou o inimigo a ser enfrentado, era aquele cuja presença degenerava o ambiente de convivência social. Era preciso preservar a imagem de pureza que se entendia que deveria permear não somente a vida social, mas a esfera política, o que não seria possível num governo de feições subversivas, como se pensava. É possível observar essa relação na carta a seguir:

Curitiba, 14 de abril de 1964.

Exmo. Sr.

Venho por meio desta, para elogiar a sua brilhante ação anticomunista e ao mesmo tempo parabeniza-lo, pela magnífica na residência da famigerada Dona Mimi, porém, quero afirmar-lhe que faltou a principal, principal porque foi quem juntamente com Mimi orientou, participou e entregou pessoalmente em mão de Jango a lista das assinaturas no Movimento das Donas de Casa Contra a Carestia, afirmando ao ex-presidente que todas aquelas assinaturas constantes do documento eram comunistas. Principal ainda, porque é comunista fanática, considerada entre os vermelhos com uma doutrinadora de primeira grandeza, participou ativamente na retirada dos documentos comprometedores da sede do Partido Comunista no Jornal Novos Rumos, levando grande parte para a sua residência, que fica a Rua Dr. Murici, 439 – seu nome é [...], que na época do movimento comunista contra a carestia figurava manchete na última hora e outros jornais. Espero que faça quanto antes uma batida na residência da mesma, antes que seja tarde e o material seja dado outro destino, a referida já é fichada nessa delegacia. Deixo declinar o meu por ser uma vizinha da comuna e não ficaria bem para mim...¹⁵⁷

Têm-se, com os documentos, práticas sociais que demonstram o apoio político de civis aos militares. A primeira carta é um vestígio de que tais segmentos confiavam às Forças Armadas a capacidade de sanearem a sociedade. Também é um indicativo de que a crença nos militares como redentores, estendia-se aos indivíduos comuns: proteger a família, a Pátria e a Nação. A segunda carta aponta para o fato de que esses indivíduos já agiam no intuito de identificar supostas ameaças e fornecer seus nomes às autoridades policiais.

¹⁵⁶ No capítulo “O aparelhamento do sistema repressivo e a fabricação do informante” será analisada a figura do colaborador.

¹⁵⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes**, 1964-1977. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

Nessa perspectiva, tendo em vista tais práticas, pode-se dizer que uma intervenção não sofreria uma resistência total na sociedade, pois, como se pode observar, havia grupos e indivíduos que compreendiam o ato como necessário para garantir a segurança. Do mesmo modo, os militares procuravam responder aos apelos dessas pessoas valorizando as denúncias efetivadas. Por isso, o general apoiou a causa e logo encaminhou um ofício à Secretaria de Segurança do Paraná, cobrando investigação dos denunciados.¹⁵⁸

No Paraná foi perceptível o posicionamento contrário à posse de João Goulart, entre as lideranças militares e políticas. Viam com preocupação, no primeiro caso, a indisciplina, a exemplo do que ocorreu com o levante dos sargentos da Marinha, e, no segundo, a constante agitação política que causava instabilidade social e econômica na sociedade. Não por acaso, o governador Ney Braga, do PDC, que por um curto período demonstrou aprovar a posse de Goulart, simpatizou com o movimento liderado pelos militares e engrossou o coro antijanguista com os governadores de Minas Gerais, São Paulo e da Guanabara. O general Dario não pensava diferente. Sua postura o fez gozar de prestígio entre as lideranças políticas paranaenses, donde o apoio do Chefe do Executivo paranaense ao enviar carta para o general Guedes solicitando a inclusão do comandante da divisa de Curitiba aos colegas mineiros.

Com este ato, explica-se a atitude do deputado federal Accioly Filho (PDC), fundador da Arena, no Paraná, em 1965. Ele redigiu um projeto de lei para elevar Dario Coelho, de general de brigada para general-de-divisão.¹⁵⁹ Na linguagem militar, os generais de divisão são chamados de generais de três estrelas. O autor do projeto destacava a importância do general na defesa da democracia, a mesma prerrogativa defendida pelas Forças Armadas, e a relação que se estabelecia com as elites civis.

Trata-se, no entanto, de militar de excepcionais méritos, com notável formação profissional. Ainda agora, além das qualidades de soldado, o General Dario Coelho revelou seu espírito democrático procurando manter

¹⁵⁸ Of. 79-BS Do Gen. Cmt da 5ª RM/DI ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná. Curitiba, PR, 29 Mai 64. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes**, 1964-1977. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

¹⁵⁹ Grande comando operacional da força terrestre, constituído de um número variável de brigadas, não necessariamente idênticas, e por tropas divisionárias que compreendem unidades de combate e de apoio logístico. **Manual de Campanha**: Glossário de termos e expressões para uso no Exército. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército: 2003. p. C 20-1 a D-14.

no território sob sua jurisdição, clima de liberdade e colaborando com as autoridades civis para o resguardo das franquias democráticas.¹⁶⁰

Em relação ao Projeto de Lei nº 2.204, cabe um parêntese. Sabe-se que ele foi encaminhado às comissões da Câmara dos Deputados e, embora tenha sido considerado relevante em virtude da atuação do general, conforme informava o autor do projeto de lei Accioly Filho, foi rejeitado pela Comissão de Finanças e pela Comissão de Constituição e Justiça. Alegavam ser o projeto inconstitucional, uma vez que, segundo a Constituição de 1946, a promoção dos quadros oficiais cabia ao chefe do Executivo Federal, como era o caso da promoção do general Dario Coelho. Em 1968, quando não estava mais no comando da 5ª RM/DI, o general assumiu a Secretária de Segurança da Guanabara, período em que ocorreu a morte do estudante secundarista Edson Luís.

As tropas sob o comando do general pertenciam à 5ª RM/DI, sediada em Curitiba, sob o comando do III Exército. O Exército brasileiro, no início da década de 1960, estava dividido administrativamente em quatro exércitos. O I Exército tinha jurisdição nos estados de Minas Gerais, Guanabara e Espírito Santo; o II Exército tinha suas bases em São Paulo e Mato Grosso; o III Exército, com jurisdição sobre os três estados do sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre; o VI Exército, em todos os estados do Nordeste.

O III Exército, entre todos eles, era o mais poderoso. Possuía artilharia divisionária, brigadas de infantaria, Regimentos e unidades de cavalaria. No comando, em 1961, tinha um general legalista e partidário de Joao Goulart, José Machado Lopes. O seu apoio foi decisivo para o resultado da campanha pela legalidade. Pelas condições apresentadas, poderia colocar em risco a conspiração dos militares antijanguistas, em 1964, pois contava, à época, com a lealdade do general Ladário Teles a João Goulart. No entanto, logo após a queda do Presidente, o general Mário Poppe de Figueiredo, da 3ª Divisão de Infantaria, sediada em Santa Maria/RS, assumiu o comando do III Exército e conteve as reações dos militares simpatizantes do Presidente deposto.

A 5ª RM/DI, em Curitiba, estava sob o comando do general Silvino Castor da Nóbrega e, na ocasião, encontrava-se de férias, no Rio de Janeiro. Sua posição

¹⁶⁰ Projeto N° 2.204 – 1964 – **promove a General de Divisão o General de Brigada Dario Coelho e dá outras providências** (do senhor Accioly Filho 14/08/1964).

dividia opiniões, mas indicava que não hesitaria em formar uma frente de resistência. Em seu lugar ficou o general Dario Coelho, assumindo interinamente o comando com o apoio de Ney Braga. Ao saber dos eventos de 31 de março, o general Silvino tentou, mesmo com os planos de abortarem sua viagem, retornar à base no intuito de assumir o seu posto e comandar a resistência a partir de Porto Alegre. Sua ação foi infrutífera. Destituído do cargo, foi preso, acusado de apoiar os comunistas.¹⁶¹

É preciso chamar atenção para a posição que o Paraná assumia naquele contexto, não somente do ponto de vista geográfico, mas também político e ideológico. O Paraná, estrategicamente, era o corredor propício para a progressão das tropas em direção a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Se, por ventura, houvesse alguma reação por parte do III Exército, a partir do Rio Grande do Sul, Curitiba serviria como barreira para frear os militares pró-Jango. Receava-se isso pelo fato de a cidade não possuir um contingente militar expressivo e, ainda, porque estava no comando um general legalista. Politicamente, o governador Ney Braga conseguiu bloquear apoio político ao presidente João Goulart e, estrategicamente, indicou para o comando da divisão um general das fileiras do golpismo.

Antes de finalizar o capítulo, porém, julga-se necessário fazer dois registros. O primeiro tem a ver com autoritarismo militar. Como é sabido, ele combinou diferentes elementos: estabeleceu uma Ditadura, mas preservou algumas instituições liberais. Não aboliu totalmente o calendário eleitoral, embora indicasse, depois de 1965, governadores e prefeitos para as cidades importantes; permitiu o bipartidarismo, com um partido a favor do governo e outro que exercia uma oposição consentida; deixou, por um determinado tempo, o parlamento aberto, mas estabeleceu limitações.¹⁶² Procurou, o tempo todo, em relação aos oponentes, agir com mão de ferro, combatendo-os violentamente e, inclusive, eliminando-os por meio de um sistema de vigilância e repressão ramificado em todo o tecido social, como será visto no próximo capítulo.

O segundo registro tem a ver com a gestão do Estado. Colocou-se em prática uma concepção de governo baseado na tecnoburocracia. Prevaleceu, no perfil do administrador, a ideia de um analista, planejador, realizador, sendo no

¹⁶¹ DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 22, p. 195-208, jun. 2004.

¹⁶² TRINDADE. Op cit.1994, p. 127-128.

campo da competência técnica, e não política, que se pretendeu construir sua legitimidade.¹⁶³ Procurou-se, então, despolitizar questões sociais suprimindo a cidadania. Não obstante ao fato, houve a readequação da estrutura burocrática do Estado para a centralização em nível federal.

Se, por um lado, o Golpe Militar revelou que havia por parte das vanguardas artísticas, das esquerdas, dos intelectuais e artistas a mobilização em torno das reformas e das mudanças estruturais na sociedade, por outro, demonstrou que, igualmente sedentos por mudanças, encontravam-se os segmentos conservadores que reagiram contra as esquerdas e pela defesa da moralidade e da democracia conforme expressavam nos seus discursos. Tais segmentos formaram as bases sociais que deram apoio político aos militares durante o Golpe que destituiu João Goulart.

¹⁶³ MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001, p. 80.

4 O APARELHAMENTO DO SISTEMA REPRESSIVO E A FABRICAÇÃO DO INFORMANTE

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral.

Walter Benjamin¹⁶⁴

A vasta literatura sobre a máquina repressiva do Estado, em particular a que se refere à Ditadura Militar, tem chamado atenção para a violência e os seus excessos praticados contra os indivíduos que se opuseram à ordem estabelecida. Um tipo de violência extrema que eliminou presos políticos, não mediu esforços para calar inúmeras vozes e exilar tantas outras que consideravam ser destoantes do governo.¹⁶⁵ Hannah Arendt lembra que a violência emerge no instante em que a política se extingue. Em outras palavras, a política, que é a capacidade de agir em conjunto e que requer o consenso de muitos para se efetivar uma ação, desaparece quando a violência e sua glorificação anulam a faculdade de agir no mundo e de criar nele algo novo.¹⁶⁶

Para Hannah Arendt, a violência se assenta em implementos que multiplicam e amplia, com instrumentos e tecnologia, o vigor humano, – designa algo no singular como o vigor físico de um indivíduo. Por isso, a forma extrema de violência é a de “Um contra todos” feita com frequência com o uso de instrumentos e por meio de um aparelho repressivo altamente burocratizado. Não se realiza sem uma base de poder e de apoio, a exemplo do que ocorreu durante o sistema totalitário, com a criação da polícia secreta e da sua rede de informantes.¹⁶⁷

¹⁶⁴ BENJAMIN. Op cit. 1993, p. 226.

¹⁶⁵ No primeiro capítulo foram referenciados alguns estudos sobre a temática e, no decorrer deste capítulo, serão feitas referências a pesquisas cujo tema é o da violência do Estado contra seus cidadãos.

¹⁶⁶ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

¹⁶⁷ Ibid., p. 58-67.

Outra reflexão partiu de Giorgio Agamben, particularmente no que tange à análise das leis que atribuem excessivo poder político ao Executivo e lhes conferem a capacidade de decisões em nome da sociedade. O filósofo italiano analisou a permanência do Estado de exceção no fenômeno jurídico das democracias contemporâneas. Agamben procurou entender, em o *Homo Sacer* e o *Estado de Exceção*, a atualidade do Estado de exceção na lógica das democracias ocidentais e sua dúbia relação entre direito e violência. O paradoxo se expressa na relação de correspondência entre Estado de exceção e soberania. O soberano, enquanto poder que decide e suspende a norma, está fora do direito, embora pertença ao ordenamento jurídico porque, segundo consta, possui a competência para a decisão, elemento fundamental do direito. É ele, o soberano, quem decide o que é o interesse público e o bem comum, ou seja, é quem estabelece o que é segurança e paz.¹⁶⁸ De acordo com esta perspectiva, o ordenamento jurídico contém em si o seu contrário quando admite, pela suspensão do direito, uma violência não regulada pela Lei. Neste caso, não mais ao Legislativo compete a função de legislar, mas a de limitar-se a ratificar decretos do Executivo.¹⁶⁹

Os dispositivos de controle e de vigilância tornaram-se um paradigma de segurança e uma técnica normal de governo nas democracias após a Primeira Guerra Mundial. Nasceram com o intuito de garantir a segurança pública e a ordem. Em momentos de emergência ou em casos de necessidades extremas, ficava nas mãos do executivo legislar, sob a forma de decreto, as causas públicas. Também ao executivo, diante da possibilidade de ameaças, cabia estabelecer as regras e impor decisões consideradas importantes para a sociedade. Entre estas se incluía eliminar quem não estivesse integrado no sistema civil e aquele considerado inimigo do Estado. Neste momento, a metáfora bélica tornou-se parte integrante no vocabulário político, no decorrer do século XX, para justificar as formas de violência contra os cidadãos por meio do dispositivo da exceção.¹⁷⁰

Com base nessa reflexão, pretende-se no presente capítulo analisar a configuração de um verdadeiro Estado de exceção na dinâmica política do Brasil, instaurado durante a Ditadura Militar. Para legitimar sua ação, os militares

¹⁶⁸ AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

¹⁶⁹ AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹⁷⁰ Ibid., p. 11-49.

aprimoraram os aparelhos repressivos já presentes no país desde a primeira metade do século XX, criando novos mecanismos legais e instrumentais para combater as oposições e garantir a permanência do governo. Todo o aparato funcionou não somente pelo apoio de oficiais, preparados para responder à lógica do sistema, mas também com o apoio de civis que colaboraram com o Regime.

4.1 A “GUERRA PSICOLÓGICA” E A CONSTITUIÇÃO DO INIMIGO INTERNO

O acervo da DOPS, sob a guarda, na sua maioria, dos arquivos públicos, é um exemplo, dentre muitos, da violência exercida pelo Estado contra os seus cidadãos. As inúmeras páginas que compõem sua documentação trazem os registros de pessoas classificadas como ameaça pelo Governo. Subversivo, comunista, incitação à desordem, agitador político, conduta imoral, maconheiro, terrorista, entre outras denominações, eram características atribuídas às pessoas registradas pela polícia e compreendem grande parte da documentação produzida, ao longo de décadas, pelos agentes policiais. O órgão ficava sob a responsabilidade das Secretarias de Segurança Pública dos estados e, ainda na década de 1920, surgiu com o propósito de vigiar, reprimir os movimentos políticos e controlar os cidadãos na sociedade.

Perseguiu, durante aquele período, o movimento de trabalhadores, combatendo os anarco-sindicalistas que se manifestavam pelas vias da cultura e da imprensa operária.¹⁷¹ Na Ditadura do Estado Novo, reestruturado e com um efetivo maior, a DOPS se voltou contra os comunistas através da elaboração de prontuários e de inquéritos policiais, das perseguições e da efetivação de prisões das lideranças políticas. Entre a década de 1950 e o início dos anos de 1960, atendeu aos interesses de grupos conservadores, minando as organizações populares e opondo-se ao avanço das conquistas sociais, dos direitos sociais, individuais e coletivos. Na Ditadura Militar, as DOPS foram amplamente aproveitadas pelo Regime, servindo como um dos braços da máquina repressiva.¹⁷²

¹⁷¹ PRADO, Antônio Arnoni (Org.). **Libertário no Brasil**: memória, lutas e cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁷² JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 159.

No que diz respeito aos arquivos, em particular o policial e o judiciário, há uma visão, importante para a análise aqui proposta, que o compreende como “vestígio bruto de vidas que não pediram para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão”.¹⁷³ Pessoas cuja vida tiveram um “encontro momentâneo com o poder” lá onde ele mesmo se exerce, nas relações de poder. Porque flechadas por esta força, os fragmentos de suas existências chegaram até nós da forma mais arbitrária, nos registros dos arquivos policiais.¹⁷⁴ Experimentaram do Estado a sua face mais violenta: a polícia e seus dispositivos de vigilância, de repressão e de aprisionamento.

No Paraná, por exemplo, estima-se que 3.799 pessoas foram presas pela DOPS. Em Curitiba, onde se encontra o acervo da DOPS/PR, o arquivo está composto com mais de 690 mil documentos entre dossiês, relatórios e fichas individuais de presos políticos ou investigados pelos agentes policiais.¹⁷⁵ Atualmente uma parte da documentação está digitalizada e disponível para o público, para os pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento e para as pessoas interessadas no tema da violência.¹⁷⁶ Um exemplo deste tipo de documentação é a ficha individual do artista Euclides Coelho de Souza, perseguido e preso pela DOPS, em 1964.¹⁷⁷

O ator, conhecido pela militância política e pelas atuações em um grupo de teatro de bonecos, filiou-se ao PCB, no final da década de 1950, e formou, com outros artistas, um grupo de teatro político com montagens teatrais realizadas em palcos móveis e em carrocerias de caminhões nos bairros operários da capital

¹⁷³ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009, p.13.

¹⁷⁴ FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992, p.98-99.

¹⁷⁵ PUPIM, Paulo. Pesquisa revela atuação do Dops na Ditadura. **Jornal da UEM**, março de 2004. Disponível em: <http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2004/39-jornal-06-marde-2004/215-pesquisa-revela-atua-do-dops-na-ditadura>. Acesso em: 10/04/15.

¹⁷⁶ Com o decreto estadual nº 577, de 1991, a documentação da Dops, no Paraná, foi recolhida ao Arquivo Público do Paraná, situado à Rua dos Funcionários, 1796 – Cabral – Curitiba/PR. O acesso aos documentos é livre e aberto ao público conforme o decreto nº 8.557/2013. Em sua totalidade, é composto por pastas organizadas tematicamente e por fichas de cidadãos investigados. Compreende o período de 1937 a 1989. Site: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=79>

¹⁷⁷ Ficha individual de Euclides Coelho de Souza. **Dops**. Arquivo Público do Paraná, Curitiba, 1964-1980. FI 42.530.

paranaense.¹⁷⁸ Deste movimento, originou-se a SAP, convertida, em 1962, no CPC/PR. Além da atividade político-cultural, o grupo encabeçou o projeto de alfabetização dos trabalhadores pelo método Paulo Freire, sendo apoiado e financiado, à época, pelo Governo do Paraná, período em que Ney Braga esteve à frente do Executivo estadual.¹⁷⁹

Eis o conteúdo da Ficha:

Histórico: 1) Tendências: É comunista. [...] 3) Atividades: - vice-presidente do instituto Cultural Brasil-Cuba; - Presidente do Centro Popular de Cultura (CPC) do Paraná, entidade de cunho nitidamente subversivo; - Manifestou-se favorável à legalização do Partido Comunista, tendo assinado uma lista para isso; - É contrário ao movimento revolucionário não achando justa a deposição do sr. João Goulart. - em 20/04/61: foi surpreendido juntamente com outros elementos “pichando” as ruas principais com frases alusivas ao regime de Fidel Castro em Cuba.¹⁸⁰

Constituiu-se aqui uma forma de combate às oposições à ordem estabelecida pelos militares, dentre as muitas que aconteceram. Isso porque os militares valeram-se dos equipamentos repressivos existentes, como a DOPS, e da legislação vigente, à época, para legitimar, justificar e auxiliar na tarefa de extirpar o perigo comunista. Por isso, sobre o ator pesaram as acusações de ser comunista e também de fazer parte de um grupo classificado como subversivo. Consta na Ficha o vínculo com uma instituição de caráter internacional, motivo pelo qual o ator foi enquadrado na Lei de 1953, no Artigo 2 em seu inciso III, que atenta para o fato de que: “mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional, considerava-se crime contra o Estado, e à nação, sob pena de quinze a trinta anos de reclusão”.¹⁸¹

¹⁷⁸ Teatro Popular do Paraná. **DOPS**. Arquivo Público do Paraná, 1961-1962. BR PRAPPR.PB004.PT2247.249

¹⁷⁹ CALDAS, Ana Carolina. **Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964):** encontros e desencontros entre arte, educação e política. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

¹⁸⁰ Ficha individual de Euclides Coelho de Souza. **DOPS**. Arquivo Público do Paraná, Curitiba, 1964-1980. FI 42.530.

¹⁸¹ A Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953, que define os crimes contra o estado e a ordem política e social, foi utilizada para garantir as prisões para aqueles que os militares julgavam ser contra o Estado. Seus artigos definiam como crime: Art. 1º São crimes contra o Estado e a sua ordem política e social os definidos e punidos nos artigos desta lei, a saber: Art. 2º Tentar: I - submeter o território da Nação, ou parte dele, à soberania de Estado estrangeiro; II - desmembrar, por meio de movimento armado ou tumultos planejados, o território nacional desde que para impedi-lo seja necessário proceder a operações de guerra; III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição,

Gradativamente, pela modificação e pela criação de um aparato legal, os militares trabalharam para assegurar a legitimidade do Regime, tornando-o mais centralizador, repressivo e violento. Enquadraram-se, na dinâmica, os sucessivos “Atos Institucionais” cujo objetivo principal era o de garantir o reforço legal do Poder Executivo dentro do sistema político. Uma das medidas, especialmente no que tange à representação política, tem-se no Ato Institucional Nº 2, ao delegar ao Executivo o poder das cassações políticas:

Art. 15 – No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente da República, ouvindo o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Parágrafo único – Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais que tiverem seus mandatos cassados não serão dados substitutos, determinando-se o *quorum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.¹⁸²

Consagrou o processo de repressão, em dezembro de 1968, a promulgação do Ato Institucional Nº 5 e, no ano seguinte, a aprovação de uma nova Lei de Segurança Nacional, substituindo a de 1967, sendo aquela ainda mais rigorosa. Tais dispositivos de controle, normalizadores e com forte inclinação à violência, limitaram sobremaneira a liberdade de reunião, de associação e de imprensa, fazendo da questão da segurança e da defesa interna tema marcadamente presente durante a Ditadura Militar. Em seu nome se buscou formas de combater a subversão e reprimir, preventivamente, as modalidades de ameaças ao Estado. Compuseram um conjunto de leis e de práticas de controle típicas do que se pode chamar de Estado de Exceção.¹⁸³ No Brasil, a partir de 1964, suas concepções se materializaram quando os militares instauraram um Estado policial baseado na lógica do inimigo interno e da defesa nacional. Estavam convencidos de que os contestadores nada

mediante ajuda ou subsídio de Estado estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional; IV - subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo; Pena: - no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos “aos cabeças”, e de 10 a 20 anos aos demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, e de 3 a 5 anos aos demais agentes.

¹⁸² BRASIL. Ato Institucional Nº 2 (1965). Brasília, DF: Presidência da República, 27 de Outubro de 1965.

¹⁸³ AGAMBEN. Op cit. 2004, p. 11-30.

mais eram do que membros de um exército inimigo que já haviam conseguido se infiltrar, trazendo a guerra externa para dentro da própria casa.¹⁸⁴

O general Augusto Fragoso, ministro do STM, entre 1971 e 1978, referiu-se ao fato como “foco de *infecção* comunista existente no Continente, incansável em fomentar a insurreição e a subversão nos países latino-americanos.”¹⁸⁵ Importante perceber como o emprego das palavras se associava à ideia de contágio vinculada à noção de doença. Se compararmos o termo, no sentido em que fora empregado pelo general Fragoso, ao seu significado na linguagem médica, não é difícil compreendermos a relação que se estabelece com agentes causadores de patologias. Remete a uma lógica corporal e sensorial na medida em que a sociedade, como um grande corpo, corria o risco de ser contaminada pelo corrosivo poder da subversão. O dicionário de medicina classifica *infecção* como a “invasão de tecidos orgânicos por germes patogênicos, com efeitos mórbidos dela decorrentes.”¹⁸⁶

Quando a referência do inimigo era o comunista e a sua ação revolucionária, a leitura que se tinha era a de que aqueles elementos se associavam à doença. Era similar ao trabalho dos agentes infecciosos nos organismos vivos, ou como um verme que agride o corpo. Outro correlato era o da infiltração. Acreditava-se que os comunistas se infiltravam nos organismos sociais apenas no intuito de provocar a desordem.¹⁸⁷ O termo infiltração passou a ser recorrente no imaginário social do início da década de 1960, na medida em que cresciam a pressão política dos setores de esquerda.¹⁸⁸

No entanto, as palavras, neste caso quando relacionadas à noção de contágio e de doença, afastam-se do repertório comum referente à ideologia e à

¹⁸⁴ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982, p.18-19.

¹⁸⁵ FRAGOSO, Augusto. Prefácio. In: GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia**: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria José Olympio Editora, 1975, p. XI.

¹⁸⁶ FORTES, Hugo; PACHECO, Genésio. **Dicionário médico**. Rio de Janeiro: Ed. Fábio M. de Mello, 1968, p. 601.

¹⁸⁷ MOTTA. Op cit. 2002, p.53-55.

¹⁸⁸ Para Susan Sontag, a metáfora militar na medicina começou a ter largo emprego na década de 1880. Na metáfora militar da guerra, a noção de infiltração, a ideia de ataque, de invasão de desordem como doença epidêmica se configuram como termos recorrentes para designar o inimigo contra o qual a sociedade trava uma guerra. SONTAG, Susan. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 53-63.

consciência. Ou seja, o grande perigo para os militares não era a ideia de que o comunismo iria conscientizar ideologicamente as massas convencendo-as da sua capacidade revolucionária, mas sim o de que ele poderia instalar um clima perigosamente subversivo.¹⁸⁹ De acordo com esta lógica, cabia às Forças Armadas, não somente pelo uso da força, mas pelo emprego da propaganda psicológica e política, ser o remédio providencial para imunizar a sociedade, torná-la sadia e evitar sua degeneração.

Mas, quem era o subversivo na visão militar? Quais as razões do medo? Por que se precisava enfrentá-lo? Em entrevista a uma emissora de tevê, o general Leônidas Pires Gonçalves, responsável pelo DOI-CODI, do I Exército no Rio de Janeiro, entre março de 1974 e janeiro de 1977, classificou o “subversivo como um homem antissistêmico”.¹⁹⁰ Para o general, o subversivo se opunha ao sistema de governo vigente para contestar sua legitimidade. Durante a Ditadura, a figura que encarnava esta imagem era o comunista e todos aqueles que pertenciam às esquerdas, fossem do Partido Comunista, ligados à luta armada ou mesmo ao movimento estudantil; também pessoas de comportamentos desviantes, não necessariamente membro de grupo ou ideologia política.

Girardet, ao analisar a mitologia do complô, revela que a imagem construída dos que representam ameaça a quem está no poder constitui-se através de elementos que simbolizam repugnância (serpente, rato, sanguessuga), sujeira e infecção; um intruso que irá trazer a impureza e a decadência da família e do lar. Sua imagem é utilizada sempre pelo poder estabelecido para se livrar de seus opositores. Ao mesmo tempo em que se cria o medo social, a população deposita a confiança em seus líderes, considerando-os portadores do poder de regeneração, permitindo-se que, sobre essa mesma população, se exerça uma lógica coercitiva.¹⁹¹ Pode-se compreender a construção da imagem do subversivo semelhante à do complô. Nesta análise, não é difícil de entender porque sobre ela se estabeleceu valores negativos no sentido de causar insegurança e incertezas na

¹⁸⁹ NODARI. Op cit. 2012, p. 174.

¹⁹⁰ GENERAL Leônidas: Guerra das palavras. **Dossiê Globo News**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 03/04/2010. Programa de televisão. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/blog/geneton-moraes-neto/post/anotacoes-de-um-encontro-com-o-general-leonidas-pires-goncalves-que-saiu-de-cena-hoje.html>. Acesso em 20/04/2014.

¹⁹¹ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 49-53.

sociedade. Contudo, a sua representação não se referiu somente ao sujeito cuja indignação e revolta volta-se contra o poder constituído e a ordem estabelecida.

O documento *Como se inicia e caracteriza uma subversão e táticas usadas pelos comunistas em todo mundo*, que data de 1969, para orientar os agentes da DOPS na identificação de atividades subversivas, neste ponto, demonstra o caráter antissistêmico e destrutivo a que estava associado, em muitos casos, os subversivos.¹⁹² Como portador do comportamento desviante, o subversivo era o ser capaz de revelar os limites e fraquezas do Estado e o de colocar em xeque a autoridade do governo. Deixava transparecer as fissuras da sociedade, a parte indesejada que ela almejava eliminar si. Por essa razão, por abrir fendas no autoritarismo do Estado, que se fez do subversivo um elemento de ameaça social.

O referido documento contém 16 questões que orientavam os agentes da repressão. Dentre elas, destacavam-se aquelas que indicavam o reconhecimento dos princípios de desordem social, a exemplo das que se apresentam a seguir:

- 1 – Os conflitos tem início normalmente por motivos de pouca importância, mas se avultam até tornar necessária a intervenção policial.
- 2 – Os lados contrários, que os iniciam com uma perturbação de ordem nas ruas, se unem contra as forças da lei.
- 8 – Cometem atos de vandalismo, depois terroristas, chegando-se até a sabotagem.
- 9 – Pedem diálogo público com a intenção de converter em debate, escândalo ou motim.¹⁹³

Nestes itens, nota-se, portanto, que o subversivo não passava de um incitador da desordem pública. Na lógica dos que preservavam a ordem social, como os agentes da repressão, qualquer foco ou princípio de tumulto poderia se estender desestruturando e desestabilizando os demais setores da sociedade, o que exigia uma postura de guerra contra o inimigo. Outro enfoque tem relação com a autoridade. De acordo com o documento, o subversivo se caracterizava como alguém avesso à autoridade, sobretudo à policial e a do governo:

¹⁹² O documento compõe a **Pasta Formulários**, da DOPS/PR. Uma documentação, com mais de 90 páginas, composta por ofícios, diretrizes e por documentos com modelos de questões para se identificar atividades subversivas e indivíduos com potencial ameaça ao Estado. Alguns datam de 1953, mas a maior parte deles é da década de 1960. Uma documentação rica no que se refere à extensão das atividades de vigilância e de informação, pois demonstra a existência de uma conexão, no que diz respeito ao compartilhamento, entre as diversas DOPS e os órgãos de vigilância, das atividades de informação e de vigilância social.

¹⁹³ Formulário. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-Formulários**. BR PRAPPR.PB004.PT792.93.

- 3 – A polícia é deliberadamente provocada, em busca de mártires, para a propaganda.
 7- Atacam as autoridades e difamam a polícia e o exército, solicitando sua supressão, com nítida tendência à anarquia.
 10 – Atacam a autoridade, insultando-a.¹⁹⁴

Questionar as autoridades não poderia soar estranho na ótica de quem protestava se for levado em consideração que o período era marcado pelo autoritarismo militar, com limitação à liberdade de expressão e de participação política. Na visão destes indivíduos tais autoridades não eram legítimas em razão do modelo de governo autoritário que elas mesmas haviam constituído. Outra questão presente no documento procura relacionar prática política e psicologia, criando uma abordagem da personalidade do subversivo. Primeiro, ele se comporta como um indivíduo incapaz de seguir uma única orientação ideológica, ocasionando uma convivência social vulnerável. Pretendia-se qualificar o comportamento como incompatível ao modelo de sociedade orgânica que se almejava porque ele, o comportamento subversivo, era fator de desagregação. Segundo, o uso da mentira pelo subversivo. De acordo com o documento, a mentira era uma estratégia para enganar as pessoas a fim de obter vantagens que, no caso, consistia em causar pânico na população e motivar confusões no corpo social.

- 13 – Não existe ideologia definida, o que logicamente ocasionaria a separação de grupos.
 14 – Recorrem à mentira que como dizem “tem mais força que um editorial”.
 15 – Criam a confusão lançando a culpa a todos os grupos extremistas da direita e da esquerda política etc.¹⁹⁵

Havia outra preocupação relacionada à moral sexual. Na concepção dos militares era preciso combater as atitudes que desvirtuavam do comportamento sexual fora dos cânones convencionados pela Igreja Católica. Numa lógica em que a família, assim como a religião, ocupava lugar vital na sociedade funcionando como um dos princípios reguladores dos comportamentos sociais, capazes de garantir a ordem no Estado,¹⁹⁶ é preciso destacar que a sexualidade não era totalmente

¹⁹⁴ Formulário. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-Formulários**. BR PRAPPR.PB004.PT792.93.

¹⁹⁵ Formulário. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-Formulários**. BR PRAPPR.PB004.PT792.93.

¹⁹⁶ NISBET. Op cit. 1987, p. 120.

proibida. Para os órgãos encarregados da vigilância e da censura o grande problema eram os comportamentos referentes à sexualidade fora do casamento heterossexual com vista à constituição da família. Por isso, a preocupação dos militares girava em torno daquilo que pudesse despertar o prazer por meio de imagens, canções e discursos que ameaçavam este modelo. O medo era o de que os jovens e pessoas do sexo masculino pudessem se desvirtuar do caminho do sexo saudável e consentido do ponto de vista religioso.

Um exemplo do tipo de preocupação atrelada ao comportamento, por parte de oficiais e delegados responsáveis pela segurança e vigilância, é a polêmica em torno do uso de “palavrões” no teatro, em 1967, momento em que o governo militar concentrou a função de censura a textos e a espetáculos teatrais, em Brasília, tirando a tarefa dos órgãos estaduais até então responsáveis pela atividade. Nas palavras de alguns de seus representantes:

O uso e o abuso de palavrões, no teatro, reflete a formação intelectual de um elemento que veio do submundo e que só pode fazer peças pornográficas e de exploração de temas sexuais [...] a censura deveria voltar a ser feita nos Estados ao invés de ficar centralizada em Brasília. (Coronel Waldemar Oswaldo Bianco – Delegado da Polícia Federal do Paraná).

[...]

Precisamos pugnar pela edificação moral da sociedade e, não, no sentido de que a lama transborde, ampliando a contaminação já imensa. Quem quiser dizer e ouvir palavrões, e representar ou assistir imoralidade ou ouvir imoralidade, fique na lama. (Walfrido Piloto – Diretor da Polícia Civil do Paraná).¹⁹⁷

As palavras expressas nesse texto reforçavam a necessidade dos militares enfrentarem os discursos que apresentavam o desejo sexual como um dos elementos da criação artística. Na visão de seus interlocutores, as peças focadas na temática não passavam de artifícios para degenerar a sociedade. Juntamente com o subversivo, o seu combate deveria estar no centro das atenções dos órgãos de vigilância e de censura para evitar comportamentos inadequados para a sociedade. Embora, antes de 1964, houvesse um aparato dedicado à censura, ocorreu que a Ditadura politizou o processo, intensificando-o por meio de órgãos especializados na atividade. Deu-se na medida em que se considerou a subversão a causa da degradação do espaço público. A inserção de comportamentos desviantes

¹⁹⁷ O palavrão, eis a questão. **Panorama**, ano XVII, n. 175. Novembro de 1967.

comprometeria a harmonização do corpo social e fragilizaria a hierarquia na sociedade. Demonstrou como moral e política durante a Ditadura eram difíceis de serem separadas.

O processo pode ainda ser analisado com base na ideia de uma “guerra psicológica”, considerada um aspecto importante porque foi por meio dela que a censura se baseou para realizar a proibição de peças teatrais, livros, filmes e jornais. O medo era o de que o comunista pudesse criar um clima emocional perigoso. Neste jogo, preponderante foi o papel da propaganda como ferramenta de comunicação e veículo de propagação de efeitos sensíveis na população e de mobilização da opinião pública. Embora se considere esta uma característica presente nas Leis de segurança nacional promulgadas no Regime de 1964, as primeiras noções semelhantes a uma “guerra psicológica” encontraram-se, ainda na década de 1950, nos estudos elaborados pela ESG, com conteúdo geopolítico, de história e outros, onde se forjou a doutrina de segurança nacional. Com assessoria dos Estados Unidos, a ESG foi criada em 1949 com o objetivo de formar os quadros permanentes das Forças Armadas, oferecer cursos sobre informações e promover palestras e conferências com especialistas na área.

De acordo com os textos teóricos publicados pela Biblioteca do Exército, o poder psicossocial era um importante componente do poder nacional. Expressava-se nos fenômenos sociais e psicológicos e tinha a população como o elemento a ser estudado.¹⁹⁸ Nesta configuração, outra questão adquiriu importância. Trata-se do binômio segurança/desenvolvimento. Durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, o desenvolvimento fora a linguagem política comum no mundo e, de modo particular, nos países da América Latina. No contexto de Guerra Fria, a concepção de segurança era o requisito para contrapor-se ao Comunismo. Neste período, permaneceu a ideia de que a salvação do mundo estaria no desenvolvimento e seu tema comum era o crescimento norteado pela visão de que a evolução técnica e econômica garantiriam o avanço da democracia, a prosperidade, a felicidade e o bem-estar da humanidade.¹⁹⁹ Tal ideia norteou as leis de segurança.

¹⁹⁸ GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia**: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria José Olympio Editora, 1975, p. 110.

¹⁹⁹ MORIN, Edgar. 1968-2008: o mundo que eu vi e vivi. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando Luís (Orgs.). **Fronteiras do pensamento**: ensaios sobre cultura e estética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 29.

I) A Segurança Nacional é uma função mais do Potencial Geral da Nação do que de seu Potencial Militar. II) O Brasil possui os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência. III) O desenvolvimento do Brasil tem sido retardado por motivos suscetíveis de remoção. IV) Como todo trabalho, a obtenção dessa aceleração exige a utilização de uma energia motriz e de um processo de aplicação dessa energia. V) O impedimento até agora existente contra o surgimento de soluções nacionais para os problemas brasileiros é devido ao processo de ampliação de energia adotado e à falta de hábito de trabalho em conjunto. VI) Urge substituir o método dos pareceres por outro método que permita chegar-se a soluções harmônicas e equilibradas. VII) O instrumento a utilizar para a elaboração de novo método a adotar e para a sua difusão consiste na criação de um instituto nacional de altos estudos, funcionando como centro permanente de pesquisas.²⁰⁰

Com base na estratégia psicossocial e na elaboração do discurso desenvolvimentista e de segurança, o Regime Militar procurou estabelecer as bases de legitimidade política. No intuito de obter o consenso social, os militares procuravam se identificar com a população através da exaltação e preservação dos valores já inscritos no imaginário social: a família, a religião católica, a Pátria, a ordem e a disciplina. A legitimidade do Regime passava pela introjeção destes valores como mecanismos de padronização das relações sociais. Seus aspectos eram trabalhados e sentidos nas diferentes áreas da vida social que iam desde a reformulação de currículos escolas à propaganda nos meios de comunicação de grande alcance social.

Foi neste contexto que o combate à subversão encontrou no conceito de inimigo interno uma das suas consequências trágicas, pois se legitimou o seu combate pela lógica da repressão e da violência, inclusive com o uso da tortura. A mudança na concepção de inimigo gerou uma nova postura nos militares. A “Guerra Psicológica”, cuja origem encontramos na importação, para o Brasil, do conceito de Guerra Revolucionária, inspirou a criação de leis de defesa interna, pois o inimigo poderia ser qualquer cidadão em potencial.²⁰¹ Nas palavras do general Fragoso:

²⁰⁰ GURGEL. Op cit. 1975, p. 30-31.

²⁰¹ A doutrina militar francesa encontrava-se despreparada para a nova forma de guerra que confundia elementos militares, não militares, mesclava política, ideologia e operações bélicas. Diferente das guerras convencionais, a guerra revolucionária dava-se segundo uma lógica que misturava táticas de guerra com persuasão e propaganda revolucionária. MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaina de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, volume I. São Paulo: Hicitec, 2009, p.182.

[...] muito improvável, embora mantido em estado de ameaça permanente, o risco de uma guerra nuclear global, a “guerra” de nossos dias era – como ainda é – a insidiosa ação subversiva de feição comunista, a chamada “guerra revolucionária”, que tendo sempre como um pano de fundo uma intensa ação psicológica de tipo ofensivo, pode abranger, em sequência sucessiva ou em partes coincidentes em sobrepostas, ações de variada natureza, como agitações sociais, as manifestações insurrecionais de violência crescente e as ações de terrorismo, de sabotagem e de guerrilha, podendo chegar, por fim, às ações militares de guerra clássica.²⁰²

Estava posto o novo campo de ação militar, o conceito de Guerra Revolucionária, construído na França a partir da derrota dos franceses em suas colônias na Ásia e na África, o qual foi divulgado em diversos países, inclusive na América Latina. Chegou ao Brasil via general Fragoso, sendo a ESG, em 1959, um dos primeiros espaços onde o conceito foi debatido e estudado pelos militares brasileiros. Deste momento em diante, as Forças Armadas se encarregaram de criar um conjunto de ações, como o investimento na formação de oficiais, na publicação de textos com abordagem teórica para esclarecê-los sobre o tema e na publicação de livros e panfletos destinados ao público mais amplo.

Já o conceito de inimigo interno deveria estimular o ódio, a agressividade e a destrutividade em nome da defesa. Para combater o novo inimigo, os militares concentraram seus esforços na construção de dispositivos capazes de frear o avanço do perigo comunista e impedir sua influência política e moral na sociedade. O investimento na formação de agentes, militares e civis, para atuar nos serviços de inteligência e de repressão política, e na criação de uma estrutura repressiva, com órgãos responsáveis pela vigilância, aprisionamento e combate às ações subversivas, caracterizou a Ditadura Militar.²⁰³

Logo após o Golpe, na medida em que o que se entendia por resistência comunista tornou-se menos aguda, o debate sobre a Guerra Revolucionária perdeu a força, mas permaneceu como ponto de referência doutrinária no interior das Forças Armadas. Com a eclosão da luta armada e o fortalecimento dos movimentos de resistência, na segunda metade da década de 1960, os debates foram retomados com uma série de mudanças no aparato repressivo.

Isto requer levar em conta que a tarefa de extirpar os inimigos do Regime não seguiu um processo linear e uniforme. Deu-se em momentos distintos, por

²⁰² FRAGOSO. Op cit. 1975, p. XI.

²⁰³ QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p. 19-41: jan./jun. 2012.

exemplo, entre 1964-1968, quando ocorreu a desarticulação da “cultura de esquerda” e o desmantelamento das organizações populares; de 1969-1978, em razão da intensificação dos protestos, há o endurecimento dos militares no combate aos opositores; e, entre 1979-1984, caracterizou-se pelo enfrentamento do processo de desagregação da ordem política e moral, cuja ênfase se deu no controle da “moral e dos bons costumes”.²⁰⁴

Em relação às oposições, estudos, como o de Adriano Nervo Codato, relacionaram-na à dinâmica da sociedade e às tensões dentro da instituição militar. Entre os militares, como fora mencionado, havia posições antagônicas motivadas pelas disputas de poder, entre outros fatores. Isso demonstrou que a Ditadura foi marcada por ciclos de repressão e de liberalização e pela gradativa militarização do sistema estatal, conforme indica o quadro:

CICLO DE “REPRESSÃO”	CICLO DE “LIBERALIZAÇÃO”
1) 1964-1965: eliminação dos atores ligados ao populismo (líderes partidários, sindicais) e a posição de “esquerda” em geral (AI-2);	1) 1965: adoção de uma “política de retorno à normalidade” pelo governo Castello Branco, a fim de “constitucionalizar” o regime (AI-4);
2) 1966-1967: consumação dos expurgos políticos após a edição do Ato Institucional n. 2 em novembro de 1965;	2) 1967-1968: adoção da “política de alívio” pelo governo de Costa e Silva, que envolvia tentativas de negociação com a oposição;
3) 1969-1973: enfrentamentos com a luta armada e constituição de um aparelho repressivo-militar;	3) 1974-1976: “política de distensão”, adotada no início do governo Geisel;
4) 1975- 1976: concentração da repressão em São Paulo a fim de enfrentar a emergência de grande frente de oposição;	4) 1977-1979: retomada da “distensão” pelo governo Geisel após o “pacote de abril” de 1977, tendo como objeto final a revogação do Ato Institucional n. 5;
5) 1979-1984: repressão aos movimentos de trabalhadores rurais e urbanos, principalmente, o novo movimento sindical.	5) 1979-1984: continuidade da “política de distensão” na “política de abertura” do governo Figueiredo.

Quadro 01: Ciclos políticos do regime ditatorial-militar.²⁰⁵

O quadro é revelador no que se refere à violência, que se tornara, desde 1964, parte constitutiva do novo regime político. A lógica do inimigo interno, com o seu potencial de agressividade e de destrutividade, imposto pela DSN, e a própria implantação da Doutrina, garantida pelas armas, buscou na construção de um

²⁰⁴ NAPOLITANO. Op cit. 2014, p. 100-101.

²⁰⁵ CODATO. Op cit. 2004, p. 11-36.

Estado de Exceção a tentativa de legalização.²⁰⁶ Neste contexto, a atividade repressiva, parte do Estado autoritário, carregava a concepção de autodefesa e de autoproteção do Estado contra os seus opositores.

A lógica em torno destas práticas se efetivou pela presença de um aparelho burocrático, suas ramificações no tecido social e pela fabricação do medo, caracterizando o tipo de inimigo e as formas de seu enfrentamento. Sua aplicação e o seu funcionamento, por exemplo, a partir de 1968, implicou na centralização dos diferentes órgãos de vigilância e no projeto de integração da prática policial, até então sob a responsabilidade dos estados, no intuito de agregar as forças policiais com vista à segurança nacional.

4.2 A ESTRUTURA DE VIGILÂNCIA E A FORMAÇÃO DOS AGENTES DE INFORMAÇÃO

Os órgãos de informação e de vigilância não foram exclusividade da Ditadura Militar, embora tenha sido neste período que ocorreu o aprimoramento e a ampliação dos aparelhos de controle social. Em regimes autoritários ou mesmo em governos democráticos, a existência de instituições desta natureza funcionam como instrumento de coação, no primeiro caso, e como auxílio para a tomada de decisões dos chefes de Estado, no caso das democracias.

No Brasil, o órgão de vigilância surgiu em 1927, sob a denominação de Conselho de Defesa Nacional (CDN). Foi criado para obter informações relevantes para a defesa da Pátria. Apesar de possuir um caráter consultivo, serviu como instrumento de investigação e de vigilância dos operários, para coibir as agitações políticas e para espionar e identificar os inimigos do governo. Getúlio Vargas o aprimorou, dotando-o de assessoria técnica no intuito de torná-lo mais centralizado com representação dos órgãos nos ministérios civis. Com Vargas, o CND passou a se chamar Conselho de Segurança Nacional.

Como foi dito na primeira parte do capítulo, ainda no início da década de 1920 já haviam órgãos responsáveis pela vigilância e pela repressão de cidadãos considerados ameaça ao poder estabelecido. Um deles foi a DOPS. Surgiu nos estados onde a presença de comunistas e de anarquistas era maior e a organização

²⁰⁶ ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Tortura**: testemunho de um crime demasiadamente humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 126-128.

dos trabalhadores em sindicatos ou em outras formas de atividade política, como as realizadas na imprensa e nos grupos teatrais eram mais evidentes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná. Somente na década de 1940, surgiu um órgão voltado para o serviço de informação: o SFICI, vinculado ao CSN. Recolher e analisar sistematicamente informações relacionadas à defesa da Nação e realizar o serviço de propaganda do país no exterior era uma de suas funções. Durante o seu funcionamento, a direção do SFICI era exercida pela alternância de oficiais superiores das Forças Armadas, demarcando a presença militar dominante na condução da atividade de informação. Nos anos de 1950, as atividades do SFICI foram regulamentadas, assumindo uma estrutura mais técnica e operacional. Neste momento, seu objetivo era o de oferecer apoio ao GEP, e o de realizar e promover estudos relativos à segurança nacional, além de elaborar as diretrizes e opinar sobre os problemas referentes às questões de segurança.

Durante a existência do SFICI, foram realizadas operações responsáveis pelos grampos telefônicos, pelo controle de informações, de investigação de partidos políticos e de organização de classe. No início da década de 1960, o órgão sofreu mudanças na estrutura profissional coordenada pelo general Golbery do Couto e Silva. Este pretendia uma instituição mais eficiente, com ramificações nas várias instâncias da sociedade por meio de um quadro pessoal profissional. A capacitação se daria por meio de cursos de formação na área de vigilância e a obtenção de informações era uma de suas funções.

Em substituição ao SFICI, no dia 13 de junho de 1964, pela Lei 4.341, surgiu o SNI. Criado pelo marechal Humberto de Alencar Castello Branco, idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, a intenção era aprimorar o serviço de inteligência, suprir as deficiências institucionais dos órgãos anteriores e equipar o país de um moderno sistema preventivo que pudesse fazer frente às ações das esquerdas.²⁰⁷ Com um raio de alcance amplo e com maior investimento de verbas federais, o órgão construiu suas bases nos seguintes princípios:

²⁰⁷ Humberto de Alencar Castello Branco foi promovido a major, em 1938, a tenente-coronel, em 1943 e foi chefe do Estado-Maior, entre 1963 e 1964. Em 14 de abril de 1964, foi promovido marechal quando foi transferido para a reserva para assumir a Presidência da República, em 15 de abril do mesmo ano. Os generais com quatro estrelas, ao passarem para o quadro de reserva, ganhavam a quinta estrela pela promoção automática. Com a reforma do Exército, em 1967, a promoção de marechal foi extinta.

Art. 1º - É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informação (SNI), o qual, para assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional. Art. 2º - O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo território nacional, as atividades de informação e contrainformação, em particular as que interessam à segurança nacional. Art. 3º - Ao Serviço de Informações incumbe especialmente: assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afeta aos ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais.²⁰⁸

O SNI coordenou toda a ação repressiva durante o Regime Militar. Vinculado à presidência da República, suas atividades organizavam-se seguindo três importantes dimensões: 1) conjuntura brasileira: assessoria ao poder Executivo a partir da elaboração de estudos da situação política e econômica do país; 2) segurança nacional: atividades direcionadas para a identificação do inimigo; e 3) orientar e instruir os membros da máquina repressiva; atividades voltadas para a formação e orientação dos agentes da repressão, orientando-os quanto a suas ações; recrutar informantes para atuar nas várias instâncias da sociedade.

Em 1967, o presidente Costa e Silva criou o CIE, somando-se às atividades de informação e vigilância do SNI. Um dos seus idealizadores, o coronel Adyr Fiúza de Castro, comandou as ações do órgão com mãos de ferro. Infiltrou os agentes no movimento estudantil e nos sindicatos, além de articular ações de combate à subversão e à luta armada. Criou estratégias para grampear telefones e inserir oficiais nas universidades para agirem como estudantes e simpatizantes de esquerda. Segundo o próprio coronel, infiltrar oficiais treinados assegurava a eficácia da ação. Para ele, “o sargento era o melhor infiltrado, porque era um profissional. E não era preciso pagar extra; ele estava ali executando uma missão.”²⁰⁹

O SNI formava o núcleo duro da atividade de informação centralizando-a e criando uma ramificação em toda a máquina burocrática. Com a promulgação das novas leis de segurança, da nova Constituição do Brasil e da Lei da Imprensa, o órgão sofreu um processo de reestruturação com a constituição das DSIs, e com as ASIs presentes nas instituições públicas, funcionando como órgãos complementares ao Serviço de informação. Dessa forma, estruturou-se o aparato de vigilância por

²⁰⁸ LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu como funciona**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983, p.19.

²⁰⁹ D'ARAÚJO; SOARES, CASTRO. Op cit. 1994, p. 39-40.

meio de um conjunto de órgãos de orientação bem mais conservadora e repressora no intuito de fiscalizar e vigiar a sociedade.²¹⁰

No início da década de 1970, surgiu uma escola inteiramente voltada para a formação de analistas de informação, a ESNI. Inspirada nos currículos das principais escolas de informação da Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e França, a Escola incorporou os cursos de formação da ESG e do CEP. O propósito era o de formar uma elite especializada em informação e contrainformação. Os cursos eram direcionados aos civis e aos militares e estavam organizados em três níveis: “A”, “B” e “C”. O primeiro se destinava a civis e militares que ocupassem funções de chefia; o curso B, alcançava os civis e militares com funções de informação de nível médio ou chefia de escalão intermediário; e, o C era para formar o quadro de funcionários responsáveis pela chefia das seções de informação: capitães, tenentes e sargentos. Além disso, tinham como função cooperar com o desenvolvimento de uma doutrina nacional de informação e tornar-se uma referência em pesquisas na área de informação.

Dessa maneira, estruturou-se uma “comunidade de informação” com um conjunto de órgãos de informações, civis e militares. Funcionou no período da Ditadura, além das instituições oficiais, a “comunidade” composta por uma miríade de pessoas da sociedade atuando como colaboradoras do governo, fornecendo informações e vigiando setores da sociedade. Por meio de tal instrumento, a máquina repressiva estendeu os seus tentáculos por toda a sociedade, conquistando adesão via propaganda mais restrita, disseminada por meio de panfletos e informativos.

Esse material estimulava o indivíduo a participar da “comunidade dos informantes” pela ideia de proteção e ao promover os símbolos comoventes (Bandeira, Hino Nacional, Nação). O participante sentia a prazerosa sensação de estar exercendo poder de natureza idêntica ao Chefe e de ser responsável pelos cuidados com a Nação.²¹¹ A complexa rede de informações era composta pelos órgãos oficiais de repressão. De acordo com dados analisados por Bernardo Kucinski, o sistema contava com a presença de 250 mil agentes, que atuavam em

²¹⁰ SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informação e a Comunidade de Informações na Ditadura Civil-Militar. **Revista Angelus Novus**, n. 5, junho de 2013.

²¹¹ MAGALHÃES. Op cit. 1997.

tempo integral. Além disso, soma-se à poderosa rede o apoio de 1 milhão de colaboradores eventuais.²¹²

Com a intensa mobilização de movimentos de protestos, como o estudantil, e a estratégia de resistência adotada por alguns segmentos da esquerda, como a luta armada, ocorreu o recrudescimento do Regime, que se tornou ainda mais violento. Para tanto, os militares aprimoraram e sistematizaram suas atividades com a criação de órgãos de planejamento, como o GOE, e equipamentos especializados que controlavam a execução das medidas de repressão e buscavam articular todas as instâncias envolvidas. Um deles, o DOI-CODI, criado pelo Exército, com auxílio dos EUA, nasceu com a tarefa de planejamento para facilitar a coleta rápida de informações, identificar e capturar os potenciais grupos inimigos para destruí-los e neutralizá-los.

4.2.1 O formulário

A vigilância, como fora demonstrado, foi um aspecto estratégico para os militares, uma vez que sua função consistia em produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais e grupos políticos subversivos, evitando possíveis ameaças ao governo militar. Por esse motivo, a confiabilidade das informações e a formação dos agentes assumiram preponderante papel no decorrer da Ditadura Militar. Neste aspecto, dois pontos merecem destaque. O primeiro diz respeito à eficácia e à confiabilidade das informações. Para isso, ainda nos tempos do SFICI e dos cursos de formação da ESG, um sistema fora criado para garantir o aperfeiçoamento das informações e a precisão das ações. Baseava-se no sistema letra-número:

SISTEMA LETRA-NÚMERO	
Classificação da fonte	Veracidade da informação
A – Fonte absolutamente idônea.	1 – Informe confirmado por outras fontes.
B – Fonte usualmente idônea.	2 – Informe provavelmente verdadeiro.
C – Fonte razoavelmente idônea.	3 – Informe possivelmente verdadeiro.
D – Nem sempre idônea.	4 – Informe duvidoso.
E – Fonte inidônea,	5 – Informe provável.
F – Não pode ser julgada a idoneidade da fonte.	6 – A veracidade do informe não pode ser provável.

Quadro 02: Instrução particular que regula o funcionamento da Subseção de Operações (SSOP), de 15 de 1960.²¹³

²¹² KUCINSKI, Bernardo. **Abertura:** a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982, p. 18.

Quanto mais próximo da letra A e do número 1 a informação estivesse, mais o seu grau idoneidade e de veracidade era atestado. A classificação permitia que a informação fosse investigada com maior acuidade, de forma a garantir o sucesso da ação dos agentes dos órgãos de repressão. O padrão compôs, posteriormente, os relatórios de informações que se seguiram com o aperfeiçoamento dos serviços de informação. Geralmente, a classificação C era a mais comum devido à presença de oficiais preparados nas investigações. Porém, todas as informações eram arquivadas, pois serviriam de base para possíveis investigações.²¹⁴ A DOPS/PR adotou, ainda na década de 1960, sistema semelhante.

A procedência da informação seguia a ordem de quatro letras (A, B, C e D), e, o informe, a sequência numérica de 1 a 4. Havia a qualificação da veracidade dos informes, especialmente no interior do Estado, onde a preocupação era com os sindicatos rurais. O esquema estava organizado da seguinte maneira:

INFORMES (SECRETOS)
PROCEDÊNCIA DA INFORMAÇÃO
A – Fidedigna
B – Meio fidedigna
C – Com reservas
D – Desconhecida
INFORME
1 – Verdadeiro
2 – Meio verdadeiro
3 – Possivelmente
4 – Dificilmente

Quadro 3: Informes. Arquivo Público do Paraná.²¹⁵

As instruções e orientações quanto à obtenção das informações e a identificação das possíveis ameaças, de alguma maneira, chegavam às delegacias de ordem política. Embora a literatura sobre o tema demonstre uma maior centralização do sistema de informação e vigilância, a partir da década de 1970, não se pode negar que, em algum nível e de maneira distinta, este processo já se presenciava antes do período mencionado. De fato, é importante ressaltar que fora

²¹³ Do SFICI. Confidencial. ArN/X-9. *Apud.* FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2005, p. 85-86.

²¹⁴ Depoimento general Adyr Fiúza de Castro. D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. *Op cit.* 1994, p. 46-47.

²¹⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-Formulários**. BR PRAPPR.PB004.PT792.93

no início dos anos de 1970 que o SNI passou a subordinar as DOPS, mesmo momento em que se dá o processo de recrudescimento do Regime Militar.

Do mesmo modo, para que não houvesse equívocos e desencontros na obtenção dos informes, a DOPS elaborou documentos para centralizar as ações de vigilância no interior do estado. As perguntas no formulário, bem como os conceitos por ele abordados, pretendiam orientar quanto ao tipo de ameaça e de atividades consideradas subversivas, inclusive as de caráter mais radical, como sabotagens e atividades extremistas. Neste ínterim, o foco eram os sindicatos, o movimento de estudantes, os comunistas, os funcionários públicos e os movimentos sociais no campo, que desde o início da Ditadura, foram foco das intervenções dos militares.

Chama atenção o fato de serem priorizados os atos referentes à conduta moral, às condições político-ideológicas dos indivíduos e às questões sobre a perturbação da ordem: panfletagem, pichações, agitações públicas, greves de operários. As informações deveriam seguir um calendário, com data a ser entregue à DOPS/PR e um roteiro das seguintes atividades:

TRABALHO A SER ENVIADO À DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL COM ELEMENTOS INFORMATIVOS SOBRE ATIVIDADES POLÍTICAS, SOCIAIS E PESSOAIS OU ENTIDADES, GRUPO DE PESSOAS DA ÁREA DAS SUBVERSÕES DO INTERIOR, NO PERÍODO DE 1º A 30 DE CADA MÊS.

1 – REFERENTE AOS SINDICATOS: seus presidentes, condutas, funcionamento e pensamentos políticos.

2 – REFERENTES AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS: federais, estaduais, municipais e autarquias: seus antecedentes, condutas, pensamentos políticos.

3 – REFERENTES A EXTREMISMO (COMUNISMO): a) há organização extremista? b) quais? c) como funcionam? d) quais seus líderes e componentes?

4 – Há elementos extremistas ou comunistas, que exercem cargos elevados ou comissões importantes? Quais?

5 – Há elementos extremistas ou simpatizantes do credo vermelho/que atual isoladamente? a) quem? b) onde residem? c) quais suas profissões?

6 – Há algum órgão de imprensa que seja extremista ou simpatizante? Qual?

7 – Há distribuição de panfletos subversivos?

8 – Há pichamentos na cidade? Quem os faz?

9 – Há grêmios estudantis? Quais?

10 – Os componentes dos grêmios são: a) agitadores? b) subversivos? c) comunistas?

11 – Há indícios de sabotagem em estabelecimentos industriais ou/não, ou greves de operários, etc.? a) quem são os líderes? b) quais os motivos?

12 – Há elementos comunistas que exercem influências entre colonos e posseiros? a) cite seus nomes.²¹⁶

²¹⁶ Informativos sobre atividades políticas 29/01/1969. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-Formulários**. BR PRAPPR.PB004.PT792.93.

Os agentes deveriam seguir a lista no intuito de identificar atividades na cidade e no campo que fossem suspeitas. Ora, o que é importante tem a ver com o enfoque no documento às atividades do cotidiano dos indivíduos. Tudo descrito como numa espécie de cartografia, contendo não somente os passos dos indivíduos ou grupos suspeitos, como também a maneira que pensavam ou as ideias que defendiam. Tendo em vista tais elementos, os agentes deveriam levar em conta que o informe poderia ser de “atos ou fatos aparentemente sem importância ocorridos com pessoas ou organizações, que deveria se observar, pois a soma de todos eles resultaria num informação.”²¹⁷

O segundo ponto diz respeito ao cumprimento de metas pelos órgãos de vigilância, de formação e de repressão que, a partir do início dos anos 1970, passou a ser uma exigência do Plano Nacional de Informação. O propósito era o de intensificar as atividades de investigação e conduzi-las aos órgãos centrais, como o SNI. Surgiu no contexto de burocratização dos aparelhos do Estado, que incluía, além das ações de repressão, o sistema político e econômico.²¹⁸ Para tanto, cobrava-se dos agentes o cumprimento de metas. As informações deveriam seguir um plano de metas e chegar, periodicamente, aos órgãos responsáveis, conforme orientação:

A Agência de Curitiba do SNI, em cumprimento ao Plano Nacional de Informações (Decreto nº 66.732 de 16.Jun.70) deverá levar, periodicamente ao conhecimento do Exmo. Senhor presidente da República, dados referentes aos campos Político, Econômico, Militar e Psicossocial, tendo em vista a aplicação do Poder Nacional.²¹⁹

Uma consequência desse processo percebe-se quando examinamos os relatórios dos agentes. Os mesmos seguiam o modelo de registro que lembravam um método científico. A precisão nos dados, a exatidão na identificação era observada com rigor máximo. A intenção era produzir informações que poderiam, no futuro, gerar a culpabilidade dos vigiados e suspeitos. Os relatórios classificaram um número alto de pessoas que, segundo as informações, supostamente participavam

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ CODATO, Adriano Nervo. Centralização política e processo decisório: o governo Geisel em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**, n. 2, 1994, p. 57-78.

²¹⁹ Ofício nº 201/ACT/SNI. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-SNI**. 1971. N. 003823.

de atividades subversivas. Em um deles foi encontrado trinta nomes apenas em quatro páginas de relatório. Cada um deles com o seu respectivo endereço, filiação, origem e profissão. Além disso, exigia-se que sobre os “epigrafados”²²⁰ fossem também investigado sua filiação ideológica e política.²²¹

Para que essa máquina pudesse funcionar, o papel dos colaboradores, em diferentes níveis, foi essencial para o fornecimento de dados necessários aos órgãos do governo. O fato gerou um aumento no número de informações e os cidadãos logo passaram a ser vistos como suspeitos. Qualquer ato ou indivíduo era passível de investigação. A matriz da vigilância eram os informes que compreendiam toda informação dos agentes e informantes, cujo teor não tinha sido processado e nem confirmado pelos serviços de inteligência.

Para que houvesse precisão nas atividades era necessário qualificar os agentes. Dá-lhes ferramentas para saber como lidar com o informante e dele conseguir dados importantes. Em um documento de caráter sigiloso, de 1967, intitulado *A entrevista*, encontra-se uma série de orientações que deveriam ser seguidas no contato com o informante.²²² O documento fora elaborado para os alunos do curso do CEP e abordava temas específicos extraídos de diferentes fontes sobre o tema entrevista.

Tem-se, com isso, a elaboração de princípios que abordaram os aspectos psicológicos e o formato das perguntas de que deveriam se apossar o entrevistador. Uma das prescrições era a de que o entrevistador não poderia deixar de estar atento às expressões, às frases e às palavras-chaves que poderiam partir do entrevistado. Além disso, observar os gestos corporais, os atos da fala e as palavras usadas. Tais aspectos embasavam-se nas teorias da Psicologia e da Psicanálise:

A personalidade das pessoas que participam de uma entrevista influi decisivamente para que o processo possa ser compreendido. Existem diversas teorias da personalidade, porém, certas ideias de Freud são atualmente aceitas de uma forma geral. Para nós, merece uma atenção

²²⁰ Pessoas cujo nome era investigado pelos agentes dos serviços de vigilância e informação.

²²¹ Pedido de busca n. 082/ACT/SNI/72. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-SNI**. 1971. N. 003823.

²²² Um lote importante do SFICI apareceu em 1992. Em frente ao Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, fora deixado uma caixa com velhos documentos, endereçado ao diretor do Arquivo. Uma boa parte destes documentos foi produzida pelo SFICI, outra pelo Curso de Classificação do Pessoal, do Exército. Caso do documento citado, *A entrevista*. O conjunto foi integrado ao acervo do Arquivo Nacional sob a sigla X-9, que no jargão policial quer dizer informante. FIGUEIREDO. Op cit. 2005, p. 133.

mais especial, as chamadas forças das dinâmicas da personalidade, entre as quais podemos citar: repressão, sublimação, projeção, identificação, racionalização e supressão.²²³

Segue o documento priorizando a explicação apenas de três dentre os conceitos utilizados: a supressão, a repressão e a racionalização. A escolha destes conceitos permite compreender, no caso da supressão, quando o entrevistado está omitindo algum fato, escondendo algo que não gostaria de revelar ou não saberia expressar. No caso, caberia ao entrevistador usar da “astúcia”, palavra utilizada no documento, para motivar o entrevistado a falar o que ficara omitido. O princípio da racionalização, por sua vez, tem a ver com o fato de o entrevistado encontrar motivos lógicos para justificar pensamentos e ações inaceitáveis. Ou seja, para encobrir a própria conduta, procura justificativa dentro da própria sociedade.

Destes três conceitos, a repressão, segundo consta no documento, é o mais delicado e o que exige maior cuidado. Manifestava-se quando o entrevistado desconhecia as respostas a certas perguntas. Não significava a falta de memória, e sim uma relação ao momento em que determinados sentimentos e fatos eram omitidos, ficando enterrado no subconsciente. Para isso, era preciso técnicas que pudessem passar de um conceito ao outro uma vez que a personalidade das pessoas não seguia um fluxo rígido, por causa das situações distintas que cada um vivencia ao longo de sua história. Sendo assim, o documento elencava um conjunto de medidas válidas para os entrevistadores, eis algumas delas:

- Deixar o entrevistador inteiramente à vontade para falar;
 - esforçar-se para que sejam estabelecidas relações em que predomina a franqueza e a confiança;
 - orientar as perguntas que devam ser feitas, de tal forma que fique evidente que o entrevistador não tem qualquer dúvida quanto ao conhecimento que o entrevistado tem a respeito do assunto;
 - concentrar toda a atenção no assunto que está sendo abordado, procurando fixar bem seus aspectos mais importantes;
- Assegurar de que o entrevistado compreendeu o nosso propósito, esforçando-se ao máximo para entender o que ele tem a dizer;
- fazer com que a preocupação pessoal do entrevistado se converta em vantagem e não em peso-morto;
 - conter a tendência ao exagero, às manifestações vagas, ou o engano deliberado;
 - atentar para o fato de que, na entrevista, existem objetivos que devem ser alcançados a curto e em longo prazo.²²⁴

²²³ Presidência da República. **Serviço Nacional de Informações**. A Entrevista. REF. BR NA, RIO X9.0TAI. 1/22, p. 7.

²²⁴ Presidência da República. **Serviço Nacional de Informações**. A Entrevista. REF. BR NA, RIO X9.0TAI. 1/22, p. 9.

A opção pelo caráter psicológico, no caso da obtenção da informação, consiste na compreensão do comportamento das pessoas. Nos princípios norteadores da DSN, este elemento fora valorizado porque permitia compreender a forma pela qual a sociedade expressava ideias e comportamentos sociais, fossem eles a favor ou contra um determinado sistema de governo. Atingir a emoção das pessoas ou colocá-las como agentes das ações de transformação da sociedade ou do país dava margem para mecanismos de apoio e de aceitação ao governo. O relatório, a seguir, é um indício da concretização do agente e sua relação com o informante.²²⁵

DO AGENTE: [...]

AO DELEGADO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

INFORMAÇÕES PRESTADAS POR: [...]

Senhor Delegado:

Em cumprimento à determinação de V.S., entrei em contato com a pessoa supra mencionada, que prestou-me as seguintes declarações:

II – [...] A informante declara que conhece o elemento retro e diz estar residindo na C.E.U. – Quem mantém ligações com o estudante [...], que reside em Curitiba, em uma república / de estudantes existente na rua [...], quatro quadras após a linha férrea, lado direito. Que, [...] é amante de [...], e, conhece-o como “ZAPATINHA”, nome de guerra também usado no MR-8 recentemente desbaratado.

IX – Foi o que consegui obter da informante mencionada, tendo marcado com a mesma um encontro para hoje, à noite.²²⁶

Estabelecer um vínculo com aquele que fornecia informação tornando-se partícipe do processo, viabilizava a concretização dos objetivos almejados pelos agentes da repressão. Observa-se que essa relação em alguns casos pautava-se pelo medo e pela insegurança presente na sociedade, associados, em grande parte, aos representantes das esquerdas, o que favorecia aos agentes obterem as informações desejadas. No entanto, era preciso ser levado em consideração modelos de comportamentos e condutas que permitissem o acesso confiável àquele que lhe forneceria as informações necessárias. Em virtude disso, o agente deveria seguir as seguintes instruções:

²²⁵ Optou-se por não informar os nomes por questões de ordem legal e nem a descrição total do documento que contém informações de mais de 10 pessoas que, segundo o relatório, compõe grupos considerados terroristas.

²²⁶ Relatório. Curitiba, 6 de outubro de 1969. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes**, 1964-1977. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

Como lidar com os informantes:

Apresentaremos, a seguir, alguns conselhos que devem ser observados pelos entrevistadores, os quais em absoluta representam fórmulas rígidas e sim frutos de inúmeras experiências:

- Seja justo, franco e cordial.
- Seja correto e não faça promessas se não puder cumpri-las.
- Com o devido tato mantenha o informante no lugar dele. Não permita que ele fuja à cena, ou tome o seu lugar.
- Não empregue termos ofensivos ou jocosos quando entrevistar um informante, ou falar a seu respeito.
- Lembre-se que seu tempo é precioso. Procure manter a palestra dentro de um caráter objetivo, sem divagações.
- Conforme a importância do caso do informante, não se esqueça de por em prática as normas técnicas relativas à sua segurança, a do informante e a da própria organização.
- Procure entender o que foi narrado e busque esclarecer os pontos duvidosos, levando em conta o nível intelectual do informante.
- Não procure nivelar seu padrão de conduta ao do seu informante.
- Não julgue o informante pela sua aparência e não se deixe influenciar pela sua estória. Mantenha uma posição de equidistância. Não tome partidos, a não ser que tenha de fazê-lo como recurso.
- Não discuta com o informante, ainda que ele forneça motivo para tal.
- Não menospreze as informações, mesmo aquelas desprovidas de importância.
- Recorra constantemente aos motivos que estão propiciando ajuda ao informante.
- Demonstre interesse para com o informante em qualquer dificuldade que ele possa manifestar.
- Procure obter sutilmente informações minuciosas.
- Evite perguntas que possam embaraçar o informante.
- Não faça perguntas que possam ofender o senso de decência do informante.
- Determine o interesse e os pontos de vista do informante, para melhor poder avaliar suas informações.²²⁷

Ao entrevistador se recomendava alguns cuidados para que não fosse colocado em risco o objetivo da missão. Aspectos referentes à segurança e também ao sigilo da atividade indicavam uma preocupação com a manutenção do segredo ou o controle da informação. Tanto uma quanto a outra asseguravam ao agente manter o controle do informante.

Cuidados que devem ser observados com os informantes:

- A identidade do informante não deve ser revelada, salvo se absolutamente necessário e, nesse caso, somente às autoridades competentes.
- Sempre que houver necessidade, o informante poderá ser procurado, mas de tal maneira que não sejam descobertos os contatos de caráter sigiloso.
- O nome do informante não deve ser revelado à justiça, caso isso venha “queimar” uma fonte de informação, ou criar um perigo para o próprio informante.
- Deve ser observado o máximo de cuidado para evitar comprometer o informante ou as fontes de informação.

²²⁷ Presidência da República. **Serviço Nacional de Informações**. A Entrevista. REF. BR NA, RIO X9.0TAI. 1/22, p. 11-12.

- O informante muitas vezes tem uma ideia exagerada do perigo que ele enfrenta.²²⁸

O aporte doutrinário, elaborado pelos órgãos de formação de agentes, entre os quais se destacaram a ESG e o CEP, pretendia, como se viu, dar um caráter cientificista na condução das ações de informação. No processo, imprescindível era conhecer os comportamentos, as motivações e medos das pessoas dispostas a colaborar. Conquistá-las e garantir segurança no contato com os agentes era um dos passos para atingir o objetivo desejado, identificar focos de subversão e aniquilá-los antes que pudessem causar danos ao governo.

Mas, quem era o informante? Por que essas pessoas se dispuseram a colaborar com o governo? Segundo a pesquisa de Marion Brepohl de Magalhães, a partir da análise de documentos da DOPS, o informante era um indivíduo selecionado tanto do quadro das Forças Armadas quanto da dos civis. O informante poderia ser remunerado, um profissional cuja prática, de caráter sigiloso, era coletar e arquivar informações para os órgãos de vigilância, informação e repressão presentes nas diferentes instituições do Estado. A pesquisa destaca que, além da polícia em si, havia o informante voluntário, aquele recrutado via propaganda restrita, impulsionada pelos símbolos comoventes como a bandeira ou o hino nacional, que estava disposto a fornecer as informações e os nomes de pessoas consideradas subversivas pelo Estado.²²⁹

Imerso numa rede ramificada em quase todo o tecido social e por meio de órgãos situados em várias cidades pelo país, a tarefa assumida pelo informante ou colaborador, era aceita sem contestação, uma prática possível na lógica de um sistema burocratizado. Hannah Arendt, para quem a burocracia, ou o mando de ninguém, constitui a forma mais cruel de governo, acredita ser esta a forma de dominação complexa e típica do mundo contemporâneo.²³⁰ Ela é caracterizada pela falta de ética de responsabilidade, pois aquele que está no comando do governo não presta conta, a população fica sem saber a quem recorrer, tornando difícil localizar a responsabilidade e culpabilizar aqueles envolvidos no problema, uma vez que alegam ser apenas cumpridores de ordens.

²²⁸ Presidência da República. **Serviço Nacional de Informações**. A Entrevista. REF. BR NA, RIO X9.0TAI. 1/22, p. 11-12.

²²⁹ MAGALHÃES. Op cit. 1997.

²³⁰ ARENDT. Op cit. 2004, p. 94.

4.2.2 O Informante

O informante ou o colaborador constitui uma figura emblemática na cadeia do sistema repressivo do Estado. A compreensão de suas práticas carece de análises que sejam capazes de lançar luz à zona, ainda obscura, das motivações que os levam a compactuar com determinadas forças de comando e sistemas políticos baseados na violência. Complexa porque toca o universo psíquico e a subjetividade dos indivíduos. Isso tem a ver com as crenças, atitudes ou valores que impulsionam o indivíduo à ação e com as necessidades psicológicas que oferecem condições para que ele aceite uma ideia dessa natureza.

Um estudo dirigido por Theodor Adorno e publicado nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra, pode indicar algumas pistas para compreender esse tipo de comportamento. O autor tratou de mostrar, no contexto do pós-totalitarismo, como alguns indivíduos apresentavam certa pré-disposição para o antissemitismo. No fundo, Adorno pretendia compreender, com auxílio da psicologia e da psicanálise, o preconceito social e o surgimento do homem autoritário. Em, *A personalidade autoritária*, ele mostra que as crenças antissemitas expressam as necessidades de pessoas que, privadas de figuras fortes de autoridade na infância, sentem-se fracas emocionalmente e querem encontrar figuras estranhas a quem culpar.²³¹

Nesse sentido, há uma ligação entre a repressão infantil e sua relação na vida adulta. Em outras palavras, a primeira infância se configura como uma importante fase na vida do indivíduo porque ela exerce impacto em sua vida adulta. A imagem de um genitor é projetada pelos adultos em outros adultos, constituindo aquilo que o autor chama de uma necessidade de autoridade, reflexos de uma ausência marcada ainda na infância. Tal força pode se apresentar a partir de duas formas: uma psicológica, configurando o que leva o indivíduo a sentir a necessidade desesperada de força e, outra, a histórico-social, que molda a maneira de expressar essa necessidade. Ela desenvolve uma estrutura dentro do indivíduo, oferecendo as condições que estimulam ou retardam a persistência desses padrões infantis.²³²

Para Adorno, a intersecção entre essas forças formam a personalidade autoritária. Por personalidade entende-se a organização de forças mais ou menos

²³¹ ADORNO, Theodor. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965, p. 19-36.

²³² SENNETT. Op cit. 2001, p. 40.

duradouras dentro do indivíduo. São elas (instintos, desejos, impulsos emocionais) que ajudam a determinar a resposta a várias situações perceptíveis pelo comportamento.²³³ Autoritarismo se refere a um sistema de atitudes que consiste em uma série de sentimentos antidemocráticos correlatos entre si e que compõe a estrutura da personalidade.²³⁴ O homem autoritário demonstrava ser um indivíduo esclarecido, supersticioso, individualista e inclinado a se submeter ao poder e à autoridade. Etnocêntrico, ele demonstra uma aversão a outros grupos étnicos. O aspecto autoritário, nessa lógica, seleciona estímulos ideológicos que o clima de sua época propicia. Muitos deles são adquiridos no processo de socialização.

A partir dessa concepção psicossocial, a preocupação de Adorno era a de estudar o sujeito potencialmente fascista identificando as forças subjetivas que favorecem a aceitação do fascismo e, ainda, compreender a estrutura que os tornaram suscetíveis à propaganda antidemocrática. Sabendo que o Fascismo precisa das massas e da cooperação da maioria das pessoas, a propaganda só foi eficaz na medida em que aspectos antidemocráticos já existiam na grande massa das pessoas. Para alguns autores, como Wilhelm Reich, a atração pelo discurso fascista foi possível porque houve uma identificação da população com os líderes do movimento fascista.²³⁵ Na metáfora psicanalítica do pai, eles substituíram o lugar do pai autoritário. Por meio da propaganda, eles deixaram nos seus liderados a necessidade de encontrar um bode expiatório para descarregar as frustrações e, na figura do líder, satisfazer sua necessidade de autoridade.

A importância da pesquisa de Adorno consiste na abordagem de questões sobre o indivíduo, à época, pouco estudado. É preciso deixar claro que sua pesquisa inseriu-se num contexto americano do pós-guerra com referências políticas e sociais distintas daquele instituído pela Ditadura Militar Brasileira. Entretanto, o seu entendimento sobre o caráter autoritário e a necessidade de força por parte de alguns indivíduos fornecem ferramentas teóricas para compreender, no caso do informante e do colaborador, o apego a símbolos que representam autoridade. O desejo pela ordem, pela defesa da Nação, do moralismo e da família, o colocam

²³³ ADORNO. Op cit. 1965, p. 32.

²³⁴ TEIXEIRA, João Bosco de Castro; POLO, Antônio. A personalidade autoritária. Componentes para uma gênese psicológica. **Arq. Bras. Psic. Apl.** Rio de Janeiro 27(4), 47-69, out./dez. 1975.

²³⁵ REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo**. Porto: Publicações Escorpião, 1974, p. 35-71.

numa posição que implica a negação do outro. O outro capaz de levar à fragmentação do corpo social, este o elemento de estabilidade e segurança. O outro que, no dizer de Ansart, já não é só o ilegítimo inferior, a quem precisa controlar, mas sim o mal a ser destruído para que a sociedade legítima se realize.²³⁶

O informante era alguém que atuava em nome de um outrem. Sua função era mantê-lo informado ao traçar as linhas por que percorreu o informado. Agir em nome de outro, assegurá-lo o controle da informação, e sobre esta deliberar ação necessária. Era o braço do Regime e atuava ali onde ele não poderia está. Ele próprio era parte do sistema em cujo poder estendia-se capilarmente, para usar as palavras de Michel Foucault, ali onde ele mesmo se exercia, nas relações de sociabilidades diárias.²³⁷ Um poder micro que se inseria, apossava-se, vigiava e observava os indivíduos. O informante alimentava a grande máquina de engolir informação, os órgãos de vigilância e de informação do Estado.

Como forma de controle, a eficácia da informação se dava na medida em que aquele que a controlava poderia usá-la contra a pessoa investigada. Os informes, mantidos em segredo, garantia aos agentes policiais agir em sigilo como se a normalidade não fosse ferida. O segredo sobre os corpos desaparecidos, o segredo sobre a informação tirada sob o grito e a dor, o segredo da informação reiterou aos militares poder e controle.

Infiltrado em diferentes grupos, instituições e segmentos sociais, o informante era aquele convidado a suspeitar de tudo e de todos. Na lógica da “guerra psicológica”, a ameaça rondava todas as partes e o medo, inserido na própria sociedade, criava nas pessoas uma paranoia contínua. Os militares, por exemplo, matriculavam oficiais em cursos universitários para que pudessem investigar o movimento estudantil. Criavam-se laços sociais com os estudantes, aproximavam-se de suas ações e fingiam serem, os informantes infiltrados, defensores das ideias de esquerda para que pudessem ser aceitos mais facilmente pelo grupo.

Desconfiar, nesse sistema, significava apontar para indícios, fossem eles quais fossem, mas que pudessem representar um tipo anormalidade. Além disso, o olhar atento era quesito indispensável. O informante deveria ser um bom

²³⁶ ANSART. Op cit. 1978, p. 155.

²³⁷ FOUCAULT. Op cit. 1979, p. 179-191

observador, atentar-se para cada palavra proferida, para cada atitude suspeita e para cada indivíduo cuja ideia soava contrária às regras estabelecidas. O informante era um indivíduo comprometido com o poder estabelecido. Assumia como verdade incontestável os valores que lhes eram transmitidos, especialmente os referentes à proteção da Pátria e da Nação. O informante se sentia responsável por tal tarefa e, por medo ou por crença, acreditava fazer comungar e fazer parte dos desígnios da comunidade dos escolhidos.

Além do informante profissional, integrante da polícia e dos órgãos de investigação e vigilância, havia também o colaborador comum, aquele que se dispôs, de forma espontânea, a contribuir com o poder estabelecido. Geralmente eram pessoas com um forte apelo conservador e eram motivadas, em grande medida, pelos símbolos comoventes da Nação. Alguns deles apresentavam-se espontaneamente aos órgãos de vigilância e de repressão. Caso do estudante que endereçou uma carta à DOPS no intuito de saber como tornar-se um agente e prestar-lhes serviço.²³⁸

Atitudes como estas eram importantes para os militares, pois poderia contar com o apoio de pessoas inseridas no meio estudantil, ambiente onde ocorriam focos de oposição ao Regime. Infiltrar-se nas instituições de ensino, como oficiais das Forças Armadas ou como informantes civis, permitia vigiar os grupos ou as atividades de indivíduos por dentro, ou seja, entender como eram arquitetadas as oposições para miná-las numa atuação preventiva. Os informes poderiam chegar de forma anônima. Em muitos casos feitos em modelo de cartas ou bilhetes, por indivíduos comuns. Neles estavam descritos o endereço da residência e do trabalho do indivíduo denunciado, o tipo de atividade que praticava e os lugares que costumava frequentar, além de sua orientação política e ideológica.²³⁹ Por mais comuns que pudessem parecer os informes, de algum modo, era solicitado um tipo de investigação.

Muitas vezes as denúncias eram encaminhadas para os órgãos cuja tarefa não era de investigação, como o Exército. No entanto, eram encaminhadas ao responsável pela segurança pública do Estado, a exemplo do que fez o general

²³⁸ Carta ao delegado da DOPS. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes, 1964-1977**. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

²³⁹ Informes oriundos de denúncias anônimas. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes, 1964-1977**. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

Dario Coelho, ao receber uma lista com cerca de 10 nomes de supostos comunistas e professores chamados de subversivos.²⁴⁰ Os informes, independente de sua origem, eram arquivados e, na maioria das vezes, investigados pelos agentes. Comuns eram as denúncias relacionadas a práticas atreladas à manutenção da ordem.

Os informantes responsáveis por tais denúncias acreditavam prestar um bom serviço ao país. Nesta lógica, amor à Pátria, a crença nos militares como regeneradores dos males da Nação e o ideal de brasileiro solícito se confundiam, como atestam algumas expressões nos documentos: “A Revolução foi feita para corrigir. Devemos fazer o possível para chegarmos nessa meta. Isto é dever de todo bom brasileiro!”²⁴¹

Ressalta-se o papel exercido pelos informantes comuns (Figura 1), geralmente de classificações “D”, “E” e “F”, oriundos de diferentes segmentos da sociedade. Estavam dispostos a fornecer informes, dados pessoais de qualquer pessoa que representasse algum perigo. Exercia ali em seus espaços a vigilância suspeitando de tudo e de todos. Neste império do medo, inúmeros nomes chegavam à DOPS, como demonstra o bilhete encaminhado aos agentes da repressão com nomes pessoas que atuavam na resistência ao Regime:

²⁴⁰ Ofício nº 140-E2. Assunto: informes. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes, 1964-1977**. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

²⁴¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes, 1964-1977**. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

ATENÇÃO SENHORES DA D.O.P.S.

DENUNCIAMOS PLANO DE PERIGOSA SUBVERSÃO
 SEQUESTRO DE CÔNSUL (TALVEZ O DO ALTO DA GLÓRIA)
 DISTRIBUIÇÃO EM MASSA DE LEITURA ANTIREVOLUCIONÁRIA
 PICHAMENTO E FIXAMENTO DE MENSAGENS CONTRA ELEIÇÕES
 REUNIÕES SECRETAS PARA OS FINS SUBVERSIVOS

SÃO VÁRIOS OS ELEMENTOS - VISAM LIBERTAÇÃO PRESOS
 APENAS ALGUNS QUE SABEMOS:

- ANTENOR RIBEIRO BOMFIM - ADVOGADO
 + NELSON OLIVAS - ESTUDANTE - DIREITO - 3º ANO - UFP
 + JOSÉ ISAC PILATI - ESTUDANTE
 - CELSO RENATO LOCH - "
 + JOSÉ RUBENS VIEIRA NOBRE
 → BRUM - 3º ANO - DIREITO - UFP - JOSÉ LUIZ MOREIRA BRUI
 + RAFAEL CHOCIAI
 - VIEIRA NETO - EX-PROFESSOR

Figura 1: Denúncias anônimas.²⁴²

Algumas denúncias eram motivadas por vinganças ou fatos irrelevantes, estes logo sem atenção dos militares. Mas, uma série delas era investigada em razão da natureza das ações dos suspeitos. Dos nomes citados, dois possuem uma longa ficha na DOPS, Nelson Olivas²⁴³ e José Isac Pilati.²⁴⁴ Na pasta, *Informante*, composta por cartas, bilhetes e relatórios de supostos inimigos do Estado, aqui analisada, dos 110 nomes descritos em um dos documentos, mais de vinte por cento deles tinham *fichas individuais* na DOPS ou foram presos. Este dado demonstra que, embora houvesse filtragem dos informes pelos agentes especializados, um número expressivo de pessoas tinham suas vidas aprisionadas pela máquina repressiva.²⁴⁵

²⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes, 1964-1977.** BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

²⁴³ Nelson Olivas. Ficha Individual nº FI 28.891. **DOPS.** Arquivo Público do Paraná, Curitiba, 1972.

²⁴⁴ José Isac Pilati. Ficha Individual nº FI 32.071. **DOPS.** Arquivo Público do Paraná, Curitiba, 1970.

²⁴⁵ Lista de suspeitos. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes, 1964-1977.** BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

O aprimoramento do aparato repressivo teve consequências trágicas, marcando inexoravelmente a sociedade. Por meio de tal prática, um número considerável de brasileiros foi banido do país, pessoas jazeram desaparecidas e assassinatos aconteceram com o intuito de frear as ideias contrárias ao Regime Militar. A violência, legalizada para garantir a ordem social, volta-se contra a sociedade, e o uso da força, justificada para colocar fim à subversão, institucionalizou outra prática, a da tortura. A violência e a tortura foram também mecanismos utilizados para regular as ações sociais e os interesses na sociedade, na medida em que qualificavam um conjunto de normas e condutas favoráveis ao governo militar. Nestas medidas os militares obtiveram meios para governar as pessoas, valendo-se dos dispositivos de controle burocrático e repressivos, mas não somente.

A documentação analisada demonstra ainda que os militares obtiveram o apoio de pessoas comuns, inseridas em todas as esferas da sociedade. Tal adesão permitiu aos militares estenderem seu controle e sua vigilância no intuito de combater a subversão e garantir a manutenção da ordem. De forma espontânea, essas pessoas alimentaram a máquina repressiva porque enxergavam em suas práticas uma forma de regenerar a nação, uma crença que as faziam se eximir da responsabilidade com a manutenção da própria violência, uma vez que seu ideal era proteger o país.

5 A FORMAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES FEMININAS EM CURITIBA E SUA ATUAÇÃO NA VIDA PÚBLICA

Mulheres são as que enchem o lar, o templo, a escola as que enxugam as lágrimas, as que enfrentam todas as tempestades e que com um gesto de mansidão destroem todas as tiranias.

*Emília Dantas Ribas.*²⁴⁶

Antes de analisar a formação das associações femininas, em Curitiba, cabe fazer uma contextualização histórica sobre as diferentes tendências e diferentes formas de organizações e participação feminina. Ressalta-se, então, a importância da atuação das mulheres em áreas como a filantropia, a imprensa, a educação, entre outras, de acordo com orientações políticas e ideológicas distintas. As últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, no Brasil e em outras partes do mundo ocidental, foram marcadas por transformações culturais e sócio-políticas. Novos atores sociais e políticos entraram em cena reivindicando maior participação política e questionando os tradicionais modelos de organização da sociedade. Tais mudanças têm a ver com o avanço do modo de vida capitalista e com suas implicações nas relações entre os indivíduos na dinâmica social.

No processo, tornaram-se frequentes as reivindicações das mulheres por maiores oportunidades e a divulgação de suas conquistas redefinindo as noções de participação política e de trabalho. O fato, sem dúvidas, criou um clima de tensões, pois a relação entre mulheres e homens começou a colocar em xeque o modelo masculino de dominação. O lugar reservado à mulher na política como papel de coadjuvante começa a sofrer abalos.

A crescente participação feminina na vida pública sofreu resistência. Um exemplo, nas primeiras décadas do século vinte, vem da Espanha. Durante a

²⁴⁶ RIBAS, Emília Dantas. Saudando a mestra anônima. In: **Revista do CPFC**, ano 02, nº 2, (XVII VOLUME EDITADO), Curitiba, Paraná, 1968.

Ditadura franquista, o avanço do feminismo, das lutas pelos direitos e emancipação das mulheres que vinham ocorrendo no mundo não foram vistos com bons olhos. No país, criou-se uma ideologia de negação da autonomia das mulheres pautada pelo amor à família muito imbuída de uma visão católica de mundo. A ela reservou-se atributos morais associados à educação dos filhos e aos cuidados da casa. Nesta lógica, a mulher era considerada o receptáculo do amor e da vida sendo, pois, sua função restrita à procriação de filhos à Pátria.²⁴⁷

Responsável pelo processo na Espanha fora a seção feminina da FET-JONS.²⁴⁸ Sua função era a de doutrinação das espanholas no intuito de formá-las segundo os princípios do Regime fascista. Na prática, o movimento exercia controle e pressão sobre o corpo feminino. Defendia a autoridade do marido sobre a esposa e o ideal, também difundido pela Igreja Católica, de virgindade antes do casamento e de boas donas de casa.

No campo da historiografia, corroboraram na compreensão desse processo os debates suscitados pela história das mulheres, a partir da década de 1970 e, na década de 1980, pelas teorias de gênero ao desconstruírem a naturalização dos modos de ser homem e de ser mulher. Fora a emergência de tais análises que colocaram em relevo as discussões da participação feminina no espaço público.²⁴⁹ As teorias de gênero pensavam a diferença sexual. Efetuaram críticas ao binômio

²⁴⁷ HERAS, Manuel Ortiz. Mujer y dictadura franquista. **Aposta, Revista de ciências sociais**, nº 28, Mayo 2006.

²⁴⁸ Falange Espanhola Tradicionalista (FET) e Junta Ostensiva Nacional-Sindicalista (JONS). A Falange Espanhola foi criada, em 1933, por José Antonio Primo de Rivera. Absorveu o pensamento fascista italiano e defendia a implantação de um Estado autoritário, o uso da violência e os valores do catolicismo. Em 1934, para expandir sua influência política, fundiu-se com JONS, tornando-se, em seguida, um partido político defendendo o totalitarismo, o corporativismo e o antimarxismo. Durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), que dividiu o país entre republicanos e franquistas, os falangistas uniram-se aos militares liderados pelo General Franco. Em 1937, Franco transformou o partido de Primo de Rivera em Falange Espanhola Tradicionalista e das Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista. Com a vitória de Franco, seria o único partido existente na Espanha durante o regime franquista. Primo de Rivera foi morto na prisão republicana de Alicante, em 20 de novembro de 1936, sendo sua imagem, durante o regime franquista, tomada como símbolo do novo Estado instituído por Franco, e como herói nacional da Espanha. CALERO, Francisco Sevillano. A “cultura da guerra” do “novo Estado” espanhol de legitimação política. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX.** Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 257-282.

²⁴⁹ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

homem-mulher e questionaram o biologismo que naturalizava essa relação, acentuando o seu caráter social ao enfatizar as relações de poder.²⁵⁰

No último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do XX, as transformações sociais e políticas modificaram as experiências masculinas e femininas. Naquele contexto, os discursos sobre o papel da mulher tentavam criar a imagem feminina como responsável pela procriação, pelos cuidados e pela educação dos filhos. Não somente no Brasil a família assumiu lugar de destaque e se transformou no ambiente privilegiado da preservação dos valores morais e cristãos, como o respeito à hierarquia e à ordem, além da valorização do matrimônio, requisito para a constituição da família nuclear, formada pelo pai, esposa e filhos.

O olhar à família como refúgio idealizado do público foi identificado por Richard Sennett nas transformações provocadas pelo avanço do capitalismo industrial e no crescimento das cidades, a partir do século XIX. A família era o meio de se proteger dos desgastes do capitalismo.²⁵¹ Isso corrobora o apelo aos valores de viés católico, a uma moral sexual formulada pelos pressupostos do catolicismo, ou seja, sexo somente no casamento e para a procriação, e a uma educação dos corpos e dos sentidos, no intuito de garantir os laços familiares diante da privatização da vida pública pelo capitalismo industrial.

Um autor que analisou o papel da família foi Christopher Lasch.²⁵² Para ele, a erosão da família resultou do crescimento da indústria e da crença no progresso científico e tecnológico. Nesta conjuntura, houve a idealização da vida bucólica e da família como sede da virtude. Lasch, nesse ponto, defende a família como reduto do amor e da decência no mundo competitivo e selvagem instaurado pelo capitalismo. São os laços familiares os responsáveis pela garantia e sobrevivência da família “num mundo sem coração”, como explicitou o autor.

Peter Gay salienta que, antes do século XIX, as mulheres ocupavam espaços na direção de pequenas lojas familiares, na colaboração de empresas

²⁵⁰ COSTA, Suely. Gênero e História. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p.187-208.

²⁵¹ SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1988, p. 30-44.

²⁵² LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração: a família: santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

artesanais e desempenhavam papel importante como parteiras.²⁵³ Com o surgimento das profissões modernas, onde as mulheres não tinham posição de comando, da comercialização em larga escala e da expansão da prosperidade para alguns segmentos sociais, as mulheres deixaram de trabalhar fora de casa, passando a se dedicar aos assuntos do lar e da família. Durante boa parte do século XIX, as mulheres se encontravam virtualmente na condição de propriedade de seus pais e, depois, de seus maridos. No período, a supremacia jurídica era masculina, o que acabava restringindo o acesso delas aos direitos políticos e sociais. Além disso, as profissões mais rentáveis, como a de médico (restrita aos homens), eram negadas às mulheres.

O surgimento e a expansão do movimento feminista provocou uma mudança no quadro político e social do período ao colocar em pauta a modificação de leis desfavoráveis às mulheres, a exemplo das leis que garantiam ao marido o direito sobre a esposa. A luta pelo ingresso das mulheres nas profissões restritas aos homens e as exigências para a participação política da mulher, entre elas o direito ao voto, com a campanha pelo sufrágio, também foram questionamentos do movimento. As mulheres começaram a conquistar espaço também na imprensa, com a criação de jornais e revistas para disseminar suas ideias, e, na vida acadêmica, com a produção de conhecimento científico.²⁵⁴

Crescia também no universo masculino a insatisfação em relação ao avanço da participação das mulheres, qualquer avanço, fosse ele no lar, nas leis, na escola ou no trabalho. As exigências por mudanças se chocavam com uma resistência cada vez maior. As insatisfações entre os homens retomavam e reforçavam antigos mitos sobre a mulher. Um deles, a de que esta era possuidora de uma natureza ou um corpo que lhe era desfavorável, servindo para reproduzir a ideia da mulher como um ser frágil, complexo e misterioso, no intuito de desqualificar sua atuação na sociedade.²⁵⁵

A mulher era compreendida como a base de sustentação da sociedade. Cabia, então, aperfeiçoá-la intelectualmente para ser a colaboradora ideal, ciente de suas obrigações para com o lar, contribuindo para o desenvolvimento do país sem,

²⁵³ GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos.** Companhia das Letras: São Paulo, 1988, p.128-129.

²⁵⁴ GAY. Op cit. 1988, p. 143.

²⁵⁵ Ibid., p. 130.

contudo, ameaçar a ordem familiar ou perder as virtudes e os papéis sociais a ela atribuídos. Reforçava-se o discurso de valorização da maternidade e da família enquanto espaço privilegiado de atuação feminina.

Outra maneira de atuação feminina na esfera pública aconteceu através das associações que reuniam, em sua maioria, mulheres pertencentes a grupos sociais mais abastados ou de classe média, a exemplo das esposas de políticos, de empresários e comerciantes. O associativismo feminino era também a maneira de as mulheres exercerem a cidadania no período em que não possuíam amplos direitos políticos e sociais. Caracterizou-se pela organização de associações de cunho social, cultural e filantrópico.²⁵⁶ Eram espaços para lutar contra as limitações morais e intelectuais impostas às mulheres, nos quais se realizava uma variedade de atividades como o atendimento às crianças, mulheres pobres, doentes e idosos. Além destas características, era um meio de preservar o ideal doméstico, de valorizar a educação e a formação profissional das mulheres.²⁵⁷

Quanto à filantropia, considera-se que no Brasil ela se organiza em dois momentos, mas com concepções que se mesclam entre si. Entre as últimas décadas do século XVIII até a primeira metade do século XIX, as obras de atendimentos aos desafortunados estavam impregnadas pelo espírito de perseverança e benemerência. A caridade cristã era o princípio que orientava as ações sociais. Gradativamente, na segunda metade do século XIX, a filantropia caritativa incorporou novas regras prático-normativas, com a inserção do saber médico (sanitarismo e higienismo) nas práticas sociais, resultado das transformações urbanas daquele período.²⁵⁸

Outra questão tem a ver com o fato de a filantropia, gradativamente, ter sido uma atividade incluída na chamada “missão da mulher”, a do cuidado, ideia que passou a ser associada à característica feminina. Fez parte de um discurso naturalista que, ao longo do século XIX, tornou o sentimento de bondade como um atributo de natureza feminina. Ressalta-se também que o envolvimento das

²⁵⁶ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), Cruzada Pró-Infância, Liga das Senhoras Católicas, Cruz Vermelha, Aliança Cívica das Brasileiras, Associação das Senhoras Brasileiras, entre outras.

²⁵⁷ SEIXAS. Op cit. 2011.

²⁵⁸ ABREU, Sérgio França Adorno de; CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de. A arte de administrar a pobreza: assistência social institucionalizada em São Paulo no século XIX. In: TRONCA, Ítalo (Org.). **Foucault vivo**. Campinas: Pontes, 1987, p. 111-112.

mulheres em atividades de filantropia deveu-se, a partir daquele momento, à valorização das virtudes femininas e pela ação das próprias mulheres, pois para elas era um modo de participar da esfera pública.²⁵⁹

O presente capítulo analisa a importância da atuação das associações femininas no contexto de instauração do Golpe Militar, bem como a campanha organizada pelas mulheres em oposição ao presidente João Goulart. As atividades destas associações, que se concentravam na filantropia e na promoção cultural e intelectual das mulheres, no início da década de 1960, contaram com a presença de outro componente, o civismo. Este é compreendido aqui não somente como práticas de exaltação dos símbolos pátrios e de atitudes diante deles, mas também como um modo de atuação política. Irá caracterizar esse sentimento, a criação da União Cívica Paranaense por mulheres oriundas do Centro Paranaense Feminino de Cultura e da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba.

As associações surgiram na primeira metade do século XX, momento em que a cidade sofria mudanças no espaço urbano com o avanço da modernização. A proposta de urbanização, pautada numa visão humanística, pensou um tipo de urbanização com espaços para as pessoas e automóveis circularem, com ambientes que exaltavam a cultura e o progresso da cidade. Foram organizadas áreas destinadas ao comércio e à indústria e, com o avanço da mecanização na agricultura, associado à concentração fundiária, houve um fluxo migratório do trabalhador rural para o espaço urbano, concentrando um contingente populacional nas periferias da capital.

5.1 O CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA (CPFC) E A LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE CURITIBA

Em dezembro de 1933, nasceu o CPFC pela iniciativa de três jovens, Rosy Pinheiro Lima, Ilnah Pacheco Secundino e Deloé Falce Scalco. Era o seu objetivo:

Incentivar a cultura da mulher, em todos os ramos moral, intelectual, artístico e físico. Coordenar e reunir esforços do maior número possível de

²⁵⁹ MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013. Editora UFPR.

mulheres e que estas, bem orientadas, tornassem eficientes a sua atividade social, quer na vida doméstica, intelectual e política.²⁶⁰

O Centro Feminino foi um importante espaço de participação política e social feminina. Contava com a presença de mulheres da elite da cidade. Muitas eram esposas de líderes políticos, de oficiais militares, de empresários e industriais. Eram mulheres com formação universitária e que dominavam o mundo das letras. Observa-se que o Centro possuía uma dupla função. Investia-se no processo de emancipação intelectual, artística e moral da mulher ao mesmo tempo em que manteve o modelo de feminilidade e de mulher devota à família e ao lar.²⁶¹

O CFPC investiu em atividades diversas como a produção cultural, a educação profissional e, em seguida, a filantropia. Manteve, até o final da década de 1930, o intercâmbio com os demais círculos intelectuais femininos, como a FBPF.²⁶² Organizou conferências, promoveu recitais e exposições de arte e obteve destaque no cenário cultural de Curitiba. Importante destacar, nestas atividades, a produção intelectual. Ressalta-se, ainda, nessas atividades, o interesse de participação da vida pública.²⁶³ Eram mulheres que dominavam as letras e divulgavam sua produção intelectual em revistas criadas pela própria associação para dar base a seus conhecimentos. Boa parte desta produção abordava a história da cidade, elementos que exaltavam os símbolos nacionais, como a bandeira, e o papel das mulheres na educação dos filhos e na condução da família.

O primeiro volume do periódico, a Revista do CPFC, foi publicado em 1967, quando a presidente do Centro era Leonor Castellano. Fez parte do projeto de intensificação e de intercâmbio de ideias e informações entre as centristas, como eram chamadas as frequentadoras do CPFC, e os benfeitores e amigos da associação. A revista também era o meio pelo qual as mulheres divulgavam tanto os seus eventos quanto sua produção intelectual, com destaque para poesia, além de textos sobre educação e as artes, como a música e a literatura.²⁶⁴

²⁶⁰ CASTELLANO, Leonor. **Centro Paranaense Feminino de Cultura**. Histórico. Curitiba, 1962.

²⁶¹ SEIXAS. Op cit. 2011, p. 85-100.

²⁶² Movimento criado, em 1922, com o objetivo de defender os direitos da mulher brasileira. Teve sua atuação marcada pela luta em prol do voto da mulher no Brasil. Sua principal articuladora foi Berta Lutz.

²⁶³ Boletim Casa Romário Martins. **Centro Paranaense Feminino de Cultura**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 35, n. 145, abr. 2013.

²⁶⁴ Apresentação. **Revista do CPFC**, ano 01, nº 1, (XI VOLUME), Curitiba, Paraná, 1967.

Nesta esfera de aprimoramento intelectual e moral da mulher, a atenção à questão da assistência social obteve relevância. Na década de 1940, o CPFC decidiu investir em obras de assistência que pudessem atender mulheres, preparando-as para a tarefa de mãe, e crianças dos segmentos mais pobres. Um exemplo foi a criação do Posto de Puericultura Darci Vargas, fundado na mesma década, tendo suas atividades ampliadas em 1967.²⁶⁵

Essas práticas não ficaram restritas somente ao CPFC. As transformações na sociedade foram gradativamente modificando também a relação de seus indivíduos. Os problemas precisavam ser respondidos de uma maneira que fosse capaz de proteger os elementos da moralidade, estes tão arraigados numa visão religiosa de mundo. O Centro Feminino continuou suas atividades de formação e de inserção da mulher no meio cultural através da publicação intelectual dos trabalhos das mulheres, tendo o intuito de formar mulheres cada vez mais cientes de seu papel de esposa, mãe e de cidadã na sociedade.²⁶⁶

Na década de 1950, outro quadro político se apresenta com o crescimento urbano e industrial e com a expansão dos ideais do comunismo no Brasil e na América Latina. Curitiba crescia em ritmo acelerado com a construção de espaços culturais e também com o aumento populacional, em particular nas regiões periféricas da cidade. A questão colocava as mulheres diante de outra realidade com o aumento da pobreza. Outro problema referia-se ao medo em face da ameaça comunista, veiculada pelos meios de comunicação. O contexto era o da Guerra Fria. Nele se mobilizou forças políticas, econômicas e ideológicas num campo de tensão que disputava influência tanto do lado capitalista quanto do lado comunista.

Na esfera religiosa também houve mudanças. A Igreja Católica, através de seus bispos e padres, incentivou a criação de grupos de mulheres no intuito de fortalecer os ideais de família cristã baseados no homem como pai católico e provedor, na mulher como boa esposa, boa de dona de casa e mãe exemplar na educação dos filhos que, por sua vez, deveriam ser exemplos de obediência à autoridade paterna. Enfatizando o combate ao avanço das ideologias revolucionárias e reagindo às mudanças da vida moderna, a Igreja reafirmou os dogmas católicos,

²⁶⁵ CPFC – BOLETIM do Posto de Puericultura Darcy Vargas – mantido pelo CPFC, ano I – Direção: Leonor Castellano e América da Costa Saboia – nº 1. Curitiba, janeiro de 1968.

²⁶⁶ PANORAMA CULTURAL – CPFC – Comemoração do seu Jubileu de Ouro 1933-1983. Curitiba, Paraná, 1983, p. 8.

como as devoções marianas e ao sagrado coração de Jesus, fortaleceu a autoridade eclesiástica e promoveu a evangelização pela participação dos leigos nas ações sociais. O medo do comunismo ateu e do que ele poderia provocar no mundo católico, fez a Igreja defender a política da ordem, da sociedade perfeita, do não radicalismo e da obediência.²⁶⁷

Nessa lógica, a exaltação do casamento como base da formação da família, a defesa de Maria como modelo ideal de mulher, exemplo de mãe, esposa perfeita e guardiã da pureza, fez a Igreja convocar as mulheres para formarem associações femininas cristãs, a exemplo da Liga das Senhoras Católicas. O objetivo era propagar, disseminar e fortalecer na sociedade os valores do catolicismo. Em Curitiba, um dos seus incentivadores foi o arcebispo Dom Manuel da Silveira D'Elboux. Conhecido por seu combate ao comunismo, foi ele quem motivou, em 1953, a criação da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, seguindo a tendência de algumas cidades no Brasil. Em seu Estatuto, a Liga prescrevia como finalidade:

[...] desenvolver a ação social católica em todos os seus aspectos, estreitar os laços de amizade cristã e promover o aperfeiçoamento intelectual, moral e religioso, não só de suas associadas, como também de todos aqueles que com elas queiram cooperar na prática da caridade cristã [...].²⁶⁸

A LSC se dedicou ao atendimento dos mais carentes nos bairros periféricos de Curitiba. Priorizou o trabalho com a educação de crianças, com a criação de centros de educação infantil e, do mesmo modo, empenhou-se na formação de mulheres para a exaltação do papel delas enquanto mãe. O foco eram as práticas religiosas, mas também se promoviam atividades culturais e artísticas. Nessa configuração, a Liga fazia uma leitura da visão de mulher como símbolo de bondade, da caridade, da maternidade e da dignidade moral. Acreditavam que ao avivar o poder materno no lar se conquistaria o poder do catolicismo. A mãe, nessa dinâmica, catequizaria os filhos e o esposo e, extrapolando os limites do lar, alcançaria toda a sociedade. Quanto maior fosse o número de mães cristãs convocadas para a tarefa, maior seria o número de famílias cristãs.

²⁶⁷ Cf. VIEIRA, Matheus Machado. “**Viciadas e perversas ou honestas e respeitadas?**” A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945) Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014; CANCIAN, Renato. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

²⁶⁸ **Estatuto da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba**. Curitiba, 1953, p. 4.

Atualmente, a LSC tem atividades não somente na área de assistência e educação. Também possui atuação no campo da saúde.²⁶⁹ Para isso foi preciso que reconfigurasse seus fins expressos no seu Estatuto. Segundo o último documento, a Liga era:

[...] sem fins lucrativos, é uma instituição de caráter filantrópico puramente caritativo, tendo por finalidade precípua a prestação de assistência social, inclusive médica, educacional e hospitalar a pobres, indigentes, desvalidos, menores carentes, órfãos e abandonados. [...] a Liga poderá exercer atividades diversificadas, como a instalação de lanchonete, restaurante e a prestação de outros serviços, com a reversão de suas obras assistenciais.²⁷⁰

Posteriormente, como se observa no depoimento da atual presidente da LSC, a senhora Vera Maria Lins Affonso, a instituição redimensionou sua prática para garantir recursos capazes de manter suas obras. Com isso, expandiu suas práticas ao reconfigurar sua compreensão de “necessitados”, incluindo, dentro dessa lógica, o atendimento à saúde. A Associação não abandonou a execução de seus projetos assumidos no momento de sua fundação, mas criou mecanismos para subsidiar financeiramente as suas atividades, adquirindo uma noção empresarial e administrativa de suas instituições. Certamente os contextos são outros, mas vale destacar a capacidade dessas instituições de responderem às condições sociais de sua época.

Esta mudança pode ser observada no depoimento abaixo:

“Cansamos de ficar passando o livro de ouro”, brinca a presidente [...], referindo-se à tradição de coletar esmolas para a caridade, dando em troca uma assinatura de honra. Um tédio. Com tanta gente para amparar, precisavam de dinheiro. Pois as “madames”, como se dizia, foram à luta e compraram equipamentos médicos de última geração. De iniciativa associada à domesticação da mulher e à direita histórica, passou a ser apontada como modelo de gestão do voluntariado, uma espécie de “caridade.com”.²⁷¹

²⁶⁹ A Liga atualmente administra: Centro de Educação Infantil Senhora da Luz, Centro de Educação Infantil Feliz Senhora da Luz, Centro do Menor Integrado na Comunidade Senhora da Luz, Centro de Educação Infantil Virgem da Salette, Centro do Menor Integrado da Comunidade Virgem Salette, Centro de Educação Infantil Santa Maria de Deus, Clínica Radiológica e diagnóstico por imagem – DAPI.

²⁷⁰ **LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE CURITIBA, ESTATUTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS APROVADOS EM ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE 28/04/2014.** Liga das Senhoras Católicas de Curitiba. Curitiba-PR, 07 de maio de 2014.

²⁷¹ Liga das Senhoras Católicas 3.0. **Gazeta do Povo.** Curitiba 17/07/2014. In: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/liga-das-senhoras-catolicas-30-eb11iivlnnv6nuawgxak19ou>. Acesso em 10/03/2015.

Após considerar essas questões, é oportuno registrar a atuação relevante de duas mulheres. A primeira, Rosy Pinheiro Lima, fundadora do CPFC e, a segunda, Dalila de Castro Lacerda, uma das fundadoras da LSC.²⁷² A trajetória dessas mulheres foi marcada por uma firme inserção no espaço público, pelo seu desempenho intelectual e formador de opinião e, sem dúvida, pela defesa do comportamento moral, em particular aqueles referentes ao papel da mulher enquanto esposa e mãe de família.

Rosy Pinheiro Lima (1914-2002) nasceu em Paris, França. Aprendeu as primeiras letras nos colégios católicos na Itália, na Inglaterra e na sua cidade natal. Em Curitiba, estudou no Ginásio Paranaense e no Colégio Nossa Senhora de Lurdes, uma importante instituição católica de formação das elites curitibanas. Diplomou-se em 1929, e, no ano seguinte, ingressou na Universidade do Paraná, hoje Universidade Federal, onde se tornou Bacharel em Direito, em 1933, no mesmo ano em que fundou o CPFC.²⁷³

Em 1937, Rosy Pinheiro Lima, no Rio de Janeiro, doutorou-se em Direito defendendo a tese “A mãe e o direito civil”, onde discutia a condição jurídica da mulher e da mãe desde o período romano aos códigos brasileiros do início do século XX.²⁷⁴ Com a tese, ela se torna a primeira mulher doutora em Direito no Brasil. Após retornar do Rio de Janeiro, em 1938, atuou como advogada dentro de sua especialidade, o direito civil da família. Após conseguir bolsa de estudo, partiu para a Inglaterra, onde cursou, durante um ano, o Direito Internacional Público.²⁷⁵

No seu retorno ao Brasil, em 1945, foi secretária da UDN, assumindo a presidência do Departamento Social do partido. Por este partido, foi eleita suplente do deputado estadual Bronislau Ostojka Rojunski, ocupando, posteriormente, a cadeira na Assembleia Legislativa, tornando-se a primeira mulher a assumir um cargo de deputada estadual. No início da década de 1960, organizou e fundou associações cívicas femininas em Londrina, Paranaguá, Castro e Ponta Grossa.

²⁷² No Estatuto da Liga das Senhoras Católicas, de 1953, Dalila de Castro Lacerda consta como Segunda Secretária. Posteriormente assumiu a presidência da instituição.

²⁷³ NICOLAS, Maria. **Cem anos de vida parlamentar**. Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba, s/e, 1954, p. 459.

²⁷⁴ A tese “A mãe e o direito civil” foi publicada pelo Jornal do Comércio, no Rio de Janeiro, em 1937.

²⁷⁵ **Revista do CPFC** – XXXI – Volume Editado. Curitiba, 1973, p. 4-6.

No Rio Grande do Sul, ela convocou as mulheres para se organizarem em associações civis. Como enviada da CAMDE, associação de mulheres do Rio de Janeiro, fundou associação semelhante, em Santa Catarina. Orientada pelas associações femininas de São Paulo, criou, em 1963, juntamente com Dalila de Castro Lacerda, a União Cívica Paranaense, sendo sua primeira presidente. Foi uma das organizadoras da manifestação pública contra o governo de João Goulart, que ocupou as ruas de Curitiba em março de 1964, em protesto à reforma proposta pelo governo na área da educação.²⁷⁶ Foi ela uma das principais articuladoras de associações femininas e cristãs, convocando-as a demonstrar apoio aos militares, logo após a derrubada do então Presidente da República.

Em seu depoimento, Rosy Pinheiro Lima ressaltou a importância da “Marcha” realizada em Curitiba que, diferentemente das Marchas que ocorreram em São Paulo e outras cidades brasileiras, a motivação, segundo ela, foi contra a tentativa de intervenção do Governo com a implantação de livros, nas escolas públicas e privadas, que se consideravam subversivo:

Aqui [em Curitiba] fizemos outra Marcha: os comunistas mandaram livros comunistas para todos os cursos primários... A nossa Marcha foi contra o livro comunista nas escolas primárias. O livro era horrível, incutia na cabeça das crianças que todo industrial era rico fumando charuto e elas estavam ao lado, paupérrimas, esqueléticas. Ah! Isso é desaforo. E nos insurgimos contra o livro.²⁷⁷

Outro papel importante na organização de associações femininas foi exercido pela senhora Dalila de Castro Lacerda. Ela nasceu em dezembro de 1909, em Ponta Grossa. Filha do major Vicente de Castro, líder dos Maragatos, no Paraná, casou-se com Flávio Suplicy de Lacerda. Na década de 1960, ele foi reitor da Universidade Federal do Paraná e, nos primeiros anos do Regime Militar, Ministro da Educação. Em 1953, Dalila de Castro Lacerda foi uma das responsáveis pela fundação da Liga das Senhoras Católicas. Integrou as atividades da Legião Brasileira de Assistência e associações femininas, do Rio de Janeiro. Em Brasília, ela foi responsável, em 1964, pela criação da APAE/DF. Na visão de seus familiares,

²⁷⁶ Ibid., p. 5.

²⁷⁷ Rosy Pinheiro Lima, líder da União Cívica Feminina Paranaense. Depoimento ao Projeto Memória Viva Paraná/Museu da Imagem e do Som – MIS. Apud. CODATO, Adriano. Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.

também compartilhada pelas mulheres que atuaram com ela nas associações femininas, a senhora Dalila era uma mulher:

Dedicada aos seus familiares, exemplar mãe de família, é também modelo de avó e bisavó. Com a independência dos filhos e a morte dos pais, contando sempre com a aquiescência do marido, pôde empregar bem o tempo disponível, devotando-o aos humildes, aos doentes e aos desamparados. Sempre foi bem sucedida nas beneméritas atividades desenvolvidas, por contar com grande participação de amigas extraordinárias e valorosas, as quais não mediram esforços para auxiliá-la em suas empreitadas.²⁷⁸

A imagem de Dalila de Castro Lacerda sintetizava o modelo de mulher desejado para a sociedade da época. Encontram-se indícios desse ideal, como já citado, nos discursos de fundação do CPFC e da LSC. Discursos que expressavam uma concepção de mulher aprimorada intelectualmente, firme no exercício de seu papel de mãe e de esposa, mas envolvida nas atividades públicas e caritativas. Os depoimentos sobre a líder da LSC realçaram tais características ao destacar o seu papel de esposa devota à família e a sua sensibilidade para com os desfavorecidos. Ciente de seu papel de mulher, também era alguém que zelava para o que se considerava o “bom comportamento”, sobretudo aqueles que valorizavam a prática religiosa, respeitavam a autoridade familiar e as instituições.²⁷⁹ Há que se considerar o fato destas mulheres pertencerem às elites. Organizavam o seu tempo, entre trabalho e o lar, para realizarem atividades de natureza filantrópica. Possuíam capacidade de mobilizar seus pares, principalmente as lideranças políticas, para captar recursos que financiavam a maior parte das atividades que realizavam.²⁸⁰

Um exemplo acerca da atitude das mulheres em relação ao comportamento feminino se tem em 1961. Neste ano aconteceu um concurso de beleza que chamou a atenção das mulheres, o de *miss* Brasil. A questão mais evidente às mulheres tem a ver com a forma pela qual as jovens foram apresentadas, ou seja, as vestimentas. Causou escândalo o fato das jovens terem sido apresentadas de maiô, expondo seu corpo num ato visto como exagero imoral. Diante disso, Dalila de Castro Lacerda e

²⁷⁸ A opinião consta no **CURRICULUM VITAE DE DALILA DE CASTRO LACERDA**, documento com cinco páginas contendo as principais atividades realizadas pela fundadora da LSC e dados biográficos, fornecido pelo seu neto, Plínio Pessoa Filho.

²⁷⁹ Homenagem a Dalila de Castro Lacerda. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1968-1991). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

²⁸⁰ SEIXAS. Op cit. 2011, p. 85-86.

Nilza Martinalli redigiram uma carta, em nome da LSC, logo enviada à então primeira dama, a Sra. Eloah Quadros. Aqui o conteúdo do texto:

Sra. D. Eloah Quadros,
A Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, associação que representa a mulher cristã, solicita-lhe uma medida moralizadora sobre a maneira com que apresentam as jovens que concorrem nos concursos de beleza, quando se expõem da maneira mais deprimente e aviltante, em diminuição ao nosso valor, para um apreçamento não do belo mais sim do ridículo comprometendo a educação das novas gerações e influenciando no futuro de nossas filhas e netas.²⁸¹

O documento, por intermédio da primeira dama, chegou ao presidente Jânio Quadros. Para atender à solicitação da LSC e a outros pedidos, com a mesma intenção, que chegavam de organizações de mulheres católicas, o Presidente baixou um decreto proibindo o uso de maiôs nos desfiles de *miss*. À medida somaram-se a proibição de lança-perfume no carnaval, das corridas de cavalos em dias úteis e das rinhas de galo, práticas consideradas degenerativas porque desviavam as pessoas da fé católica, afastando-as do trabalho e do modelo tradicional de família.²⁸² As medidas também podem ser entendidas como a tentativa de aproximação de Jânio Quadros dos grupos ligados à Igreja Católica para obter deles o apoio no momento em que o presidente era acusado de manifestar apreço pelos Regimes comunistas, entre os quais, o de Cuba.²⁸³

O país passava na virada da década de 1950 para a de 1960, por transformações urbanas importantes. Cresciam e se expandiam os meios de comunicação em massa, estimulando o consumo e o modo de vida inspirado no modelo americano. Do mesmo modo, forças políticas de esquerda, de direita e conservadoras, disputavam espaços no cenário político brasileiro, criando uma configuração social na qual os comportamentos também se transformavam. Isso causava em alguns segmentos da sociedade, aqueles pautados na tradição católica, certo desconforto diante das mudanças.

²⁸¹ Liga das Senhoras Católicas. **Carta a Eloah Quadros**. Curitiba, 03 de agosto de 1961. Assinam a carta: Dalila de Castro Lacerda (presidente) e Nilza Martinalli (secretária).

²⁸² BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 39-47.

²⁸³ Jânio Quadros não apoiou a invasão de Cuba pelos Estados Unidos e enviou missões comerciais a países de regime comunista desagradando políticos ligados à UDN. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17fev1992.htm. Acesso em 15/01/2016.

Para além das questões conjunturais, a postura das mulheres da LSC tinha o propósito de defender a posição da mulher na sociedade. Uma posição que segundo os documentos da Instituição, era o de prezar pela idoneidade das mulheres na convivência social. Por isso, o modelo de mulher que as inspirava era o de Nossa Senhora, símbolo feminino do cuidado, do zelo pela família e dos valores cristãos, motivo de culto e de horarias pelas mulheres da Liga.²⁸⁴

O universo religioso, que iluminava a vida dessas mulheres, orientou a atitude delas em relação ao desfile de *miss*. Para as mulheres da LSC, os trajes usados pelas jovens nos desfiles, além de deixar exposto o corpo das moças, era considerado um ato de desagravo à mulher. Ao combaterem atos que poderiam rebaixar o valor da mulher, a atitude deixava transparecer sentimentos com inclinações mais conservadoras, na medida em que o comportamento ideal era aquele oriundo apenas da tradição católica. Tais comportamentos deveriam ser válidos e aceitos como norma para a sociedade em geral.

Merece destaque a influência que as mulheres da Liga exerceram na vida pública. A filantropia, a prática moral e religiosa, lhes garantiam reconhecimento social, autoridade e prestígio político. Elas não agiram como coadjuvantes na posição de cargos públicos ou nas atividades de carácter político. Por isso, as mulheres enviavam cartas às primeiras damas porque, mais do que mediadoras, enxergavam nelas lideranças políticas importantes capazes de impulsionar e deliberar decisões políticas.

5.1.1 As associações femininas e suas principais ideias

As mulheres das associações femininas compartilhavam entre si um conjunto de ideias, dentro de um universo político cultural mais amplo. Consolidavam-se vínculos dentro e fora das instituições através de práticas sociais de carácter filantropo e intelectual. As ideias materializavam-se por meio da criação de espaços de produção cultural ou através de atividades em prol de causas comuns, como as que aliviavam o sofrimento dos menos favorecidos. A Academia Feminina de Letras do Paraná, criada, em 1970, pela iniciativa da centrista, escritora e poeta, Pompília Lopes dos Santos, com o objetivo de incentivar e valorizar a

²⁸⁴ Estatuto da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba, 1953, p. 2-4.

produção intelectual das mulheres paranaenses, caracterizou o esforço em demarcar a entrada da mulher no mundo das letras.²⁸⁵

O envio de cartas, de boletins informativos para as mulheres, a organização de eventos beneficentes, de palestras e de exposição de arte, ou mesmo a participação em programas de radiodifusão, estavam entre os principais meios utilizados para disseminar as ideais das mulheres das associações femininas. Nesta configuração, papel relevante foi o da imprensa. Desde o século XIX, os jornais se destacaram como veículo importante de disseminação de concepções políticas e ideológicas. As mulheres utilizaram-no para pressionar a luta por direitos sociais e participar das discussões políticas e intelectuais num espaço antes exclusivamente masculino. No decorrer do século XX, elas atuaram cada vez mais na área da imprensa, incentivando o acesso aos direitos, como a educação.

As mulheres do CPFC e da LSC fizeram uso da tecnologia do jornal para ampliar a circulação das ideias daquelas associações e formar outras mulheres acerca das concepções que elas possuíam em relação a ser mãe, esposa e mulher. No trabalho de produção escrita para a imprensa, Selene Amaral Di Lenna Sperandio e Suzette Dubard tiveram papel de destaque como colunistas nos principais jornais de Curitiba, como a Gazeta do Povo, o Estado do Paraná e o tabloide católico, Voz do Paraná. Geralmente, elas se preocupavam em suas colunas com os temas do matrimônio, do lar, dos procedimentos na educação dos filhos, dos papéis de esposa e marido na família e fora dela.

As transformações urbanas provocadas pelo avanço da industrialização e, como consequência, a mudança na relação de trabalho, possibilitou o entendimento sobre a família como o reduto da segurança e da proteção num mundo em que os laços sociais se modificavam e se diluíam num ritmo acelerado. Na conjuntura, gradativamente, surgiu uma concepção de família como o lugar da proteção e do cuidado, também compartilhados pelas mulheres. Compreendiam a família como o lugar onde o indivíduo se humanizava. Nela se recebiam os primeiros sentimentos de pertencimento a um grupo social e se estabeleciam os laços afetivos. Se o

²⁸⁵ MILLARCH, Aramis. Os 90 anos de dona Pompília, a mestre. **Estado do Paraná**. Almanaque. Curitiba 05/08/1990. Disponível: <http://www.millarch.org/artigo/os-90-anos-de-dona-pompilia-mestre-de-varias-geracoes>. Acesso: 15/01/2016.

ambiente não propiciasse o bom desenvolvimento emocional, o resultado para a criança seria uma vida adulta desajustada.²⁸⁶

Dessa maneira, as mulheres endossaram a tradicional ideia da família como *célula mater* da sociedade. Era o núcleo principal de formação da sociedade, seguido da escola, responsável pelo atendimento das necessidades do progresso social do indivíduo, e da Igreja, que constituía a ligação com a esfera divina, criando no indivíduo o sentimento de devoção e de amor. Consagrou-se o modelo adequado de família, aquele do tipo nuclear formado pelo marido, a esposa e os filhos, na esteira do ideal burguês de relação familiar. Como inspiração, as associações defendiam, em seus documentos, a Família de Nazaré (Jesus, Maria e José), modelo a ser imitado por todos e exemplo indispensável para os católicos de família.²⁸⁷

Qual seria então o papel da mulher no modelo de família destacado? Primeiramente, ele remontou ao já mencionado ideal da mulher como protetora. Nele a função feminina se estabelecia pelo caráter materno. A perspectiva remonta à segunda metade do século XIX, período em que o conceito maternalismo enfatizou as definições de gênero, delimitando o papel da mulher ao seu papel reprodutivo. A maternidade era, nessa perspectiva, considerada a função primordial das mulheres que, do mesmo modo, viam-no como valor positivo. Por meio dela obteriam reconhecimento social e também procuravam ampliar direitos sociais.²⁸⁸

A perspectiva das mulheres das associações femininas não era diferente. A maternidade era concebida como parte da natureza feminina. Nela a mulher era, antes de tudo, reduto supremo do amor. A mãe não deveria medir esforços e nem sacrifícios para proporcionar o bem estar dos filhos e do marido, num ato de anulação de si mesma. Por isso, os textos expressavam a ideia de mãe como aquela capaz de:

[...] deixar de pensar em si mesma para pensar no filho, corrigir seus próprios defeitos para ser modelo para ele, purificar cada vez mais seus

²⁸⁶ CASTELLANO, Leonor. Professora honorária. **Revista do CPFC**, ano 01, nº 1, (XI VOLUME), Curitiba, Paraná, 1967, p. 28.

²⁸⁷ DUBARD, Suzette. O olhar da virgem. **Revista do CPFC**, ano 5, nº 6. Curitiba, 1971, p. 13.

²⁸⁸ MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp. 199-234.

pensamentos para conservar incólume a inocência do filho, elevar o espírito para guiá-lo no caminho do bem e preservá-lo do caminho do mal.²⁸⁹

À visão maternal feminina, outra responsabilidade incluiu-se como parte da função da mulher, a de educadora dos filhos, com dedicada atenção nos ensinamentos e nos exemplos que eles deveriam seguir para se tornarem cidadãos. Ensinavam-se tais regras às meninas no interior de suas famílias, logo reforçadas pela orientação em relação ao casamento. O matrimônio era o primeiro caminho no sentido de realização feminina no amor e para a mulher tornar-se mãe. Nele se concretizavam os ideais femininos da dedicação e do desprendimento pessoal em nome do bem de outros.²⁹⁰

A concepção de família, no fundo, desempenhou um duplo papel. Primeiro, engendrou na sociedade a visão da mulher como benevolente, os filhos como submissos e obedientes, e, no outro plano, reforçou e criou a figura do homem como autoridade nos assuntos da família e fora dela. Cabia ao homem ser o chefe, o provedor e a quem todos da casa deveriam se reportar. A imagem masculina era garantia da ordem na família e também uma referência moral dentro e fora do universo do lar.

As mulheres das associações femininas não eram indiferentes a esse ponto de vista. Nos seus escritos apresentavam a imagem masculina, do mesmo modo como faziam em relação à feminina, com destaque. A eles cabia, além de conduzir os assuntos de família, ficar à frente dos assuntos públicos. Exemplares pais de família, conseqüentemente, boas lideranças políticas.²⁹¹ Se a mulher era a garantia, nessa visão, de zelo e cuidado, o homem, o esposo, era a sua sustentação:

Pai! Coluna do lar! Nele encontra a esposa firme qual muralha ou dique a impedir que os embates da vida sejam por demais árduos, e, ele, na ternura da esposa, encontra o bálsamo suavizante quando está próximo a perder a serenidade e o valor. Sustentáculo econômico da família que mantém erguido o bem-estar da família. Dono e se senhor dos corações dos filhos que se prendem nos seus braços como débeis gavinhas que se agarram à

²⁸⁹ DUBARD, Suzette. Ser mãe. **Voz do Paraná**, nº 572. Curitiba, domingo, 12 de maio de 1968.

²⁹⁰ Mme. Felicidade. Em defesa do casamento. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1968-1991). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

²⁹¹ Saudação à Curitiba e homenagem a Ivo Arzúa Pereira. Palestra proferida em 16 de março de 1966. General Mário Gomes. Solenidade: Homenagem ao General Mário Gomes e inauguração de uma placa na sede do CPFC. Data: 20 de outubro de 1966. Textos transcritos no livro: GUITIERREZ, Olga de Macedo. **Pequenos momentos da história do Centro Paranaense Feminino de Cultura em discursos**. Curitiba: CPFC, 2003, p.20-21, 34-35.

árvore que lhes ajuda a dar o viver. Autoridade máxima que possui também responsabilidade dos valores morais da família.²⁹²

Como se pode ver, a valorização da mulher, o reconhecimento e a afirmação de seu atributo moral como intrínseca à natureza feminina juntamente com a promoção do aprimoramento intelectual e cultural das mulheres, por parte das associações femininas, permitiram a participação das mulheres na esfera pública, mas também deu ênfase aos papéis tradicionais de mãe, de esposa e de guardiã do lar, cabendo ao homem a autoridade suprema dentro da família.²⁹³ Sob esse ponto de vista, o estabelecimento de tais práticas revelaram a presença de uma visão conservadora sobre a mulher na sociedade, pois embora elas atuassem nas atividades de filantropia e de caráter intelectual (atuações fora do lar), o seu papel no espaço doméstico e a maneira como deveriam se portar fora dele, ainda permaneciam como norma e regra para as mulheres.

Dentro desta perspectiva pode-se também fazer uma análise sobre o que essas mulheres pensavam sobre cultura. O seu entendimento parece repousar numa ideia de cultura como civilização e civilidade. Sendo assim, a cultura possuía um caráter teleológico, uma vez que o seu fim seria o aperfeiçoamento do homem, decorrendo um conjunto de práticas sociais no intuito de desenvolver e de aprimorar, numa linha progressiva, o ser humano. Tal desenvolvimento poderia ser intelectual, adquirido pela criação de cursos diversos, oferecido às mulheres, na área da educação, donde o incentivo e o apreço pelas belas artes e a entrada das mulheres no mundo das letras.²⁹⁴ Além disso, carregava uma preocupação com as classes mais pobres ao enfatizar o papel das associações femininas no processo de aperfeiçoamento dos pobres e de preparação das mulheres menos favorecidas para a maternidade e para aprender a cuidar melhor dos filhos.²⁹⁵

Estas breves anotações podem ajudar a compreender a importância do civismo nas práticas sociais das mulheres das associações femininas. Existe, sem dúvida, uma correlação entre as concepções de família, de cultura, sobre o papel da

²⁹² Coluna do lar. **Revista do CPFC**, ano 10, nº 10, (XXXV VOLUME EDITADO), Curitiba, Paraná. 1976, p. 22.

²⁹³ SEIXAS. Op cit. 2011, p. 65-66.

²⁹⁴ **PANORAMA CULTURAL** – CPFC – Comemoração do seu Jubileu de Ouro 1933-1983. Curitiba, Paraná, 1983, p.7-12.

²⁹⁵ **CPFC** – BOLETIM do Posto de Puericultura Darcy Vargas – mantido pelo CPFC, ano I – Direção: Leonor Castellano e América da Costa Saboia – nº 1. Curitiba, janeiro de 1968.

mulher na sociedade e as atividades cívicas por elas realizadas. Caracterizaram outra maneira de atuação na esfera pública, sobretudo a partir da década de 1960, momento de expansão das associações cívicas femininas por várias cidades brasileiras. Antes de prosseguir será necessário mencionar aspectos do civismo relevantes para entender o momento de seu surgimento e sua importância no contexto de constituição da Nação.

Nos dicionários da Língua Portuguesa, civismo significa fidelidade ao interesse público, patriotismo. A palavra também designa atitude de amor do cidadão à Pátria. Demanda ainda noção de bem comum para a comunidade dos cidadãos, implicando em respeito às instituições e aos valores, em especial os pátrios, assumidos como deveres fundamentais. Evoca ato de obediência às leis e regras para o convívio social, procurando adaptar o indivíduo à sociedade com o objetivo de preservar a harmonia nacional. Nessa configuração, o cidadão, é convocado a ser o agente ativo na defesa da Pátria. O ato de sacrificar-se ou morrer pela pátria, ao mesmo tempo em que simbolizava um ato de extrema grandeza moral, também manifestava uma situação de aversão e de medo aos grupos considerados estranhos aos da Nação.

A palavra civismo tem sua origem na língua latina, falada pelos antigos romanos. *Civitas* designava condição ou direito de cidadão. Derivação de *civis*, para definir o homem que vivia na cidade. Na concepção romana, *civis* não era representado apenas pela condição vinculada à residência a um dos territórios do Império. Designava filiação e pertencimento à comunidade política romana e quem a possuía poderia gozar de direitos e de uma série de privilégios. Permitia o acesso aos cargos públicos e possibilitava a participação nas assembleias da cidade. A condição de cidadão se efetivava via ação política, mas, em certos casos, indivíduos abastados ou mercadores não romanos conquistavam, ou mesmo compravam, a cidadania romana.²⁹⁶

Nos séculos XVIII e XIX, outra visão de civismo entra em cena no contexto da Europa. Aconteceu durante o processo de laicização da sociedade, período em que ocorreu a autonomia política do Estado em relação ao plano religioso. Pretendia fazer frente à autoridade da Igreja, até então princípio de ordenamento da sociedade

²⁹⁶ Por isso, o apóstolo Paulo, de origem judaica, ao ser preso em uma de suas viagens para difundir o cristianismo, reclamou seus direitos de cidadão romano e solicitou ser julgado como um deles. **Bíblia Sagrada**. Edição Pastoral. Atos dos Apóstolos, 16, 35-38.

européia. É o momento em que o Estado-Nação passa a reivindicar o papel de universalizador e homogeneizador das consciências na sociedade. Nesse sentido, para que a Nação pudesse se realizar, era preciso deslocar os valores e os símbolos do mundo sacralizado da religião para a esfera da sociedade, de modo que esta pudesse alcançar a paz e a segurança dos cidadãos.²⁹⁷

A nova “religião civil”, premissa necessária para a assunção efetiva da sociabilidade, como práxis virtuosa, pretendia promover a honra, ou seja, a realização do bem comum na sociedade. Segundo tal propósito, criar um sentimento ou paixão pelo Estado no intuito de fazer os indivíduos cumprirem os seus deveres de cidadão, pagar tributo e respeitar as instituições, era necessário para não ameaçar o interesse coletivo. Para tanto, alimentar o sentimento patriótico, consensual e indenitário, fazia com que o cidadão internalizasse um sentimento de pertencimento à Nação, sem questionar a autoridade do Estado.²⁹⁸

Dentre os meios utilizados para efetivar tal ideal, a educação e os rituais cívicos foram relevantes para a compreensão das leis e das regras estabelecidas pelo Estado. Os rituais, entre eles os desfiles cívicos com a presença da população, o hasteamento da bandeira nacional ou cantar o hino nacional, reforçavam e renovavam os vínculos sociais entre os cidadãos. A reelaboração da tradição e da história da Nação, a recorrência aos mitos e às narrativas transcendentais da fundação, como as que glorificavam o papel dos heróis e dos grandes líderes, eram práticas para reforçar o consenso nacional.

No Brasil, essas práticas remontam o século XIX. Durante o período o foco era a identidade nacional, quando se fortaleceu o civismo com o objetivo de formar cidadãos para a Nação. Os indivíduos que emergiriam desse processo seriam aqueles cientes dos seus direitos, capazes de cumprir com os seus deveres para com o Estado, como pagar tributos e respeitar as instituições. O cidadão, segundo tal lógica, seria um indivíduo propenso a obediências das normas e um respeitador dos símbolos da Nação.²⁹⁹ O civismo, a partir dessa reflexão, passa a ser

²⁹⁷ CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césares: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Edições Almedina, 2006, p. 108-119.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 120-135.

²⁹⁹ CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 159-161.

compreendido como um conjunto de atividades relacionadas aos símbolos e rituais da Nação em acordo com os valores ditados pelo poder constituído.

No decorrer do século XX, há um esforço para se criar um espírito cívico no país. Durante o período, promovem-se atividades cívicas com o intuito de reforçar a memória capaz de unificar o país a partir de uma história comum, a exemplo da que instituiu a Nação a partir da harmonia e união das três raças (branco, índio, negros). Tal memória, fruto da construção de um passado nacional comum, seria propulsora da coesão nacional. O culto à bandeira destacou-se como um dos temas prediletos das “ligas nacionais” em razão de seu caráter unificador dos sentimentos patrióticos, agregando todos os cidadãos na Nação. As solenidades à bandeira e ao hino nacional assemelhavam-se ao ritual religioso e produziam nas pessoas envolvidas atitudes sacralizadas de respeito à Pátria e de obediência solene.

Na década de 1960, conjuntura de crise política e contexto de Guerra Fria, o civismo foi reforçado por alguns segmentos sociais como proposta de defesa nacional da influência de ideologias externas que, como o comunismo, poderiam se chocar com os privilégios dos grupos com poder de decisão política e econômica na sociedade. As associações cívicas, em especial as femininas, nesta dinâmica, foram movimentos que também atuaram no cenário social da época em contrapartida ao avanço das reformas que aquelas associações julgavam autoritárias por parte do governo.

O traço marcante destas atitudes foi, sem dúvida, a articulação das associações femininas e a abrangência de suas atividades cívicas, mas, sobretudo a retórica dos valores morais, aqueles já mencionados, como catalisador de prática política tanto para a organização das associações quanto para as mobilizações nas ruas. O imaginário da “ameaça”, da “desordem social” também revelou o medo de um segmento que temia perder seus privilégios e o prestígio social.

A UCF-PR não pode ser compreendida historicamente distante desta dinâmica e deste jogo de tensões sociais do Brasil da década de 1960. A Associação foi o ponto de intersecção das práticas sociais das mulheres, cuja liderança coube à Rosy Pinheiro Lima e Dalila de Castro Lacerda.³⁰⁰ O grupo surgiu

³⁰⁰ Além do CPFC e da Liga, atuaram também na cena política diferentes instituições femininas como a Federação das Congregações Marianas de Curitiba, a Comissão Brasileira Arte Amizade Mundial e a Arregimentação Cívico-Eleitoral Feminina, entidade criada para conquistar votos das eleitoras paranaenses.

a partir do plano de expansão da Associação de São Paulo, que se deu pelo propósito de formar mulheres com cursos de preparação política de lideranças femininas.

5.2 A UNIÃO CÍVICA FEMININA PARANAENSE (UCF-PR) E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.

Em novembro de 1963, uma reunião de mulheres decidiu pela criação da Associação cívica feminina do Paraná, inspirada na União Cívica Feminina, de São Paulo.³⁰¹ No capítulo I, do Estatuto da recém-criada organização, estavam presentes os princípios iluminadores de suas práticas sociais. Preconizava, em seu Artigo Primeiro, o seguinte:

A União Cívica Feminina Paranaense, abreviadamente UCF-Paranaense, é uma sociedade civil de fins não econômicos e sem objetivos de lucro, com sede e foro na cidade de Curitiba, com prazo de duração indeterminado, que regerá por estes estatutos e pela legislação vigente.

§ Único – a UCF Paranaense constitui-se com essa denominação, por autorização especial e condicional da União Cívica Feminina, sediada em São Paulo, mas com plena autonomia de ação sobre o território geográfico de suas atividades, isto é, sobre todos os municípios paranaenses.³⁰²

Pelo Artigo, observa-se que a prescrição geográfica respeitou a atuação e a autonomia da Associação no Paraná. Isso não significou, porém, uma delimitação das fronteiras ideológicas. As atividades da UCF-PR estavam em consonância, reservadas as diferenças, ao que as associações cívicas femininas realizavam em São Paulo e em outras importantes cidades, como Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Sobre a capacidade de articulação, cabe aqui um parêntese. Entre os dias 26 a 28 de abril de 1963, Curitiba sediou a 14ª Conferência Nacional da UDN. No evento, definiram-se as deliberações do Partido em relação à agenda reformista de João Goulart, entre elas, os udenistas decidiram fazer frente ao projeto de reforma agrária, pois, segundo eles, isso feria os princípios da constitucionalidade.³⁰³ Além

³⁰¹ Quanto à data de fundação da UCF-PR, alguns registros mostram o dia 14/11/1963, outros o 19/11/1963 e, ainda, outros para o início do ano de 1964. A data de registro oficial é a do Estatuto, cuja referência é apenas o ano de 1963. Aqui tomamos como data o mês de novembro por coincidir com a maior parte dos registros. Mas, as reuniões preparatórias de mulheres iniciaram meses antes.

³⁰² **Estatuto da União cívica Feminina Paranaense.** Curitiba, 1963, p. 3.

³⁰³ Lacerda criticou o governo e UDN aprovou declarações de princípios. **Correio da Manhã**, terça-feira, 30 de abril de 1963.

de estabelecerem duras críticas ao governo federal e à condução de sua política, a conferência serviu para afirmar a aliança dos udenistas com os militares.

Na ocasião, estiveram também presentes as esposas dos políticos udenistas. O grupo de mulheres foi recepcionado pelas mulheres do CPFC em um evento paralelo, na sede da Instituição. Sobre o fato, relatou Olga de Macedo Gutierrez:

[...] Assim, também nossa cidade vive esse alvoroço, essa alegria, na satisfação imensa de hospedar brasileiros vindos de diversas partes do nosso Brasil, irmãos que vem de longe [...] para defender um ideal, o ideal de um futuro melhor e mais feliz. Senhoras, nós formamos convosco, comungando com os mesmos ideais, o mesmo anseio – a felicidade do povo brasileiro – e uníssonos, em um só pensamento, unindo nossas almas em mesma prece, pedimos a Deus, neste instante, que ilumine e guie as decisões dos convencionais aqui reunidos, para que essa Convenção possa alcançar bons frutos.³⁰⁴

Não seria equivocado dizer que o evento pode ter mobilizado discussões que conduziram à criação da UCF-PR. Coincide com a expansão de associações cívicas femininas nos principais centros urbanos do Brasil. Mas o processo não pode ser entendido como único fator, uma vez que as mulheres, no caso de Curitiba, estabeleciam conexões com outros grupos de mulheres. Algumas delas haviam frequentado outros centros universitários, como os do Rio de Janeiro, o que pode ter viabilizado contatos anteriores com as ideias dos movimentos femininos.

Um fato importante a ser mencionado é que as mulheres que acompanhavam seus esposos nas convenções dos partidos estavam cientes dos problemas do país. Elas também proporcionavam debates políticos e se solidarizavam nas práticas condizentes com seus valores. Eram espaços propícios para o compartilhamento das ideias e para discutir a conjuntura conturbada por que passava o Brasil. O que explica a preocupação política com o futuro do Brasil que, no fundo, era o receio da desordem social e de que a crise afetasse interesses sociais e econômicos.

Em Curitiba, a partir da primeira metade da década de 1960, a UCF-PR foi o ponto de intersecção entre as mulheres de diferentes instituições femininas. Exerceu liderança entre as associações femininas, conseguindo centralizar as atividades destas associações no mesmo propósito, que era o de enfrentar o governo de João

³⁰⁴ GUTIERREZ, Olga de Macedo. **Figuras e fatos** – Homenagem às senhoras dos convencionais da UDN por ocasião da Convenção realizada em Curitiba. Volume VII. Curitiba, 1964, p. 91-92.

Goulart. Ao se observar a lista das participantes, percebe-se, pela análise dos sobrenomes, que uma parcela significativa das mulheres era da elite e das famílias tradicionais, descendentes de imigrantes. Famílias inseridas no meio político, econômico e intelectual da sociedade curitibana como as famílias Gomm, Sperandio, Westphalen, Rattmann, Caron, Muller, Savoia e Pedrosa.³⁰⁵

Num primeiro momento, pretendeu-se mobilizar a população para os atos públicos que culminariam no Golpe e, durante a instauração do governo militar, objetivava-se proporcionar eventos, conferências, cursos, em diversos níveis sociais, de atualização política para que a sociedade, a partir da formação e da inserção das mulheres em atividades do cotidiano, pudesse compreender a chamada Revolução de 1964.

Desde que fora criada, a UCF-PR seguiu uma forma de organização interna muito bem articulada. Nela o nível de participação das sócias definia-se segundo uma categoria variada, de acordo com as atividades realizadas dentro e fora da organização. Havia as sócias fundadoras, mulheres cuja assinatura constava na ata de fundação; as sócias efetivas, mulheres qualificadas para compor o conselho diretor. O seu voto, em relação às decisões importantes, tinha maior peso. No quadro também havia as sócias cooperadoras. Era composto por mulheres que desejavam contribuir com serviços, segundo a sua formação ou habilidade, ou com recursos financeiros. Por fim, havia os sócios honorários e beneméritos.

O Estatuto da UCF-PR considerava sócios honorários ou beneméritos todas as pessoas físicas que eram admitidas por relevantes serviços prestados à Sociedade ou aos seus objetivos. De acordo com o item, fica evidente que a instituição não era fechada em si, uma vez que permitia o vínculo com outras pessoas que possivelmente poderiam contribuir politicamente, economicamente e ideologicamente com os interesses da Instituição. Geralmente essas pessoas faziam parte do quadro de honra da União Cívica.

Na leitura do Estatuto da UCF-PR, nota-se a ênfase em diferentes áreas de atuação como a cultura, o civismo e a educação num quadro amplo da vida social. Observa-se essa visão no Artigo do Estatuto, que estabelece a missão da Instituição. De acordo com o documento, eram os objetivos da associação:

³⁰⁵ Exaltação à Dalila de Castro Lacerda. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1968-1991). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

- a) Promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica;
- b) Desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social;
- c) Obter, por meio de pesquisa objetiva e da livre discussão, conclusões e fazer recomendações que contribuam para o progresso econômico, para o bem-estar social e para o fortalecimento do regime democrático no Brasil;
- d) Pugnar pela igualdade de oportunidades para todos os setores sociais, dentro das normas da civilização cristã.³⁰⁶

A primeira instância a ser analisada é a da educação. Em torno dela almejava-se um modelo de cidadão inteiramente capaz de responder às exigências da vida em sociedade, ou seja, um bom cumpridor das normas e das leis. Visava-se a formação de adultos socialmente saudáveis. Deveria se manifestar no momento em que o indivíduo iniciasse a sua vida escolar e, do mesmo modo, se fazer presente na sua juventude, em particular quando entrasse no mundo do trabalho.³⁰⁷

A preparação para o trabalho tinha outros propósitos. Um deles era formar bons pais, homens provedores da família e zelosos no cuidado para com os filhos. O outro era o de afastar os jovens dos tóxicos e do uso de entorpecentes.³⁰⁸ Como pano de fundo, a educação para o trabalho visava indivíduos comprometidos com os laços familiares e cômicos dos deveres de cidadão.

As atividades da UCF-PR não se restringiram somente à educação para o trabalho. Elas demonstraram preocupação com os indivíduos egressos das penitenciárias.³⁰⁹ A compreensão de algumas das mulheres era a de que a recuperação destes indivíduos facilitava sua inserção na sociedade da qual haviam sido afastados. Não se pode negar, no fato, a ideia de regeneração. Uma concepção muito próxima da visão “salvacionista” ou escatológica do ser humano. Missão atribuída àqueles capazes, sob o manto da fé, de responder pelo cuidado dos indivíduos na sociedade.

Vários foram os mecanismos usados para que estas atitudes pudessem encontrar terreno fértil. Uma delas refere-se ao incentivo e à promoção do civismo através dos símbolos pátrios, tão importante quanto aproximar os jovens destes símbolos através de atividades realizadas nas instituições públicas de ensino. Por

³⁰⁶ **Estatuto da União cívica Feminina Paranaense**. Curitiba, 1963, p. 3.

³⁰⁷ UCF-PR. **Relatório de atividades**. Curitiba. UCF, 1972. 3p.

³⁰⁸ *Ibid.*

³⁰⁹ Recuperação. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

que na escola? A escola, além de ser importante instrumento de agregação social, era vista como um reduto de defesa nacional pelo seu caráter formador, sobretudo do patriotismo. Neste sentido, apoiar e promover atividades, entre os alunos, sobre a temática da Pátria, era a maneira segura de aproximá-los, cada vez mais, da vida militar. Era uma forma de criar um vínculo entre o Exército, o povo e a Nação.

Fora essa a proposta do concurso de redação sobre o dia do soldado realizado nas escolas, promovido pelos militares da 5ª RM/DI, em parceria com a UCF-PR.³¹⁰ Objetivava incentivar a juventude a respeitar e consagrar as datas cívicas nacionais.³¹¹ O evento contou com o apoio das secretarias de educação e mobilizou os alunos para a produção de textos que expressassem a importância do Exército para o país. A estratégia pode ser entendida como uma maneira de distanciar os alunos dos problemas políticos do país por meio de conteúdos que valorizavam os símbolos nacionais e a idealização da Nação por meio do patriotismo. As datas cívicas, quando promovidas entre os mais jovens, articulavam vínculos sociais e reforçavam na memória o elo com o passado nacional.

Na esteira da promoção do espírito cívico, corroborava a distribuição, também nas escolas públicas, de símbolos nacionais e de livros com o conteúdo voltados para o mesmo tema. Entre estes, a bandeira nacional e cópias do hino nacional eram recorrentes por serem consagrados como as representações da identidade nacional.³¹² Todo o processo era acompanhado de palestras instrutivas que as mulheres davam nas escolas. Orientavam sobre os comportamentos que os alunos deveriam adquirir ao participar dos rituais à bandeira ou ao hino nacional. Uma formalidade que exigia do aluno reverência, postura corporal e disciplina.

Não foi casual que o Governo do Paraná convidou a UCF-PR para compor a Comissão organizadora dos eventos comemorativos do sesquicentenário da independência.³¹³ No aniversário da independência, período de intenso ufanismo no Brasil, a Associação organizou vigílias em solenidade aos restos mortais de D.

³¹⁰ Como abordado no segundo capítulo, a 5ª RM/DI foi o braço do Exército brasileiro, no Paraná, a garantir o sucesso do levante dos militares contra João Goulart, na região Sul. Serviu como barreira às resistências que poderiam surgir a partir do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

³¹¹ **1º Concurso de redação sobre o dia do Soldado.** Curitiba. UCF, 1966.

³¹² UCF-PR. **Relatório de Atividades.** Curitiba. UCF, 1972. 3p.

³¹³ Ibid.

Pedro I, em passagem por Curitiba, em 1972.³¹⁴ O evento, no período de repressão e de censura promovidos pela Ditadura Militar, foi marcado pelo clima de comoção. D. Pedro I, aclamado o herói da independência, emergiu para estes grupos numa configuração simbólica de valorização do sentimento cívico.³¹⁵

Outro valor aparece nas práticas da UCF-PR: a filantropia e o gerenciamento econômico. Embora não fosse o objetivo primordial da Associação, a União Cívica realizou, em parceria com instituições sociais, uma série de atividades assistenciais, especialmente com mães e crianças pobres dos bairros periféricos de Curitiba.³¹⁶ Para evitar que os moradores da Vila Nossa Senhora da Luz fossem despejados de suas residências, a União Cívica organizou, junto aos órgãos públicos, uma espécie de “Banco do Mutirão” para viabilizar o acesso das famílias ao crédito financeiro.³¹⁷ Também nesta região, forneceu cursos de profissionalização de mulheres e criou cooperativas de costureiras, com máquinas vendidas a um preço mais em conta para as famílias pobres.³¹⁸

Nesse interim, a União Cívica teve papel preponderante na organização e na condução das manifestações públicas contra o Executivo federal. Arregimentou lideranças políticas, econômicas e religiosas tais como os empresários da ACOPA, os religiosos da ala tradicional da Igreja Católica e os líderes políticos ligados à UDN e ao PDC para formar, juntamente com os militares, uma força de oposição a João Goulart.

Essa interação ocorreu com maior força, a partir de 1963, quando em torno da UCF-PR, reuniram-se as associações civis sob a liderança de Rosy Pinheiro Lime e Dalila de Castro Lacerda, conforme o quadro abaixo:

³¹⁴ Homenagens. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1968-1991). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

³¹⁵ Uma das providências do governo federal foi organizar, em 1971, uma comissão nacional para programar e coordenar as festividades do 150º aniversário da independência. Em, 1972, foi criada a Comissão Executiva Central (CEC) para dirigir e coordenar as atividades cívicas do aniversário de independência. Em cada estado da federal, uma comissão ficou responsável pelos eventos locais.

³¹⁶ A União Cívica colabora com o CPFC. **Diário do Paraná**, Curitiba, 06 de maio de 1966.

³¹⁷ A Vila Nossa Senhora da Luz fora a primeira experiência de COHAB, no país. Inaugurada em 13 de novembro de 1966, em pleno regime militar. A Vila, como é chamada, traz marcas da expansão urbana de Curitiba e de determinadas concepções de cidade e do acesso a ela. Foi um projeto que visou à construção de moradias populares planejadas para esconder a população empobrecida.

³¹⁸ UCF paranaense. O que é o que faz? 12º aniversário da entidade. **Diário do Paraná**. Curitiba, 14 de novembro de 1975.

Associações	Lideranças
União Cívica Feminina.	Rosy Pinheiro Lima
União Cívica Estudantil.	Paulo Duboc
Federação das Indústrias do Paraná.	Jocy Bastos
Associação Comercial do Paraná.	Ruy Itiberê da Cunha
Liga da Ação Democrática.	Bento Munhoz da Rocha Neto
Mobilização Agrária do Paraná.	Bronislau Ostoja Rogunski
Coordenador geral do grupo Ação Democrática.	Ivo Arzúa Pereira.
Clube do Comércio.	Carlos Alberto Pereira de Oliveira
Aliança de Defesa Nacional	Romário Teramoto
Associação dos Criadores de Bovinos do Paraná.	Gen. Nelson Cruz
Círculo Operário Mercês.	José Vieira da Silva
União Cívica Trabalhista.	Salomão Pamplona
Liga de Integração Democrática.	Gen. Erídio Stroppa
Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba.	Pedro Orlando Gorne
Centro Paranaense Feminino de Cultura.	Leonor Castellano
Liga das Senhoras Católicas.	Dalila Lacerda
Comissão Brasileira Arte Amizade Mundial.	Luiza Bueno Gomm
Federação das Congregações Marianas de Curitiba.	Ruy Leite de Carvalho
Confederação Geral Democrática.	Fidelis Reginato

Quadro 04. Entidades e lideranças.³¹⁹

Tais associações intensificaram as atividades em 1964, ponto auge da ofensiva anti-Goulart. Para estes segmentos, a preservação da democracia e a manutenção da ordem social seriam possíveis por meio da intervenção militar. Somente dessa maneira, os valores que acreditavam serem fundamentais para a sociedade poderiam ser preservados e as tensões entre os grupos sociais da época poderiam ser controladas.

5.2.1 Mulheres nas ruas: a Marcha a Favor do Ensino Livre em Curitiba

O evento, de grande impacto na cidade, foi a Marcha a Favor do Livro Único, organizado pela UCF-PR com apoio da ACOPA. O setor empresarial patrocinou e demonstrou interesse na “Marcha” porque enxergava na proposta do governo federal uma ameaça ao mercado gráfico e editorial.

Nos anos de 1960, a ACOPA tinha na diretoria o empresário Oscar Schrape Sobrinho. O diretor era proprietário das *Impressões Paranaenses* e presidia o *Sindicato das Indústrias Gráficas*. Em 1961, uma das preocupações correntes da diretoria executiva da Associação era a posse do presidente João Goulart. Isso porque havia entre os empresários um receio em relação às teorias marxistas sobre a produção. Para os empresários, esse tipo de pensamento colocava o Estado como

³¹⁹ C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

árbitro dos negócios econômicos, o que dificultava a livre iniciativa, a livre concorrência e a liberdade de pensamento. Neste intuito, a Instituição incorporou no seu discurso o anticomunismo e direcionou recursos para promover as atividades educativas e de propagandas com conteúdo notadamente anticomunista.

Aqui o traço que ligou a ACOPA ao IPES. Cogitou-se a possibilidade de se criar uma sede do Instituto no Paraná para cuidar da formação dos empresários e abordar temáticas não somente sobre a dimensão econômica, mas também sobre questões políticas que naquele momento eram consideradas pelo setor como impasse para o desenvolvimento do país.³²⁰ Juntamente com a UCF-PR, a associação organizou a “Marcha a Favor do Ensino Livre”, a versão em Curitiba da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. A partir da orientação liberal, o discurso da ACOPA baseava-se na livre iniciativa com a defesa das liberdades individuais, entre elas a liberdade religiosa e a de expressão, mas, como pano de fundo, estava em jogo o livre mercado.

Na tarde do dia 24 de março de 1964, a multidão concentrou-se no centro da Capital e dirigiu-se até o palácio do governo para protestar contra o “livro comunista” nas escolas. Provavelmente era uma tarde fria e nublada, típica dos dias de outono, em Curitiba. Aproximadamente 30 mil pessoas reuniram-se munidas de cartazes, faixas com dizeres do tipo “Só queremos um livro – a Constituição do Brasil”.³²¹ Com o terço e guarda-chuva nas mãos, mulheres, homens e jovens percorreram as ruas do centro da capital gritando palavras de ordem a favor da democracia, da família e contra João Goulart.

Diferentemente do que ocorrera em São Paulo, a “Marcha” em Curitiba tinha como mote a oposição ao projeto do MEC de criar um livro único nas escolas públicas e privadas (particulares). Sobre a manifestação, a imprensa expressou o seguinte:

Não foram, apenas, 30 mil pessoas participaram da grande manifestação coletiva, defronte ao Palácio Iguazu, contra a estatização do ensino e de livros didáticos passíveis de críticas democráticas. [...] Entendemos, realmente, que toda a imagem população da Capital esteve, indiretamente, tomando parte nesse acontecimento. Não fossem impedimentos pessoais de milhares de conterrâneos, certamente, o número seria, acentuadamente,

³²⁰ OLIVEIRA, Marcus Roberto de. **A ofensiva conservadora na crise do populismo brasileiro: uma análise da coalizão anti-Goulart em Curitiba-PR (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado. 78f. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Maio de 2004, p. 33.

³²¹ **Panorama**, ano XIV, nº 143. Curitiba, abril de 1964.

elevado, porque a índole da gente desta cidade se inclinou, batendo palmas, à iniciativa oportuna e meritória. Os curitibanos não se expressaram, tão somente, contra a encampação dos colégios particulares e contra o livro único. Rebelaram-se, notadamente, contra o sentido dessas medidas, que representam forma de garrotear a liberdade, num de seus pontos mais sensíveis: a formação cultural da mocidade. Com uma só escola, encampada que fossem os estabelecimentos, não teríamos direito de opção, de escola, mas aprenderiam as gerações jovens, somente, o que fosse do interesse dos senhores do Estado. Seria a precipitação pelos caminhos diversos de nossa índole e a desassistência integral aos nossos pendoros cristãos, pelo que, visivelmente, chegaria num futuro bem próximo.³²²

Observa-se, na matéria, a ênfase nos principais elementos da pauta da UCF-PR e das instituições cívicas envolvidas nas manifestações públicas. Havia, entre os movimentos, o receio da estatização. O avanço da agenda reformista do governo, assumido posteriormente pelas esquerdas como projeto político, causou certa insegurança em alguns segmentos da sociedade, uma vez que vislumbraram em tais propostas mecanismos de controle por parte do Estado.

Significava, pois, a interferência do Estado na esfera social e econômica. O processo seria, para os segmentos mais conservadores, impasse para a livre concorrência no mercado. O medo da estatização decorria também do fato do Estado poder interferir na vida dos indivíduos, comprometer a organização familiar e o orientar a sociedade para a laicidade total.

Outro elemento que estava em pauta era a liberdade. Essa era uma ideia atrelada à leitura do liberalismo clássico feita por esses movimentos. Defendiam-se, no caso, as liberdades individual e religiosa. Num país em que a história fora profundamente marcada pela tradição religiosa arraigada no catolicismo, era inconcebível por parte das associações civis femininas a ideia de não poder expressar um credo, uma vez que se acreditava que o comunista, como foi dito, não professava nenhuma crença e não respeitava os valores do catolicismo referentes à família e a ordem.

Indícios disso encontraram-se nas expressões usadas por estes movimentos como “tradição”, “valores cristãos”, “civilização cristã”, entre outros. Expressar que tais valores sofreriam uma forte ameaça, chamava a atenção da maior parte da população, que os defendiam como instâncias que não poderiam ser mudadas. O

³²² A passeata. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de março de 1964.

discurso serviu como pano de fundo de questões políticas bem definidas, colocando numa linha tênue os limites do político e do religioso.

Outro receio das elites era a encampação das escolas privadas. Acreditavam que o governo federal iria se apossar das instituições privadas de ensino, fazendo delas um ponto de ensino e ideologização comunista.³²³ O fato desagradou não somente os pais de alunos que, na ocasião organizaram-se nas associações de pais e mestres, como o chefe da Igreja na Capital, o arcebispo Dom Manuel da Silveira D'Elboux. O arcebispo não tardou em incentivar as instituições da Igreja a engrossarem o coro dos descontes que, juntamente com as mulheres da UCF-PR, saíram às ruas da cidade. Também para o mercado gráfico, a proposta do governo causaria problemas, o segmento econômico mais interessado em que o projeto do MEC sobre o livro didático não fosse aprovado pela população.

A Revista Panorama, de propriedade do empresário Oscar Schrape Sobrinho, diretor executivo da ACOPA, publicou uma matéria sobre a “encampação”, abordando aspectos que considerava nocivos para a juventude. Segundo a reportagem:

Encampadas as escolas virá a doutrinação. Virão os livros únicos, os professores autômatos, a juventude teleguiada – feita manada, massa amorfa. Disto está convencida a opinião pública que repele e repudia os propósitos e as manobras comunizantes do ensino em nossas escolas. É lamentável que o Ministério da Educação, de quem depende a formação da nossa juventude, aprove e favoreça tais propósitos, inclusive divulgando e mandando adotar como livro único de História um compêndio em que a figura imortal de Caxias aparece como “defensor de oligarquias e latifúndio”.³²⁴

Cabe salientar que em Curitiba, uma boa parcela das escolas privadas pertencia às instituições religiosas ligadas à Igreja Católica, uma rede de ensino responsável pela formação dos jovens filhos da classe média e das elites curitibana. Há indícios de que as manifestações públicas contrárias a João Goulart eram encabeçadas pelas associações de pais e ex-alunos dessas escolas, em concordância com as lideranças religiosas e com apoio do arcebispo. O medo era de que o Estado pudesse controlar estas instituições e iniciar um processo de

³²³ Reforma sim, mas não subversão: a palavra do episcopado do Paraná. **Gazeta do Povo**, 21 de março de 1964.

³²⁴ Povo e governo do Paraná: liberdade do ensino. **Panorama**, ano XIV, nº 142. Curitiba, março de 1964.

ideologização com a inculcação de valores contrários ao catolicismo. Mais ainda, colocava-se em risco, de acordo com o que se pensava na época, a autonomia das escolas privadas e se se causariam problemas para o mercado da área.³²⁵

Fica claro aqui que a matéria recusava a noção de interferência do Estado quando este afetava os interesses econômicos na área da educação e da indústria gráfica. Isso foi feito de maneira que as pessoas percebessem as consequências dos erros como fruto do próprio governo. Por essa razão, sua análise não aprofundada dos fatos parte do pressuposto da ameaça e do medo, como se toda a sociedade, a partir da inserção do Estado na vida cotidiana, pudesse se tornar a instância máxima para responder às necessidades impostas pelo governo.

Outros jornais também discutiam o assunto ao seguir duas frentes. Uma se preocupava em relação ao conteúdo, considerado ideologicamente a favor do governo e, outra, levava em conta os custos da educação, que limitavam o acesso dos alunos mais pobres ao ensino:

A medida é considerada, com justa razão, como de cunho nitidamente comuno-nazifascista. [...] o decreto é perigoso de ser aplicado porque a comissão encarregada de editá-los deverá preparar os textos com a posição ideológica dominante no governo, como ocorrido com outras comissões que editam livros oficiais.

[...] se a comissão resolver editar os livros com o único objetivo de levar aos alunos conhecimento e colocar um ponto final nos preços elevados, proibitivos a muitos e promover o barateamento do ensino proibindo a substituição dos livros adotados, então o governo terá alcançado uma vitória [...].³²⁶

As críticas eram direcionadas à Comissão criada pelo governo de João Goulart para analisar e selecionar os livros didáticos. Nota-se que havia uma preocupação em relação aos conteúdos que seriam ensinados aos estudantes das instituições escolares, pois eles refletiam questões de caráter ideológico e político. No entanto, as críticas deixam transparecer a situação da educação e do ensino no

³²⁵ O Conselho Superior da Associação de Pais e Mestres e Associação de Antigos Amigos do Colégio Santa Maria foram acusados de, em uma das manifestações realizadas em Curitiba, terem depredado a redação do Jornal Última Hora. Os jornalistas do UH consideram ofensiva a atitude dos manifestantes e, estes reagiram publicando uma nota no jornal GP, sobre as notícias publicadas pelo UH e sua ausência de compromisso com a educação dos jovens curitibanos. A nota é um exemplo das tensões entre as entidades contrárias ao governo federal os grupos de posição que não compactuava com a postura destas entidades. Cf. Sobre o incidente com Última Hora. **Gazeta do Povo**, 26 de março de 1964.

³²⁶ Livros didáticos: Decreto do governo. **Voz do Paraná**. Curitiba, 01 de março de 1964.

Brasil em razão dos altos custos e da falta de acesso de muitos jovens ao ensino, que privilegiava apenas alguns setores e garantia o lucro da indústria gráfica.

A democratização do livro didático se incluiu no projeto de reforma do ensino apresentado no 1º Plano Nacional de Educação, elaborado em 1962 por Anísio Teixeira. Visava, entre outros fatores, enfrentar os problemas na educação. Seu foco era o do aumento dos investimentos na área para ampliar o número de matrículas e o acesso das crianças na escola, garantir aos jovens o acesso ao ensino profissional e qualificar tanto as instituições de ensino quanto os professores em sala de aula.

A perspectiva provocou reações entre as elites, grupos conservadores e os setores da área do ensino privado. Sobre o “livro único”, vale uma ressalva. O livro de história fora escrito por Nelson Werneck Sodré, provavelmente a partir de seus cursos no ISEB. Recontava o processo de formação da sociedade brasileira contrariando os mitos da história tradicional. Tal história pautava-se numa perspectiva linear de tempo onde os grandes nomes emergiam como ilustres figuras construtoras da identidade nacional.

A proposta de Sodré era a de apresentar as transformações políticas e econômicas da sociedade brasileira. Deslocou, de forma didática, o olhar para os problemas brasileiros priorizando uma visão materialista, com ênfase na perspectiva econômica. Nela, os grupos hegemônicos e as oligarquias representavam um impasse para o desenvolvimento social do país. Por isso sua crítica às grandes figuras da história do país.

Ao deslocar a análise para uma base materialista, os processos e as tensões eram o foco da análise do historiador. Não diferente da visão tradicional de história, também estabeleceu uma temporalidade linear para a história do Brasil, com processos que começavam com a colonização, o Império, até chegar ao período republicano. Nesta lógica, o olhar para o escravo, o colonizado e o trabalhador lutando contra as grandes forças hegemônicas, importava mais nessa concepção de história.

Os protestos contra o “livro único” foram a estratégia das elites para desviar a atenção e evitar os debates públicos para o problema mais amplo da educação brasileira. O país tinha índices baixíssimos de matrículas para crianças em idade escolar e a maioria dos jovens estava fora do ensino médio.³²⁷ O índice de

³²⁷ Segundo os dados da FGV CPDOC, sobre o período, apenas 46% das crianças até 11 anos de idade estavam matriculadas.

analfabetismo era grande, sem contar o ensino superior: apenas 1% da população frequentava os bancos das universidades.

As associações cívicas femininas, para quem a valorização dos símbolos da Pátria e da Nação era formas de agregar os cidadãos, entenderam a proposta de história como uma afronta aos símbolos, heróis, e espaços responsáveis pela consolidação da história nacional. Dessa maneira, entende-se a reação da UCF-PR quando os nomes consagrados da história oficial, como os da princesa Isabel, Duque de Caxias e Marechal Deodoro foram profanados e retirados do panteão dos heróis.

5.2.2 A União Cívica Feminina Paranaense e o apoio ao Governo dos militares

A ascensão dos militares ao poder significou alívio para as associações responsáveis pela organização das “Marchas”. A princípio, respondeu aos interesses das elites empresariais e políticas, das classes médias urbanas atuantes nas mobilizações públicas. A intervenção das Forças Armadas foi saudada por estes segmentos e a imprensa não tardou em publicar matérias com a participação da população, mas com destaque para a liderança das mulheres, importante para a efetivação do Golpe. O jornal católico, *Voz do Paraná*, publicou a seguinte matéria:

Aquele mar humano formou-se espontaneamente, pelo natural desembocar de afluentes vários, surgidos nas mais diversas fontes. E formou-se de súbito, quase por milagre, ao simples apelo de um grupo de mulheres e organizações femininas que percebiam com extrema argúcia o sentimento do povo.³²⁸

É interessante notar que a matéria apresenta o ato público da “Marcha” como um evento espontâneo, quase de inspiração divina, como milagre, uma espécie de ação transcendente que denota aprovação espiritual. Uma maneira de dizer que Deus estava a favor do povo nas ruas, portanto, uma forma legítima de ação. Embora considerasse o papel das mulheres importante, a referência que faz ao apelo delas pelo movimento deixa expressa a ideia de que a ação das mulheres caracterizou-se como algo sem pretensões, no sentido do desprendimento.

³²⁸ A resposta do povo. *Voz do Paraná*. Curitiba, domingo, 29 de março de 1964, nº 402.

Aqui, acredita-se ser possível fazer uma ligação com a visão sobre a mulher como portadora de elementos considerados intrínsecos à natureza feminina, como o cuidado e a sensibilidade diante dos problemas causadores de sofrimento. A “Marcha” apenas consagrou tais sentimentos. Comovidos com a situação, os setores da Igreja convocaram as associações femininas para ficarem unidas na oração para agradecer a Deus pelo fim da crise que abalou o país. No fundo, o convite era para lembrar o esforço da mulher curitibana pelo intenso trabalho de vigilância, pela luta a favor da coesão nacional e da liberdade. O evento reuniu pelo menos 12 associações, entre as quais a Liga das Senhoras Católicas e a UCF-PR.³²⁹

Logo após o Golpe, a preocupação da UCF-PR mudou para a promoção de atividades informativas e de esclarecimento sobre a intervenção das Forças Armadas. A associação, em solidariedade com os demais movimentos femininos, enviou uma nota favorável à escolha do general Humberto Alencar de Castello Branco à presidência da República. Do mesmo modo, não tardou em solicitar aprovação de leis para combater, com eficácia, o comunismo. Por isso, a UCF-PR,

[...] apoiando incondicionalmente manifestos da União Cívica Paulista (SP) e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), do Rio de Janeiro, apelam ao congresso nacional eleição íntegra do General Castello Branco para presidência da República assim como pedem urgência aprovação do projeto Mendes Moraes de repressão ao comunismo.³³⁰

Foi mobilizando a imagem da família como núcleo formador da sociedade, o valor moral feminino, como reduto da bondade, o apego aos sentimentos pátrios de amor à Nação e a seus símbolos que as mulheres conseguiram adesão e apoio da população ao seu movimento. Um exemplo interessante dessa configuração tem-se na campanha empreendida pela UCF-PR para combater o aumento dos preços durante o governo de Castello Branco.

Campanha semelhante foi realizada pelas mulheres da CAMDE, conhecida como Campanha pela Economia Popular. O propósito era responder aos apelos do governo. A União Cívica arregimentou outras associações femininas no intuito de fiscalizar os estabelecimentos comerciais que abusavam do aumento dos preços

³²⁹ Mulher curitibana rezou pelo termino da crise nacional. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 01 de abril de 1964.

³³⁰ Entidades Femininas congratulam-se com a vitória do regime. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

dos produtos. Segundo elas, era uma forma de colaborar com o governo na solução do problema econômico do Brasil. Conforme diziam:

Todas as firmas que se comprometerem a colaborar com o governo receberão da União Cívica Paranaense um escudo negro com o “slogan” da campanha que possibilitará aos consumidores identificarem quais estabelecimentos comerciais que estão colaborando na contenção de preços.³³¹

Com a instituição do governo militar, uma série de medidas foram tomadas para resolver a crise econômica. O ministro de Castello Branco, Roberto Campos, em 1965, elaborou um programa de reformas econômicas para equilibrar as contas, controlar a inflação e desenvolver o mercado de crédito. Em resumo, as reformas classificaram-se em dois blocos: a liberalização da entrada de lucros e o controle dos salários, mantidos sempre abaixo da inflação, no intuito de estimular a competitividade.

Uma consequência dessa política econômica tem-se com a diminuição do Estado na economia, segundo os princípios liberais, por meio da privatização de setores estabelecidos para criar as bases do desenvolvimento econômico. O Estado, nessa lógica, renunciava ao controle dos preços internos, o que dava vazão para a especulação dos preços no mercado, em particular o preço dos alimentos. A partir dessa leitura, é possível entender a presença das mulheres na campanha de contenção de preços. Elas assumiram um caráter fiscalizador, função reservada ao Estado, ao mesmo tempo, atendendo aos apelos do governo.

Algumas destas atividades estavam relacionadas ao civismo, mas também abarcavam as áreas da saúde, educação e a criação de regras de boa conduta para o uso dos espaços da cidade. A seguir, uma lista delas:

UNIÃO CÍVICA FEMININA PARANAENSE, que desde o ano 1963 vem agindo nos setores cívico, político social, educativo e filantrópico, alcançando, pelos estudos e pesquisas, soluções para inúmeros problemas que atingem a comunidade, encaminhando-as às autoridades competentes. São eles:
Estudo da problemática dos “TÓXICOS” resultou na criação da DELEGACIA POLICIAL ESPECIALIZADA.
No combate à “VIOLÊNCIA”, os 10 itens encaminhados ao Governo foram aprovados, incluindo-se os já implantados MÓDULOS POLICIAIS.

³³¹ Nove entidades apoiam a UCF na Campanha contra o aumento de preços. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

Preocupando-se com a questão do “TRÂNSITO”, foram ministrados cursos intensivos a um grande número de alunos, com bons resultados. Foram criadas as PATRULHAS MIRINS em vários colégios. Atualmente, foi organizado o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO, com grande atuação.

Criou o DEPARTAMENTO CENTRAL DE ENFERMAGEM que, instalado na sede União Cívica Feminina, conta com grande número de enfermeiras(os) inscritas(os) que são recolocados (as) profissionalmente, conforme solicitação.

Criou o DEPARTAMENTO MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO DO IDOSO, procurando incentivá-los mediante a disponibilização de diversas atividades voltadas aos seus interesses e necessidades.

Idealizou as BANDAS E FANFARRAS, através do qual a União Cívica Feminina, num incentivo cívico educativo e cultural ao jovens, vem realizando há 26 anos concursos contando com a participação de alunos de colégios da capital e do interior do Paraná.

Criou o DEPARTAMENTO CONSELHO DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO, que tem por escopo a diminuição da violência no trânsito, evitando acidentes e mortes.³³²

Ao se examinar as características de cada uma dessas atividades, compreende-se que a noção de civismo costurou um conjunto de ações, condutas sociais e políticas diversificadas no contexto. Definiu outro modo de atuação feminina na participação política, revestida das mesmas visões sobre a mulher, associando tais ações ao amor à Pátria, à Nação e às boas atitudes diante dos símbolos nacionais.

Com isso, pode-se pensar a seguinte questão. Quando a imposição dos valores morais adentra no universo político há o risco da diluição dos limites do espaço público e privado. Se amor como convicção política permite barrar a violência e garantir a liberdade, o amor disfarçado na dimensão moralizadora tende a constituir-se numa forma autoritária de comando e de controle social. Nessa configuração, as práticas sociais se moldam em comportamentos, e a mera repetição deles impede a presença da liberdade política.

Por fim, cabe perguntar se tais práticas permaneceram no contexto ditatorial e quais relações se estabeleceram a partir da gradativa centralização política do Estado. Como afirmou a UCF-PR: “Instituição da dona de casa, a UCF, nos seus doze anos de existência, em ação permanente, representa uma força de vigilância e

³³² A lista de atividades foi apresentada no **CURRICULUM VITAE DE DALILA DE CASTRO LACERDA**, documento com cinco páginas contendo as principais atividades realizadas pela fundadora da LSC e dados biográficos, fornecido pelo seu neto, Plínio Pessoa Filho.

colaboração face aos problemas da família e da Pátria”.³³³ É o desafio proposto no próximo capítulo.

³³³ UCF Paranaense. **Diário do Paraná**. Curitiba, 14 de novembro de 1975.

6 A INTERLOCUÇÃO ENTRE O GOVERNO MILITAR E AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS

O fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação, que antes era exclusividade do lar doméstico. Ao invés de ação, a sociedade espera de cada um dos seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a normalizar os seus membros, a fazê-los comportarem-se, a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada.

*Hannah Arendt*³³⁴

O consenso e o consentimento em torno de Regimes autoritários foi uma realidade no século XX, na Europa e também na América Latina. Acomodações de interesses, ganhos materiais ou simbólicos foram traços destas formas de governo para conseguirem uma aparente legitimidade junto à população e a lideranças políticas.³³⁵ No Brasil, durante a Ditadura Militar, a colaboração às Forças Armadas vinda de lideranças civis, religiosas, organizações sociais, grupos empresariais e políticos, foi uma das forças políticas e ideológicas responsáveis pelas mobilizações públicas que formaram o núcleo de apoio social ao Golpe Militar. Tal comportamento possibilitou a consolidação de um governo autoritário que logo se encarregou de ramificar um sistema de vigilância e de controle em todas as esferas da vida social. Da mesma maneira, a prática desses grupos criou uma visão positiva do governo estabelecido pelos militares, exaltando a necessidade de suas decisões políticas e econômicas.

³³⁴ ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 50.

³³⁵ ROLLEMBERG; QUADRAT. Op cit. 2010, p. 17.

Nesse ambiente, o jogo político se deu pela busca de prestígio político e pela troca de favores. Isso pode ser observado na relação entre as associações femininas e os parlamentares que formaram a base de apoio político aos militares. Para garantir o gerenciamento e a viabilidade do Regime, os militares impuseram o bipartidarismo. De um lado a Arena, partido que garantia respaldo legal ao governo e, de outro, o MDB, legenda que oferecia uma espécie de oposição vigiada. Àquele grupo, os recursos financeiros eram abundantes. Uma estratégia para gerenciar associações e grupos situados nas bases eleitorais, patrocinando as atividades, por exemplo, de filantropia e educação.

Este capítulo tem o objetivo de analisar as modalidades de apoio social e político realizadas pelas associações cívicas femininas. Busca, do mesmo modo, compreender quais eram os interesses em jogo na relação entre aquelas associações e os militares. Uma primeira prática analisada refere-se à promoção do civismo. Uma de suas preocupações deu-se pela promoção da formação de profissionais da educação e de indivíduos comuns com foco na história oficial da Nação e na valorização dos símbolos nacionais.

No que se refere à relação entre as associações femininas com parlamentares que apoiaram o governo ditatorial, observa-se que, nessa dinâmica, não somente estava em jogo o acesso a recursos públicos, mas também a viabilidade de apoio político vindo de grupos, como o das mulheres, com forte capacidade de mobilização da população. Tal Componente foi importante para um governo que necessitava criar uma imagem positiva de si para garantir a legitimidade de suas práticas, mesmo aquelas baseadas na violência.

Por fim, com a consolidação da Ditadura no Brasil e com o estabelecimento da repressão e da tortura como política de Estado, embora o posicionamento de setores da sociedade, em relação aos militares tenha se alterado, associações cívicas, como a UCF-PR, ainda alimentavam o ideal da Revolução de 1964 como importantes instrumentos para garantir a ordem política e moral e o respeito aos sagrados valores da família cristã brasileira.

6.1 AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS E A PROMOÇÃO DO CIVISMO

As classes médias urbanas que saíram às ruas nas “Marchas” estavam convencidas, e isso foi fortemente veiculado na grande imprensa, de que um grande

perigo, quer na figura de João Goulart, quer no avanço dos setores populares ávidos pela conquista de direitos sociais e de maior participação política, apossava-se do Brasil, com a presença do comunismo ateu provocando uma instabilidade política, econômica e social. Sentiram-se ameaçadas pela possibilidade de terem seus lares invadidos pela comunização que, segundo se pensava, colocaria em risco a segurança das famílias, as liberdades econômica e individual.

Por isso, seu apelo pautou-se pela defesa da Pátria e dos costumes que alegavam ser primordiais para a harmonia da sociedade, tais como o respeito à hierarquia, à ordem, à propriedade privada e ao direito de professar a crença religiosa. Com tal propósito, aqueles segmentos sociais organizaram manifestações nas principais cidades do país como medida para sanar a crise política. Crise crescente com os impasses à aprovação das reformas de base, propostas por João Goulart e enviadas ao Congresso Nacional, e com o interesse do setor empresarial e midiático em boicotarem a mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos.

Os setores da sociedade de onde emergiram os protestos anti-Goulart tinham consciência desses aspectos políticos do país. Em particular as mulheres que, movidas por um sentimento de amor e de proteção, conforme foi analisado nos seus documentos, sentiram-se responsáveis pela condução dos rumos da nação. Para as mulheres:

O seu amor à Pátria levou-o a Marchar nas fileiras de mulheres pelas ruas, às vésperas da Revolução de 31 de março de 1964. Assim, numa época de crise política, em que a Pátria encontrava-se à beira do caos, a UCF pacífica e ordeira protestou nas ruas, sem discursos, sem alvoroço, integrando em 24 de março de 1964, em São Paulo, a marcha contra a corrupção. E em Curitiba, com 30 mil pessoas, da marcha contra a adoção do livro comunista.³³⁶

Munidas de um patriotismo, muitas vezes alavancado pelo apego aos símbolos nacionais, e de um sentimento religioso católico arraigado numa concepção tradicional de família, as mulheres dividiam suas ações entre o espaço do lar e o da ação política. As mulheres, em muitos casos irmãs, esposas ou filhas de lideranças políticas, de militares ou de representantes do setor empresarial, assumiram a frente das manifestações públicas, conseguindo a participação de um número grande de pessoas, unidas pelo símbolo religioso do rosário.

³³⁶ BIZERRIL, M. L. UCF paranaense o que é o que faz? **Diário do Paraná**, Curitiba, Nov. 1975.

É interessante perceber que a construção da memória em torno do movimento, que se deu antes da abertura política iniciada em fins dos anos de 1970, reforçava a participação e a militância das mulheres da UCF-PR na defesa da democracia e da Nação, que se achava ameaçada pela presença de forças ideológicas e políticas que pregariam a obscenidade e a imoralidade. Sobre tais aspectos, elevavam-se os tons das críticas ofuscando suas características políticas, embora estas fossem indissociáveis do processo que envolvia as denúncias das mulheres contra a subversão imoral. Para as mulheres, o movimento de 1964, apoiado pelas associações cívicas, era compreendido menos como um Golpe e mais como revolução porque isso pretensamente colocaria o país nos trilhos da ordem e da disciplina social.

Até o fim da Ditadura Militar, em 1985, e logo depois, se impôs pela via legal o silêncio sobre os grupos e pessoas que aderiram ao Golpe e colaboraram com o arbítrio. As mulheres consideraram a presença delas no movimento que contribuiu para a destituição de João Goulart, e fortaleceu a presença dos militares no governo, um passo fundamental para garantir a democracia. Tal atuação não foi meramente coadjuvante, mas, como demonstra a análise da documentação, as mulheres, tanto do CPFC quanto da UCF-PR, estiveram atentas aos problemas políticos e econômicos do Brasil.

Por esse motivo, as lembranças descritas nos seus registros destacavam a capacidade de organização, a disponibilidade em agir diante dos fatos e a defesa das forças políticas e morais que colocariam um fim à anarquia social dos subversivos e comunistas. Nesse ponto reside a importância da documentação. Nela é possível identificar, a partir da fala das mulheres das associações cívicas, a elaboração de um discurso heroico no qual a coragem das mulheres, sobretudo os sentimentos maternos e de apego familiar, são exaltados como elementos importantes para a reversão do dramático quadro político dos dias que antecederam ao Golpe.

Transportaram para a vida pública os cuidados considerados próprios do espaço privado da família e do lar. Nesta perspectiva, uma das motivações refere-se à convicção religiosa. Consolidou-se um sentimento de patriotismo que fortaleceu, via símbolo religioso do rosário, um mecanismo de defesa, de proteção ou de cuidado, sentimentos associados ao universo feminino. Segundo esta lógica, como

se observa no discurso a seguir, os limites entre política, religião e espaço privado tornaram-se tênues:

Vocês sabem que a “união faz a força”, todas estão lembradas dos dias aflitivos que passamos não há muito tempo, nos meses que antecederam à revolução de 1964. Diariamente acordávamos sem saber como terminaria nosso dia; tínhamos a impressão de estarmos sobre um vulcão prestes a explodir. E o que vimos, então? A mulher brasileira, deixar os seus afazeres, as suas distrações e unidas, conscientes da força da sua fé, sair em passeatas memoráveis, empunhando os seus rosários, orando pelo futuro desta pátria maravilhosa a despertar com seu gesto magnífico, todas as forças vivas da Nação, o sentimento patriótico de todos os filhos deste solo e compeler e fortalecer a atitude que tomariam os homens que de direito eram responsáveis pela preservação da ordem e da tranquilidade de todos os brasileiros.³³⁷

Considerando esse discurso, não há dúvidas de que a tomada do poder pelos militares fora recebida com entusiasmo pelas associações cívicas femininas. Elas se empenharam na mobilização da população através de passeatas e de marchas, em defesa da família, pelas ruas das cidades do país.³³⁸ O intuito não era outro senão a desestabilização do governo do Presidente João Goulart para abrir caminhos à intervenção das Forças Armadas na política, por meio do Golpe já arquitetado pelos militares e lideranças civis dos partidos políticos, como a UDN, pela grande imprensa e pelo segmento empresarial. Considerado o primeiro passo, derrubar um governo que julgavam ser corrupto e comunista, o passo seguinte foi o fortalecimento das associações cívicas pela capacitação de lideranças femininas e orientação de cidadãos comuns quanto às atitudes cívicas na sociedade. Em resumo, seria a promoção de eventos e ações para apoiar a chamada Revolução que libertou o Brasil da comunização.

Para tanto, uma série de atividades, palestras e ações públicas foram realizadas objetivando o esclarecimento das pessoas da importância do papel dos militares no processo de regeneração da Nação. Em Curitiba, a UCF-PR promoveu debates, conferências cívicas e palestras proferidas por líderes políticos e parlamentares conhecidos pelo seu anticomunismo e por seu combate às

³³⁷ TACLA, Lisette de Lucena. Palestra realizada em 25 de junho de 1971, na sede do Centro Paranaense Feminino de Cultura. **Revista do CPFC**, ano 05, nº 6, (XXIX VOLUME EDITADO), Curitiba, Paraná, 1971.

³³⁸ “A Igreja não se vincula, em sua missão específica, a nenhuma forma de governo, mas colabora quanto está em seu alcance, com o Poder Civil, na persecução do Bem Comum.” O Episcopado e a Revolução. **Voz do Paraná**. Curitiba, 07 de junho de 1964, ano IX, nº 410.

esquerdas. Um destes convidados foi o deputado federal, pelo PSD, Armando Falcão. À época, o parlamentar declarou-se, abertamente, contrário à posse de João Goulart para a presidência da República, e foi um importante aliado dos militares.³³⁹

Segundo o relatório da UCF-PR:

No seu primeiro ano de existência atuou intensamente a favor do Governo Revolucionário, ora reunindo as entidades democráticas do Paraná para um apelo a uma ação conjunta, ora promovendo conferências cívicas no grande auditório em fase de construção do Teatro Guaíra (lotado), trazendo oradores como o então deputados Armando Falcão e João Calmon. O atual ministro Ney Braga era governador do estado, e Ivo Arzúa Pereira, o prefeito, ambos a dar-lhe inteiro apoio.³⁴⁰

Nas conferências, Armando Falcão exortava a ação dos militares na defesa de uma Nação que se achava à beira do abismo com o governo de Goulart. Enalteceu a atitude das Forças Armadas julgando-a necessária para levar adiante a revolução que salvaria o país do caos e da anarquia, promovidos pelos agentes internos comunistas presentes em toda a sociedade. Além disso, defendeu a prisão dos subversivos, para ele, os verdadeiros inimigos da democracia, como solução para preservar os interesses da Nação e as instituições políticas.³⁴¹

Foi este o teor da conferência proferida, em 1964, por Armando Falcão, no Teatro Guaíra. De acordo com o relatório da UCF-PR, contou com a presença de lideranças políticas locais e obteve boa aceitação da população. Outro nome importante foi o de João Calmon. Diretor do *Diários Associados*, ele foi um dos responsáveis pela criação da *Rede da Democracia*, grupo incumbido de acirrar o clima de instabilidade política e de criar um clima de medo e insegurança na sociedade. Ações desta natureza, em última instância, serviram para legitimar o novo governo oriundo de um golpe e conferir, ao Regime que ele inaugurava, uma ideia distorcida de democracia.

A visão de que o país caminhava mesmo para um abismo, pela decadência política e moral, era compartilhada pelas lideranças religiosas mais conservadoras da Igreja Católica, por alguns políticos, mais ainda, pelas mulheres da UCF-PR que

³³⁹ Armando Falcão. In: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Armando_Falcao>. Acesso em: 10/02/2016.

³⁴⁰ UCF Paranaense: o que é o que faz? **Diário do Paraná**. Curitiba, 14 de novembro de 1975.

³⁴¹ CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 27, p. 179-196.

insistiam, assim como fazia a grande imprensa, na presença de comunistas nas diferentes esferas do governo corrompendo o país e causando danos às liberdades democráticas. Com a intenção de eliminar da administração pública e do governo esse perigo, a União Cívica enviou uma nota de expurgo ao Presidente da República em exercício, Ranieri Mazzili, que, naquele momento, era deputado federal pelo PSD paulista.

Em 1964, Mazzili presidia a Câmara dos deputados federais e, de acordo a Constituição, era o próximo na linha de sucessão para assumir a presidência da República. Na madrugada do dia dois de abril de 1964, após João Goulart ter sido deposto, Mazzili assumiu interinamente o cargo de Presidente da República. No entanto, o seu poder era apenas formal, pois o controle do país na verdade estava nas mãos do autodenominado Comando Supremo da Revolução. Respeitando a burocracia política e a hierarquia na sucessão do poder, as mulheres enviaram a nota, apoiada por outras associações femininas de Curitiba, que cobrava das autoridades a eliminação dos comunistas do Brasil. O texto afirmava que:

Nesta hora de grave e dramática do Brasil, recolocados pelas gloriosas Forças Armadas no caminho das liberdades fundamentais, espera de Vossa Excelência no sentido de prosseguir incansavelmente expurgo postos e cargos administrativos todos os maus brasileiros comprometidos com a corrupção e comunismo. Lembramos a Vossa Excelência, ainda, escolha os seus auxiliares e ministros processar-se comum acordo com as forças responsáveis pela volta do Brasil à liberdade e da democracia.³⁴²

O discurso enfatizava a necessidade de o governo agir com maior rigidez em relação aos seus opositores. A nota também reforçava a crença na capacidade das Forças Armadas em regenerar a sociedade e estabelecer a ordem social, conforme se pensava na época. Cobrava-se, o que em seguida será a primeira tarefa dos militares, uma espécie de limpeza moral e política começando pela identificação, perseguição e detenção das pessoas consideradas subversivas. Vale ressaltar que as mulheres acreditavam que esse seria o caminho viável para evitar o aprofundamento da crise política, econômica e moral por que passava o Brasil nos anos iniciais da década de 1960.

Nesse sentido, exigiam atitudes mais intensas no intuito de preservar o que se considerava liberdade. Sobre o fato, um parêntese. Tem-se aqui realçado o que

³⁴² Expurgo. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

as mulheres compreendiam sobre o comunismo. Muitas vezes era uma ideia pautada numa visão do comunismo como símbolo de um autoritarismo que colocaria um fim às liberdades individuais, à religião e condenaria a família cristã ao suplício. Isso pode explicar porque a matéria sobre as prisões de lideranças políticas, e associações vinculadas aos grupos de esquerda, publicada na revista Panorama, foi recebida com entusiasmo pelos jornalistas e empresários responsáveis pela campanha anti-Goulart.³⁴³

Com o título, 300 prisões pararam a subversão no Paraná, a matéria destacou o papel do delegado Walfrido Piloto, diretor da Polícia Civil e defensor da censura ao teatro, na condução do processo responsável pela prisão de mais de trezentas lideranças, devidamente nomeadas na reportagem, dos sindicatos rurais e urbanos, no Paraná. Em Curitiba, a investida da DOPS foi nos membros do CPC-PR e nos grupos políticos formados por trabalhadores e artistas ligados ao Partido Comunista. No interior do estado, como em Maringá, as prisões desarticularam principalmente os sindicatos rurais que organizavam os agricultores em torno dos direitos à posse da terra e contra a violência no campo. Para classificar os presos políticos como subversivos e terroristas, a matéria mostrou armas, documentos e panfletos capturados pela polícia nos locais onde as prisões foram efetivadas. Ao fazer isso, não deixava de mencionar e alertar sobre o perigo que, segundo os jornalistas, ameaçava a capital do estado.³⁴⁴

Entre as mulheres da UCF-PR, já havia uma preocupação em relação à presença dos comunistas que achavam estar infiltrados no governo e na sociedade, de modo geral. Para tanto, somando-se às associações cívicas de São Paulo e Rio de Janeiro, engrossaram o apoio à eleição para a presidência da República, do general Humberto Castello Branco. Cobravam, do mesmo modo, medidas para apressar a aprovação de projetos que condenavam as práticas identificadas como subversivas. Com esse intuito, Rosy Pinheiro Lima enviou uma nota ao Congresso Nacional, em nome das mulheres e de toda sociedade paranaense, a favor dos

³⁴³ Trata-se da Revista Panorama. O periódico nasceu, em 1951, na cidade de Londrina, pelas mãos do jornalista Adolfo Soethe. Uma década depois se transferiu para Curitiba atingindo um número maior de leitores. O periódico pertencia ao empresário Oscar Schrape Sobrinho, diretor executivo da Associação Comercial do Paraná (ACOPA), nos anos de 1960. Além disso, o empresário era proprietário das *Impressões Paranaenses* e presidia o *Sindicato das Indústrias Gráficas*. ACOPA foi uma das entidades atuantes na propaganda e no apoio à “Marcha à Favor do Ensino Livre”, organizada pela UCF-PR, em Curitiba, no dia 24 de março de 1964.

³⁴⁴ 300 prisões pararam a subversão no Paraná. **Panorama**, ano XIV, nº 144. Curitiba, maio de 1964.

militares e se posicionando favorável ao combate do comunismo. No texto, as mulheres apoiavam,

[...] incondicionalmente manifestos da União Cívica Feminina Paulista (UCF-SP), a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), apelam ao Congresso Nacional pela eleição do íntegro general Humberto Castelo Branco para a presidência da República assim como pedem urgência na aprovação do projeto de Mendes Moraes sobre a repressão ao comunismo.³⁴⁵

Levando em conta o documento, observa-se a presença, em alguns setores da sociedade, de uma reação ou repúdio às forças políticas e morais que afetavam, segundo tais segmentos, o funcionamento e a ordem no país. Partiam, portanto, do pressuposto de que o problema seria solucionado na medida em que tais forças fossem, pela repressão, expurgadas do Brasil.³⁴⁶ O próprio termo, expurgar, denotava não somente uma ideia de eliminação, mesmo pelo uso da violência. Fazia uma referência negativa àquele que, dotado de impureza, precisava ser removido do convívio social para preservar a pureza do grupo. Tal postura fica evidente quando outra imagem, positiva e possuidora de integridade, era oferecida, agora na figura de um militar, como alternativa para o enfrentamento do mal.

O texto é elucidativo ao demonstrar também que os militares, por causa da manifestação de apoio que recebiam, certamente não iriam encontrar grandes obstáculos na opinião pública e na própria sociedade pelas prisões, mesmo aquelas arbitrárias, que realizariam contra todos os opositores do governo.³⁴⁷ As notas de apoio enviadas pelas associações cívicas femininas ao Congresso nacional e aos militares deixaram claro esse apelo. Desejavam, inclusive, que ele fosse viabilizado pela via legal com a promulgação de leis capazes de frear o avanço de grupos ou pessoas considerados nocivos à sociedade.

As atividades de caráter cívico, realizadas para esclarecer a população da situação política daquele momento, tinham esse propósito. Elas davam um tom positivo à ação dos militares e apontavam para a necessidade das Forças Armadas

³⁴⁵ Apoio. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

³⁴⁶ Ofício nº 355/66, Curitiba, 31 de maio de 1966. DOPS. Sobre a prisão e fechamento do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, onde estudavam os filhos de militantes políticos do CPC/PR. SNI, nº 1776, Caixa 212. Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

³⁴⁷ Prisão para os subversivos do Teatro de Fantoques. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 27 de janeiro de 1967.

restabelecerem a ordem política e moral. Nos primeiros anos da Ditadura Militar, as principais ações das associações femininas, em especial da UCF-PR, foram direcionadas para esse tipo de prática. Buscava-se incentivar e criar, cada vez mais, o espírito cívico na população aproximando-a do governo militar por meio de eventos públicos e de atividades realizadas nas instituições de ensino para as crianças e jovens.

No que se refere à profusão do civismo, é preciso levar em conta ainda outra intenção. Criar um núcleo de formação capaz de sustentar os ideais da Pátria e elevar os símbolos da história do Paraná. Para tanto, em agosto de 1964, o CPFC criou, com o apoio do Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais do Estado e da Universidade do Paraná, o primeiro curso de extensão de História do Paraná. Sob a coordenação do historiador Davi Carneiro, e com o quadro de professores composto por Brasil Pinheiro Machado, Carolina Delay, Colombo de Souza, Erasmo Piloto, José Loureiro Fernandes, José Nicolau dos Santos, Nancy Westephalen Correia, Altiva Pilati Balhana, entre outros do curso de história e do direito da Universidade, o curso se direcionou aos alunos dos cursos normais e aos professores do primário. Como se observa, o público alvo era pessoas com atuação, diretamente ou indiretamente, na formação de crianças e jovens.³⁴⁸

No programa do curso, pretendia-se abordar os aspectos físicos, étnicos, culturais, econômicos e políticos do Paraná. O seu objetivo principal era o de “enaltecer e divulgar os valores do Paraná fornecendo por sua vez valiosos subsídios, perfeitamente atualizados, sobre a situação socioeconômica e cultural do Paraná”.³⁴⁹ Não causa tanto espanto o curso ter surgido logo após o momento de debates intensos travados sobre a proposta do livro didático de história encaminhada pelo Ministério da Educação. As alusões feitas nas discussões sobre o livro do MEC giravam em torno da doutrinação comunista e da extinção, ou encampação das escolas privadas.

A partir dessa análise, entende-se a iniciativa de se criar um curso de extensão de história do Paraná ter partido do mesmo núcleo de formação de mulheres de onde surgiram as lideranças femininas que fundaram a UCF-PR e de uma associação entusiasta da “Marcha a Favor do Ensino Livre”. Da mesma

³⁴⁸ Um curso em foco. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

³⁴⁹ Centro Paranaense Feminino de Cultura. **Correio do Paraná**. Curitiba, 19 de julho de 1964.

maneira, compreende-se o apoio da Universidade do Paraná, instituição cujo reitor, e depois Ministro da Educação e Cultura no governo de Castello Branco, foi o professor Flávio Suplicy de Lacerda, esposo da senhora Dalila de Castro Lacerda, um defensor da inclusão do Ensino de Educação Moral e Cívica, disciplina criada para exaltar o nacionalismo e o civismo na grade curricular das escolas públicas, e um incentivador da repressão aos protestos realizados pelos estudantes, nas Universidades.³⁵⁰

Segundo análise dos dados encontrados nos documentos do CPFC, o curso ocorreu entre os meses de agosto a dezembro de 1964 e formou, por meio de aulas teóricas e práticas, duzentos e oitenta e sete pessoas. Um foco era a valorização da cultura paranaense, a exaltação das grandes figuras do estado e os feitos da gente da terra na construção da Nação. Afirmava-se nos discursos que era “revelada, com pujança e ardor, a história física, cultural, os feitos da brava gente paranaense”.³⁵¹ O viés mais nacionalista e de exaltação da cultura do Paraná era também observado no certificado de conclusão entregue aos alunos do curso. Nele a frase de destaque era “Torne a Pátria Conhecida”, sendo acompanhada, em seguida, dos dizeres “Amigos da Pátria” e do propósito do curso que era “divulgar e enriquecer os conhecimentos sobre a terra”.³⁵²

Fica compreendido, assim, que tais práticas pretendiam intensificar sentimentos e emoções mais próximos do patriotismo. Algo que, naquele momento, parecia importante para apaziguar as tensões sociais entre os grupos políticos e econômicos que ainda inflamavam as relações sociais. Tais tensões colocaram em xeque o papel das elites, das classes médias urbanas e de setores empresariais mais hegemônicos na condução da sociedade, na medida em que outros segmentos também passaram a disputar o acesso a direitos sociais no espaço político. Estabeleciam uma sintonia com os militares reconhecendo-os e, até certo ponto, justificando-os como fonte de estabilidade política e da ordem social, requisitos necessários para garantir, conforme pensavam as associações femininas, a manutenção do sistema democrático.

³⁵⁰ O magnífico ministro. **Panorama**, ano XIV, nº 144. Curitiba, maio de 1964,

³⁵¹ Sempre é bom recordar. **Revista do CPFC**, ano 01, nº 1, (XI VOLUME), Curitiba, Paraná, 1967, p. 20-21.

³⁵² **Diploma de participação no Curso de Extensão de História do Paraná**. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

Essa reflexão foi feita ao se analisar o período. Nos primeiros anos da Ditadura Militar, observa-se a preocupação em se estabelecer o contato mais direto com as pessoas no intuito de informá-las e de formá-las acerca dos acontecimentos políticos do período. Isso foi algo marcante e uma tarefa assumida pelas associações femininas, em especial pela UCF-PR, como relevante para a criação de um espírito cívico.

6.2 AS ASSOCIAÇÕES FEMININAS E O QUADRO POLÍTICO DE APOIO AO GOVERNO DOS MILITARES

Um campo de ação das mulheres, importante na medida em que destacava o seu papel político e de inserção na vida pública, era a filantropia e a produção cultural e intelectual, meios pelos quais elas difundiam suas ideias, destacavam os valores que acreditavam serem justos para a sociedade e defendiam a posição das mulheres na dinâmica social.

A importância que adquiriam na cena política local por causa das atividades que desenvolviam para a promoção da educação cívica ou mesmo para mobilização da sociedade em prol de objetivos comuns, a exemplo do que ocorreu no movimento contra João Goulart, era simbolizado pelo reconhecimento, materializado na formulação de leis, que reconheciam a utilidade pública das associações femininas.³⁵³ Embora considerassem essas atividades como uma parte importante de sua ação em prol do que se acreditava ser a defesa da democracia, as mulheres não deixaram de atuar na esfera pública, afirmando a vocação feminina para o lar.³⁵⁴ Assim, reforçavam o modelo de mãe e esposa, dedicada ao lar e à família através da escolha, entre as mulheres do CPFC, da “Mãe do Ano”.³⁵⁵ A inspiração para o concurso veio do Rio de Janeiro, onde o prêmio era entregue pela imprensa a uma mulher dedicada ao trabalho social e com visibilidade pública.

³⁵³ Lei nº 2726/1965 - data 31/12/1965. "Autoriza o poder executivo a declarar de utilidade pública a União Cívica Feminina Paranaense." Lei sancionada pelo prefeito municipal de Curitiba, Ivo Arzúa Pereira.

³⁵⁴ CORDEIRO. Op cit. 2009, p. 126-127.

³⁵⁵ Ganhou o prêmio as senhoras: Alcina Tacla Sabbag (1971), Ophélia Moreira Brandão (1972), Inês Colle Munhoz (1975), Odila Castognoli (1976), Nair Cravo Westphalen (1977), Vera Vargas (1978), Maria Luiza Merkia (1979). **PANORAMA CULTURAL** – CPFC – Comemoração do seu Jubileu de Ouro 1933-1983. Curitiba, Paraná, 1983.

Em Curitiba, as mulheres do CPFC dedicavam o prêmio àquela que simbolizava, por meio da benemerência, o sentido de ser mãe. Geralmente mulheres de notável atuação política, com forte atividade social, tanto na área da saúde quanto no campo da educação, em prol dos pobres. Em muitos casos, as mulheres que recebiam o prêmio destacavam-se pela sua vida pública e intelectual, pelas doações que faziam para manter as atividades da Associação, ou pelas relações sociais no mundo político.

De qualquer maneira, tais atividades realçavam o papel da mulher tanto no mundo privado quanto na esfera pública. A importância e a força dessas práticas, em especial a da filantropia, ganhava presença significativa nos quadros comemorativos da cidade pela instituição e a oficialização de uma data dedicada especialmente à caridade.³⁵⁶ A realização do ato público ficava sob a responsabilidade das mulheres que deveriam organizar eventos e atividades, em todos os âmbitos da cidade, para sensibilizar os cidadãos da importância das atividades de caridade e conquistar recursos para viabilizar as atividades de filantropia.³⁵⁷

A decisão de criar uma data para celebrar a caridade não se distanciava da visão que compreendia a mulher como elo propulsor do cuidado, seja ele no âmbito da família ou quando ultrapassava os limites do espaço privado e chegava à esfera pública, por meio da filantropia ou pelo reconhecimento do próprio poder público, representado pelas lideranças políticas. Isso não somente criava um capital político para as mulheres, uma vez que passavam a ocupar cada vez mais espaços, além de suas associações, ampliando o campo de ação, mas também para quem promulgava esse tipo de legislação era uma forma de adquirir prestígio entre as associações femininas.³⁵⁸

Embora estas ações fossem responsáveis pela introdução das mulheres, em particular as centristas do CPFC, na política, elas não eram o único meio de atuação na vida pública. A filantropia e a produção intelectual certamente davam visibilidade pública às mulheres e era o meio pelo qual manifestavam ideias e compartilhavam

³⁵⁶ Decreto nº 2.000. Institui o Dia da Caridade no segundo Domingo de Outubro. Curitiba, 21 de setembro de 1966.

³⁵⁷ Comemoração do dia da Caridade. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1968-1991). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

³⁵⁸ Homenagem a Ivo Arzúa. **Revista do CPFC**, ano 01, nº 1, (XI VOLUME), Curitiba, Paraná, 1967.

sua visão de mundo. No entanto, pouco se sabe da inserção das lideranças femininas nos bastidores da trama política, com as negociações e o jogo de interesses comuns aos espaços de decisão política, este há muito atribuído como capacidade masculina. Alguns documentos, como se demonstrará adiante, indicam que as lideranças femininas estavam por dentro da dinâmica política dos parlamentares que viabilizavam o acesso a recursos públicos. As associações participavam desse processo e negociavam com parlamentares para garantir o funcionamento da instituição e manter o atendimento da população com atividades de filantropia e na área da educação.

O campo de influência das mulheres alcançava um grande número de pessoas pelas ações na área da educação e da saúde, a exemplo das atividades realizadas pelas mulheres da Liga Católica.³⁵⁹ Eram práticas voltadas para a preparação das mulheres para o mundo trabalho e para os cuidados na vida doméstica.³⁶⁰ Nesse sentido, compreender o funcionamento da burocracia ou da organização dos órgãos prestadores de serviços públicos era importante porque facilitava o acesso a documentos oficiais para a liberalização de espaços de atendimento da população mais pobre. Saber quem deveria ser consultado nos cargos do poder executivo para a captação de recursos ou mesmo para garantir a isenção da cobrança de impostos das associações assistenciais, era uma tática utilizada pelas mulheres.³⁶¹

Pode-se então entender que a presença das mulheres na sociedade através de atividades sociais, muitas vezes de responsabilidade do Estado como a educação e a saúde, garantiam-lhes prestígio público, reconhecimento social e um capital político que as colocava, de alguma maneira, como a referência moral e política para a tomada de decisões de interesse comum. A base desse reconhecimento decorria do ideal de família valorizado pelas associações femininas e da atenção e cuidado que estas mulheres tinham pelo civismo e pelos símbolos nacionais.

Em sua maior parte, isso significava estabelecer parcerias com os órgãos públicos. Um dos propósitos era sensibilizar a população para o respeito ao

³⁵⁹ Ata da reunião do dia 08/11/77. **Liga das Senhoras Católicas**.

³⁶⁰ Novo centro comunitário é inaugurado. *Diário do Paraná*. Curitiba, 01 de novembro de 1977.

³⁶¹ Ofício enviado ao Diretor do Departamento de Fazenda da Prefeitura de Curitiba solicitando a isenção de impostos. **Liga das Senhoras Católicas**. Curitiba, 1976.

patrimônio público, para as regras de boa convivência entre os cidadãos nos espaços de uso comum na cidade. Assim se pode caracterizar, no caso da atuação da UCF-PR, por exemplo, como fruto da realização de escolhas específicas em favor de determinadas demandas políticas, compartilhadas também por outras organizações cívicas da sociedade.³⁶²

Priorizar a educação cívica significava também criar maneiras de internalizar em cada pessoa, por meio de campanhas educativas, gestos de civilidade, entendidos aqui como comportamentos pautados em boas maneiras e no respeito à convivência mútua.³⁶³ Gestos como estes faziam estas mulheres afirmarem a peculiaridade de sua ação como cidadã, motivada não somente por demandas privadas. Deixava transparecer, sem dúvidas, um interesse pela preservação dos laços familiares, mas também tinha uma preocupação, de caráter público. A campanha em prol do trânsito seguro foi um exemplo. Realizada com apoio da UCF-PR, tinha o objetivo de diminuir o número de acidentes e de mortes no trânsito que, além de serem onerosos aos cofres do Estado, afetavam principalmente a estrutura das famílias.³⁶⁴

Isso demonstra que as mulheres atuaram em diferentes frentes e através de atividades diversificadas. Certamente o anticomunismo, num primeiro momento, foi um elemento catalisador de práticas sociais obtendo, inclusive, o investimento das associações femininas e de grupos políticos na defesa dos valores e instituições que estariam ameaçados. No entanto, a defesa e a preservação do papel de mãe que cabia às mulheres foram o resultado de uma construção cultural dos papéis de gênero que definia a mulher prioritariamente como mãe. Na literatura, por exemplo, quando se menciona a ação dessas mulheres vinculadas ao pensamento mais conservador, ela vem quase sempre atrelada à ideia de manipulação pelos seus maridos, pais ou padres e quase não se leva em consideração a opção consciente de atuação em defesa de valores e instituições a partir das quais suas vidas eram organizadas.³⁶⁵

³⁶² Ata da Quarta Reunião da Campanha “Nossa Cidade Mais Humana”, realizada em 21 de dezembro de 1976. **União Cívica Feminina Paranaense**.

³⁶³ Movimento pró-pacificação do trânsito. **União Cívica Feminina Paranaense**. Ajuda você ser um motorista responsável, educado e consciente. Curitiba, 1976.

³⁶⁴ Conselho IX da Campanha Movimento pró-pacificação do trânsito: Não corra, não mate, não morra. Volte vivo para casa, papai, é o que lhe pede seu filhinho.

³⁶⁵ CORDEIRO. Op cit. 2009, p. 118-119.

6.2.1 O CPFC e os parlamentares da Arena

O trabalho das mulheres estabeleceu uma variedade de serviços, focando particularmente nas crianças, mulheres pobres e nas áreas da educação, cultura e saúde. A Liga das Senhoras Católicas, por exemplo, na década de 1970, foi uma das primeiras associações a marcar presença em uma das vilas da periferia da capital do estado, ao criar instituições de educação para crianças e para capacitar mulheres carentes com cursos de corte e costura e serviços domésticos. Para isso, da Prefeitura da Cidade recebeu doações de terrenos para a construção de escolas e creches, facilitando a entrada do poder público nessas áreas através das instituições que ofereciam trabalhos de filantropia.³⁶⁶

Outra associação que expandiu suas ações foi o CPFC. Ainda na década de 1940, além do investimento na produção intelectual e na educação das mulheres, passou a direcionar suas atividades para o atendimento das mulheres mais pobres. Pretendia, pois, utilizar a educação das mulheres letradas para amenizar as dificuldades vividas por aqueles que sofriam com as asperezas da ignorância e da miséria. Nesse sentido, criou um núcleo de trabalho de assistência capaz de preencher a lacuna no serviço de atendimento à infância. Para tanto, as centristas mobilizaram a opinião pública por meio de campanhas para conquistar a adesão de políticos e de médicos da cidade em prol do projeto de assistência social. Foi então que, em 3 de maio de 1940, criaram o Posto de Puericultura para realizar atividades que contribuíssem para a saúde das crianças e pudessem educar as mães para os cuidados com os filhos.³⁶⁷

Sobre o espaço de assistência social, vale dizer que ele foi criado com base no ideário higienista e numa concepção de maternidade, visão que se expandiu na primeira metade do século XX. Procurou valorizar o saber médico quanto ao conhecimento que as mães deveriam adquirir para melhor educar e cuidar dos seus filhos. A noção de higiene partia do pressuposto de que o mau desenvolvimento das crianças era fruto da ausência de formação e de orientação das mulheres mais

³⁶⁶ Escritura Pública da Doação de Área de Terreno, que fez o Município de Curitiba à Associação Comunitária Jardim Social. Curitiba, 13 de dezembro de 1976. **Liga das Senhoras Católicas**.

³⁶⁷ O Posto de Puericultura homenageou a primeira-dama, Darcy Vargas, fundadora da LBA, instituição de assistência do governo responsável pelo atendimento social aos pobres e a financiadora das atividades do posto.

pobres, portanto, cabendo ao médico orientá-las e apontar as formas adequadas para essas mulheres desempenharem melhor o seu papel de mãe.³⁶⁸

Munidas desse propósito, as centristas levaram adiante seu projeto, dando assistência médica às crianças e orientação materna às mulheres mais pobres de Curitiba.³⁶⁹ O trabalho exigia não somente um quadro preparado, mas também recursos para custear despesas com o pagamento de pessoal, equipamento e medicamentos. Até o final da década de 1950, o atendimento chegou a 1558 crianças. Os gastos, que não eram poucos, e o alto valor das despesas, exigiam das mulheres do CPFC estratégias para a captação de recursos. As contribuições vinham em parte das próprias sócias da associação, de festas e de eventos beneficentes realizados para captar recursos. Havia colaboradores fixos entre políticos e empresários, e o orçamento contava também com as subvenções do estado e do governo federal, em especial de verbas vindas da LBA e dos órgãos públicos responsáveis pela promoção do bem-estar da infância.³⁷⁰

No que se refere às subvenções, sabe-se que elas eram realizadas desde 1950. Nos documentos da Associação, encontram-se registros de doações de empresas e também de subvenções oferecidas pelo Estado, com valores que pouco cobriam os gastos com os medicamentos e a alimentação para as crianças.³⁷¹ Não se pode perder de vista que, desde a criação do CPFC, as mulheres tinham uma relação muito próxima com a elite política local. Basta lembrar que foi desta Associação que saiu a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Legislativo estadual e a assumir uma posição de destaque num partido político.³⁷² Em 1967, o número de atendimentos girava em torno de mil e oitocentas crianças. Isso tem uma explicação. O contexto era outro e o quadro político-social modificara-se sobremaneira, como será demonstrado a seguir.

³⁶⁸ SEIXAS. Op cit. 2011, p. 126.

³⁶⁹ **CPFC** – BOLETIM do Posto de Puericultura Darcy Vargas – mantido pelo CPFC, ano I – Direção: Leonor Castellano e América da Costa Saboia – nº 1. Curitiba, janeiro de 1968.

³⁷⁰ Departamento Estadual da Criança, Instituto de Assistência ao Menor, Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

³⁷¹ **Centro Paranaense Feminino de Cultura**. Histórico. Curitiba, 1962, p. 7-9.

³⁷² Homenagem a brilhante parlamentar. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de novembro de 1947. A matéria refere-se à Rosy Pinheiro Lima que foi parlamentar da ALEP e secretaria da UDN, no Paraná. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1959-1963). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

Como pensar a relação entre as mulheres da Associação e o Estado a partir do ponto de vista da captação de recursos e, para além desse aspecto, com as solicitações de apoio político para pleitos eleitorais? Quais as implicações que a relação, que era também política, trazia para as mulheres e para os políticos envolvidos? Antes de prosseguir com a análise, cabe aqui fazer uma reflexão. É preciso destacar que os sentimentos presentes nesse tipo de relação se expressaram em função de uma escala de interesses e de uma ordem de prioridades. Estavam em jogo interesses que não se vinculavam somente à dinâmica econômica.

As mulheres do CPFC tinham uma presença social e intelectual reconhecida pelas lideranças religiosas e civis da sociedade. Constituíram, portanto, uma força política ao liderarem mobilizações, como a que ocorreu com as “Marchas” em defesa da família, e ao criarem instituições para defender políticas públicas de interesse da população mais pobre. Os políticos reconheciam essa liderança e procuravam, de toda maneira, negociar apoio político em virtude da posição de destaque que as associações possuíam na sociedade. A aproximação se dava em parte porque esses homens integravam os mesmos grupos ou faziam parte do mesmo segmento social no qual estavam inseridas as mulheres. Nestes setores, as associações femininas tinham contato com uma parcela importante de mulheres. Chegava-se até elas por meio de ideias disseminadas na imprensa e pela mobilização de grupos de acordo com as circunstâncias políticas, religiosas ou econômicas do momento.

Nesse sentido, não se deve descartar no processo o tipo de participação desejada ou solicitada, seja ela de aproximação, de negociação, de distanciamento e os interesses que nelas circulam.³⁷³ A partir dessa consideração, é possível observar alguns esforços, tanto das mulheres quanto dos setores políticos, em formular ações capazes de proporcionar benefícios materiais e simbólicos àqueles envolvidos no jogo político. É possível observar tal questão, por exemplo, na aquisição da sede própria do CPFC, resultado da ação de alguns deputados estaduais. Sobre o fato, as mulheres declararam:

Felizes somos todas nós, que, neste instante, temos o prazer deste convívio quando tornamos pública a nossa gratidão a tão ilustres representantes da

³⁷³ GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e Cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p. 45-47.

mais alta Assembleia de nosso Estado. Seriam muitas a maneiras de expressar as nossas agradecimentos, mas pedimos vênias para sintetizá-las nesta expressão: SENHORES DEPUTADOS, com nossos agradecimentos reafirmamos que são os senhores merecedores de nossa admiração, do nosso respeito, de nossa infinita ingratidão.³⁷⁴

Uma das grandes vitórias da presidente Leonor Castellano foi, depois de 32 anos de várias mudanças de funcionamento em diversos locais, ter conseguido a sede própria para o Centro, graças ao presidente da Assembleia Legislativa Estadual, Deputado Antonio Ferreira Rüppel e Anibal Khoury [...]³⁷⁵

Tem-se aqui chamado atenção para o fato das mulheres manterem, desde a década de 1940, uma conexão com determinados segmentos da vida pública. Entretanto, importante observar que, na década de 1960, demarca-se uma relação política com maior intensidade das mulheres com setores da política oficial, o que pode ser atribuído, em grande medida, à conjuntura daquele momento em que os posicionamentos políticos e ideológicos chegaram às ruas. Outro elemento a ser realçado no documento tem a ver com o deputado Anibal Khoury (PTN). Em 1964, o então deputado, com a senhora Leonor Castellano e a UCF-PR, empenhou-se para conquistar a adesão do governador Ney Braga à campanha contra o “Livro Único” para oficialização do movimento contra João Goulart. Como foi lembrado, o movimento contou com a adesão de empresários, profissionais liberais, lideranças religiosas e instituições católicas de ensino.

Em relação às subvenções, outro dado importante. Houve um aumento nos repasses dos recursos a partir de 1964, possibilitando um maior número de crianças e mães atendidas no Posto de Puericultura. A ampliação do atendimento à saúde e à profissionalização se deu em virtude da compra de equipamentos médicos e do crescimento da oferta de cursos profissionalizantes às mulheres mais pobres. Nos relatórios e dados históricos do CPFC é possível perceber que o aprimoramento do atendimento e das atividades foi atribuído ao aumento dos repasses de verbas e à “generosidade de homens da vida pública”.³⁷⁶ Sobre o fato, destaca-se o seguinte documento, a respeito da viabilidade e repasse dos recursos:

³⁷⁴ Corações voltados para uma promessa de felicidade. Síntese proferida no dia 18-12-1965, quando da inauguração da sede própria pela presidente Leonor Castellano. **Revista do CPFC**, ano 01, nº 1, (XI VOLUME), Curitiba, Paraná, 1967.

³⁷⁵ **PANORAMA CULTURAL** – CPFC – Comemoração do seu Jubileu de Ouro 1933-1983. Curitiba, Paraná, 1983, p. 9.

³⁷⁶ **Centro Paranaense Feminino de Cultura**. Histórico. Curitiba, 1962, p. 7.

Apesar de minhas cartas sucessivas, não tive a satisfação de receber os documentos para o desembaraço das subvenções com que a entidade contemplada em 1964. Acredito que não recebeu todas as verbas. Em 1965 constato várias verbas em favor da entidade, e até hoje também não recebi os documentos para o desembaraço. Admira-me que, sendo a entidade nossa cliente de vários anos, silencie profundamente quanto aos documentos, especialmente sobre uma verba de 1963, cujo desembaraço esteve a carta de Ortel e o recebimento foi efetuado por outrem. Ainda há tempo de salvar as verbas de 1965, bastando mandar-me os documentos solicitados. Meu esposo, em Brasília, solicitou ao Dep. General Mário Gomes, 2º Vice-presidente da Câmara não esquecer consignar boa verba em favor da entidade, sempre desejoso de merecer a atenção costumeira da entidade. E o dep. Mário Gomes, simpatizante da entidade, acaba de, pela sua verba pessoal, consignar a essa entidade, os auxílios [...].³⁷⁷

Há pelo menos duas questões a serem levadas em conta neste documento. A primeira diz respeito ao caráter burocrático. O envio de relatórios pelos responsáveis das associações, as prestações de conta e a atenção para o cumprimento dos prazos caracterizaram uma de suas faces. As mulheres conheciam o conteúdo burocrático e o funcionamento dos seus mecanismos. Um de seus indícios tem-se com as listas com os registros dos nomes de parlamentares, dos seus respectivos partidos, além de endereços, telefones e informações relevantes para envio de correspondências, mas não somente. Era a materialização de uma rede de contatos com potenciais colaboradores da associação.

O segundo elemento refere-se à presença do general Mário Gomes. Em 1946, o general foi nomeado interventor do Paraná e, no ano seguinte, liberou um prédio do estado para ser a sede provisória do CPFC. Em 1954, foi eleito deputado federal pelo PSD, representando o Paraná na Câmara Federal e exercendo o mandato por três vezes, até 1967, quando já fazia parte da Arena. No início da década de 1960, foi um dos entusiastas da Associação que, por meio do prestígio político, conseguiu aumentar o repasse de verbas, possibilitando a ampliação das atividades sociais do Centro.³⁷⁸ Não por acaso, em 1966, recebeu do CPFC reconhecimento das mulheres através de homenagem que ressaltou a relação do militar com a Associação, a importância de sua carreira política e das subvenções que facilitaram a permanência das atividades de filantropia. Encerra a homenagem

³⁷⁷ Organização Técnica Legislativa Ortel. Ilma. Sra. Dona Leonor Castellano. D.D. Presidente do CPFC, Curitiba, Paraná. 01/10/1965.

³⁷⁸ **Centro Paranaense Feminino de Cultura**. Histórico. Curitiba, 1962, p. 7.

com o gesto de gratidão, como quem recebe uma dádiva e, portanto, a obrigação de agradecer, pela via do prestígio e do apoio à carreira política.³⁷⁹

Sobre o aumento das subvenções, a partir da segunda metade da década de 1960, é preciso destacar um fator relevante porque se relaciona às estratégias dos militares para a busca de legalidade formal que respaldasse os seus atos. Como mencionado, os sucessivos Atos Institucionais, promulgados no decorrer do Regime Militar, tiveram esse propósito, o de estabelecer os fundamentos e os mecanismos legais de legitimidade das ações dos militares contra setores da sociedade, sob o discurso da segurança nacional. Uma dessas estruturas para garantir o poder dos militares em relação à organização partidária deu-se, em 1965, com o AI-2, baixado por Castello Branco, quando se estabeleceu o bipartidarismo.

A partir dessa configuração, surgiram, então, dois partidos. De um lado a Arena, legenda cuja base parlamentar foi responsável pelo apoio político aos militares e, de outro, o MDB, como oposição consentida. Criava-se, dessa maneira, uma suposta noção de democracia para um Regime que se justificava pela legalidade pautada na exceção e na violência. Isso não significou mudanças profundas na estrutura política do país, uma vez que permaneceram as velhas lideranças políticas e a continuidade das elites no quadro político nacional. Basta conferir o destino dos políticos que pertenciam às siglas anteriores a 1965 para se perceber que a Arena abrigou os partidários dos partidos conservadores. Um deles era a UDN, que possuía um caráter mais urbano, e outro, era o PSD, partido que tinha uma forte presença nas áreas rurais e pequenos municípios.

No Paraná, a Arena abrigou os líderes políticos dos partidos responsáveis pela oposição a João Goulart. Nas eleições de 1966, a legenda conseguiu a maioria das cadeiras para o legislativo federal. Isso ocorreu em todos os estados brasileiros. A Arena, naquelas eleições foi o partido vitorioso.³⁸⁰ No campo legal, para os militares, sem dúvida, o crescimento e o fortalecimento do partido da base do governo foram fundamentais para a viabilidade de projetos políticos e econômicos.

³⁷⁹ Solenidade: Homenagem ao General Mário Gomes e inauguração de uma placa na sede do CPFC. Data: 20 de outubro de 1966. In: GUITIERREZ, Olga de Macedo. **Pequenos momentos da história do Centro Paranaense Feminino de Cultura em discursos**. Curitiba: CPFC, 2003,

³⁸⁰ MOSQUERA, Jorge Eduardo França. A votação da Arena no Paraná: uma análise histórica (1966 e 1978). In: CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos (Orgs.). **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: TRE/PR, 2006, 97-124.

Para garantir a legalidade formal ao governo militar, o apoio aos arenistas foi crescente, inclusive no acesso às verbas públicas.

Os arenistas possuíam o controle das prefeituras em diferentes regiões do país. Movimentavam bases eleitorais conseguindo prestígio político enquanto o espaço público de muitas lideranças foi, em seguida, sendo mobilizado em defesa do Regime autoritário.³⁸¹ Para contar com o apoio desses setores, os militares facilitaram para os arenistas o acesso de recursos federais. A base política se sustentava na distribuição de bens públicos que, por sua vez, serviu para manter associações e segmentos políticos com atividades sociais diversificadas. Em muitos casos, estes homens de cargo público pleiteavam o apoio político cuja barganha dava-se pela via do voto. As mulheres do CPFC, em razão de seu capital político junto às demais associações femininas, como a UCF-PR, e da expansão das atividades de filantropia, significavam uma possível garantia de apoio político.

Nessa dinâmica, percebe-se uma relação de reciprocidade. Ela era estabelecida pelos benefícios materiais e simbólicos configurados na trama das relações sociais. Serviu como instrumento mediador da relação entre governantes e governados, entendendo aí a presença do consentimento como o elo da construção da relação entre estas dimensões da organização política. Ao se investigar os parlamentares com algum tipo de vínculo político com as mulheres do CPFC, a lista com os nomes de senadores e deputados federais, para os quais se deveriam encaminhar as solicitações de verbas, foi significativa para entender a materialização dessa rede de contato. Na lista, o seguinte recado: “Mais uma vez lembramos que V.S., deverá escrever nos mês de julho, agosto e setembro, ou solicitar pessoalmente aos senhores senadores e deputados a verba para 1974”.³⁸²

Na análise dos documentos, foram ainda encontrados cartas e telegramas expedidos pelos deputados e senadores do Paraná entre o final da década de 1960 e o ano de 1988. Uma das correspondências foi enviada por Hermes Macedo, eleito deputado federal entre os anos de 1963 e 1983.³⁸³ Em um destes documentos, o

³⁸¹ CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX.** Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 219-243.

³⁸² **Lista da Relação dos Senadores e Deputados do Estado do Paraná.** CPFC. Curitiba, 1974.

³⁸³ Telegrama Centro Feminino de Curitiba, Visconde do Rio Branco 1717 – 1975. Telegrama Diretoria Centro Paranaense Feminino. Rua visconde Rio Branco 1717 – 1978.

deputado expressa o desejo concorrer às eleições para a Câmara Federal ao lembrar a retribuição do apoio recebido pela sua atuação junto ao legislativo federal. No mesmo documento, tem-se uma parte manuscrita, além do texto formal, na qual uma mensagem dizia: “contamos e agradecemos antecipadamente, com sua valiosa colaboração, bem como o das demais componentes da diretoria do Centro Paranaense Feminino de Cultura”. Segue assinatura de uma senhora que, pelo uso das palavras, era conhecida da Associação.³⁸⁴

Em outras correspondências, das quais merecem destaque os telegramas enviados pelos parlamentares ao CPFC durante as décadas de 1970 e 1980, têm-se menções a valores destinados à Associação, resultado das subvenções dos parlamentares.³⁸⁵ Os recursos eram também destinados para a publicação de material que valorizava a produção intelectual das mulheres e para a divulgação de suas ideias para um público mais amplo.³⁸⁶ Outro político que também se direcionou ao CPFC no intuito de obter apoio foi Ney Braga. Em 1978, ao pleitear as eleições para o governo do estado, o ex-governador solicitou adesão daquela Associação à sua candidatura.³⁸⁷ Na carta destinada a esse eleitorado, reforçava os ideais de fidelidade e de compromisso que sempre zelou na vida pública, além de destacar o papel da solidariedade recíproca em relação às associações.

O esforço de situar, descrever e analisar essa modalidade de relação política foi possível pela compreensão da posição que as mulheres possuíam na sociedade do período. Um posicionamento que lhes conferiram prestígio político e permitiu uma modalidade de relação com o governo militar através do contato que estabeleciam com os parlamentares da base de apoio ao Regime. Com essa prática, elas demarcaram um campo de ação política. Atuaram, nesse contexto, conscientes das tramas, política e econômica, que traçavam interesses do lado daqueles que eram comandados e do lado dos que comandavam.

³⁸⁴ **Ao estimado correligionário.** Curitiba, junho/1970. CPFC.

³⁸⁵ Ofício do Gabinete do 4º Secretário da Câmara dos Deputados – Centro Paranaense Feminino de Cultura. Deputado Alípio Carvalho – Brasília, 1971; Telegrama Centro Paranaense Feminino de Cultura. Visconde do Rio Branco 1717 – Deputado Braga Ramos – 1978; Telegrama Centro Paranaense Feminino de Cultura. Visconde do Rio Branco 1717 – Deputado Federal Paulo Pimentel – 1988; Telegrama Centro Paranaense Feminino de Cultura. Visconde do Rio Branco 1717 – Senador Afonso Camargo – 1982; Telegrama Centro Paranaense Feminino de Cultura. Visconde do Rio Branco 1717 – Deputado Braga Ramos – 1979.

³⁸⁶ Telegrama Centro Paranaense Feminino de Curitiba, Visconde do Rio Branco 1717 – 1974. Deputado Agostinho Rodrigues.

³⁸⁷ **Carta Ney Braga.** Curitiba, junho de 1978. CPFC.

6.2.2 A UCF-PR e o processo de distensão política

As atividades realizadas pelas mulheres das associações femininas podem ser lidas segundo alguns caminhos. Um deles corresponde ao avanço dos segmentos mais conservadores, dos quais uma parcela significativa das mulheres era parte constituinte. Como estratégia, tomaram o discurso da defesa da democracia e dos valores ocidentais cristãos como bandeira contra os chamados radicais de esquerda. Tais elementos motivaram as mobilizações de rua organizadas pelas associações cívicas femininas na maioria das cidades brasileiras. Outra forma de compreendê-las foi oferecida pela defesa dos valores morais e do civismo. Isso as levou a assumirem uma postura de combate aos maus comportamentos.

Uma destas práticas se observou na defesa da censura nas artes. Embora outras formas de cerceamento tivessem ocorrido na imprensa, por exemplo, as mulheres da UCF-PR centraram sua ação no combate ao que consideravam imoralidade no teatro, sobretudo no momento em que os textos dramáticos passaram a abordar e a tomar como referência a crítica aos padrões de comportamento aceitos como normas pela sociedade. Além de combaterem as peças proibindo apresentações de espetáculos, como ocorreu em Curitiba,³⁸⁸ as mulheres elaboraram um documento no qual deixavam expresso o desejo de uma censura mais rígida no controle dos espetáculos. Segundo o texto:

As entidades cívicas e assistenciais que representam, na comunidade paranaense, a família de nossa terra, notadamente de Curitiba, sob pena de ignominiosa omissão e inqualificável apatia, no legítimo e inabdicável dever de zelar pelos padrões elevados que sempre e tradicionalmente caracterizaram os costumes pátrios, no limiar do comprometimento pelos crescentes perigos que assediam a juventude e a sociedade que pertencem – querem traduzir a Vossa Excelência, Dona Yolanda, a palavra de uma constante preocupação pelo processo degenerativo, incompreensivelmente iniciado e desenvolvido na fase post-revolucionária, incrementando pela não rara vez simpática e cômoda participação de representantes da cúpula governamental da nação e mesmo das unidades federativas. O despertar da consciência cívica é oportuno neste momento; os sentimentos cristãos devem suplantar qualquer interesse transitório, político ou de cargo, o respeito pelas tradições conservadoras da educação da família brasileira devem servir de ânimo e estímulo para o repúdio à tentativa de conspurcá-la. [...] O teatro nacional tem sido o veículo inicial e condutor da desagregação pela institucionalização, pela arte cênica, da pornografia e da

³⁸⁸ Censura corta os imorais. **Gazeta do Povo**, novembro de 1967.

lascívia. Se hoje inicia a tétrica jornada pelo palco, amanhã teremos na televisão, no rádio e, portanto no âmago do lar.³⁸⁹

Na ótica das mulheres, a pornografia não passava de um sintoma de subversão social, sendo o fator responsável pela degeneração cultural do Brasil. Para elas, a tarefa do Estado não seria outra senão a de tomar todas as medidas necessárias para que fossem preservados os valores de matriz católica, a democracia, o direito, a lei. Somente dessa maneira seria possível a consolidação de uma Nação saudável, harmônica e de respeito às instituições sociais. Nota-se a manifestação do desejo de se prolongar, de forma mais rígida e eficaz, o processo de limpeza política e moral, iniciado em 1964. As associações cívicas femininas foram favoráveis ao processo e dele participaram vigilantes com apreço pela ordem social.

Nesse sentido, o apoio anunciado pelas associações cívicas e pelos diferentes setores da sociedade, fez os militares considerar a participação da sociedade civil importante no contexto do Golpe e no momento de consolidação da Ditadura Militar. Atribuíram aos civis a responsabilidade pela intervenção das Forças Armadas que trouxe fim ao governo de João Goulart. Entende-se que, a partir de tais práticas, que os militares agiram na defesa do país porque havia na sociedade civil a presença de um sentimento de hostilidade às esquerdas e ao comunismo, o que, no final, foi favorável aos interesses do Exército. Segundo o general Leônidas Pires Gonçalves,

As Forças Armadas até hoje são ressentidas com a sociedade brasileira. Porque a sociedade brasileira nos levou, foi uma das responsáveis pela Revolução de 64, e hoje em dia a mídia não se cansa de nos jogar na cara que nós somos torturadores, que somos matadores, que somos isso, somos aquilo. Esquecendo que todos esses movimentos são feitos por criaturas humanas e que os descaminhos ocorrem. Acho que há muita injustiça. [...] Nós, que afinal entramos nessa luta para livrar o Brasil de concepções que eu acho que não coadunam com a índole do brasileiro, hoje somos sistematicamente acusados.³⁹⁰

O discurso deixa transparecer um ressentimento por parte dos militares da geração de 1964. Para estes oficiais, a memória que se constitui sobre a Ditadura

³⁸⁹ Entidades Cívicas enviam memorial a Dona Yolanda sobre a censura no País. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

³⁹⁰ D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO. Op cit. 2014, p. 119.

Militar não levou em consideração a presença de civis enquanto agentes colaboradores do Regime e colocou os militares como vilões de uma história da qual eles se imaginavam heróis por terem combatido o comunismo, enfrentado os movimentos armados e acabado com a subversão, ou seja, com as principais forças que causaram ou promoveriam o caos no Brasil.³⁹¹ É uma fala que pretende atribuir à sociedade e, não somente aos militares, a responsabilidade pela violência que decorreu do Golpe. De fato, setores da sociedade demonstraram confiança, e uma forte crença, na característica redentora das Forças Armadas. Contudo, é preciso lembrar que foram os militares também os responsáveis pela preparação, o aprimoramento e a sistematização do aparelho repressivo do Estado. Mesmo não sendo os únicos, foram eles os gerenciadores da máquina repressiva que promoveu o cerceamento da liberdade política e eliminou a vida de muitos brasileiros.

Outro aspecto sobre o fato tem a ver com a constituição da Nova República que surgiu dos escombros deixados, a partir do final da década de 1970, pela Ditadura. No processo, viu-se a tentativa de se fixar o marco legítimo e os fatos instaurados como pontos centrais da memória capazes, pela legalidade espontânea, de viabilizar a negação das personagens, dos acontecimentos e do tempo ligado aos generais.³⁹² O processo não somente deslocou, como se tem dito aqui, o olhar dos militares como perpetradores da violência contra a sociedade, mas também desviou a atenção dos colaboradores do Regime Militar. O que se viu, então, foi a construção de uma memória hegemônica sobre o período que tratou de atenuar o papel dos civis na Ditadura, mas também dos militares em relação à responsabilidade pela violência praticada contra inúmeras pessoas.

Por vezes, predominou uma visão baseada na lógica reativa. A intervenção militar foi necessária para salvaguardar a democracia e a Nação protegendo-as daqueles que tentavam usurpá-las. Tal tendência traçou uma compreensão dos grupos que apoiaram os militares apenas como agentes mobilizadores das massas, o caso das “Marchas” – importantes porque se configuraram em campos de disputas simbólicas e de visões políticas pautadas numa postura conservadora de mundo –, e não levou em consideração o fato destes segmentos sociais e indivíduos, de forma

³⁹¹ NAPOLITANO. Op cit. 2014, p. 317.

³⁹² LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papius, 1986, p. 14.

espontânea, terem, no decorrer da Ditadura, uma participação política mais ativa em prol da defesa do governo militar.

Viu-se que as atividades das associações femininas, em especial as da UCF-PR, foram uma constante, durante a década de 1960, para reforçar o papel das Forças Armadas na condução do Brasil. Se, em um primeiro momento, eram elas direcionadas para sustentar os ideais da Revolução, em seguida, deram-se pelo confronto direto através da defesa da censura aos comportamentos de caráter subversivo, imoral e pornográfico. As associações foram favoráveis, demonstrando entusiasmo, a Castello Branco, apoiando-o para a presidência da República; e, no governo de Costa e Silva, a ideia era apoiar a censura e a possível centralização do Regime.

No entanto, algumas análises demonstraram que associações cívicas, como a CAMDE, do Rio de Janeiro, apresentaram um sentimento de desilusão em relação ao governo e, conseqüentemente, um afastamento dos militares em virtude do aumento da violência contra os opositores da Ditadura e do recrudescimento do Regime.³⁹³ A respeito da participação daquela Associação, as mulheres preferiram considerar o silêncio em relação à sua participação no processo que destituiu João Goulart, no apoio aos militares e à instituição de um Regime caracterizado pelo arbítrio e pela repressão social. O silêncio veio associado a uma dificuldade em se relacionar com os acontecimentos do passado, especialmente quando este vem sob o signo da responsabilidade em relação à violência política, e à presença de uma memória que muito valorizou a sociedade resistente, deixando em segundo plano os movimentos sociais apoiadores dos militares.

Não significa dizer que o envolvimento das associações femininas com a Ditadura Militar limitou-se apenas aos anos iniciais e ao fim da década de 1960, antes da forte repressão social. A colaboração com os militares foi além desse período. Na década de 1970, apesar das crescentes denúncias sobre a violência praticada pelo Estado, boa parte das associações cívicas mantiveram sua adesão às políticas oficiais do governo e usufruíram dos repasses de subvenções que custearam ações sociais.

Em Curitiba, algumas mulheres, sobretudo aquelas cuja produção intelectual se vinculava à imprensa, não viram com bons olhos a postura de membros da Igreja

³⁹³ CORDEIRO. Op cit. 2009, p. 173-175.

Católica que abraçaram a causa dos direitos humanos e a luta contra a violência. Em uma coluna de jornal, uma dessas mulheres do CPFC fez a seguinte declaração:

Tenho acompanhado pela imprensa, as declarações de D. Hélder Câmara, durante sua estadia na Europa. Tendo sido cerceado sua palavra, aqui, foi lá fora botar a boca no mundo, falando mal do nosso país. Com que direito? Poderemos considerar esse homem nosso patriota? [...] Não conheço esse indivíduo. Considero-o, porém, um agitador refinado. Nossa pátria vem aos poucos se recuperando de “longa e grave enfermidade”, seu governo dá-nos hoje série de garantias que há seis anos não tínhamos. Admira-me que ele fale de nosso país de maneira geral, quando devia se restringir ao nordeste, que é onde ele vive; porque aqui no sul, trabalha-se mais, e por isso, a miséria não é tão grande.³⁹⁴

O texto faz uma crítica a Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, conhecido pela sua luta em prol dos direitos sociais. O fundador da CNBB engrossou as fileiras da ala progressista da Igreja Católica demonstrando ser contrário às ideias propagadas pelo governo militar. O bispo denunciou os crimes e a violência praticados contra inúmeras pessoas, a partir do final da década de 1960, quando os militares intensificaram a repressão contra as esquerdas e lideranças oposicionistas. Foi um dos incentivadores do movimento estudantil apoiando a luta dos jovens contra a Ditadura Militar. Além disso, na direção da Igreja preocupada com as causas sociais, apoiou a criação de movimentos urbanos que lutavam contra as formas de injustiça social e a violência. Por esses motivos, Dom Helder foi presença marcante nos relatórios dos órgãos de vigilância do governo.³⁹⁵

Sobre Dom Helder, cabe um parêntese. Logo após ordenar-se padre, em 1931, Helder Câmara ingressou na Ação Integralista Brasileira, tornando-se um dos principais propagandistas do movimento no estado do Ceará. No final da década de 1930, com a Ação Integralista posta na ilegalidade por Getúlio Vargas, a Igreja Católica, que tinha uma relação de proximidade com o governo Vargas, orientou os sacerdotes envolvidos com o integralismo a se afastarem do movimento. Ainda no final da década de 1930 e no decorrer dos anos de 1940, no Rio de Janeiro, Dom Helder iniciou uma série de atividades na educação que o colocaram diante de

³⁹⁴ Eu protesto. C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1968-1991). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

³⁹⁵ GOMES. Op cit. 2014, p. 120-122.

problemas sociais e o levou a interessar-se pela participação dos leigos nos assuntos políticos e em movimentos sociais.³⁹⁶

O artigo publicado no jornal *Gazeta do Povo*, em Curitiba, faz referência a reportagens e entrevistas concedidas por Dom Helder à imprensa europeia. Nelas, o bispo católico faz uma reflexão sobre a relação entre a Igreja e o Estado enfatizando o arbítrio e a violência instaurados no país, além de criticar duramente o autoritarismo do governo brasileiro. Os órgãos de segurança entenderam tal postura uma maneira de macular a imagem do país no exterior e, portanto, censurar o bispo era preciso para preservar a segurança nacional. Percebe-se que a censura, na matéria, é aceita como saída e, a até certo ponto, ela era louvada como alternativa viável para salvaguardar a integridade nacional. Enfatiza-se, mais uma vez, a ideia de que a presença dos militares no governo trouxe a segurança social e garantiu uma vida no país longe dos males comunistas.

No mesmo artigo, a autora corrobora com uma visão muito difundida sobre o Nordeste brasileiro como espaço geográfico da miséria e da pobreza. A imagem constituída sobre aquela região nasceu na primeira metade do século XX, a partir de discursos tanto políticos quanto literários que criaram a visão sobre o Nordeste como o lugar da carência.³⁹⁷ Mas, o que se ressalta no documento é o fato de a autora atribuir àquele lugar como sendo o da aversão ao trabalho, motivo de degradação. Ela reforça a ideia ao apresentar a região Sul do país como aquela que se diferencia das demais regiões brasileiras pela valorização do trabalho, uma herança da imigração europeia para os estados do Sul. Esta visão foi enfatizada em Curitiba como forma de fortalecer a identidade paranaense durante a década de 1950. Sendo assim, comunistas como dom Helder, na perspectiva da autora, não apreciavam tais dimensões e defendiam ideias contrárias à Nação brasileira.

Outra questão tem a ver com algo que parece ser um discurso constante na fala destas mulheres. O país estava enfermo e precisava ser curado. Para garantir essa suposta pureza, era preciso manter a ordem, mesmo se ela viesse pelos caminhos do cerceamento das liberdades políticas. O texto também apresenta a ideia favorável à censura como dispositivo legal de intervenção. E, no caso de dom

³⁹⁶ TORRES, Giordano A. Toniolo. Violência única opção? Um bispo brasileiro se interroga. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9/10, p. 13-29. Janeiro - Dezembro de 2008.

³⁹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

Helder, a censura política. As mulheres, ao que tudo indica, nesse ponto, estavam cientes da situação de violência dos militares julgando-a, até certo ponto, necessária para conter os exageros dos “agitadores” do país.

Reitera, ainda, que o papel exercido por dom Helder não era o de um justo homem da Igreja. Ele se contrapôs aos sacerdotes da ala conservadora, que se manifestaram favoráveis ao Regime Militar, apoiando e incentivando a participação dos fieis católicos nos movimentos anticomunistas. Dom Helder, nesse caso, era a parte a ser eliminada porque sua presença, conforme se pensava, contagiava e degenerava a imagem de uma Igreja baseada na defesa da ordem e da hierarquia. Como um subversivo, precisava ser silenciado para não influenciar outras pessoas. A censura era uma maneira de realizar esse desejo. O bispo não era, na verdade, o símbolo do patriota adequado e preocupado com o país, aquele muito defendido e difundido pelas associações cívicas.

O discurso presente na matéria, encontrado no Livro de Ouro do CPFC, é um indício de que a ação das mulheres das associações cívicas não se restringiu apenas às mobilizações nos primeiros anos da Ditadura Militar. Um segundo caminho a ser trilhado para a leitura dessa participação política refere-se ao fato das mulheres permanecerem alertas no sentido de promoverem práticas sociais para fortalecer os ideais estabelecidos pelos militares. Nesse ponto, a presença da UCF-PR foi fundamental para o processo de disseminação do sentimento cívico.

Uma dessas práticas pode ser observada quando o país dava os primeiros sinais de abertura política. Em 1976, período em que o general Ernesto Geisel estava à frente do Executivo federal, sinalizou-se o processo de distensão política. Preocupada com o futuro do Regime, a senhora Dalila de Castro Lacerda divulgou uma circular às mulheres da União Cívica convocando-as, mais uma vez, a apoiarem o governo. Doze anos após o Golpe, o medo era o de que as forças subversivas pudessem retornar ao país e ameaçar as crenças que tanto preservaram e pelas quais saíram às ruas naqueles dias nebulosos.

Eis o conteúdo da carta:

Ao comemorarmos o Ano Internacional da Mulher, é justo que levantemos nossas vozes em defesa da Família, da qual somos parte insubstituível. A hora presente é grave para toda a humanidade. E, embora desfrutemos em nosso País um clima de aparente tranquilidade, não podemos deixar de expressar a nossa grande preocupação diante dos acontecimentos que se sucedem.

Como decorrência da crise internacional, vemos e sentimos o reflexo na economia dos nossos lares, o que propicia justificada aflição a todos quantos dependem do seu trabalho para o sustento de suas famílias, mormente os de menor poder aquisitivo.

O próximo dia 31 de março registra o 12º aniversário da Revolução Brasileira, resultante da reação popular contra a subversão e a improbidade implantadas no País, estimuladas e alimentadas pelo governo de então.

Nos idos de 1964 saímos às ruas, em quase todas as cidades brasileiras, em protesto ao descalabro, clamando aos Céus pela salvação do Brasil que caminhava precipitadamente para o caos.

A memória popular é efêmera e o seu juízo complacente. Daí, porque, decorridos 12 anos, caírem no esquecimento os erros os crimes perpetrados contra o povo, os quais determinaram o movimento revolucionário de 1964.

Bastou o Governo acenar com o processo de distensão e os abusos se evidenciam por todos os rincões da Pátria.

Porque desejamos a Nação realmente livre, para ser desfrutada por todos os compatriotas indistintamente, valem-nos da oportunidade em que comemoramos o 12º aniversário da Revolução Brasileira, para conclamar todos a unir esforços em favor do bem comum. Por isso, solicitamos a todas as Congêneres da União Cívica Feminina Paranaense que promovam campanhas de âmbito municipal, estadual e federal, de modo a reavivar nas mentes de todos os que assistiram o quase desmoronamento da nacionalidade, bem como alertem aos mais jovens, que na época não tinham ainda condições para avaliar a ameaça de que fomos alvo, para se unirem em torno do legítimo representante da Revolução, que é o General Ernesto Geisel, ínclito Presidente da República.

Sugerimos, a exemplo do que já estamos realizando, um trabalho de esclarecimento da população, através das mulheres de todos os níveis sociais e culturais, para se mantenham fiéis aos princípios cristãos que nortearam e orientaram a Revolução de 1964.

Nosso apelo encontra eco no lema adotado este ano pela Igreja para a Campanha da Fraternidade: "Caminhar Juntos".

Sim, caminharemos juntos, todos os brasileiros sem distinção de credo, sob a proteção de Deus, para construirmos já um país verdadeiramente livre e profundamente humano.

Para tanto, é mister que nos congreguemos dentro desse espírito de união fraterna, repelindo ideologias estranhas, que não condizem com os nossos anseios e Nação independente, democrática e cristã.

Pela União Cívica Feminina Paranaense.

Dalila de Castro Lacerda.³⁹⁸

Antes de prosseguir com a análise do documento, é importante fazer uma observação sobre o governo Geisel. O general Ernesto Geisel foi lançado como candidato à presidência em 18 de junho de 1973. Um ano depois assumiu a chefia do Executivo federal. Para alguns historiadores, seu governo foi marcado por ambiguidades.³⁹⁹ Anticomunista convicto, fez uso da censura para controlar a oposição. Perseguiu opositores de esquerda ao mesmo tempo em que patrocinou a indústria cultural onde uma parte da cultura de esquerda obteve espaço. Foi um

³⁹⁸ **Da União Cívica Paranaense às suas Congêneres de Todo o Brasil.** Curitiba, março de 1976. Documento encontrado nos arquivos do CPFC.

³⁹⁹ NAPOLITANO. Op cit. 2014, p. 229-254.

governo autoritário, mas deu os primeiros passos para o processo de abertura política. Entre 1974 a 1979, período de seu governo, ocorreram mortes violentas de militantes de esquerda, cassações de mandatos políticos e o fechamento do Congresso. Estima-se que, no seu governo, 39 opositores do Regime foram desaparecidos e 42 foram mortos pela repressão. A censura à imprensa, recorrentes nos primeiros anos do governo, teve um leve abrandamento, em meados de 1976. Durante a crise do petróleo que se alastrou pelo mundo, afetando o Brasil, a partir de 1974, pôs-se em xeque o chamado milagre brasileiro; reduziu-se o consumo e os trabalhadores e os mais pobres foram sobrecarregados.

A crescente violência do Estado e a limitação à participação política fazia também crescer a oposição ao arbítrio do Estado. Em diferentes setores da sociedade, movimentos políticos organizavam-se exigindo maior participação política e a retomada do processo democrático. Essa participação de setores da sociedade cobrando liberdade e democracia, também elevou a preocupação dos segmentos mais conservadores que enxergaram no processo os fatores de risco para a manutenção da ordem e da harmonia social que, para tais setores, haviam sido conquistados a partir de 1964. A carta da senhora Dalila se situa nesse ambiente político nacional marcado pelo desejo de redemocratização. Novamente a UCF-PR pretende ser o movimento catalisador das energias que motivaram a participação das mulheres: defesa da família e da Pátria sob os cuidados de Deus.

O documento apresenta questões importantes. Uma delas refere-se à visão redentora dos militares, pontuada desde o início desta pesquisa. A Nação em perigo fora salva pelas mãos das Forças Armadas. A memória de 1964 é, portanto, retomada, para legitimar a luta contra os sinais de abertura política, que poderiam representar um retrocesso dos valores tão caros à sociedade: a nação independente, democrática e cristã. Qualquer possibilidade de abertura política, nesse caso, passa a ser visto como sinal de ameaça a essa ordem. Em tal configuração, o escudo para proteger a sociedade do mal que se anunciava passa a ser os mesmos defendidos durante o Golpe: o nacionalismo, o patriotismo e a família.

Nessa atmosfera, cabia novamente à mulher erguer a voz a favor da liberdade, da democracia e dos valores cristãos. A mulher, como fizera durante o Golpe, é convocada novamente a mobilizar-se e a sair às ruas para lembrar principalmente aos jovens quanto aos perigos de uma Nação em que não se

respeita as autoridades e a ordem. É interessante perceber que a carta apresenta as mulheres como guardiãs da memória de 1964, cabendo-lhes o desafio de mostrar e de preservar os valores difundidos pela Revolução proporcionada pelos militares com a participação das associações cívicas. Para tanto, a mobilização de um grande contingente e os esclarecimentos da população apresentar-se-iam como solução para os problemas que afetaram o país na conjuntura da década de 1970.

Outra referência presente no documento é a figura do presidente Geisel. A UCF-PR, através de sua representante, chama atenção das mulheres conclamando-as a unirem-se ao chefe maior da Nação. Nesse sentido, o general Geisel emerge como a imagem do pai notável por seus méritos e qualidades excepcionais, conforme o sentido das palavras que lhes atribuiu qualitativos nobres, ligando-se ao modelo de pai, aquele analisado no capítulo anterior, enquanto provedor e protetor do lar. Transparece, entretanto, a imagem de um homem forte, ilustre e celebrado por suas ações. Para tanto, unir-se ao chefe da Nação, incentivar e apoiar sua postura de defesa do país era algo a ser assumido pelas mulheres da União Cívica. Assim como acontecia na tradicional família, o microcosmo da Nação, protegida pelo pai, assim seria na Pátria pelo chefe do Executivo.

Em momento algum a imagem de Geisel é associada ao arbítrio ou à violência praticada em seu governo. Menciona-se a crise econômica mundial como fator de desarranjo financeiro no país e nas famílias brasileira, mas não como algo também decorrente do modelo econômico assumido pelos militares que acelerou o consumo apenas de um setor da sociedade. O fato de não haver referência à violência política, não significa que as mulheres das associações, em algum nível, não tinham consciência disso. Fora citado aqui a censura como uma dessas modalidades.

Se por um lado as mulheres das associações cívicas enxergavam na distensão proposta por Geisel um meio pelo qual a desordem, a subversão e a anarquia pudessem usar para tomar de conta do país, outras mulheres, cujos maridos ou filhos foram vítimas da violência do Estado, viram a proposta como uma brecha para a campanha a favor da anistia. Em 1975, algumas mulheres paulistas criaram o MFPA com intuito de reivindicar anistia para as vítimas da repressão.⁴⁰⁰ Formaram núcleos em diferentes cidades com o objetivo de combater o direito, a

⁴⁰⁰ O movimento foi criado pela advogada Therezinha Zerbine.

que se auto-imputava o Estado, de prender, torturar, matar e ocultar cadáveres daqueles considerados opositores do Regime.

O movimento cobrava a soltura dos filhos, o retorno dos maridos, amigos e parentes, exigindo justiça e o paradeiro dos desaparecidos políticos.⁴⁰¹ Essas mulheres buscaram apoio dos parlamentares do MDB, de setores progressistas da Igreja Católica, do movimento estudantil e de associações de profissionais liberais, como a OAB, na tentativa de sensibilizar a sociedade e governos estrangeiros no combate ao arbítrio e ao recrudescimento do Regime estabelecido pelo AI-5, uma Lei ainda em vigor em 1975.⁴⁰²

Um dado relevante refere-se ao fato de que tanto a UCF-PR quanto o movimento pela Anistia, tomaram como inspiração o Ano Internacional da Mulher, proclamado pela ONU. Em 1975, reuniram-se na Cidade do México mulheres de diferentes nacionalidades numa conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas para debater os temas da igualdade entre os sexos, da integração da mulher no desenvolvimento e promoção da paz. Nesta conferência a ONU declarou os anos de 1976 a 1985 como a Década da Mulher, classificando este momento como um marco importante na luta e conquista pelos direitos das mulheres por todo o mundo.⁴⁰³

O discurso da UCF-PR tomava como referência um modelo feminino preocupado com a família. A parte do ideal de mulher que elas reclamavam era o que se atrelava aos domínios e aos cuidados com o lar que, assim como se pensava, deveria também adentrar a esfera pública como modelo a ser seguido por toda a sociedade. Também as mulheres do movimento pela Anistia, dado o papel de cuidadoras e responsáveis pela família, a partir de uma condição política específica, sentiram o peso de se dividirem entre prover o sustento da família e atender os esposos, filhos, familiares e amigos capturados pelo Regime. Uma situação que demandava risco, pois era crescente a violência contra pessoas que se

⁴⁰¹ DUARTE, Ana Rita Fonteles. Movimento Feminino Pela Anistia – militância e afeto na luta política contra a Ditadura Militar Brasileira. **Fazendo Gênero 9 – Diáspora, Diversidades, Deslocamento**. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278167443_ARQUIVO_textoAnaRitaFonteles-FazendoGenero9.pdf Acesso em 10/04/2016.

⁴⁰² RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. . In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 176-177.

⁴⁰³ As mulheres do Terceiro Mundo querem escolas, alimentos e planos de saúde. **Manchete**. Nº 1.211. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1975.

empenhavam na luta pelo direito à liberdade. Isso demonstra a presença de diferentes perspectivas sobre a ação de mulheres e como a percepção sobre o que era ser mulher e mãe assumia a partir das circunstâncias políticas apresentadas naquele momento.

Vale ressaltar que as mulheres da UCF-PR não estavam alheias ao problema da violência. Em algum nível elas tinham conhecimento do que estava acontecendo no país em relação à repressão praticada pelo Estado. Um documento encontrado nos arquivos do CPFC demonstra que alguns acontecimentos no âmbito da política eram de conhecimento das mulheres. O documento contém o discurso proferido pelo líder do MDB, Freitas Nobre, na Câmara dos Deputados Federais, um ano após a cassação do mandato do deputado Alencar Furtado, em 30 de julho de 1977, pelos militares.

Nascido no Ceará, Alencar Furtado exerceu três vezes o mandato de deputado pelo Paraná e foi um dos poucos políticos da legenda do MDB citados na lista das centristas de 1974 como um dos doadores de recursos para a Associação. Em um telegrama enviado às mulheres ele agradeceu o apoio recebido pela Associação por ter sido escolhido como líder da bancada do MDB no Congresso.⁴⁰⁴

Os pontos fortes do discurso, presentes no documento, são o processo de cassação de políticos, a violência agravada pela promulgação do AI-5 e a censura imposta pela lei. Nele, ao se referir a Alencar Furtado, o líder do MDB, Freitas Nobre declarou:

Nascido, politicamente, na esquerda democrática que se organizara à marem da UDN, Alencar Furtado fez de toda sua vida pública um exemplo que não será apago.

O golpe do AI-5 consagrou-o perante o povo, e os levantamentos de opinião pública realizados por fontes insuspeitas que manuseamos, reafirmam o conceito popular e democrático de sua luta.

Não o vemos apenas hoje, como líder sacrificado, mas procuramos nas tradições melhores de nossa história pública. [...] Arrancar um líder de suas funções, especialmente numa estrutura bipartidária, é arrancar o coração, a peça nobre, o centro propulsor da nossa vida parlamentar.⁴⁰⁵

O texto é elucidativo no que diz respeito às configurações políticas do período ditatorial brasileiro. Configurando-se dentro dos inúmeros protestos feitos à

⁴⁰⁴ Telegrama Centro Paranaense Feminino de Curitiba, Visconde do Rio Branco 1717 – 1974. Deputado Alencar Furtado.

⁴⁰⁵ **CÂMARA DOS DEPUTADOS**. Freitas Nobres. 1978.

opinião pública contra a violência, apresenta uma leitura dos males que as leis arbitrárias como AI-5 causaram à sociedade e à liberdade de expressão. Como se tratava de uma das associações apoiadas pelo deputado Alencar Furtado, a informação de sua cassação foi do conhecimento das mulheres. Também tiveram notícia do processo de censura que pesava sobre alguns meios de comunicação e a repressão contra os movimentos políticos contrários aos militares.

A análise da documentação, importante na medida em que ampliou o olhar sobre a participação das associações femininas para além das mobilizações de mulheres na política em grande escala, tem sua relevância ao apontar que a relação entre as associações femininas e a Ditadura Militar deu-se em distintas modalidades. Estas foram motivadas por interesses variados, fossem eles relacionados à proteção da família e da Pátria, fossem atrelados à preservação dos valores morais contra todos os comportamentos imorais. As mulheres demonstraram confiança nos militares apoiando um modelo de governo mais centralizador e capaz de impor a ordem.

A visão de liberdade que as mulheres das associações cívicas desfrutavam não levava em consideração que outros segmentos pudessem perder esse direito, como ocorreu com as esquerdas. Liberdade para aquelas mulheres estava atrelada a uma aproximação do governo dos militares, na comunhão de suas realizações e no apoio aos seus propósitos. Essa participação se deu tanto pela ação direta junto à população no intuito de esclarecê-la acerca dos valores democráticos, quanto na relação de dependência em virtude dos repasses de recursos que muito contribuíram para a manutenção das associações e para capitalização de apoio político.

Essa relação não se deu apenas em um momento específico durante a Ditadura Militar. Mesmo após as denúncias de violência e repressão, não houve, ao menos entre a UCF-PR, um distanciamento dos militares. Pelo contrário, houve inclusive um desejo de criar mobilizações entre as mulheres no intuito de preservar a presença dos militares no governo e evitar que a anarquia pudesse retornar ao convívio social e tomar conta do país, a exemplo do que as associações haviam feito em 1964. A abertura política representava esse risco, mas as mulheres continuariam atentas aos valores do civismo contra toda forma de mal à Nação.

Cabe fazer algumas ressalvas sobre a UCF-PR. Desde 1963, ano de sua criação, a presença da Associação na vida política e social de Curitiba foi intensa.

Promoveu inúmeras atividades cívicas nas instituições de ensino, criou grupos de caridade como a legião de Caridade, departamento assistencial da União Cívica Feminina responsável pela realização de atividades de caráter social junto à população carente. Sua participação política foi significativa, como se viu, em defesa de valores patrióticos e na promoção de educação cívica.

Foi uma associação com forte liderança entre as mulheres e o ponto de intersecção em outras associações femininas, em especial com o CPFC e a Liga das Senhoras Católicas. Com o Centro Feminino, a União Cívica participou da formação de mulheres e dividiu com a Associação a sede administrativa durante muitos anos. Isso explica a presença da UCF-PR na maioria das ações realizadas pelas centristas e na documentação com referência às atividades políticas realizadas em conjunto. Sabe-se, contudo, que após o falecimento da senhora Dalila de Castro Lacerda, em 2004, houve uma desarticulação da União Cívica, marcando o fim das atividades desta Associação em Curitiba.

O CPFC e a Liga das Senhoras Católicas, que muito mesclaram suas ações, são ainda instituições atuantes na cena cultural e política de Curitiba. A primeira continua promovendo ações de cunho cultural e artístico entre as mulheres através da publicação de livros e da realização de eventos educativos. A segunda mantém atividades de filantropia pela organização de centros de educação infantil, em especial nos bairros periféricos da cidade, e pela promoção de atividades na área da saúde. Ambas são referências para as pesquisas quando o tema é a participação da mulher na esfera pública.

Por fim, estudar a participação das associações femininas na política durante o contexto da Ditadura Militar significa entender que elas se deram segundo interesses e visões de mundo compartilhados pelas mulheres. A defesa da família, da religião cristã e da democracia pode ser lida como símbolos mobilizadores e catalisadores de energia política que deram força aos movimentos que eclodiram na primeira metade da década de 1960 e às ações que reforçaram o apoio aos militares durante a existência do período de exceção no Brasil. Portanto, sua participação foi ativa e dinâmica na medida em que avançava institucionalmente a Ditadura Militar.

No entanto, não se pode perder de vista que essas mulheres agiram de forma também conscientes e não estavam distantes da realidade política e econômica do país. Em algum nível, elas consideraram a violência, como a que se deu ao combate à subversão, como mecanismo responsável pelo restabelecimento

da ordem social e da proteção dos valores que acreditavam ser importantes para a vida em sociedade. Uma relação que, de certa maneira, consentiu com os militares e formou uma base social de apoio político para um Regime político autoritário, que marcou profundamente a sociedade brasileira.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] é impossível dar conta da experiência concreta dos agentes da história tais como eles a vivenciam ou a sofrem.

*Stella Bresciani
Pierre Ansart⁴⁰⁶*

O Golpe Militar causou uma ruptura na vida institucional ao encerrar o processo democrático brasileiro. A democracia, que ensaiava com dificuldades seus passos após o fim, em 1945, do Estado Novo, retrocedeu com a ascensão da ordem que impôs a exceção como mecanismo de gerenciamento da vida social, a partir de 1964. Os militares que chegaram ao poder, nessa configuração, muniram-se da retórica da defesa nacional e o seu discurso logo encontrou eco nos setores da sociedade civil dispostos a colaborar com o regime que se estabelecia a partir daquele momento. Mobilizaram-se contra as forças ideológicas que, de acordo com as ideias da época, abalariam as instituições democráticas, as estruturas da família e os tradicionais valores da sociedade cristã ocidental.

O Golpe fundamentou-se na defesa a uma suposta esquerdização do governo de João Goulart, no medo da quebra da hierarquia militar por parte de oficiais do alto escalão das Forças Armadas, e representou uma reação à participação política e ao surgimento de lideranças partidárias, sindicais e estudantis que se desenvolveram à margem do sistema partidário, organizado em 1946. Isso

⁴⁰⁶ BRESCIANI, Stella; ANSART, Pierre. Apresentação. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UnB, 2002, p. 7.

levou as elites conservadoras a recear a perda da hegemonia em relação ao controle da vida política do país.

Nesse sentido, a intervenção das Forças Armadas, que colocou a instituição militar na condição de força tutelar do Estado, preencheu as expectativas daqueles grupos para restabelecer o equilíbrio político e social. Estabeleceu-se, a partir de então, a continuidade da mentalidade conservadora limitando o acesso à cidadania e restringindo a participação política de grupos sociais, como o dos trabalhadores urbanos e rurais, e mantendo certos setores da sociedade no topo da cadeia de comando do país.

Para garantir a presença no controle e no comando da nação, os militares buscaram num suposto ideal de democracia sua pretensão de legitimidade. A ancoragem desse sistema de valores estava nas ideias de ordem, de preservação da família e de saneamento moral. A lógica era o seu reforço em todos os espaços da vida social, para o enaltecimento do Regime Militar. O plano de ação psicológica elaborado pelos militares almejava o consentimento, a adesão e o reconhecimento junto a todos os setores da sociedade, especialmente naqueles onde não existia a guarnição militar. Eram orientados pela perspectiva da segurança nacional enquanto fundamento necessário para uma sociedade harmônica.

Para que isso pudesse se realizar sem conflitos e tensões sociais, o argumento utilizado era o da eliminação das energias subversivas que contaminavam a ordem moral e política. Para tanto, a criação de um sistema repressivo foi decisiva para a implantação da violência que tratou de tirar de cena através da censura, das prisões ou do exílio, as pessoas designadas como subversivas, comunistas, imorais.⁴⁰⁷ Em grande medida, a rede de repressão contou com o apoio financeiro dos empresários e as ações dos órgãos foram organizadas e esquematizadas para aniquilar as várias oposições ao Regime Militar.

De acordo com essas condições, o Regime Militar procurou criar a imagem de uma sociedade integrada e em pleno processo de desenvolvimento. Conseguiu o apoio do setor empresarial e da classe média urbana a partir da concessão de privilégios, como os projetos financiados pelo governo para o acesso à moradia e ao

⁴⁰⁷ O termo "imoral" aqui é compreendido como comportamento fora das regras estabelecidas pela moral cristã católica.

consumo.⁴⁰⁸ Por isso, as mudanças de rumos do Regime, mesmo em sua face mais obscura, não limitaram a adesão de civis à política dos militares. Elas passaram a definir graus de adesão e estabeleceram acordos a partir de interesses comuns, como o que ocorreu com os investimentos, via empréstimos feitos pelo governo às instituições financeiras estrangeiras, em setores da indústria e urbanização, permitindo a ampliação do consumo apenas para um segmento da sociedade, ampliando mais ainda o fosso entre ricos e pobres.

A partir dessas observações, a pesquisa procurou explicar de que modo foram constituídas as bases sociais de apoio à Ditadura Militar durante mais de duas décadas de existência. Não há dúvidas de que este período deixou marcas irreversíveis no país. O Regime Militar provocou mudanças nas estruturas política e econômica brasileiras ao prosseguir o projeto de modernização conservadora, iniciado ainda na década de 1930. Identificado com liberalismo econômico, o projeto encabeçado pelos militares iniciou uma política econômica pautada na liberalização de entrada e saída de capital estrangeiro no país e no controle dos salários dos trabalhadores, além de viabilizar a concentração da renda nas mãos de alguns segmentos sociais.

Para atenuar as resistências, os militares promoveram o aparelhamento repressivo utilizando-se de órgãos existentes, como a DOPS, e criando outros ainda mais violentos e agressivos. A eficiência dos órgãos de vigilância foi possível por causa do investimento na capacitação de agentes oficiais e civis, financeiramente amparados pelo Estado e por empresários. É interessante observar que estes grupos não eram formados apenas por oficiais pagos pelo governo, mas, sobretudo por pessoas comuns que se apresentavam, voluntariamente, aos órgãos de repressão para prestar informações, oferecer denúncias ou vigiar pessoas suspeitas de subversão.

No entanto, e é isto que se procurou evidenciar nesta tese, outros grupos e indivíduos agiram no intuito de conferir consentimento através de ações sintonizadas com a ideia, bastante presente na instituição militar, de que era preciso uma intervenção das Forças Armadas na vida política do país para estabelecer a ordem

⁴⁰⁸ Um dos exemplos desse tipo de atividade, em Curitiba, presenciou-se no projeto de financiamento de imóveis pelo governo federal e estadual que permitiram o acesso de determinados setores da sociedade ao crédito para o financiamento imobiliário. In: Casa para todos. **Panorama**, ano XVII, n. 175, Curitiba, 1966, p. 56-58.

social e econômica e permitir, em seguida, o retorno da normalidade institucional. O papel das lideranças femininas na organização de atividades em prol dos militares foi de extrema importância nesta direção.

Ficou evidente, a partir da análise da documentação, que a motivação para aquelas atividades correspondeu à ideia que as mulheres nutriram sobre o significado de família, de ser esposa, de ser mãe e de civismo. Tais ideias se manifestaram através da filantropia, da produção intelectual e da formação de associações cívicas, caracterizando um importante espaço de participação política das mulheres. Por meio delas, as visões de cuidado, atreladas ao mundo feminino, adentraram a vida pública permitindo às mulheres um posicionamento político importante na sociedade.

Para promover o vínculo entre a sociedade e o governo militar, foi importante o uso de imagens e símbolos por parte dos militares. Isso serviu para criar noções de pertencimento e agrupar as pessoas em torno de valores com significados já presentes na vida social. Essas imagens e símbolos passaram a ter um reconhecimento mais amplo a partir das intenções e da significação a que estavam vinculados. Nessa dinâmica, foram capazes de comover as pessoas, sensibilizando-as para a realização de práticas sociais desejadas.⁴⁰⁹ Esse tipo de estratégia foi muito recorrente entre os líderes políticos e governos. Em muitos casos, o discurso da ameaça, a qual supostamente estavam sofrendo os símbolos ou imagens com significado cultural, religioso ou político, objetivou a coordenação das energias políticas a favor dos interesses dos gerenciadores do sistema político. Aquele que entrou no jogo da defesa fez isso muitas vezes acreditando estar a serviço ou em nome de um sentimento maior ou sobrenatural.

No investimento de domínio da sociedade pelo uso de imagens e símbolos comoventes, medidas foram tomadas pelos militares no sentido de intensificar na população sentimentos relacionados ao civismo, para criar gestos de aprovação em relação ao governo militar.

O civismo foi uma prática recorrente, na primeira metade da década de 1960, como contraponto ao comunismo e como um meio de criar entre as pessoas vínculos em torno da defesa dos interesses de segmentos sociais mais conservadores. O desejo de institucionalizar as práticas do civismo, concentrando a

⁴⁰⁹ ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 33, p. 145-162, 2001. Editora UFPR.

vontade de muitas associações civis em fazê-lo, teve seu ponto forte na criação de comissões por todo o país para coordenar as atividades relativas à EMC (Educação Moral e Cívica) nas instituições de ensino.

O lema da COMOCI-PR, em 1975, criado para promover as atividades cívicas em todo o território paranaense, sintetizou desde o início as imagens e os símbolos muito recorrentes pelos militares e por setores da sociedade para criar um clima de instabilidade social, que culminou na destituição de João Goulart, para justificar as ações contra os opositores do Regime e, durante a Ditadura, para criar mecanismos de adesão política.⁴¹⁰ O lema da Comissão era:

Consagrar a Pessoa, a Família e a Pátria a Deus.
Observar as Leis Divinas, as da Natureza e a dos pais.
Militar pela preservação da Ordem e Princípios Democráticos.
Onde quer que esteja, devotar respeito aos Símbolos Nacionais.
Cultivar o valor às Tradições e aos Vultos de nossa Pátria.
Infundir, pelo exemplo, o amor ao trabalho, estudo, esporte e oração.
Para que a Paz reine no Estado do Paraná e na
República Federativa do Brasil.⁴¹¹

Pelo menos três imagens podem ser retiradas deste discurso. Imagem um: a família nuclear. Baseada numa concepção de família nuclear burguesa, buscou integrar mulheres das classes médias a partir da concepção de proteção do núcleo familiar e do temor da desintegração da estrutura da família, base da organização da sociedade. Imagem dois: a Pátria unida. O sentimento patriótico nutriu sentimentos de pertencimentos e de identidade. A devoção aos símbolos da Pátria constituiu um conjunto de práticas sociais para sustentar e tornar cada vez presente na memória dos brasileiros somente aqueles que deveriam ser considerados os legítimos responsáveis pelos destinos do Brasil. O culto sacralizado aos símbolos nacionais foi uma das formas de agregar os indivíduos em torno de uma concepção romântica de Nação onde a anomia, ou seja, a desvinculação com os valores tradicionais ligados a uma concepção religiosa de mundo, e qualquer tipo de deformidade social,

⁴¹⁰ A COMOCI foi criada com base nas orientações da Comissão Nacional de Moral e Civismo. A Comissão Nacional surgiu a partir do Decreto-Lei 869/69, que estabeleceu a obrigatoriedade da EMC como disciplina e prática educativa em todos os estabelecimentos de ensino.

⁴¹¹ Governo do Estado do Paraná. Secretaria da Educação e da Cultura. Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná – **COMOCI-PR**. Publicação Nº 08.

como a subversão, capaz de comprometer a harmonia social, deveria ser combatida no sentido de garantir a grandeza nacional.

Aqui, a noção de tempo histórico reivindicada é teleológica. Uma história nacional gloriosa não poderia ter outro destino, a não ser o de apontar para um futuro nacional promissor e feliz para todo seu povo. Nesse sentido, todo cidadão deveria ser convocado a participar dessa história como um fiel respeitador da tradição e obediente às regras sociais a ele imposta para a construção do reino da paz almejado pelo governo e seus chefes.

Por fim, imagem três: a devoção religiosa. Por meio da prática religiosa, no sentido católico do termo, um sentimento de medo parece ter sido fundamental para que ele pudesse se fazer presente no tecido social. A ideia de que uma força maligna sempre espreitava as consciências dos fiéis foi uma das bases nas quais o cristianismo se apoiou para criar noções de autoridade e de obediência em nome da salvação das almas. Munidos desse propósito, líderes religiosos do Brasil estimularam seus fiéis a combaterem toda e qualquer prática que se opusesse à ordem e a hierarquia, como foi o caso do combate ao comunismo. O catolicismo alicerçou sentimentos de devoção responsáveis por práticas sociais ligadas à proteção da família e, conseqüentemente, da sua extensão à Nação.

Esse tripé ligou comportamentos morais e prática política. O modelo moral era tomado como fundamento da verdade contra o mal que avançava sobre a Nação e suas famílias. Esses sentimentos motivadores de ação alimentaram práticas políticas de apoio e consentimento aos militares, silenciando, em grande medida, os atos de violência praticados pelo Estado. Interesses políticos, econômicos e simbólicos traçavam a trama das relações sociais entre as associações femininas e o governo dos militares.

A formação de associações cívicas foi um destes meios em que a presença das mulheres foi decisiva. No início da década de 1960, surgiram por todo o país uniões cívicas formadas por mulheres de classe média e alta, no intuito de arregimentar mulheres, esposas e mães de família dedicadas para a prática do civismo a partir da promoção do sentimento patriótico. O civismo foi um campo de atuação política das mulheres e um instrumento de ação contra o governo de João Goulart. A retórica da democracia e o discurso da defesa do lar foram um dos elementos, aqui já mencionados, para dar sentido às manifestações públicas das

Marchas. Nesse sentido, o civismo apresentou-se como uma arma, um escudo em defesa da Nação contra o comunismo.

Nos anos iniciais da Ditadura, esse foi o discurso recorrente entre as associações cívicas femininas. Para que a população pudesse compreender a realidade política e econômica do país, em Curitiba a UCF-PR encarregou-se de promover campanhas para a contenção de preços e de realizar conferências e atividades cívicas em instituições de ensino para informar e promover os valores e os objetivos deliberados pela chamada Revolução de 1964, que eram: “inteiramente despidos de qualquer caráter político-partidário, visaram, exclusivamente, a neutralizar a ação comunista que se fazia sentir, de forma acentuada, na quase totalidade dos setores governamentais.”⁴¹²

As mulheres da União Cívica não somente difundiram esse ideal, mas também compartilharam dessa perspectiva. Predominou uma visão de medo, insegurança e de crise, tanto na defesa da censura imposta ao campo das artes e cultura e de setores da imprensa, por considerar estes espaços como reduto da propagação da imoralidade subversiva, quanto na formação de lideranças femininas, que reforçavam essa perspectiva no intuito de fortalecer os comportamentos adequados para a sociedade.

Na defesa dos valores cristãos, as mulheres acreditavam no reforço dos sentimentos patrióticos como um ponto de intersecção entre as famílias católicas, instituições sociais e a sociedade em geral. Projetaram tais propósitos para a vida pública, focando no sentimento anticomunista e na defesa dos valores do liberalismo clássico, ou seja, das liberdades individuais, da propriedade privada e da profissão de um credo. Foi com base nesses ideais que as mulheres uniram-se a favor do Golpe. As mulheres da UCF-PR, com a ascensão dos militares ao poder, foram unânimes na defesa do General Castello Branco para o Executivo federal. O discurso era o de que o general possuía as condições morais e políticas capazes de colocar o país nos trilhos do desenvolvimento.

É preciso lembrar outra referência a respeito da atuação das associações femininas ao longo da Ditadura Militar, o sentimento de bondade e de compaixão como campos de ação das mulheres na política. A bondade, capacidade de fazer o bem aos outros, foi um sentimento que sofreu mudanças no seu sentido ao longo

⁴¹² Os objetivos da Revolução. **Voz do Paraná**. Ano IX. Nº 404. Curitiba, 12 de abril de 1964.

dos tempos. Entretanto, nos séculos XIX e XX, passou a ser associado ao universo feminino.⁴¹³ Um espaço de manifestação desse sentimento foi a filantropia, onde mulheres, a maior parte delas das classes médias e abastadas, encontraram um meio de atuar na esfera pública. A inserção nas causas benemerentes, inspirada na caridade cristã, não somente visou aliviar o sofrimento dos desafortunados, mas também almejou o aprimoramento moral e cultural dos mais pobres.

A compaixão, sentimento motivado em decorrência da percepção do sofrimento do outro, antes restrita ao foro íntimo, adentrou a esfera pública quando a questão social, ou seja, a administração das necessidades nas sociedades modernas adquiriu centralidade nas preocupações políticas. Para Hannah Arendt, isso ocorreu no contexto da Revolução Francesa, momento em que a solução da miséria e a inclusão daqueles acometidos pelo sofrimento e pela opressão passaram a constituir uma questão a ser resolvida pelo poder político. O que Arendt critica é a absolutização da questão social que, na França revolucionária, tomou o lugar da liberdade para legitimar a revolução, encontrando no enfrentamento da pobreza o critério para a eliminação dos inimigos.⁴¹⁴ Na medida em que se torna uma preocupação unicamente política, a questão social aproxima o homem de sua dimensão natural. Nela a política se reduz a uma forma de governo que torna possível o controle e a padronização dos comportamentos.

O ponto que é preciso frisar, a partir dessa reflexão, é o de como esses sentimentos, na medida em que impulsionam práticas sociais, têm uma repercussão na vida política. Nesse sentido, a compaixão e a procura do bem-estar produzem, ainda que legalizadas, comportamentos e práticas de coerção que as pessoas caridosas exercem sobre os infortunados. Formas de exercício de poder que, além de controle, induzem à submissão. Por meio desta se realizam atos morais para a pessoa se converter em virtuosa. Ao mesmo tempo, quem a exerce procura também o engrandecimento moral de si.

O que a pesquisa procurou demonstrar refere-se ao fato da filantropia realizada pelas mulheres das associações femininas ter colocado na mesma dimensão a esfera da necessidade e a política. No contexto da Ditadura Militar, isto envolveu questões como a do clientelismo que criou relações de dependência, onde

⁴¹³ MARTINS. Op cit. 2013, p. 146-147.

⁴¹⁴ ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 92-157.

se almejava na sociedade uma unidade muda, sem críticas contrárias à ordem estabelecida, além de um consenso anônimo.

No entender das mulheres, na prática de fazer o bem, e o fazê-lo a partir de uma concepção política, conferiu-se um dever por sua vez sagrado, conforme o seu discurso “as dádivas que recebemos são dívidas que contraímos, e tanto maior aquelas, tanto mais alto o preço que devemos pagar”.⁴¹⁵ Nessa dimensão, dar e receber caracterizava uma espécie de vínculo, uma obrigação em retribuir da parte de quem recebia qualquer tipo de benefício. Por isso, ser “compassiva” e “misericordiosa”, ao mesmo tempo em que lançava um olhar atencioso para as questões de caráter social, também gerenciava, na outra ponta, os recursos necessários para a manutenção das atividades de atendimentos de mães e crianças menos abastadas.

As subvenções dos parlamentares da base de apoio aos militares não fugiram desse propósito. Os militares favoreceram o repasse de recursos para os que os apoiavam e, conseqüentemente, estes, nas bases de apoio social, fortaleciam adesões voluntárias de um grande número de pessoas, fazendo reinar a passividade e a obediência benevolente. As mulheres compreendiam essa dinâmica política, conforme demonstrou a documentação, e dela conscientemente participaram porque, nessa relação de dependência, aumentavam o prestígio político das associações femininas e daqueles que as apoiavam por meio de acesso a recursos públicos, caracterizando um tipo de participação política, em muitos casos, indiferente ao arbítrio praticado pelo Estado.

Nesse sentido, as paixões políticas classificam e identificam estados afetivos, induz comportamentos e canaliza energias coletivas e individuais. Tanto a prática do civismo, no intuito de reforçar o sentimento patriótico nos cidadãos e deles evocar formas sensíveis de apoio via consagração aos símbolos nacionais, quanto as atividades assistenciais, moveram-se no terreno em que sentimentos, paixões e política mesclaram-se, aproximaram-se tornando tênues e, por vezes, obscurecendo suas fronteiras. Vê-las a partir de lados opostos empobrece as análises sobre o período ditatorial brasileiro e dificulta a percepção das formas variadas de adesão e consentimento a um regime político.

⁴¹⁵ Apologético. **Revista do CPFC**, ano 05, nº 6, (XXIX VOLUME EDITADO), Curitiba, Paraná, 1971, p. 6.

Por isso, escrever sobre a Ditadura Militar implica o (re)encontro com o passado recente da história brasileira marcado por zonas nebulosas e silenciamento. É uma tarefa delicada e, por vezes, desafiadora, pois sendo este passado ainda latente, sua percepção também “emerge no nível da pele” no sentido mesmo em que toca sentimentos atravessados pela dor, provocados por uma experiência de violência gerenciada como política de Estado. O investimento da energia emocional e política em tal aspecto, não somente desviou o olhar do excesso descomunal da violência do Estado contra suas vítimas, como também deixou ilesos os perpetradores da violência e não considerou os grupos e os indivíduos que atuaram como colaboradores.

Coloca-se num campo de tensão uma memória política, característica da transição brasileira, que negou os atos violentos praticados contra os corpos dos prisioneiros políticos e não incluiu estes indivíduos entre os protagonistas do pacto político nascedouro da democracia pós-Ditadura. A participação política das mulheres antes e durante a Ditadura Militar, organizadas nas associações cívicas, aqui analisadas, e de pessoas comuns, que voluntariamente aderiram à máquina repressiva do Estado, demonstraram que numa sociedade em que certos valores são exaltados como forma de saída política, desprezando a crítica e o debate público, os riscos para a violência são grandes.

Entender como isso se processa e se efetiva na dinâmica política, torna cada vez mais o tema do autoritarismo pertinente. Analisar suas estruturas e refletir sobre sua construção, são passos importantes para a compreensão de nosso presente.

8 FONTES

1º Concurso de redação sobre o dia do Soldado. Curitiba. UCF, 1966.

300 prisões pararam a subversão no Paraná. **Panorama**, ano XIV, nº 144. Curitiba, maio de 1964.

50 anos do golpe militar de 1964. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/linha-do-tempo-33-dias-do-golpe/platb/> Acesso em: 10/03/2016.

A nação que se salvou a si mesma. 31 de março de 1964 – 1978. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1978.

A passeata. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de março de 1964.

A resposta do povo. **Voz do Paraná**. Curitiba, domingo, 29 de março de 1964, nº 402.

A União Cívica colabora com o CPFC. **Diário do Paraná**, Curitiba, 06 de maio de 1966.

Ao estimado correligionário. Curitiba, junho/1970. CPFC.

Armando Falcão. In: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Armando_Falcao Acesso em 10/02/2016.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-Formulários.** BR PRAPPR.PB004.PT792.93.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes,** 1964-1977. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

As mulheres do Terceiro Mundo querem escolas, alimentos e planos de saúde. **Manchete.** Nº 1.211. Rio de Janeiro, 05 de julho de 1975.

Ata da Quarta Reunião da Campanha “Nossa Cidade Mais Humana”, realizada em 21 de dezembro de 1976. **União Cívica Feminina Paranaense.**

Ata da reunião do dia 08/11/77. **Liga das Senhoras Católicas.**

BIZERRIL, M. L. UCF paranaense o que é o que faz? **Diário do Paraná**, Curitiba, Nov. 1975.

Boletim Casa Romário Martins. **Centro Paranaense Feminino de Cultura.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 35, n. 145, abr. 2013.

BRASIL. Ato Institucional Nº 2 (1965). Brasília, DF: Presidência da República, 27 de Outubro de 1965.

C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1959-1963). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1964-1968). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--], s/p.

C.P.F.C. **Livro de Ouro** (1968-1991). Relatos, fotografias, recortes de jornais e revistas. [19--].

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Freitas Nobres. 1978.

Carta Ney Braga. Curitiba, junho de 1978. CPFC.

Casa para todos. **Panorama**, ano XVII, n. 175, Curitiba, 1966.

Censura corta os imorais. **Gazeta do Povo**, novembro de 1967.

Centro Paranaense Feminino de Cultura. **Correio do Paraná**. Curitiba, 19 de julho de 1964.

Centro Paranaense Feminino de Cultura. Histórico. Curitiba, 1962.

Comunistas na Petrobrás. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 31 de janeiro de 1964. 3a. p.

Confrontando os dois comícios. **Voz do Paraná**. Ano IX – Curitiba, domingo, 29 de março de 1964.

CPFC – BOLETIM do Posto de Puericultura Darcy Vargas – mantido pelo CPFC, ano I – Direção: Leonor Castellano e América da Costa Saboia – nº 1. Curitiba, janeiro de 1968.

CURRICULUM VITAE DE DALILA DE CASTRO LACERDA.

Da União Cívica Paranaense às suas Congêneres de Todo o Brasil. Curitiba, março de 1976. Documento encontrado nos arquivos do CPFC.

Decreto nº 2.000. Institui o Dia da Caridade no segundo Domingo de Outubro. Curitiba, 21 de setembro de 1966.

Do SFICI. Confidencial. ArN/X-9. Apud. FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2005.

DOPS. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes, 1964-1977**. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

DUBARD, Suzette. Ser mãe. **Voz do Paraná**, nº 572. Curitiba, domingo, 12 de maio de 1968.

Escritura Pública da Doação de Área de Terreno, que fez o Município de Curitiba à Associação Comunitária Jardim Social. Curitiba, 13 de dezembro de 1976. **Liga das Senhoras católicas**.

Estatuto da Liga das Senhoras Católicas de Curitiba. Curitiba, 1953.

Estatuto da União Cívica Feminina Paranaense. Curitiba, 1963.

Ficha individual de Euclides Coelho de Souza. **DOPS**. Arquivo Público do Paraná, Curitiba, 1964-1980. FI 42.530.

Formulário. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-Formulários**. BR PRAPPR.PB004.PT792.93.

GENERAL Leônidas: Guerra das palavras. **Dossiê Globo News**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 03/04/2010. Programa de televisão. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/blog/geneton-moraes-neto/post/anotacoes-de-um-encontro-com-o-general-leonidas-pires-goncalves-que-saiu-de-cena-hoje.html>. Acesso em 20/04/2014.

Governo do Estado do Paraná. Secretaria da Educação e da Cultura. Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná – **COMOCI-PR**. Publicação Nº 08.

GUARNIERI, Giafrancesco. O teatro como expressão da realidade nacional. **Arte em Revista**, São Paulo, ano 2, número 3, p. 7-8, março de 1980.

GUITIERREZ, Olga de Macedo. **Pequenos momentos da história do Centro Paranaense Feminino de Cultura em discursos**. Curitiba: CPFC, 2003.

GUTIERREZ, Olga de Macedo. **Figuras e fatos** – Homenagem às senhoras dos convencionais da UDN por ocasião da Convenção realizada em Curitiba. Volume VII. Curitiba, 1964.

HALL, Clarence W. A Nação que se salvou a si mesma. **Seleções do Reader's Digest**. Novembro de 1964.

Informativos sobre atividades políticas 29/01/1969. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-Formulários**. BR PRAPPR.PB004.PT792.93.

Informes oriundos de denúncias anônimas. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes, 1964-1977**. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

Jânio Quadros não apoiou a invasão de Cuba pelos Estados Unidos e enviou missões comerciais a países de regime comunista desagradando políticos ligados à UDN. Disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_17fev1992.htm. Acesso em 15/01/2016.

José Celso Martinez. Entrevista com José Arrabal. **Encontros com a Civilização Brasileira**, número 20, volume III, n. 2, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 189-215, 1979.

José Isac Pilati. Ficha Individual nº FI 32.071. **DOPS**. Arquivo Público do Paraná, Curitiba, 1970.

Lacerda criticou o governo e UDN aprovou declarações de princípios. **Correio da Manhã**, terça-feira, 30 de abril de 1963.

Lei nº 2726/1965 - data 31/12/1965. "Autoriza o poder executivo a declarar de utilidade pública a União Cívica Feminina Paranaense." Lei sancionada pelo prefeito municipal de Curitiba, Ivo Arzúa Pereira.

Liga das Senhoras Católicas 3.0. **Gazeta do Povo**. Curitiba 17/07/2014. In: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/jose-carlos-fernandes/liga-das-senhoras-catolicas-30-eb11iivlnv6nuawgxak19ou>. Acesso em 10/03/2015.

LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE CURITIBA, ESTATUTOS SOCIAIS CONSOLIDADOS APROVAODS EM ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE 28/04/2014. Liga das Senhoras Católicas de Curitiba. Curitiba-PR, 07 de maio de 2014.

Liga das Senhoras Católicas. **Carta a Eloah Quadros.** Curitiba, 03 de agosto de 1961. Assinam a carta: Dalila de Castro Lacerda (presidente) e Nilza Martinalli (secretária).

Lista da Relação dos Senadores e Deputados do Estado do Paraná. CPFC. Curitiba, 1974.

Livros didáticos: Decreto do governo. **Voz do Paraná.** Curitiba, 01 de março de 1964.

MACIEL, Luiz Carlos. **Anos 60.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

MARTINS, Carlos Estevam. Anteprojeto do manifesto do CPC. **Arte em Revista**, ano 1, n. 1, São Paulo, Kairós, p. 67-79, janeiro/março, 1979.

MILLARCH, Aramis. Os 90 anos de dona Pompília, a mestre. **Estado do Paraná.** Almanaque. Curitiba 05/08/1990. Disponível: <http://www.millarch.org/artigo/os-90-anos-de-dona-pompilia-mestre-de-varias-geracoes>. Acesso: 15/01/2016.

Movimento pró-pacificação do trânsito. **União Cívica Feminina Paranaense.** Ajuda você ser um motorista responsável, educado e consciente. Curitiba, 1976.

Mulher curitibana rezou pelo termino da crise nacional. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 01 de abril de 1964.

Nelson Olivas. Ficha Individual nº FI 28.891. **DOPS.** Arquivo Público do Paraná, Curitiba, 1972.

Novo centro comunitário é inaugurado. **Diário do Paraná.** Curitiba, 01 de novembro de 1977.

O Episcopado e a Revolução. **Voz do Paraná.** Curitiba, 07 de junho de 1964, ano IX, nº 410.

O magnífico ministro. **Panorama**, ano XIV, nº 144. Curitiba, maio de 1964.

O palavrão, eis a questão. **Panorama**, ano XVII, n. 175. Novembro de 1967.

Of. 79-BS Do Gen. Cmt da 5ª RM/DI ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná. Curitiba, PR, 29 Mai 64. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes**, 1964-1977. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

Ofício do Gabinete do 4º Secretário da Câmara dos Deputados – Centro Paranaense Feminino de Cultura. Deputado Alípio Carvalho – Brasília, 1971.

Ofício enviado ao Diretor do Departamento de Fazenda da Prefeitura de Curitiba solicitando a isenção de impostos. **Liga das Senhoras Católicas.** Curitiba, 1976.

Ofício nº 140-E2. Assunto: informes. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes**, 1964-1977. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

Ofício nº 201/ACT/SNI. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-SNI**. 1971. N. 003823.

Ofício nº 355/66, Curitiba, 31 de maio de 1966. DOPS. Sobre a prisão e fechamento do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, onde estudavam os filhos de militantes políticos do CPC/PR. SNI, nº 1776, Caixa 212. Arquivo Público do Paraná, Curitiba.

Organização Técnica Legislativa Ortel. Ilma. Sra. Dona Leonor Castellano. D.D. Presidente do CPFC, Curitiba, Paraná. 01/10/1965.

Os objetivos da Revolução. **Voz do Paraná**. Ano IX. Nº 404. Curitiba, 12 de abril de 1964.

PANORAMA CULTURAL – CPFC – Comemoração do seu Jubileu de Ouro 1933-1983. Curitiba, Paraná, 1983.

Panorama, ano XIV, nº 143. Curitiba, abril de 1964.

Pedido de busca n. 082/ACT/SNI/72. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **DOPS-SNI**. 1971. N. 003823.

Povo e governo do Paraná: liberdade do ensino. **Panorama**, ano XIV, nº 142. Curitiba, março de 1964.

Povo festejou na Guanabara vitória das forças democráticas. **Diário do Paraná**. Curitiba, 02 de abril de 1964.

Presidência da República. **Serviço Nacional de Informações**. A Entrevista. REF. BR NA, RIO X9.0TAI. 1/22.

Prisão para os subversivos do Teatro de Fantoches. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 27 de janeiro de 1967.

Professores indicam dez livros para entender o golpe de 1964 e a ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/50-anos-do-golpe-militar/noticia/2014/03/professores-indicam-dez-livros-para-entender-o-golpe-de-1964-e-ditadura.html> Acesso em: 10/03/2016.

Projeto Nº 2.204 – 1964 – **promove a General de Divisão o General de Brigada Dario Coelho e dá outras providências** (do senhor Accioly Filho 14/08/1964).

Reforma sim, mas não subversão: a palavra do episcopado do Paraná. **Gazeta do Povo**, 21 de março de 1964.

Relatório. Curitiba, 6 de outubro de 1969. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Curitiba. **Informantes**, 1964-1977. BR PRAPPR.PB004.PT 797.94.

Revista do CPFC – XXXI – Volume Editado. Curitiba, 1973

Revista do CPFC, ano 01, nº 1, (XI VOLUME), Curitiba, Paraná, 1967.

Revista do CPFC, ano 02, nº 2, (XVII VOLUME EDITADO), Curitiba, Paraná, 1968.

Revista do CPFC, ano 05, nº 6, (XXIX VOLUME EDITADO), Curitiba, Paraná, 1971.

Revista do CPFC, ano 10, nº 10, (XXXV VOLUME EDITADO), Curitiba, Paraná. 1976.

Sobre o incidente com Última Hora. **Gazeta do Povo**, 26 de março de 1964.

SOETHE, Adolfo. Editorial. Infiltração. **Panorama**, ano XIII, nº 131. Curitiba, abril de 1963.

Teatro Popular do Paraná. **DOPS**. Arquivo Público do Paraná, 1961-1962. BR PRAPPR.PB004.PT2247.249.

Telegrama Centro Feminino de Curitiba, Visconde do Rio Branco 1717 – 1975.
Telegrama Diretoria Centro Paranaense Feminino. Rua visconde Rio Branco 1717 – 1978.

Telegrama Centro Paranaense Feminino de Cultura. Visconde do Rio Branco 1717 – Deputado Braga Ramos – 1978.

Telegrama Centro Paranaense Feminino de Cultura. Visconde do Rio Branco 1717 – Deputado Federal Paulo Pimentel – 1988.

Telegrama Centro Paranaense Feminino de Cultura. Visconde do Rio Branco 1717 – Senador Afonso Camargo – 1982.

Telegrama Centro Paranaense Feminino de Cultura. Visconde do Rio Branco 1717 – Deputado Braga Ramos – 1979.

Telegrama Centro Paranaense Feminino de Curitiba, Visconde do Rio Branco 1717 – 1974. Deputado Agostinho Rodrigues.

Telegrama Centro Paranaense Feminino de Curitiba, Visconde do Rio Branco 1717 – 1974. Deputado Alencar Furtado.

UCF paranaense. O que é o que faz? 12º aniversário da entidade. **Diário do Paraná**. Curitiba, 14 de novembro de 1975.

UCF Paranaense: o que é o que faz? **Diário do Paraná**. Curitiba, 14 de novembro de 1975.

UCF-PR. **Relatório de atividades**. Curitiba. UCF, 1972. 3p.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ABREU, Sérgio França Adorno de; CASTRO, Myriam Mesquita Pugliese de. A arte de administrar a pobreza: assistência social institucionalizada em São Paulo no século XIX. In: TRONCA, Ítalo (Org.). **Foucault vivo**. Campinas: Pontes, 1987.

ADORNO, Theodor. **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANDERSON, Perry. O sentido da esquerda. In: BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significações de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2001.

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 33, p. 145-162, 2001. Editora UFPR.

_____. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. **Tortura: testemunho de um crime demasiadamente humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

AREDNT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. **De la historia a la acción**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

Armando Falcão. In: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Armando_Falcao Acesso em 10/02/2016.

BEGHETTO, Lorena. **O pesadelo comunista ameaça o Ocidente: o anticomunismo nas revistas Seleções do *Reader's Digest* (1946-1960)**. 179p. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2004.

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Bíblia Sagrada. Edição Pastoral. Atos dos Apóstolos, 16, 35-38.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

_____. **Direita e esquerda: razões e significações de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2001.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (O Brasil republicano; v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Clóvis; COSTA, Fernando José Leite; CARVALHO, Nanci Valadares de. **Historiografia de um golpe (1964-1972)**. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror**. A implantação: 1964. São Paulo: Vértice, 1988.

BRESCIANI, Stella; ANSART, Pierre. Apresentação. In: SEIXAS, Jacy Alves; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion (Orgs.). **Razão e paixão na política**. Brasília: UnB, 2002.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDAS, Ana Carolina. **Centro Popular de Cultura no Paraná (1959-1964): encontros e desencontros entre arte, educação e política**. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

CANCIAN, Renato. **A Igreja Católica e a Ditadura Militar no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. **Estudos Históricos**, São Paulo, n. 17, p. 161-165, 1996.

_____. Mudanças históricas e revisões historiográficas. In: PASSETTI, Edson. *et al.* **Modernidade: globalização e exclusão**. São Paulo: Editora Imaginário, 1996.

_____. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

CALERO, Francisco Sevillano. A “cultura da guerra” do “novo Estado” espanhol de legitimação política. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 27, p. 179-196.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e césores: secularização, laicidade e religião civil**. Coimbra: Edições Almedina, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

CHOMSKY, Noam. Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. **Estudos Avançados** 11 (29), 1997.

CODATO, Adriano Nervo. Centralização política e processo decisório: o governo Geisel em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**, n. 2, 1994, p. 57-78.

_____. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 40, p. 11-36, jan./jun., 2004.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcos Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 271-302.

COHN, Gabriel. Max Weber: muito além do Estado nacional. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (Orgs.). **O pensamento alemão do século XX: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil**, volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. O “risco da incompreensão”: memória e identidade na autobiografia de uma ex-diretora da Campanha da Mulher Pela Democracia (CAMDE). In: AARÃO REIS, Daniel; ROLLAND, Denise (Orgs.). **Modernidades alternativas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CORDEIRO, Janaina Martins; LEITE, Isabel Cristina; SILVEIRA, Diego Omar da; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **A sombra das ditaduras: Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

COSTA, Suely. Gênero e História. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o Golpe militar de 1964**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Visões do golpe: a memória militar de 1964**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DIEGUES, Carlos. Tempos difíceis. Em: http://www.carlosdiegues.com.br/artigos_integra.asp?idA=58 Acesso em 14/05/2016.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Movimento Feminino Pela Anistia – militância e afeto na luta política contra a Ditadura Militar Brasileira. **Fazendo Gênero 9 – Diáspora, Diversidades, Deslocamento**. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278167443_ARQUIVO_textoAnaRitaFonteles-FazendoGenero9.pdf Acesso em 10/04/2016.

Dossiê 1964-2014, 50 anos depois: a cultura autoritária em questão. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/dossie-1964-2014-50-anos-depois-cultura-autoritaria-em-questao> Acesso em 10/01/2016.

DUTRA, José Carlos. A revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 195-208, jun. 2004.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e de metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. São Paulo: Autêntica, 2011.

_____. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente e pôs fim o regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlo. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2005.

FORTES, Hugo; PACHECO, Genésio. **Dicionário médico**. Rio de Janeiro: Ed. Fábio M. de Mello, 1968.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRAGOSO, Augusto. Prefácio. In: GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria José Olympio Editora, 1975.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin**. São Paulo: Editora 34, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014;
FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. Companhia das Letras: São Paulo, 1988.

GIMÉNEZ, Andrea Beatriz Wozniak. **As representações anticomunistas na grande imprensa curitibana, 1961-1964**. Monografia (Bacharel em História) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999. 72f.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente e pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a Ditadura Militar Brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

GORENDER, Jacob. Era o Golpe de 1964 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões do Golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Democracia**: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Livraria José Olympio Editora, 1975.

HAGEMAYER, Rafael Rosa. **Movimento estudantil 68**: imagens da paixão. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1997.

HERAS, Manuel Ortiz. Mujer y dictadura franquista. **Aposta, Revista de ciências sociais**, nº 28, Mayo 2006.

HOHLFELDT, Antônio; BUCKUP, Carolina. Última Hora: nacionalismo popular ou populismo nacionalista. In: DORNELLES, Beatriz (Org.). **Mídia imprensa e as novas tecnologias**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GOLÇALVES, Marcos Augusto. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e política**: relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Violência urbana e privatização do policiamento no Brasil: uma mistura invisível. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 541-558, Set./Dez. 2010.

JARDIM, Eduardo. **A duas vozes**: Hannah Arendt e Octávio Paz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). São Paulo: Edusp, 2013.

_____. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

KOSELLEK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

KUSHNIR, Beatriz, **Cães de guarda**: jornalismo e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2012.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Víz (Orgs.). **A construção social dos regimes**

autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu como funciona.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LAPA, José Roberto do Amaral. Tendências atuais da historiografia brasileira. **R., Bras., Hist.**, São Paulo, 2 (4): 153-172, set. 1982.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração:** a família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver:** um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas: Papyrus, 1986, p. 14.

MACIEL, Luiz Carlos. **Anos 60.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

MAGALHÃES, Marion Brepohl (Org.). **Eichmann em Jerusalém: 50 anos depois.** Curitiba: UFPR, 2013.

_____. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22/05/2008.

_____. História e violência: contribuição ao estudo das paixões na política. **História-Unissinos**, número especial, jul./dez., 2001.

_____. **Paraná: política e governo.** Curitiba: SEED, 2001.

MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hicitec, 1986.

Manual de Campanha: Glossário de termos e expressões para uso no Exército. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército: 2003. p. C 20-1 a D-14.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna:** a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura Militar (1964-1969). 239p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993.

MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura:** memória e justiça no Brasil, volume I. São Paulo: Hicitec, 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013. Editora UFPR.

MORAES, João Quartim de. Alfred Stepan e o mito do poder moderador. In: MONTEIRO, João Paulo; MORAES, João Quartim de; SCHARF, Kurt; FORTES,

Roberto Salinas; ABENSOUR, Miguel; ARANTES, Paulo Eduardo; RIBEIRO, Renato Janine. **Filosofia Política**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1985.

MORAES, João Quartim de; COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **A tutela militar**. São Paulo: Vértice, 1987.

MORAES, João Quartim. O colapso da resistência militar ao Golpe de 1964. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964: visões do Golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

MORIN, Edgar. 1968-2008: o mundo que eu vi e vivi. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando Luís (Orgs.). **Fronteiras do pensamento: ensaios sobre cultura e estética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOSQUERA, Jorge Eduardo França. A votação da Arena no Paraná: uma análise histórica (1966 e 1978). In: CODATO, Adriano Nervo; SANTOS, Fernando José dos (Orgs.). **Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. Curitiba: TRE/PR, 2006.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp. 199-234.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O século sombrio: uma história geral do século XX**, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Arte e política no Brasil: história e historiografia. In: EGG, André; FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane (Orgs.). **Arte e política no Brasil: modernidades**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. O “tesouro perdido”: a resistência no campo da cultura (Brasil 1969/1976). In: DUARTE, André. **A banalização da violência: atualização do pensamento de Hannah Arendt**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

NEUMANN, Franz. **Estado democrático e Estado autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NICOLAS, Maria. **Cem anos de vida parlamentar**. Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba, s/e, 1954

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Estampa, 1987.

NODARI, Alexandre. **Censura: ensaio sobre a “servidão imaginária”**. 252 p. Tese (Doutorado em Literatura), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis-SC, 2012.

OLIVEIRA, Marcus Roberto de. **A ofensiva conservadora na crise do populismo brasileiro: uma análise da coalizão anti-Goulart em Curitiba-PR (1961-1964)**.

Dissertação de Mestrado. 78f. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Maio de 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. **O Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1994.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

POWER, T. J. A direita política: discurso e comportamento, 1987-1990. **Revista de Ciências Humanas**, v. 6. n. 9, 1990, p. 99-114.

PRADO, Antônio Arnoni (Org.). **Libertário no Brasil: memória, lutas e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PUPIM, Paulo. Pesquisa revela atuação do Dops na Ditadura. **Jornal da UEM**, março de 2004. Disponível em: <http://www.jornal.uem.br/2011/index.php/edicoes-2004/39-jornal-06-marde-2004/215-pesquisa-revela-atua-do-dops-na-ditadura>. Acesso em: 10/04/15.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n° 47, p. 19-41: jan./jun. 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massa do fascismo**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RESENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade (1964-1985)**. Londrina: UEL, 2001.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. . In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. Conhecer o inimigo é preciso: o Serviço Nacional de Informação e a Comunidade de Informações na Ditadura Civil-Militar. **Revista Angelus Novus**, n. 5, junho de 2013.

SANTOS, Cecília Macdowell; TELLES, Edson; TELLES, Janaína de Almeida (Orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009 (Volumes I e II).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Quem dará o Golpe no Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror**. A implantação: 1964. São Paulo: Vértice, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SEIXAS, Jacy Alves. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, 2004.

SEIXAS, Larissa Selhorst. **“O feminismo no bom sentido”**: o Centro Paranaense Feminino de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). 141p. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História) – programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói-Rio de Janeiro, 2008. 154f.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOUZA, Amaury de. Março ou abril? Uma bibliografia comentada sobre o movimento político de 1964 no Brasil. In: CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). **Trilogia do terror**. A implantação: 1964. São Paulo: Vértice, 1988.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TEIXEIRA, João Bosco de Castro; POLO, Antônio. A personalidade autoritária. Componentes para uma gênese psicológica. **Arq. Bras. Psic. Apl.** Rio de Janeiro 27(4), 47-69, out./dez. 1975.

TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 24, nº 47, p. 73-28, 2004.

TORRES, Giordano A. Toniolo. Violência única opção? Um bispo brasileiro se interroga. **Veredas do Direito,** Belo Horizonte, v. 5, n. 9/10, p. 13-29. Janeiro - Dezembro de 2008.

TRINDADE, Hégio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. **A transição: da Constituinte à sucessão presidencial.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 1989.

VIEIRA, Matheus Machado. **“Viciadas e perversas ou honestas e respeitadas?”** A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário: Ponta Grossa (1930-1945) Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília: Unb; São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

_____. **Ensaio de sociologia.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.